



**A PRODUÇÃO DE  
TERRITORIALIDADES  
SUBALTERNAS E  
EMANCIPADORAS  
EM ASSENTAMENTOS DE  
REFORMA AGRÁRIA  
DO MST NO PARANÁ**

**ALINE ALBUQUERQUE JORGE**





Agradecemos ao camponês Acir, integrante do MST no Paraná, pela criação da ilustração da capa.





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

ALINE ALBUQUERQUE JORGE

**A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS E EMANCIPADORAS EM  
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST NO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente/SP para obtenção do título de Doutora em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

**Área de concentração:** Produção do Espaço Geográfico.  
**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento Territorial.

**Presidente Prudente  
2024**

J82p

Jorge, Aline Albuquerque

A produção de territorialidades subalternas e emancipadoras  
em assentamentos de reforma agrária do MST no Paraná /  
Aline Albuquerque Jorge. -- Presidente Prudente, 2024  
324 f. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente  
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

1. Geografia. 2. Geografia rural. 3. Territorialidade. 4.  
Assentamentos Rurais. 5. Movimentos sociais rurais. I. Título.





**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**Câmpus de Presidente Prudente**

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO DA TESE:** "A produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em assentamentos de reforma agrária do MST no Paraná"

**AUTORA:** ALINE ALBUQUERQUE JORGE

**ORIENTADOR:** BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área:  
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Virtual)  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO (Participação Virtual)  
Departamento de Geografia / Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. DJONI ROOS (Participação Virtual)  
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras - CCHEL / Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA (Participação Virtual)  
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Departamento de Geografia /  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Profa. Dra. CAMILA FERRACINI ORIGUELA (Participação Virtual)  
. / Instituto Federal Sul de Minas

Presidente Prudente, 05 de setembro de 2024



Dedico este trabalho a todas as mulheres de minha família, especialmente, à minha avó materna, que em sua essência era uma camponesa sem terra, apesar de não ser Sem Terra. Dedico também a todos os camponeses(as) que conheci no Brasil e na Escócia, com quem tive a oportunidade de dialogar e tanto aprender.



## AGRADECIMENTOS

No processo de construção de uma tese de doutorado conhecemos muitas pessoas, as quais ao longo da trajetória se tornam fundamentais para o sucesso da pesquisa e alcance dos objetivos propostos. Nesse espírito, desejo expressar minha gratidão a todas as pessoas que fizeram parte da minha vida, especialmente nos últimos quatro anos, e de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Para começar, gostaria de agradecer a todas as lideranças do MST no estado do Paraná que se dispuseram a me ouvir, entender a finalidade da pesquisa e me ajudar em tudo o que foi solicitado. Também, agradeço profundamente a todos os camponeses e camponesas (assentados e acampados) que pude conhecer nos trabalhos de campo em todo o Paraná, que me receberam em seus territórios e confiaram em compartilhar comigo memórias, experiências e vivências que fazem parte da intimidade de suas vidas, me permitindo, em determinadas situações, participar de momentos de trabalho, de trocas e convivência. Da mesma forma, agradeço aos *crofters* que conheci na ilha de Skye, na Escócia, que tão gentilmente abriram suas casas para mim e me mostraram que os camponeses conservam traços de solidariedade e reciprocidade semelhantes em qualquer lugar do mundo.

Ainda, agradeço profundamente ao professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes por ter aceitado a empreitada e me orientar na realização do doutorado. Da mesma forma, agradeço ao professor Dr. Antonio Ioris por ter me supervisionado durante o estágio realizado na universidade de Cardiff, no Reino Unido, e ao professor Dr. Brian Garvey pelo acolhimento e suporte em relação a realização da pesquisa na Escócia. Na mesma linha, agradeço as companheiras da Universidade de Strathclyde, Lin Batten e Maria de Lima que me acompanharam nas incursões à ilha de Skye e mais que prontamente me ofereceram ajuda em tudo que precisei.

É importante reconhecer também os professores Dr. Djoni Roos, Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Dr. José Sobreiro Filho e Dra. Camila Origuéla por serem referências acadêmicas e profissionais muito importantes para minha formação e por terem aceitado o convite de fazer parte da banca de defesa da tese.

Não poderia deixar de lembrar nesses singelos agradecimentos dos colegas da Rede DATALUTA e do grupo de pesquisa NERA, espaços que me proporcionaram grande aprendizagem. Também, expresso minha profunda gratidão ao meu companheiro de vida, Sandro Prado, que sempre me apoiou incondicionalmente, e aos meus familiares, com enorme destaque para Maria Aparecida Albuquerque Gusmão, que foi quem me deu minhas primeiras lições sobre o poder de transformação dos estudos e sobre feminismo, me ensinando a importância de procurar ser uma mulher livre em todas as dimensões da vida.

Não poderia esquecer de meus amigos mais próximos, que tive a oportunidade de conhecer antes e durante o doutorado, no Brasil e no período em que estive no exterior: Edilaine Corrêa Leite, Evandro Silva, Suzane do Prado da Silva, Lara Dalperio, Angela dos Santos Machado, Silmara Bittencourt, Bruna Gonçalves Costa, Gerson Antonio Barbosa Borges, Thalita Zago Oliveira, Ernesto Etulain, Gabriela Bueno e Roberto Nascimento, obrigada por todos os momentos leves, de risadas, por todo incentivo, apoio psicológico e por terem acreditado em mim, até mesmo em situações em que eu duvidei.

Agradeço a CAPES e a FAPESP pela concessão de bolsa de estudos e oportunidade de realizar um estágio no exterior. A ciência muda vidas e sem as agências de fomento e as políticas públicas não seria possível chegar até aqui. Registro meu agradecimento ainda ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, pelo apoio institucional; e aos funcionários da pós-graduação por sempre terem atendido minhas demandas com prontidão, de forma respeitosa e atenciosa.

Por último, agradeço grandemente todos aqueles e aquelas que lutam em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, pois como disse Paulo Freire: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Também contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (nº dos processos: 2020/15045-3 e 2022/12447-9) entre abril de 2022 e agosto de 2024.**



*A terra é um bem comum  
Que pertence a cada um.  
Com o seu poder além,  
Deus fez a grande Natura  
Mas não passou escritura  
Da terra para ninguém.*

*Se a terra foi Deus quem fez,  
Se é obra da criação,  
Deve cada camponês  
Ter uma faixa de chão.*

*Quando um agregado solta  
O seu grito de revolta,  
Tem razão de reclamar.  
Não há maior padecer  
Do que um camponês viver  
Sem terra pra trabalhar.*

*O grande latifundiário,  
Egoísta e usurário,  
Da terra toda se apossa  
Causando crises fatais*

*Porém nas leis naturais  
Sabemos que a terra é nossa.*

*(Patativa do Assaré – A terra é nossa)*

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar a produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em assentamentos de reforma agrária, conquistados pelo MST, no estado do Paraná. Para fins analíticos, delimitamos como recorte espacial dez assentamentos, localizados nas diferentes mesorregiões do estado, denominados: Pontal do Tigre, Eli Vive, Paulo Freire, Guanabara, Monte Alto, Missões, 12 de Abril, Celso Furtado, Valmir Mota de Oliveira e Contestado. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica, registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas, observações e anotações, entre outros. Consideramos que o estudo das territorialidades é uma possibilidade de leitura sobre o desenvolvimento dos assentamentos e a luta que se inicia a partir da conquista dos territórios, revelando as conflitualidades e contradições que fazem parte desse processo e são geradas a partir da relação antagônica entre agronegócio e campesinato. Compreendemos que as territorialidades subalternas decorrem da monopolização, do uso do território camponês pelo capital, desdobrando na apropriação da renda da terra camponesa pelos distintos setores do capital e pela intervenção direta na forma de organização dos territórios. A partir da pesquisa, identificamos quatro tipos de territorialidade subalternas, sendo elas: inserção no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, integração à agroindústria, arrendamento parcial do lote e arrendamento total do lote. Por outro lado, entendemos que as territorialidades emancipadoras resultam do uso do território camponês pelo camponês. Elas são resistências territoriais, que visam a conquista de maiores níveis de soberania e autonomia para os sujeitos. Em relação as territorialidades emancipadoras, identificamos seis tipologias: produção de alimentos para o autoconsumo, cooperação/associação camponesa, agroindustrialização camponesa, educação camponesa, práticas agroecológicas e mercados camponeses. Esses dois processos (subalternização e emancipação) são influenciados por diversos elementos internos e externos aos territórios camponeses. A subalternização e a emancipação não são processos lineares, na realidade, representam dois polos, sendo que a partir deles se materializam nos territórios inúmeras combinações de formas de territorialidades subalternas e emancipadoras, resultando em diferentes níveis de emancipação e subalternização. Não consideramos que a subalternização é completamente negativa, principalmente, tendo em vista que em algumas situações ela é assumida pelos camponeses como a forma de permanecer no campo. Assim, compreendemos que a (re)produção camponesa se realiza tanto por meio da emancipação, quanto da subalternização. Ao longo dos capítulos, as análises efetuadas têm como período de referência os quatro anos de governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Quando propusemos essa temática de estudo, tínhamos como hipótese que nesse período a subalternização camponesa seria reforçada nos assentamentos, tendo em vista, a ruptura das políticas públicas e postura ideológica do governo contrária a reforma agrária. Consideramos que essa hipótese responde parcialmente à questão, tendo em vista que, assim como procuramos demonstrar, nesse período ampliou-se também a luta e a construção de estratégias visando maiores níveis de autonomia e emancipação em distintas dimensões e escalas. Além de assentamentos de reforma agrária no Paraná, a tese também traz algumas análises e reflexões referentes a produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em territórios de agricultores *crofters*, na ilha de Skye, Escócia. Em síntese os *crofters* são camponeses escoceses, que se definem como pequenos produtores de alimentos, normalmente, arrendatários, que apesar da distância e das diferenças, possuem diversos elementos em comum com os camponeses brasileiros. As discussões relacionadas a esses territórios são construídas a partir da perspectiva teórica-conceitual que adotamos para a tese em geral e resultam de um estágio de pesquisa no Reino Unido que tivemos a oportunidade de realizar durante nosso curso de doutoramento.

**Palavras-chave:** território; resistência; subordinação, camponês, *crofters*.



# THE PRODUCTION OF SUBALTERN AND EMANCIPATORY TERRITORIALITIES IN MST'S AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN PARANÁ STATE

## ABSTRACT

The thesis aims to analyze the production of subaltern and emancipatory territorialities in land reform settlements, conquered by the MST [Landless Rural Workers' Movement], in the state of *Paraná*, Brazil. For analytical purposes, we delimited as a spatial focus ten settlements, located in different mesoregions of the state, named: *Pontal do Tigre*, *Eli Vive*, *Paulo Freire*, *Guanabara*, *Monte Alto*, *Missões*, *12 de Abril*, *Celso Furtado*, *Valmir Mota de Oliveira*, and *Contestado*. Methodological procedures included bibliographic research, photographic records, semi-structured interviews, notes and observations etc. We consider that the study of territorialities is a possibility for understanding the development of settlements and the struggle that begins with the conquest of territories, revealing the conflicts and contradictions that are part of this process and are generated from the antagonistic relations between agribusiness and peasantry. We understand that subaltern territorialities result from the monopolization, the use of peasant territory by capital, leading to the appropriation of income from peasant land by different sectors of capital and direct intervention in the organization of territories. Based on research, we identified four types of subaltern territoriality: integration into the productive system and technological pattern of agribusiness, integration with agri-industry, partial lease of the plot, and total lease of the plot. On the other hand, we understand emancipatory territorialities as the use of peasant territory by peasants. They are territorial resistances, which aims at achieving autonomy and territorial sovereignty. Regarding emancipatory territorialities, we identified six types: food production for self-consumption, peasant cooperation/association, peasant agri-industrialization, peasant education, agroecological practices and peasant markets. These two processes (subalternization and emancipation) are influenced by various elements, internal and external to peasant territories. Subalternization and emancipation are not linear processes; in reality, they represent two poles, from which numerous combinations of subaltern and emancipatory territorialities materialize in territories, resulting in different levels of emancipation and subalternization. We do not consider subalternization like something completely negative, especially considering that in some situations, it is assumed by peasants as a way of staying in the countryside. Thus, for us, peasant (re)production occurs through both emancipation and subalternization. Throughout the chapters, the analyses conducted refer to the four years of Jair Messias Bolsonaro's government at the federal level (2019-2022). When we proposed this study theme, our hypothesis was that during this period, peasant subalternization would be reinforced in settlements, considering the disruption of public policies and the government's ideological stance against land reform. We consider that this hypothesis partially answers the question, in view of, as we sought to demonstrate, during this period, strategies and struggles for greater levels of autonomy in different dimensions and scales also expanded. In addition to the peasant settlements in Paraná state, the thesis also brings some analyses regarding the production of subaltern and emancipatory territorialities in crofters' territories in isle of Skye, Scotland. In resume, crofters are Scottish peasants, who define themselves as small-scale food producers, normally, tenants, which despite the distance, share a lot of elements in common with Brazilian peasants. The discussions related to these territories are built from the theoretical-conceptual perspective which we adopt to the thesis in general, and result from a research internship in the United Kingdom, that we had the opportunity to carry out during the doctoral program.

**Keywords:** territory; resistance; subordination, peasant, crofters.

# LA PRODUCCIÓN DE TERRITORIALIDADES SUBORDINADAS Y EMANCIPADAS EN ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA DEL MST EN PARANÁ

## RESUMEN

La tesis se desarrolla con el objetivo de analizar la producción de territorialidades subordinadas y emancipadas, en asentamientos de reforma agraria, conquistados por el MST, en la provincia del *Paraná*. Para fines analíticos, delimitamos, como recorte espacial, diez asentamientos, ubicados en las diferentes mesorregiones la provincia del *Paraná*, denominados: *Pontal do Tigre*, *Eli Vive*, *Paulo Freire*, *Guanabara*, *Monte Alto*, *Missões*, *12 de Abril*, *Celso Furtado*, *Valmir Mota de Oliveira* y *Contestado*. Los procedimientos metodológicos incluyeron investigación bibliográfica, registros fotográficos, entrevistas semiestructuradas, observaciones y notas, entre otros. Consideramos que la investigación científica sobre territorialidades es una posibilidad de lectura sobre el desarrollo de los asentamientos y la lucha, que empieza desde la conquista de los territorios, revelando los conflictos y las contradicciones que hacen parte de dicho proceso y son generados desde la relación antagónica entre agronegocios y campesinado. Comprendemos que las territorialidades subordinadas resultan de la monopolización, del uso del territorio campesino por el capital, que conlleva en la apropiación de la renta de la tierra campesina por los distintos sectores del capital y de la intervención directa en la forma de organización de los territorios. Desde nuestra investigación, identificamos cuatro tipos de territorialidades subordinadas: inserción en el sistema productivo y patrón tecnológico del agronegocio, integración a la agroindustria, arrendamiento parcial de parcela de tierra agrícola y arrendamiento total de la parcela. Por otro lado, entendemos que las territorialidades emancipadoras resultan del uso del territorio campesino por el campesino. Ellas son resistencias territoriales, que buscan la conquista de mayor nivel de soberanía y autonomía para los sujetos. Con relación a las territorialidades emancipadas, identificamos seis tipologías: producción de alimentos para el autoconsumo, cooperación/asociación campesina, agroindustria campesina, educación campesina, prácticas agroecológicas y mercados campesinos. Esos dos procesos (subordinación y emancipación) son influenciados por diversos elementos internos y externos a los territorios campesinos. La subordinación y la emancipación no son procesos lineares, pues, en la realidad, representan dos polos que, desde ellos, se materializan en los territorios inúmeras combinaciones de formas de territorialidades subordinadas y emancipadas, resultando en diferentes niveles de emancipación y subordinación. No consideramos que la subordinación es completamente negativa, principalmente, teniendo en cuenta que, en algunos contextos, ella es asumida por los campesinos como forma de permanecer en el campo. Así, comprendemos que la (re)producción campesina se realiza tanto por intermedio de la emancipación como de la subordinación. Los análisis que realizamos, a lo largo de los capítulos, tienen como periodo de referencia los cuatro años del gobierno de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Cuando propusimos ese tema de investigación, teníamos como hipótesis que, en dicho periodo, la subordinación campesina sería fortalecida en los asentamientos, teniendo en cuenta, la decadencia de las políticas públicas y la postura ideológica del gobierno, contraria a la reforma agraria. Consideramos que esa hipótesis responde parcialmente a la pregunta antes planteada, teniendo en cuenta que, como buscamos demostrar, en el período de gobierno de Bolsonaro, también se ha ampliado la lucha y la construcción de estrategias, que alcanzaron mayores niveles de autonomía y emancipación en distintas dimensiones y escalas. Además de los asentamientos de reforma agraria en Paraná, en esta tesis, también incorporamos algunos análisis y reflexiones, referentes a la producción de territorialidades subordinadas y emancipadoras en territorios de agricultores *crofters*, en la isla Skye, en Escocia. En síntesis, los *crofters* son campesinos escoceses que se definen como pequeños productores de alimentos, normalmente arrendatarios, que, a pesar de la distancia y de las diferencias, poseen diversos elementos

similares a los campesinos brasileños. Las discusiones relacionadas a esos territorios son construidas desde la perspectiva teórica y conceptual que adoptamos para la tesis, y resultan de un intercambio de investigación en Reino Unido, que tuvimos la oportunidad de realizar durante nuestra investigación de doctorado.

**Palabras-clave:** territorio; resistencia; subordinación, campesino, *crofters*.



## **Lista de Quadros**

|                                                                                           |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1</b> - Assentamentos de reforma agrária do MST no Paraná estudados na pesquisa | 32  |
| <b>Quadro 2</b> - Trabalhos de campo realizados na pesquisa até fevereiro de 2023 .....   | 33  |
| <b>Quadro 3</b> – Resultados da política de reforma agrária 2019-2022 .....               | 105 |
| <b>Quadro 4</b> – Agroindústrias camponesas identificadas na pesquisa.....                | 218 |
| <b>Quadro 5</b> - Tipos de proprietários e área ocupada na Escócia.....                   | 264 |

## **Lista de Mapas**

|                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Mapa 1</b> - Assentamentos rurais selecionados para a pesquisa .....                           | 31  |
| <b>Mapa 2</b> – Número de assentamentos rurais conquistados no estado do Paraná 1981 - 2019 ..... | 125 |
| <b>Mapa 3</b> – Área de soja colhida no Paraná por hectare (2017) .....                           | 149 |
| <b>Mapa 4</b> - Espacialização das cooperativas do MST no Paraná .....                            | 206 |
| <b>Mapa 5</b> - Escolas municipais e estaduais ativas em assentamentos rurais no Paraná .....     | 227 |
| <b>Mapa 6</b> - Cidades que possuem lojas do Armazém do Campo no estado do Paraná .....           | 253 |
| <b>Mapa 7</b> – Localização da ilha de Skye, Escócia .....                                        | 262 |

## **Lista de Tabelas**

|                                                                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1</b> – Despesas e rendimentos da produção de soja na safra 2022 - 2023 – assentamento Valmir Mota de Oliveira..... | 157 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## **Lista de Gráficos**

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 1</b> - Recursos destinado ao PAA no estado do Paraná 2003 - 2020 .....                         | 110 |
| <b>Gráfico 2</b> - Liberação de agrotóxicos no Brasil 2016 - 2022 .....                                    | 113 |
| <b>Gráfico 3</b> - Preço médio pago pela saca de soja (no atacado) no estado do Paraná (2016 - 2022) ..... | 152 |

## **Lista de Figuras**

|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1</b> – Mapa conceitual-metodológico da pesquisa.....                                  | 29  |
| <b>Figura 2</b> - Representação do conceito de território.....                                   | 54  |
| <b>Figura 3</b> - Representação da tipologia de territórios .....                                | 56  |
| <b>Figura 4</b> – Modelo de desenvolvimento do agronegócio .....                                 | 72  |
| <b>Figura 5</b> – Modelo de desenvolvimento camponês .....                                       | 82  |
| <b>Figura 6</b> – Territorialidades subalternas e emancipadoras nos territórios camponeses.....  | 83  |
| <b>Figura 7</b> – Geografia das lutas camponesas no Paraná.....                                  | 128 |
| <b>Figura 8</b> – Croqui de territorialidade altamente subalterna no assentamento Eli Vive ..... | 146 |
| <b>Figura 9</b> – Croqui de territorialidade altamente subalterna no assentamento 12 de Abril .. | 147 |

|                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 10</b> – Croqui que expressa uma territorialidade híbrida, no assentamento Valmir Mota de Oliveira ..... | 148 |
| <b>Figura 11</b> - Croqui de territorialidade altamente emancipadora no assentamento Eli Vive                      | 193 |
| <b>Figura 12</b> - Logomarca da cooperativa COOPERROSA, em criação no assentamento Guanabara.....                  | 207 |
| <b>Figura 13</b> - Produtos das agroindústrias camponesas vinculadas ao MST no estado do Paraná .....              | 217 |
| <b>Figura 14</b> - Material de divulgação da 20ª Jornada de Agroecologia no Paraná.....                            | 237 |
| <b>Figura 15</b> – As concepções de agroecologia nas perspectivas camponesa e do agronegócio .....                 | 243 |

### **Lista de Painéis Fotográficos**

|                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Painel Fotográfico 1</b> – Diversidade produtiva em assentamentos de reforma agrária do Paraná.....                                         | 132 |
| <b>Painel Fotográfico 2</b> – Registros de um lote em que se realiza uma territorialidade híbrida no assentamento Valmir Mota de Oliveira..... | 147 |
| <b>Painel Fotográfico 3</b> – Produção de soja em assentamentos estudados .....                                                                | 154 |
| <b>Painel Fotográfico 4</b> – Produção de leite no assentamento Missões .....                                                                  | 163 |
| <b>Painel Fotográfico 5</b> – Produção de madeira no assentamento 12 de Abril .....                                                            | 172 |
| <b>Painel Fotográfico 6</b> – Produção de fumo no assentamento Celso Furtado.....                                                              | 176 |
| <b>Painel Fotográfico 7</b> – Infraestruturas da cooperativa Terra Livre, assentamento Contestado, Lapa .....                                  | 211 |
| <b>Painel Fotográfico 8</b> - Agroindústria camponesa de panificação – Cascavel .....                                                          | 218 |
| <b>Painel Fotográfico 9</b> - Agroindústria para beneficiamento e processamento de milho localizada no assentamento Eli Vive, Londrina .....   | 220 |
| <b>Painel Fotográfico 10</b> - Agroindústria de produtos agroecológicos - assentamento Contestado, Lapa .....                                  | 221 |
| <b>Painel Fotográfico 11</b> - Escolas do campo localizadas nos assentamentos da pesquisa.                                                     | 228 |
| <b>Painel Fotográfico 12</b> - Instalações da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento Contestado .....                 | 229 |
| <b>Painel Fotográfico 13</b> – Saúde popular aliada à agroecologia no assentamento Contestado .....                                            | 241 |
| <b>Painel Fotográfico 14</b> - Práticas agroecológicas nos assentamentos investigados.....                                                     | 244 |
| <b>Painel Fotográfico 15</b> – Produção diversa de alimentos para autoconsumo, Lower Breakish, Skye .....                                      | 290 |
| <b>Painel Fotográfico 16</b> – Estágio inicial da produção de alimentos orgânicos – Roag, Skye .....                                           | 292 |

## Lista de Fotos

|                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Foto 1</b> - Entrevista realizada com família camponesa no assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu .....                                         | 35  |
| <b>Foto 2</b> - Entrevista realizada com crofter representante do SCF, na Ilha de Skye, Escócia.                                                         | 38  |
| <b>Foto 3</b> – Exemplo de territorialidade uniforme / altamente subalterna: produção de soja no assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte.....   | 145 |
| <b>Foto 4</b> – Exemplo de tecnologias do agronegócio: maquinários utilizados na produção de grãos, no assentamento Celso Furtado .....                  | 156 |
| <b>Foto 5</b> – Placa localizada na entrada do assentamento Missões, em comemoração aos 20 anos da conquista do território .....                         | 161 |
| <b>Foto 6</b> – Gado leiteiro da assentada Marta Costa, no assentamento Guanabara.....                                                                   | 164 |
| <b>Foto 7</b> – Cultivo de eucalipto no assentamento Paulo Freire.....                                                                                   | 169 |
| <b>Foto 8</b> – Milho orgânico produzido no sistema de integração com a empresa Biorgânica .                                                             | 178 |
| <b>Foto 9</b> – Certificação de produção orgânica do assentado Geraldo Fagundes, emitida pela empresa IBD devido a integração à Biorgânica .....         | 179 |
| <b>Foto 10</b> – Horta e pomar de frutas para autoconsumo no assentamento Valmir Mota de Oliveira, Cascavel.....                                         | 196 |
| <b>Foto 11</b> – Criação de galinhas para consumo familiar no assentamento Monte Alto, Peabiru .....                                                     | 196 |
| <b>Foto 12</b> - Esterco de vaca produzido no lote, utilizado na adubação de frutas e hortaliças - assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte..... | 198 |
| <b>Foto 13</b> – Jerico utilizado no trabalho agrícola no assentamento Valmir Mota de Oliveira, Cascavel.....                                            | 199 |
| <b>Foto 14</b> - Sede da cooperativa COPACON, assentamento Eli Vive, Londrina.....                                                                       | 208 |
| <b>Foto 15</b> – PAC da cooperativa de crédito Crehnor, localizado em Quedas do Iguaçu .....                                                             | 212 |
| <b>Foto 16</b> - Espaço para produção agroecológica de alimentos destinados à ELAA - assentamento Contestado .....                                       | 231 |
| <b>Foto 17</b> - Colégio Estadual do Campo Centrão - assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte.....                                               | 233 |
| <b>Foto 18</b> - Horta agroecológica cultivada pela camponesa Sônia que integra o coletivo de mulheres do assentamento E3li Vive .....                   | 240 |
| <b>Foto 19</b> - Alimentos separados para comercialização via cooperativa COPACON, assentamento Guanabara.....                                           | 251 |
| <b>Foto 20</b> - Camponeses do assentamento Guanabara na Feira do Produtor de Imbaú .....                                                                | 254 |
| <b>Foto 21</b> - Entrega de sacolas agroecológicas do assentamento Guanabara em Telêmaco Borba.....                                                      | 255 |
| <b>Foto 22</b> - Registro de uma pastagem comum (common grazing) em Dunvegan, Ilha de Skye .....                                                         | 272 |
| <b>Foto 23</b> - Campo de pastagem de ovelhas na ilha de Skye.....                                                                                       | 285 |
| <b>Foto 24</b> – Casa de campo para locação localizada em um croft em Lower Breakish, Skye .....                                                         | 286 |

|                                                                                           |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Foto 25</b> – Croft inativo em Lower Breakish, Skye .....                              | 288 |
| <b>Foto 26</b> - Produtos disponíveis para venda em um croft em Lower Breakish, Skye..... | 291 |
| <b>Foto 27</b> - Solo fertilizado com algas marinhas, Dunvegan, Skye .....                | 293 |

### **Lista de siglas e abreviaturas**

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

APEC - Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, das Águas e das Florestas

APROLEITE - Associação dos Produtores de Leite do Município de Bituruna

ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

BANESTADO - Banco do Estado do Paraná

BEPE - Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior

CAP - European Union's Common Agricultural Policy – CAP

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CCA – Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná

CCU – Contrato de Concessão de Uso

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CPS - Cooperativa de Prestação de Serviço

COANA - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante

COANOP - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte

COASUL - Cooperativa Agroindustrial do Sudoeste

COCARI - Cooperativa Agropecuária e Industrial

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPAVEL - Cooperativa Agroindustrial de Cascavel

COOPERCONTESTADO - Cooperativa de comercialização de produtos da Reforma Agrária do Contestado

COPACON - Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista

COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

COPCRAF - Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar

CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária



CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CRB – Curso Realidade Brasileira  
CREHNOR - Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia  
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FPA – Frente Parlamentar Agropecuária  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IFPR – Instituto Federal do Paraná  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPA – Instituto Pensar Agropecuária  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária  
MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral  
MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná  
MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná  
MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná  
MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste  
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas  
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAC - Pontos de Atendimento Cooperativo  
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista  
PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário  
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PFL - Partido da Frente Liberal  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PQA – Paradigma da Questão Agrária  
PRNA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PSD - Partido Social Democrático  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REDE DATALUTA - Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios  
SCF – Scottish Crofting Federation  
SRB - Sociedade Rural Brasileira  
STRs - Sindicatos de Trabalhadores Rurais  
TD – Título de Domínio  
TQ – Território Quilombola  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UE – União Europeia  
UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFPR - Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                          |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                  | <b>21</b>  |
| OBJETIVOS E QUESTÕES ORIENTADORAS DA PESQUISA.....                                                                                       | 25         |
| APONTAMENTOS METODOLÓGICOS .....                                                                                                         | 27         |
| ESTRUTURA DA TESE .....                                                                                                                  | 38         |
| <b>1. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES EM DISPUTA: SUBALTERNIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA .....</b> | <b>42</b>  |
| 1.1 TERRITÓRIOS MATERIAIS E IMATERIAIS E OS ASSENTAMENTOS COMO UM TIPO DE TERRITÓRIO CAMPONÊS.....                                       | 44         |
| 1.2 DA TERRITORIALIDADE AS (PLURI)(MULTI)TERRITORIALIDADES NOS TERRITÓRIOS CAMPONESES .....                                              | 59         |
| 1.3 AGRICULTURA CAPITALISTA E A TERRITORIALIDADE SUBALTERNA NO TERRITÓRIO CAMPONÊS.....                                                  | 64         |
| 1.4 AGRICULTURA CAMPONESA E A TERRITORIALIDADE EMANCIPADORA NO TERRITÓRIO CAMPONÊS.....                                                  | 74         |
| <b>2. ELEMENTOS QUE INFLUENCIAM NOS PROCESSOS DE SUBALTERNIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO CAMPONESA.....</b>                                        | <b>85</b>  |
| 2.1 ELEMENTOS INTERNOS AOS TERRITÓRIOS CAMPONESES .....                                                                                  | 86         |
| 2.2 ELEMENTOS EXTERNOS AOS TERRITÓRIOS CAMPONESES .....                                                                                  | 91         |
| 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NO GOVERNO BOLSONARO .....                                                                           | 104        |
| <b>3. LUTAS CAMPONESAS E A CONQUISTA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ.....</b>                                              | <b>117</b> |
| 3.1 REFORMA AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS.....                                                                               | 118        |
| 3.2 EXPROPRIAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E AS LUTAS CAMPONESAS QUE CULMINARAM NA FORMAÇÃO DO MST .....                                     | 124        |
| 3.3 A CONQUISTA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ESTUDADOS NA PESQUISA .....                                                         | 133        |
| <b>4. OS TIPOS DE TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ.....</b>                                   | <b>144</b> |
| 4.1 INSERÇÃO NO SISTEMA PRODUTIVO E PADRÃO TECNOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO .....                                                              | 149        |
| 4.2 INTEGRAÇÃO À AGROINDÚSTRIA.....                                                                                                      | 173        |
| 4.3 ARRENDAMENTO PARCIAL E TOTAL DO LOTE .....                                                                                           | 182        |
| <b>5. OS TIPOS DE TERRITORIALIDADES EMANCIPADORAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ.....</b>                                 | <b>192</b> |
| 5.1 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO .....                                                                                         | 194        |
| 5.2 COOPERAÇÃO/ASSOCIAÇÃO CAMPONESA .....                                                                                                | 202        |
| 5.3 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO CAMPONESA.....                                                                                                  | 214        |
| 5.4 EDUCAÇÃO CAMPONESA .....                                                                                                             | 221        |
| 5.5 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS .....                                                                                                        | 235        |
| 5.6 MERCADOS CAMPONESES .....                                                                                                            | 249        |

|                                                                                                                                          |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>6. CONEXÕES ENTRE BRASIL E ESCÓCIA EM RELAÇÃO A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS E EMANCIPADORAS.....</b>                    | <b>258</b> |
| 6.1 QUESTÃO AGRÁRIA NA ESCÓCIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS EM COMPARAÇÃO AO BRASIL .....                                             | 260        |
| 6.2 AGRICULTURA <i>CROFTING</i> E O <i>SCOTTISH CROFTING FEDERATION (SCF)</i> .....                                                      | 270        |
| 6.3 TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS E EMANCIPADORAS PRODUZIDAS NOS TERRITÓRIOS DE <i>CROFTING</i> EM ANÁLISE COMPARATIVA COM O BRASIL..... | 283        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                         | <b>297</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                 | <b>302</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                      | <b>321</b> |

## INTRODUÇÃO

O campesinato brasileiro é constituído no seio da expansão do capitalismo, como produto e produtor das contradições desse sistema. A desterritorialização faz parte da trajetória desta classe no país, sendo que historicamente os camponeses são sujeitos que, frequentemente, buscam entrar/retornar à terra, mesmo que para isso a migração seja uma condição.

Nesse processo de busca para entrar/retornar à terra, os camponeses se organizaram e constituíram movimentos socioterritoriais, que configuram no principal mecanismo de conquista da territorialização e reterritorialização. Por meio da articulação e formação política, os sujeitos, enquanto coletivo, realizam ações propositivas e reivindicativas como jornadas, marchas, ocupações e acampamentos. Essas ações espacializam a luta pela terra e pressionam o Estado, desdobrando na criação de assentamentos e outras políticas de desenvolvimento territorial, as quais são implementadas em maior ou menor grau, desde diferentes perspectivas, segundo os contextos agrário e político, as ideologias e as intencionalidades dos governos.

A criação de um assentamento representa a conquista de um território para e pelo campesinato. Concebemos que o território é uma produção social, realizada a partir da apropriação do espaço. Nessa perspectiva, consideramos a multidimensionalidade, a multiescalaridade, a totalidade e a conflitualidade como propriedades do conceito de território que nos permite entender que existem diferentes territórios imateriais e materiais, sendo essas duas formas indissociáveis. Assim, o espaço de governança corresponde a um tipo de território (primeiro território), e no seu interior se produzem os territórios das propriedades (segundo território) e os territórios relacionais (terceiro território).

Portanto, compreendemos que os assentamentos de reforma agrária são um tipo de território camponês, que a nível de análise correspondem ao segundo território. Os assentamentos são criados a partir da negação da concentração fundiária e, neles, os camponeses, buscam construir um modelo de desenvolvimento para o campo contra-hegemônico, isto é, capaz de transcender o modelo proposto pelo agronegócio. Esses territórios são formados por relações sociais distintas das que constituem os territórios das propriedades capitalistas (propriedades do agronegócio/latifúndios). Sendo assim, muitas vezes, a criação/expansão dos territórios camponeses ocorre mediante a destruição/refluxo dos territórios do agronegócio/latifúndio e o contrário idem.

Enquanto territórios, os assentamentos são marcados pela permanente conflitualidade, disputas que se desenvolvem pelo controle das territorialidades. Em síntese, entendemos a territorialidade como propriedade e condição para a existência do território, que



expressa a forma de uso, isto é, as relações mantenedoras do território, as ações exercidas individual ou coletivamente para gerir o espaço de existência.

Essas disputas desdobram na produção de territorialidades subalternas e emancipadoras. Compreendemos as territorialidades subalternas como resultado da materialização de formas de uso do território típicas da agricultura capitalista no território camponês. Em outras palavras, a subalternização decorre da monopolização, do uso do território camponês pelo capital. Por meio desse processo, o capital interfere nas relações de produção, trabalho e na organização dos sítios camponeses, ao mesmo tempo, cria laços de dependência, que permitem a apropriação da renda da terra camponesa por parte do capital financeiro, industrial e comercial. O cultivo de monoculturas, como a soja, segundo o sistema produtivo do agronegócio, e a produção mediante contratos de integração junto às agroindústrias, são exemplos de tipologias de territorialidades subalternas.

Por outro lado, as territorialidades emancipadoras consistem no uso do território camponês pelo camponês, nas resistências territoriais, que visam a conquista de autonomia e soberania territorial. São territorialidades emancipadoras aquelas em que se produzem usos do território alinhados com o modo de saber, viver e fazer camponês, buscando escapar das amarras do capital, das relações de dependência, a partir de sistemas produtivos e tecnologias alternativas às produzidas pelo agronegócio e da criação de mercados camponeses. Entre as tipologias de territorialidade que identificamos como emancipadoras estão, por exemplo, a produção para o autoconsumo, a cooperação/associação camponesa e as práticas agroecológicas, caracterizadas por alinhar-se a lógica de sustento da vida camponesa, quer dizer, a ancestralidade, a produção diversa de base familiar em consonância com a natureza, a valorização das ações coletivas, entre outros, consistindo em um modo de luta política contra o avanço capitalista no campo.

A subalternização e a emancipação ocorrem em diferentes contextos, são processos multidimensionais, que envolvem as relações que os camponeses constroem entre si, com seus territórios e com a sociedade como um todo. Compreendemos que a subalternização contém a resistência, uma vez que os camponeses são sujeitos políticos, que mesmo em condições de subalternidade, lutam de diversas maneiras por maiores níveis de autonomia e soberania sobre seus territórios, seja através da produção de alimentos para o consumo familiar ou por meio da negociação de melhores condições de produção e comercialização junto às empresas. Paralelamente, assimilamos que a emancipação por mais elevada que seja não é absoluta, pois a autonomia dos camponeses no capitalismo é sempre relativa, sendo esses processos permeados por contradições e conflitualidades.

Desse modo, a subalternização e a emancipação não são processos lineares, na realidade, são processos complexos, que se materializam nos territórios a partir de diferentes

cruzamentos e conexões. Portanto, esses são dois polos e entre eles ocorrem uma diversidade de situações híbridas, as quais revelam diferentes formas e graus de emancipação e subalternização, indicando que os assentamentos são territórios de (multi)(pluri)territorialidades, ou seja, territórios em que se desenvolvem diferentes formas de uso simultaneamente, ou então, em períodos distintos.

Analisamos que a subalternização não pode ser considerada como algo totalmente negativo, tendo em vista que, em determinados momentos, ela é a alternativa para continuar no campo, frente por exemplo, a escassez de políticas públicas para a (re)produção camponesa mais autônoma, ou ainda, questões de ordem internas das famílias, como as condições de idade e saúde dos sujeitos, a disponibilidade de força de trabalho familiar, de recursos financeiros etc. Dessa forma, a (re)criação camponesa ocorre tanto por meio da emancipação, quanto da subalternização. As territorialidades nos assentamentos estão em permanente transformação e os níveis de subalternização e emancipação variam constantemente de acordo com a dinâmica e equilíbrio entre vários elementos internos e externos aos territórios camponeses.

Tais questões passam pelas relações de poder e conflitualidades desenvolvidas não apenas no território propriedade, mas também nos outros tipos de território materiais e imateriais, organizados em diferentes escalas. Esse processo é permeado pelo debate paradigmático entre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), que se configuram nos dois principais modelos interpretativos sobre o campo e da agricultura no mundo. Enquanto territórios imateriais, os paradigmas influenciam diretamente nas instituições, nos governos e, por conseguinte, na conformação dos territórios materiais camponeses e capitalistas.

Compreendemos que a análise dos nuances e dos diversos elementos que se relacionam com a produção de territorialidades subalternas e emancipadoras nos assentamentos representa a construção de uma leitura, que permite apreender as conflitualidades e contradições que permeiam o desenvolvimento da agricultura e do campo, dos assentamentos rurais e da reforma agrária. A partir dessa leitura podemos pensar sobre as tendências paradigmáticas e condições estruturantes que envolvem esses processos.

A pesquisa propõe contribuir para a desconstrução de preconceitos como aqueles gerados a partir de raciocínios lineares que entendem a agricultura camponesa como atrasada e residual, bem como, aqueles que pregam que os assentados são “aproveitadores”, que nada produzem, que praticam a mesma forma de agricultura que o agronegócio, ou então, que são sujeitos que normalmente arrendam e vendem seus lotes.

As discussões presentes neste trabalho têm como centralidade a compreensão da produção de territorialidades subalternas e emancipadoras a partir de assentamentos ligados

ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em função deste ser um dos protagonistas na luta pela terra no Brasil. Além disso, as discussões têm como recorte espacial assentamentos localizados no Paraná, sendo que para isso, selecionamos dez territórios nas diferentes mesorregiões do estado, sendo eles: Pontal do Tigre, Eli Vive, Paulo Freire, Monte Alto, Guanabara, Celso Furtado, Valmir Mota de Oliveira, Missões, 12 de Abril e Contestado.

Consideramos que somados, esses territórios revelam questões estruturantes no que concerne a apropriação e o uso da terra no estado, momentos políticos diversos, mudanças nas estratégias de lutas construídas pelo Movimento, transformações nas relações sociais e nas conflitualidades. Portanto, revelam contrastes espaciais e temporais, assim como a diversidade produtiva dos territórios camponeses, os processos predominantes no que se refere a subalternização e quais estratégias têm sido construídas para a conquista de maiores níveis de autonomia, soberania territorial e, consecutivamente, emancipação.

Como recorte temporal, a pesquisa baseia-se, principalmente, no período entre 2019 e 2022, o que nos permite analisar os impactos para os territórios e agricultura camponesa gerados a partir do governo de Jair Messias Bolsonaro. É válido pontuar que o governo Bolsonaro foi eleito com apoio de setores ligados aos ruralistas e ao agronegócio. Além disso, se caracterizou como um governo de extrema direita, neoliberal, contrário a reforma agrária e aos movimentos socioterritoriais, chegando Bolsonaro a declarar algumas vezes que considerava o MST um movimento terrorista.

Nesse sentido, quando propusemos a realização da pesquisa tínhamos como finalidade responder a seguinte questão: diante da conjuntura política delineada, qual seria a propensão de desenvolvimento dos assentamentos e da agricultura camponesa? Isto é, dada a postura do governo de ruptura de políticas públicas importantes para a agricultura camponesa e de repressão dos movimentos e da luta pela terra, a tendência seria a ampliação da subalternização camponesa? Ou o cenário desfavorável impulsionaria os camponeses a construir novas estratégias de organização, articulação, resistência e luta, visando construir territorialidades e formas de (re)produção autônomas e emancipadoras?

Nossa hipótese inicial era de que nesse período o contexto político desdobraria na ampliação da subalternização camponesa, o que dependendo da situação, poderia levar parcela das famílias a desterritorialização. No decorrer da pesquisa percebemos que essa hipótese responde parcialmente à questão. Alguns tipos de territorialidade subalterna, como a inserção dos assentados no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, realmente se expandiram nos assentamentos, especialmente nos últimos anos, em função de uma série de elementos, os quais procuramos analisar nesse trabalho. No entanto, paralelamente, os camponeses também remodelaram e ampliaram os mecanismos de luta e

resistência, visando alcançar maiores níveis de autonomia e emancipação. Para nós, esse ponto demonstra a capacidade dos camponeses de resiliência, de reinventar e construir novas estratégias, conforme a leitura da realidade.

Embora o recorte adotado na pesquisa tenha sido esses dez assentamentos no Paraná, ponderamos que os tipos de territorialidade subalternas e emancipadoras identificadas também são produzidas em outros assentamentos tanto no estado, quanto no Brasil, tendo em vista a hegemonia do agronegócio no país enquanto modelo de desenvolvimento, e a tendência da agricultura capitalista em buscar homogeneizar as relações sociais, produtivas etc., Contudo, não podemos deixar de considerar que esse processo não ocorre sem resistência, construída de diversas formas, na multidimensionalidade e multiescalaridade do território.

Portanto, compreendemos que o estudo das territorialidades é uma possibilidade de leitura das contradições e conflitualidades que permeiam o campo e a agricultura que pode ser aplicada a diferentes escalas e realidades. Além das territorialidades subalternas e emancipadoras nos assentamentos de reforma agrária no Paraná, tivemos a oportunidade de desenvolver, também durante o doutorado, um estudo investigando as territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas pelos *crofters* (camponeses escoceses), ligados ao movimento *Scottish Crofting Federation* (SCF)<sup>1</sup>, na ilha de Skye, Escócia. Essa pesquisa complementar é decorrente da realização de um estágio de pesquisa no Reino Unido, com duração de seis meses, vinculado à Universidade de Cardiff (*Cardiff University*) e sob a supervisão do professor Dr. Antonio Ioris.

Consideramos que a partir da pesquisa, pudemos enriquecer nossas análises e reflexões, bem como identificar uma série de diferenças e similaridades no que se refere o desenvolvimento da agricultura, os processos de expropriação e desterritorialização, as lutas por reforma agrária e as formas de uso do território, que nos levaram a compreensão de que existem mais conexões entre os camponeses brasileiros e escoceses do que imaginamos inicialmente, quando pensando na possibilidade do estudo. Considerando tais elementos, os resultados desta pesquisa estão incorporados à tese, especialmente no sexto capítulo.

## OBJETIVOS E QUESTÕES ORIENTADORAS DA PESQUISA

Conforme já apontamos, a centralidade desta tese é o estudo da produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em assentamentos de reforma agrária. A partir deste horizonte, temos como objetivos específicos:

---

<sup>1</sup> Tradução: Federação Escocesa de *Crofting*.

- Compreender os desafios enfrentados para conquistar as condições de existência e reprodução do modo de vida camponês nos assentamentos, assim como, quais processos levam os assentados aos diversos graus e formas de subalternização e emancipação em seus territórios;
- Entender a importância do MST para o fortalecimento, resistência e emancipação camponesa, e quais têm sido os desafios e as estratégias implementadas no sentido de aumentar a autonomia e/ou construir territorialidades emancipadoras;
- Identificar os tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras, a fim de reconhecer as formas de uso camponesas e capitalistas do território nos assentamentos, ajudando a pensar nas contradições, conflitualidades e cruzamentos entre essas duas formas, assim como, quais são as tendências de desenvolvimento da agricultura e do campo no estado do Paraná;
- Analisar quais são os elementos que influenciam na produção das territorialidades nos assentamentos;
- Averiguar de que forma esses camponeses avaliam suas práticas produtivas, as vantagens e desvantagens dos sistemas produtivos utilizados na multidimensionalidade do território.

Com base nesses objetivos, formulamos questões orientadoras no sentido de compreender, por exemplo: Como é a história de luta pela terra das famílias camponesas e o processo de conquista dos assentamentos? Como se organiza a rotina e a divisão do trabalho no lote e suas possíveis variações ao longo do ano? Os camponeses fazem uso do trabalho acessório em determinados períodos? A mão de obra familiar é suficiente para as atividades desenvolvidas no lote? Quais são os tipos de produções e modelos produtivos presentes nos assentamentos? Como os camponeses entendem o vínculo com cooperativas, associações e demais grupos de produção? Quais fatores influenciam nos tipos de territorialidades materializadas nos territórios camponeses? Qual é o papel da proposta pedagógica e escolas do MST para a emancipação camponesa? Como se desenvolvem as relações de arrendamento e quem são os arrendatários? Quais mudanças os assentados notaram nos últimos anos, no que tange as políticas públicas, os mercados institucionais? Qual a importância e contribuição, em suas avaliações, de fazer parte de um movimento socioterritorial, como o MST?

A pesquisa na Escócia foi desenvolvida uníssona à pesquisa no Brasil e, portanto, foi formulada a partir de objetivos semelhantes e de análises que buscaram comparar os *crofters* aos camponeses estudados no Brasil, bem como, o SCF ao MST. Assim, enquanto questões principais, procuramos responder: quais tipos de territorialidades subalternas e

emancipadoras são produzidas pelos *crofters* em seus territórios e quais as diferenças e similaridades em relação as territorialidades produzidas pelos camponeses estudados no Paraná? Quais são as formas de organização comunitárias, estratégias de luta e resistência desses sujeitos? Qual o papel do SCF para o fortalecimento, organização e participação dos *crofters* nos espaços políticos? As mudanças na política agrícola do Reino Unido, decorrentes do Brexit produzem impactos nas territorialidades e territórios *crofters*?

Essas questões e outras formuladas conforme o caminhar do estudo (no Brasil e na Escócia), permearam toda a pesquisa e orientaram os procedimentos metodológicos.

## APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo da leitura de Fernandes (2013a), compreendemos que as ideias significam leituras, formas de interpretação da realidade, que consistem em territórios imateriais e contêm a expressão do método, das teorias e metodologias daqueles que as constroem. Sua manifestação representa a proposição de um debate, o que traz a possibilidade de participação de pensadores vinculados à diferentes correntes de pensamento, revelando o caráter coletivo da ciência.

Segundo o autor, o método pode ser definido como pensamento pensante, enquanto a teoria representa o pensamento pensado. O movimento entre esses dois pontos e a realidade reflete nos conceitos e em suas significações. Em consonância com Fernandes (2013a), entendemos que o método (pensamento pensante) não é uma construção individual, mas sim proveniente do conjunto de elaborações realizadas por um determinado coletivo de pensamento no processo de construção de seu estilo de pensamento (FLECK, [1935], 2010), que se configura em uma forma de percepção direcionada.

Com base nessa perspectiva, podemos compreender que esta pesquisa está associada à coletivos de pensamento e contribui para a construção de um estilo de pensamento. Assim, ao mesmo tempo em que é resultado, ela dialoga com uma série de outras pesquisas passadas e presentes desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA), contribuindo para a construção e atualização de conceitos, de acordo com as transformações da realidade, bem como, para a produção de uma forma original de leitura da realidade referente à questão agrária, que tem o território como conceito-chave, categoria de análise.

Dessa forma, a definição do nosso objeto de pesquisa, que no caso é a produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em assentamentos de reforma agrária, foi resultado da trajetória de trabalho e do pensamento pensante construído no interior desses



coletivos de pensamento (NERA e Rede DATALUTA), que têm como interesse investigativo questões como as produções e disputas territoriais. Considerando que, em síntese, as territorialidades podem ser definidas como formas de uso do território, avaliamos que o estudo delas é uma opção teórico-metodológica viável para apreender a conflitualidade nos territórios camponeses, as resistências e tendências de desenvolvimento da agricultura.

Podemos conceber que o NERA e a Rede DATALUTA, enquanto coletivos de pensamento, representam territórios paradigmáticos, que também produzem espaços e territórios imateriais e materiais a partir de suas relações, estilos de pensamento, sistemas de ações e postura político-ideológica, exprimindo uma forma de leitura da realidade (CAMPOS, 2012; FERNANDES, 2013a). O pensamento crítico tem sido a opção metodológica que de maneira geral tem orientado os estudos construídos no interior destes coletivos.

Em nossa pesquisa, procuramos compreender a produção de territorialidades subalternas e emancipadoras também com base no pensamento crítico e em uma perspectiva que relacione teoria e realidade, tendo o território como categoria de análise principal. Consideramos que a pesquisa trata de um objeto de estudo complexo, que precisa ser trabalhado de forma processual, abarcando as contradições, historicidades, desafio e complexidades dos territórios camponeses, assim como, as resistências construídas na constante conflitualidade entre a agricultura camponesa e o agronegócio, sistemas que propõem modelos de desenvolvimento distintos para o campo, assim como discutiremos no decorrer do trabalho.

Buscamos construir nosso pensamento pensante de forma associada ao debate paradigmático entre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Conforme aprofundaremos adiante, os paradigmas são territórios imateriais, visões de mundo, modelos interpretativos da realidade. O PQA parte da existência de uma questão agrária estrutural, na qual a conflitualidade é um elemento e a solução para as desigualdades e problemas do campo passa pela superação do capitalismo. Já no PCA, a questão agrária é conjuntural, sendo que a solução para as desigualdades e problemas do campo se efetiva por meio do próprio sistema capitalista, via incorporação de tecnologias e integração do camponês ao mercado (CAMPOS, 2012; FERNANDES, 2013a; 2013b; 2016).

Essas duas visões de mundo são opostas e oferecem elementos distintos para interpretar o campesinato, a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura e do campo de modo geral. As análises do PCA se limitam a lógica do capital. Por outro lado, as análises do PQA partem da resistência e da luta pela emancipação camponesa. Portanto, dizer que buscamos construir nosso pensamento pensante com base na leitura do debate paradigmático significa que objetivamos pensar nosso tema por meio da confrontação entre

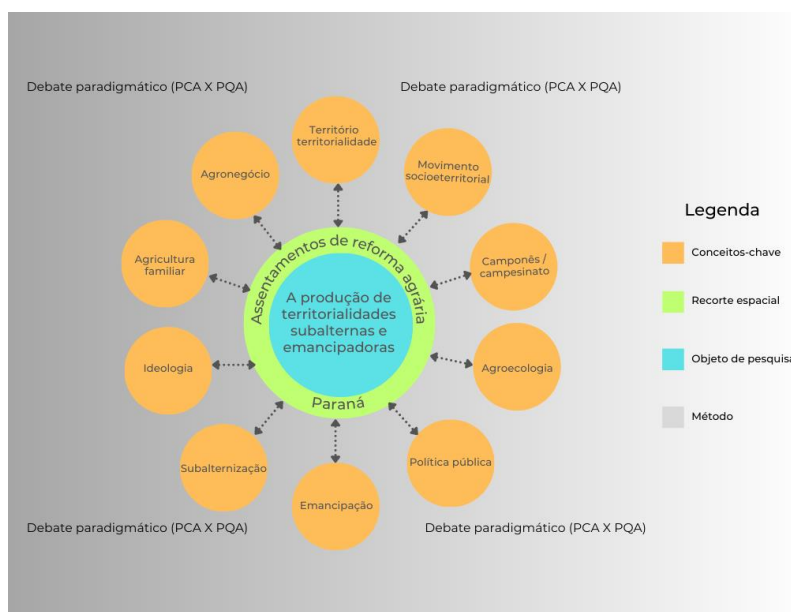
duas diferentes perspectivas, explicitando as contradições e conflitualidades (FELÍCIO, 2011; CAMPOS, 2012).

O debate do pensamento pensante no contexto dos paradigmas nos permite pensar nosso objeto de forma dialética, a partir de uma tese, fundamentada na lógica do PQA, de que a (re)produção camponesa está diretamente relacionada à luta pelo território, à produção de territorialidades emancipadoras e construção de um modelo de desenvolvimento camponês, alternativo ao agronegócio. Paralelamente, também nos permite pensar a partir de sua antítese, baseada no PCA, que defende que a (re)produção camponesa no sistema capitalista só pode ser realizada de maneira subalterna e integrada ao capital.

Desta confrontação, buscamos construir uma síntese, em que as análises efetuadas apontam para a constatação de que a (re)produção camponesa ocorre tanto na emancipação, quanto na subalternização, sendo esses processos complexos, contraditórios e dinâmicos, que estão em permanente transformação. Sendo assim, os níveis de subalternização e emancipação variam conforme os contextos agrário e político, a correlação de forças nos diferentes tipos e escalas de território, dentre uma série de outros elementos.

Com base no exposto, exibimos na Figura 1 o mapa conceitual-metodológico da pesquisa, em que relacionamos o objeto do estudo e os principais conceitos a serem trabalhados, tendo o debate paradigmático como pano de fundo, que permeia as análises e reflexões construídas na tese.

**Figura 1 – Mapa conceitual-metodológico da pesquisa**



**Organização:** JORGE, 2023.

Para trabalhar os conceitos-chave, buscamos dialogar com diversos autores. Os conceitos de território e territorialidade são debatidos a partir de Raffestin (1993); Fernandes

(2008b; 2009); Haesbaert (2004; 2007; 2009); Saquet (2009); entre outros. Movimento socioterritorial é discutido desde as leituras de Fernandes (2005; 2023), Martin e Fernandes (2004), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016). Camponês/campesinato é compreendido através de Martins (1981), Oliveira (2001) e Marques (2008). Agricultura familiar parte da leitura de Abramovay (1990), Campos (2012) e Fernandes (2014; 2016). Agronegócio é discutido com base em Fernandes e Silva (2023), Pompeia (2021) e Ioris (2017). Os conceitos de emancipação e subalternização são pensados, principalmente, por meio de Roos (2015), Origuéla (2019) e Paulino (2004).

Avaliamos que construir o pensamento analítico da tese via debate paradigmático consiste em uma leitura da realidade situada no campo da geografia agrária que, por conseguinte, também é uma leitura territorial, e nos permite entender a indissociabilidade entre os diferentes territórios, bem como, a conflitualidade entre eles. Assim, além dos tipos, podemos compreender quais são os elementos relacionados à produção das territorialidades e as tendências de desenvolvimento, considerando o território em sua multidimensionalidade.

Em consonância com o objeto, o método e os conceitos-chave da pesquisa, também definimos as metodologias a serem utilizadas, que se dividem entre procedimentos teóricos e práticos. Com relação aos teóricos, destacamos a pesquisa bibliográfica de teses, dissertações, livros, artigos científicos etc. Além disso, analisamos dados estatísticos, fontes documentais e jornalísticas, provenientes de órgãos governamentais e relatórios de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA).

Os procedimentos teóricos consistiram no ponto de partida da pesquisa e forneceram elementos para a condução da parte prática. Esta etapa correspondeu aos trabalhos de campo, cujos resultados permeiam esta tese em sua totalidade, consistindo no ápice do estudo. De acordo com Kaiser (2006), os trabalhos de campo são essenciais na perspectiva geográfica para descobrir a realidade de um subsistema social dentro da complexidade, permitindo penetrar nas relações de produção, explorar os níveis ideológico, político e cultural da dinâmica social e recolher elementos necessários para interpretação e explicação do problema investigado.

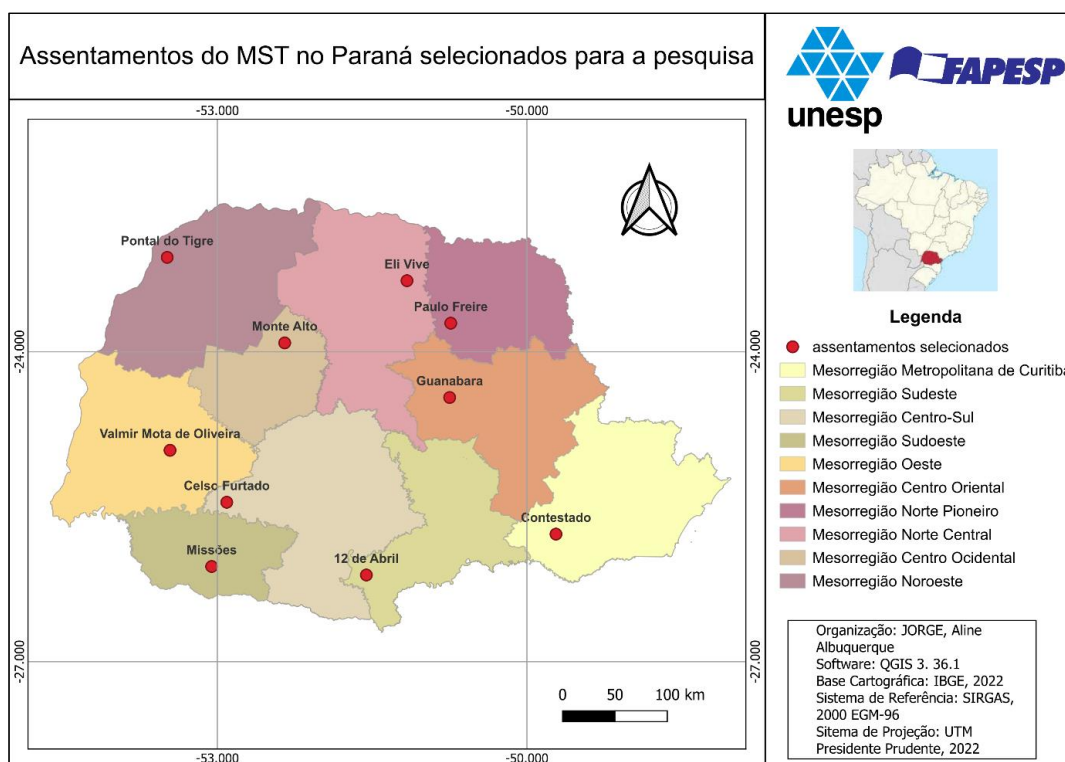
Assim como já mencionamos, o recorte espacial da pesquisa corresponde ao estado do Paraná. A escolha de trabalhar com este estado em questão se justifica por diversas razões. Dentre elas, o Paraná é um estado economicamente bastante vinculado às atividades agropecuárias. Sua história é marcada por uma série de processos de expropriação e desterritorialização, que refletiram em diversos conflitos por terra e na organização dos povos excluídos do campo, por meio da formação de movimentos socioterritoriais regionais. A

organização desses movimentos foi importante para a formação do MST, enquanto movimento nacional aglutinador das experiências e reivindicações camponesas.

Consideramos que esses são processos passados que reverberam na atualidade, demonstrando a complexidade da questão agrária paranaense. Além dos pontos elencados, também justificamos a escolha do Paraná como recorte para a pesquisa por este ser nosso estado de origem, portanto, a pesquisa nos possibilita contribuir para a compreensão de elementos importantes relacionados à política de reforma agrária, desenvolvimento dos assentamentos e tendências da agricultura, no que consideramos ser nosso território.

Tendo em vista a impossibilidade de trabalhar com todos os assentamentos do Paraná, em razão do elevado número, decidimos selecionar uma amostra, composta pelo total de dez assentamentos, localizados um em cada mesorregião do estado (MAPA 1), sendo eles: Pontal do Tigre, Eli Vive, Paulo Freire, Monte Alto, Guanabara, Celso Furtado, Valmir Mota de Oliveira, Missões, 12 de Abril e Contestado.

**Mapa 1** - Assentamentos rurais selecionados para a pesquisa



**Organização:** JORGE, 2022.

A escolha desses assentamentos não foi aleatória. Como critérios, definimos trabalhar com territórios conquistados em diferentes períodos, de dimensões variadas e que fossem representativos, considerando as territorialidades predominantes na mesorregião. A partir desses parâmetros, iniciamos o diálogo com lideranças regionais do MST que já conhecíamos, buscando definir junto ao Movimento quais territórios seriam investigados. No

Quadro 1 apresentamos a sistematização de informações referentes a criação, proporção e localização dos assentamentos em questão.

**Quadro 1** - Assentamentos de reforma agrária do MST no Paraná estudados na pesquisa

| Nome do assentamento    | Mesorregião               | Município             | Famílias assentadas | Área (há)   | Data de criação |
|-------------------------|---------------------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------|
| Pontal do Tigre         | Noroeste                  | Querência do Norte    | 334                 | 8.096,1     | 19/12/1995      |
| Eli Vive I e II         | Norte Central             | Londrina              | 498                 | 7.313,0665  | 25/05/2010      |
| Paulo Freire            | Norte Pioneiro            | São Jerônimo da Serra | 71                  | 1.746,03    | 25/08/1998      |
| Guanabara               | Centro Oriental           | Imbaú                 | 35                  | 1.183,38    | 30/11/1995      |
| Monte Alto              | Centro Ocidental          | Peabiru               | 17                  | 378,81      | 22/12/1998      |
| Valmir Mota de Oliveira | Oeste                     | Cascavel              | 82                  | 889,5060    | 13/12/2010      |
| Celso Furtado           | Centro Sul                | Quedas do Iguaçu      | 1004                | 23.585,1123 | 06/12/2004      |
| Missões                 | Sudoeste                  | Francisco Beltrão     | 135                 | 1.983,4366  | 18/12/1997      |
| 12 de Abril             | Sudeste                   | Bituruna              | 209                 | 5.800       | 25/11/1998      |
| Contestado              | Metropolitana de Curitiba | Lapa                  | 110                 | 3.228       | 29/11/2000      |

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2017.

**Organização:** JORGE, 2022.

Inicialmente, havíamos planejado realizar os contatos com as lideranças de modo presencial. Contudo, a pesquisa foi impactada pela pandemia de Covid-19 e, consecutivamente, pelas medidas de isolamento social. Considerando a necessidade de dar andamento aos procedimentos metodológicos, em função dos prazos estabelecidos, optamos por realizar contato com as lideranças por meio de ligações telefônicas, reuniões através do *Google Meet*, mensagens de texto e voz via *Whatsapp*.

Nestas ocasiões, explicamos a proposta, a justificativa, os objetivos, e encaminhamos (quando solicitado) o projeto para apreciação. Com estas aproximações, conseguimos ter uma noção geral das formas de uso do território produzidas em cada região, dos desafios e contradições, bem como, das estratégias de resistência à subalternização. Esta etapa demorou mais do que havíamos planejado inicialmente, talvez em razão do próprio contexto.

A apresentação da pesquisa demandou de diversos momentos de diálogo, sendo que, normalmente, após compreender os contornos gerais da proposta, as lideranças debatiam internamente e depois nos retornavam com a indicação de qual assentamento seria relevante para o estudo e de possíveis datas para futuros trabalhos de campo. A partir dos contatos que possuíamos a princípio, fomos buscando outros em mesorregiões que ainda não conhecíamos. Assim, formamos ao longo da pesquisa uma rede de contatos com

camponeses e lideranças do MST em todo o estado, a qual ainda mantemos, por meio da troca de informações e divulgação de publicações produzidas ao longo do estudo.

Iniciamos efetivamente os trabalhos de campo no segundo semestre de 2021, porém ainda com limitações, dada a pandemia. Os primeiros campos realizados foram nos assentamentos Paulo Freire, Pontal do Tigre, Monte Alto e Guanabara. Em 2022, efetuamos os campos nos assentamentos Missões, 12 de Abril, Valmir Mota de Oliveira, Celso Furtado e Eli Vive, mediante a flexibilização de decretos e a melhorias das condições referentes à crise sanitária. Por último, em 2023, concluímos esta etapa, através do campo no assentamento Contestado. Além da coleta de materiais, dados e informações para a pesquisa, essas foram oportunidades para realizarmos trocas de experiências e construirmos relações de confiança com os assentados.

A duração de cada campo variou conforme a distância a ser percorrida; o nível de dificuldade para se chegar ao assentamento ou se deslocar entre os lotes; a possibilidade de coletar dados e informações com pessoas de fora do assentamento, como representantes de associações, cooperativas, órgãos públicos etc. Outro elemento importante, foi o limite de dias que os próprios assentados colocaram para a realização da atividade, considerando que ter alguém de fora circulando pelo território, visitando vários lotes, coletando informações, também é uma questão que interfere na dinâmica dos assentamentos. No Quadro 2, apresentamos o período e o total de famílias visitadas em cada assentamento na ocasião dos trabalhos de campo.

**Quadro 2** - Trabalhos de campo realizados na pesquisa até fevereiro de 2023

| <b>Nome do Assentamento</b> | <b>Mesorregião</b>        | <b>Município</b>      | <b>Período de realização do campo</b> | <b>Número de famílias visitadas</b> |
|-----------------------------|---------------------------|-----------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Guanabara                   | Centro Oriental           | Imbaú                 | 07/08/2021 a 09/08/2021               | 12                                  |
| Paulo Freire                | Norte Pioneiro            | São Jerônimo da Serra | 11/09/20021                           | 5                                   |
| Monte Alto                  | Centro Ocidental          | Peabiru               | 22/10/2021                            | 3                                   |
| Pontal do Tigre             | Noroeste                  | Querência do Norte    | 13/12/2021 a 15/12/2021               | 8                                   |
| Eli Vive                    | Norte Central             | Londrina              | 04/05/2022 a 07/05/2022               | 8                                   |
| 12 de Abril                 | Sudeste                   | Bituruna              | 13/06/2022 a 16/06/2022               | 7                                   |
| Missões                     | Sudoeste                  | Francisco Beltrão     | 04/07/2022 a 07/07/2022               | 10                                  |
| Valmir Mota de Oliveira     | Oeste                     | Cascavel              | 17/11/2022 a 18/11/2022               | 7                                   |
| Celso Furtado               | Centro Sul                | Quedas do Iguaçu      | 20/11/2022 a 21/11/2022               | 10                                  |
| Contestado                  | Metropolitana de Curitiba | Lapa                  | 10/12/2023 a 12/12/2023               | 5                                   |

**Organização:** JORGE, 2023.

A partir das informações expostas nos quadros 1 e 2, podemos averiguar que não houve preocupação em relação a proporcionalidade entre o número de famílias visitadas e o total de famílias de cada assentamento. Contudo, entendemos que está não é uma questão que compromete a pesquisa, tendo em vista, seu caráter qualitativo. A quantidade de famílias que participaram do estudo em cada um dos territórios investigados foi determinada por diversos fatores, como o tempo estipulado para a realização do campo, a disponibilidade dos assentados em nos receber e o nível de detalhamento e profundidade das informações coletadas nas conversas (informais e formais).

As incursões nesses territórios permitiram o acesso à documentos, como notas fiscais, certificações de produção orgânica/agroecológica, planilhas de custos etc., que ajudaram a entender, por exemplo, as diferenças entre o sistema produtivo convencional e as práticas orgânicas/agroecológicas, bem como, os processos de apropriação da renda da terra camponesa. Além disso, nessas oportunidades foi possível realizar diversas anotações em caderno de campo, a partir de observações de atividades cotidianas, dados e informações compartilhadas em conversas informais. Entendemos que este procedimento é relevante, pois, frequentemente, os camponeses se sentem mais confortáveis nas conversas informais - que acontecem durante o almoço, café da tarde e nas rodas de chimarrão - do que nas conversas formais, revelando informações que muitas vezes não aparecem nas gravações.

O registro fotográfico foi outro procedimento importante realizado nos campos. Através das fotografias, captamos os diferentes cultivos/atividades econômicas, os sistemas produtivos, as tecnologias desenvolvidas para produção e comercialização de alimentos e as atividades organizativas do MST.

Na mesma linha, também efetuamos entrevistas semiestruturadas, no sentido de compreender uma série de questões relacionadas as conflitualidades, complexidades e contradições no processo de (re)produção camponesa nos assentamentos. Conforme Colognese e Melo (1998), partimos do entendimento de que as entrevistas são conversas interessadas, consistindo em uma metodologia de interação social entre o entrevistador (pesquisador) e o entrevistado, com objetivo de conseguir informações pertinentes à pesquisa. Optamos por trabalhar com entrevistas semiestruturadas, orais, formais, com roteiro específico e registradas com uso de gravador.

O número de entrevistas acompanhou a quantidade de famílias visitadas em cada assentamento, sendo que algumas delas foram realizadas coletivamente, contemplando o conjunto das famílias, e outras foram realizadas individualmente. A definição dos entrevistados ocorreu tanto através indicações efetuadas pelas lideranças locais e assentados, quanto diante a identificação de casos mais representativos para a pesquisa.



Em alguns trabalhos de campo, além dos camponeses assentados, realizamos entrevistas com outros sujeitos. No campo realizado em Imbaú, acompanhamos a entrega de sacolas agroecológicas comercializadas pelos camponeses do assentamento Guanabara, na cidade de Telêmaco Borba, aproveitando a oportunidade para entrevistar os consumidores. Em Querência do Norte entrevistamos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município e de órgãos de assistência técnica. Em Londrina, entrevistamos o presidente da Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), criada pelo MST e localizada no assentamento Eli Vive. Em Quedas do Iguaçu, entrevistamos responsáveis pela Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná (CREHNOR), também criada pelo MST. Em Francisco Beltrão, entrevistamos representantes da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), instituição que contribuiu com a organização camponesa, formação do MST no Paraná e conquista de assentamentos, desenvolvendo na atualidade diversos projetos voltados à educação do campo e a agroecologia, sobretudo no Sudoeste paranaense.

Ao longo de todo trabalho citamos trechos das entrevistas. Para identificar as falas utilizamos nomes fictícios, a fim de preservar a identidade dos entrevistados. A Foto 1 registra uma das entrevistas realizadas com uma família camponesa durante o trabalho de campo no assentamento Celso Furtado.

**Foto 1** - Entrevista realizada com família camponesa no assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu



**Fonte:** JORGE, 2022.

Outro procedimento realizado nos trabalhos de campo foi a produção de croquis, sendo essa uma metodologia que nos permite compreender a organização interna dos territórios camponeses, a partir do olhar dos próprios assentados, bem como, entender as diferenças entre os territórios em que as territorialidades são predominantemente subalternas

e aqueles em que as territorialidades são predominantemente emancipadoras. Para a criação dos croquis, fornecemos uma folha de papel em branco, lápis e borracha aos assentados e pedimos para que eles desenhasssem o próprio lote, representando onde se localiza a moradia, as infraestruturas, as áreas de plantio, os animais etc., indicando se ao longo do ano ocorriam modificações, por exemplo, alternância de cultivos. Posteriormente, comparamos os croquis criados com imagens, obtidas através do *Google Earth*, e optamos por reconstruí-los digitalmente, visando representar as informações de modo mais legível e didático.

Os croquis se configuram em uma forma de registro das diferentes paisagens produzidas nos assentamentos. Nesse sentido, eles nos ajudam a entender os distintos modos de organização do território, conforme os tipos de territorialidade e os graus de emancipação e subalternização. Através desta metodologia, percebemos que quanto maior o nível de subalternização, isto é, quanto maior o grau de integração ao capital, mais uniforme é a paisagem. De outro lado, quanto maior o grau de emancipação, mais diversa é a paisagem.

Conforme declaramos, durante o doutorado, em 2023, tivemos a oportunidade de realizar um estágio de pesquisa no exterior, correspondente ao período de seis meses. Na ocasião, desenvolvemos uma pesquisa que tinha como objeto as territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas pelos *crofters*, ligados ao movimento *Scottish Crofting Federation (SCF)*, na Escócia. A ideia principal do estágio foi realizar um estudo comparativo em relação à pesquisa de doutorado desenvolvida no Brasil. Entendemos que esta foi uma experiência muito valiosa, que nos permitiu ter contato com outras literaturas, experiências e visões de mundo, bem como, entender que existem diferenças, mas também várias similaridades no que se refere aos contextos políticos, disputas territoriais e desafios enfrentados pelos camponeses brasileiros e escoceses em seus processos de (re)produção.

Decidimos trazer os resultados da pesquisa na Escócia para a tese, pois consideramos que ela trouxe contribuições relevantes para nossa formação. Além disso, corrobora também no sentido de pensarmos como o estudo das territorialidades subalternas e emancipadoras pode ser aplicado à diferentes realidades, se configurando em uma forma de leitura das conflitualidades e contradições, que permeiam o desenvolvimento territorial no campo.

Nosso interesse por estudar as territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas pelos *crofters* na Escócia decorre, principalmente, da nossa participação em uma Rede de Pesquisa Internacional, que permitiu o contato com pesquisadores do Reino Unido, e da colaboração no projeto de pesquisa “*Socioterritorial Movements in Comparative Perspective*” que tem como finalidade construir um banco de dados (DATA LUTA UK), a partir da análise das ações sofridas e efetuadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais

do espaço agrário no Reino Unido.

Com a oportunidade de realizar o estágio no exterior, definimos trabalhar com os *crofters*, pois compreendemos que esses sujeitos estariam mais próximos (em termos de comparação) dos camponeses estudados no Brasil. Isso mediante pesquisas bibliográficas e aproximações com o contexto agrário do Reino Unido, em função da participação no projeto DATALUTA UK. Como aprofundaremos na seção referente a este conteúdo, os *crofters* são camponeses escoceses, que se definem como pequenos produtores de alimentos, normalmente arrendatários de terras. Esses sujeitos lutam em diferentes escalas por melhores condições de produção e pela manutenção de seus territórios. Eles constituem um sistema de posse de terras e de produção local de alimentos denominado *crofting*, que é particular da Escócia e está localizado na região das Terras Altas (*Highlands*) e nas ilhas. O *Scottish Crofting Federation (SCF)* é a principal organização de representação e suporte que atua em defesa dos direitos dos *crofters*, apresentando algumas pautas similares às do MST.

A realização desta pesquisa, ao mesmo tempo em que foi instigante, apresentou dificuldades de diversas ordens, a começar pela definição do referencial teórico e a adaptação ao idioma e as diferenças de sotaque. A busca por contatos dentro do SCF, visando averiguar a possibilidade de efetuar trabalhos de campo nos territórios *crofting*, foi outro ponto que no início nos deu bastante trabalho. Os deslocamentos para a realização dos campos também foi uma questão difícil, sobretudo, considerando a longa distância, a complexidade dos trajetos e a necessidade de acesso à carro para locomoção.

Conseguimos superar esses empecilhos com o apoio de professores e pesquisadores de universidades do Reino Unido. Dentre eles, cabe destacar nosso supervisor de estágio, Dr. Antonio Ioris, da Universidade de Cardiff, e o Dr. Brian Garvey, da Universidade de Strathclyde. Com o suporte oferecido por esses professores e outros pesquisadores, conseguimos acesso à dados e referências importantes para a pesquisa. Além disso, o Dr. Brian Garvey intermediou contatos com os *crofters* e nos auxiliou em trabalhos de campo, viabilizando o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Tendo em vista a grande espacialização dos *crofters* nas Terras Altas e nas ilhas da Escócia, bem como, as dificuldades de locomoção, optamos por estabelecer um recorte espacial para o estudo. Seguindo as orientações do professor Brian, decidimos trabalhar apenas com a ilha de Skye, localizada na costa Oeste da Escócia.

Durante os seis meses que estivemos no Reino Unido, conseguimos realizar dois trabalhos de campo em Skye. Nessas oportunidades, desenvolvemos os mesmos procedimentos metodológicos efetuados nos assentamentos estudados no Paraná, com exceção dos croquis. Suspendemos esta metodologia, principalmente, em função das limitações de tempo, considerando a demanda de trabalho e outras atividades que os sujeitos

já tinham agendadas. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com *crofters* e representantes do SCF. Nesta tese, apresentamos alguns fragmentos e utilizamos nomes fictícios para identificar os entrevistados. A Foto 2 consiste em um registro de uma das entrevistas realizadas.

**Foto 2** - Entrevista realizada com *crofter* representante do SCF, na Ilha de Skye, Escócia



**Fonte:** JORGE, 2022.

Consideramos que os trabalhos de campo foram essenciais para o cumprimento satisfatório da pesquisa, uma vez que a compreensão do objeto proposto depende de atividades práticas. Em outras palavras, não pensamos ser possível estudar a produção de territorialidades e os elementos associados a esse processo sem conhecer os territórios. Portanto, os campos em conjunto com as demais metodologias desenvolvidas, nos permitiram aprender a partir das experiências dos camponeses e entender a dinâmica dos territórios e das territorialidades. Os procedimentos metodológicos somados as outras partes constitutivas da pesquisa (método e teoria) possibilitaram a construção de análises e materiais como mapas, quadros, figuras etc., os quais compõem a tese em sua integralidade.

Os dados, as informações e os pensamentos produzidos a partir dos trabalhos de campo nos permitiu retornar à teoria, no exercício de refletir e buscar avançar em relação a ela. Dessa forma, a pesquisa foi construída com base em um movimento indissociável entre procedimentos metodológicos teóricos e práticos.

## ESTRUTURA DA TESE

A presente tese está dividida em seis capítulos. No primeiro, discutimos os conceitos de território e territorialidade, a partir da perspectiva de que existem diferentes tipos de

território materiais e imateriais e de que os assentamentos se configuram como territórios camponeses nos quais podem se desenvolver (multi)(pluri)territorialidades, isto é, diferentes formas de uso do território tanto em períodos diferentes quanto simultaneamente. Também discutimos as definições e diferenças entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista (agronegócio), enquanto modelos de desenvolvimento, que explicitam o debate paradigmático.

No segundo capítulo refletimos sobre quais condições propiciam a subalternização e a emancipação nos assentamentos. Analisamos, a partir do que identificamos na pesquisa, um conjunto de elementos internos e externos aos territórios camponeses, que conforme se relacionam, se combinam e se equilibram, influenciam na produção de territorialidades e nos níveis de subalternização e emancipação. Também examinamos o modo como o governo Bolsonaro conduziu as políticas públicas para o campo e a agricultura no período entre 2019 e 2022, com o objetivo de identificar os impactos das ações do governo nos territórios e territorialidades camponesas, por conseguinte, nos processos de subalternização e emancipação.

No terceiro capítulo, apresentamos considerações sobre a reforma agrária, como uma política de desenvolvimento territorial, analisando a forma como esta tem sido implementada no Brasil. Ainda, trabalhamos o conceito de movimento socioterritorial, abordando as lutas camponesas e os movimentos constituídos no Paraná, que desdobraram na gestação e a formação do MST. Por último, tratamos brevemente do histórico de luta pela terra e conquista dos assentamentos investigados.

No quarto capítulo, analisamos os tipos de territorialidades subalternas identificadas nos assentamentos investigados, sendo essas: a inserção no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, a integração à agroindustrial e o arrendamento parcial e total do lote. Procuramos evidenciar que as territorialidades subalternas promovem para os camponeses relações de dependência, permitem a interferências do capital na organização do território camponês, assim como, a apropriação da renda da terra camponesa.

No quinto capítulo, nos dedicamos as tipologias de territorialidades emancipadoras, tais como a produção para o autoconsumo, a cooperação/associação camponesa, as práticas agroecológicas, entre outras, a partir de elementos que perpassam as questões produtivas, formativas, relacionadas à comercialização e as relações sociais construídas entre os camponeses, entre eles e a sociedade no geral, bem como, entre eles e seus territórios na perspectiva multidimensional.

Por fim, no sexto capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa na Escócia, realizada junto aos *crofters* na ilha de Skye, buscando realizar conexões com a pesquisa principal, desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária no Paraná. Nesse capítulo

abordamos temas referentes à questão agrária escocesa, à agricultura *crofting* e ao *Scottish Crofting Federation* (SCF), enquanto movimento socioterritorial. Também, realizamos no subcapítulo 6.3 uma análise comparativa dos tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas nos territórios de *crofting* em relação as territorialidades produzidas nos assentamentos no Paraná.

A partir dos apontamentos da estrutura da tese no contexto teórico-metodológico, desejemos uma boa leitura a todos(as) leitores(as)!

# Capítulo 1



## **1. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES EM DISPUTA: SUBALTERNIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Neste capítulo, apresentamos o embasamento teórico do trabalho em relação com elementos da parte prática da pesquisa, tendo como horizonte que o estudo das territorialidades é um caminho que permite apreender a constante conflitualidade, as relações de poder e as contradições que permeiam o desenvolvimento da agricultura camponesa e dos assentamentos de reforma agrária. Para nós, esta leitura tem potencial de revelar as fragilidades em que os assentamentos estão inseridos e a capacidades dos camponeses de se organizar e criar formas de resistência, alternativas para (re)produção mais autônoma e emancipada.

Entendemos que é preciso conceber os assentamentos enquanto territórios camponeses, conquistados por meio da luta pela reforma agrária, realizada pelos movimentos socioterritoriais. Trabalhamos os conceitos de território e territorialidade desde uma perspectiva ampla e crítica, que contempla a multidimensionalidade, a multiescalaridade, entre outras propriedades. Nessa abordagem, consideramos a existência de vários tipos de território, tanto materiais quanto imateriais, e que a territorialidade é oriunda dos processos territoriais, das relações sociais, referindo-se as formas de uso do território, expressando, assim como o território, poder e conflitualidade. Paralelamente, tratamos também, de modo sucinto, o conceito de espaço, uma vez que espaço e território são indissociáveis, e a produção do território se realiza a partir do espaço.

Em conjunto com esses pontos, abordamos a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização como processos/movimentos do território, resultantes da permanente conflitualidade e das relações de poder entre as classes. Analisamos que a agricultura camponesa e a agricultura capitalista formam diferentes territórios, sendo que a criação/expansão de um deles, muitas vezes, passa pela destruição/refluxo do outro.

Mesmo os assentamentos sendo um tipo de território camponês, neles são produzidas formas de uso do território típicas da agricultura capitalista, o que assimilamos como territorialidades subalternas. Contudo, é válido frisar que a subalternização não ocorre sem resistência, e que paralelo às territorialidades subalternas, também são produzidas formas de uso do território emancipadoras, que visam proporcionar aos camponeses maiores níveis de autonomia e soberania sobre seus territórios.

Afirmar que nos assentamentos de reforma agrária são produzidas territorialidades subalternas e emancipadoras não nos parece suficiente para entender a realidade, isto porque, é importante considerarmos que esses são dois extremos, e entre eles existem uma grande variedade de situações híbridas, resultante de infinitas formas de combinação e cruzamento entre os tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras, o que reflete em

(pluri)(multi)territorialidades nos territórios camponeses. Dessa forma, existem camponeses altamente subalternos e altamente emancipados, assim como, camponeses parcialmente subalternos, ou então, parcialmente emancipados, sendo essas condições que estão em permanente transformação e são influenciadas por uma série de elementos estruturantes no que confere a (re)produção camponesa.

O encaminhamento desta discussão demanda o esclarecimento de como se definem a agricultura capitalista, cuja maior expressão na atualidade é o agronegócio; e o campesinato, enquanto classe social, modo de vida, que tem como centralidade o trabalho familiar, a luta pela reforma agrária, a produção diversificada de alimentos, entre outros.

Compreendemos que o agronegócio é um sistema produtivo, um conjunto de sistemas, mas, principalmente, um modelo de desenvolvimento, constituído a partir do avanço do capitalismo sobre a agricultura e do neoliberalismo, cuja defesa e hegemonia são sustentadas pelo Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Todavia, esse modelo não é único, uma vez que paralelo a ele, os camponeses, desde seus territórios, propõem um outro modelo de desenvolvimento, pautado na soberania alimentar, nas lutas pela reforma agrária, em maneiras mais autônomas e soberanas de gerir o território, a produção e a comercialização, tendo como alicerce o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

O PCA e o PQA são, portanto, os principais modelos explicativos utilizados nas interpretações sobre o campo e a agricultura, sendo que a diferenciação entre eles está nas formas de compreensão referentes ao campesinato, ao agronegócio e aos rumos que a agricultura deve seguir. As definições de PCA e de PQA permeiam os trabalhos de Felício (2011); Campos (2012), Fernandes (2013a; 2014; 2016), entre outros, sendo que nestas publicações o debate entre esses paradigmas contribui para a constituição de um estilo de pensamento em relação a questão agrária.

Esses paradigmas e os modelos de desenvolvimento do agronegócio e camponês também consistem em territórios, no caso, territórios imateriais, sendo que a conflitualidade entre eles se manifesta em vários outros tipos e escalas do território, influenciando nas territorialidades produzidas. Sendo assim, frisamos que o modelo de desenvolvimento capitalista nos assentamentos está relacionado à produção da subalternização camponesa, enquanto as práticas que embasam a construção de um modelo de desenvolvimento camponês propiciam a emancipação. Todavia, esses são processos complexos, que apresentam contradições, se relacionam de diferentes formas e não podem ser interpretados de maneira dualista (subalternização x emancipação), pois é preciso considerar o contexto em que os sujeitos estão inseridos, assim como procuramos evidenciar neste primeiro capítulo.

## 1.1 TERRITÓRIOS MATERIAIS E IMATERIAIS E OS ASSENTAMENTOS COMO UM TIPO DE TERRITÓRIO CAMPONÊS

Conforme já afirmamos, os assentamentos de reforma agrária são um tipo de território camponês. Esses territórios são produzidos por relações sociais e intencionalidades diferentes das que produzem os territórios capitalistas (territórios do agronegócio/latifúndio), considerando que o campesinato se configura como uma classe social distinta da capitalista. De acordo com Fernandes (2008b):

Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, **o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado** (FERNANDES, 2008b, p. 289, grifo nosso).

As disputas permanentes entre campesinato e capital se realizam pois, conforme explica Fernandes (2008b, p. 285), “uma classe não se realiza no território de outra classe”. Essas disputas influenciam na produção das territorialidades nos assentamentos, que podem tanto emancipar quanto subalternizar o camponês ao capital. Para iniciar esse debate, é importante primeiro definir o que é território.

Adotamos uma perspectiva ampla para pensar o conceito de território, entendendo-o não somente como espaço de governança, mas sim, como espaço territorializado, quer dizer, apropriado concreta ou abstratamente, sendo “[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN 1993, p. 143). Desse modo, o território é “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Assim como afirma Haesbaert (2004; 2007; 2009), o território em qualquer acepção está relacionado ao poder, seu foco está na espacialidade das relações de poder. Para Raffestin (1993), o poder está presente em todas as relações, não sendo algo que pode ser adquirido, mas sim exercido, através de inumeráveis pontos, de forma dissimétrica e intencional, sendo que não existe poder sem resistência. Nessa abordagem, o poder está diretamente ligado ao saber e se expressa por meio de combinações variáveis de energia e informação. A perspectiva de Raffestin (1993), sustentada principalmente pelo trabalho de Foucault, é importante para compreendermos que o poder não emana apenas do Estado, porém de todos os sujeitos, logo, isso demonstra que todos os sujeitos são capazes de se apropriar do espaço e construir territórios (FERNANDES, 2005).

Desse modo, o território é uma criação social (RAFFESTIN, 1993). Justamente por ser uma criação social é que temos múltiplos tipos de território (territórios plurais), o que faz com que a conflitualidade seja constante, se traduzindo como uma qualidade do conceito de território. Segundo Sobreiro Filho (2016, p. 81), a ideia de conflitualidade “[...] trata-se da leitura de um processo/relação criada a partir das contradições estruturais do capitalismo e que se relacionam com a ação ao mesmo tempo que está voltada para um modelo de desenvolvimento alternativo”. Essa definição é consoante e pode ser complementada por Fernandes (2008b, p. 283-284), que afirma:

A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial. É um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos.

De acordo com Raffestin (1993, p. 144), “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço”. O território é posterior ao espaço, portanto, é uma produção a partir do espaço. Conforme explicam Haesbaert (2009) e Saquet (2009), apesar de não serem a mesma coisa, as categorias espaço e território são indissociáveis, isso porque sem espaço não existe território. A apropriação, que se realiza por meio das relações sociais, é o que determina a transformação do espaço em território. O conceito de espaço é polissêmico. Conforme aponta Campos (2012), diversas áreas do conhecimento, estudiosos e planejadores abordam o espaço como superfície terrestre, área plana imutável, na qual a vida humana se desenvolve. Ademais, existem diversos tipos de espaço, como os espaços euclidiano, literário, ideológico, político, mental, ecológico, físico, econômico, dentre outros (LEFEBVRE, [1974] 1991).

Para Lefebvre (1991) o que interessa não é a descrição e fragmentação do espaço, mas sim a sua produção, em uma perspectiva que entenda o espaço como totalidade ou globalidade. Segundo o autor, o conceito de produção possui um sentido amplo e outro restrito. Na acepção ampla, de acordo com a elaboração de Marx e Engels, não há nada na história e na sociedade que não tenha sido produzido, pois os seres humanos, enquanto seres sociais, produzem sua vida, sua história, seu mundo, obras múltiplas e formas diversas, sendo que até mesmo a natureza “[...] como se apresenta na vida social aos órgãos do sentido, foi modificada, e portanto de certo modo produzida” (LEFEBVRE, 1991, p. 68, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Já na acepção restrita, produção refere-se a produto, sendo a natureza e o trabalho as forças produtivas (LEFEBVRE, 1991). O autor diferencia obra de produto, afirmando que a

---

<sup>2</sup> No original: “[...] as apprehended in social life by the sense organs has been modified and therefore in a sense produced.

obra possui algo de insubstituível, único, enquanto o produto resulta de ações repetitivas e, por isso, pode ser reproduzido. A natureza cria obras, fornece valores de uso, ao passo que o trabalho domina o processo de fabricação de produtos, gerando valores de troca. A partir dessas considerações, Lefebvre (1991) afirma que o espaço é resultado de ações repetitivas, portanto, sem dúvidas é:

[...] produzido mesmo quando a escala não é a das grandes rodovias, aeroportos ou obras públicas. Outro aspecto importante dos espaços desse tipo é seu caráter visual, cada vez mais pronunciado. Eles são fabricados para o visível: pessoas e coisas, espaços e tudo que esteja contido por eles (p. 75, tradução nossa)<sup>3</sup>.

O espaço que Henri Lefebvre discute é o espaço social, que é o espaço da sociedade, um produto que compreende os fenômenos sensíveis, o imaginário, os símbolos, as utopias, os projetos e as projeções, sendo abstrato, concreto e instrumental, bem como, um meio de produção, de controle e de poder, que escapa parcialmente àqueles que dele se servem. O espaço não é uma realidade material independente, que existe em “si mesma”, ele está atrelado a realidade social e reúne a criação de obras, a produção material de objetos de troca e o processo produtivo considerado mais elevado, resultado dos conhecimentos acumulados e da incorporação da ciência pelo trabalho (LEFEBVRE, 1991).

Lefebvre (1991) parte de uma concepção relacional de espaço e tempo, considerando ambos condição e resultado da prática social. Desta forma, o espaço possui um caráter ativo, não sendo compreendido como um receptáculo das relações sociais. Nessa abordagem, o espaço social não pode se separar das forças produtivas, das técnicas, do saber e do Estado. Todavia, o espaço-natureza (físico) é secundário, se configura como “[...] matéria-prima a partir da qual as forças produtivas de uma variedade de sistemas sociais forjaram seus espaços particulares” (LEFEBVRE, 1991, p. 31, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Cada sociedade, de acordo com suas relações sociais de reprodução (organização da família) e de produção (divisão do trabalho), forma um espaço próprio, que é marcado por entrecruzamentos e representações das relações sociais desenvolvidas (LEFEBVRE, 1991). Em sua teoria, Lefebvre compreende a produção do espaço por meio de três momentos/processos dialeticamente interconectados: a prática espacial, as representações

---

<sup>3</sup> No original: [...] Thus space is undoubtedly produced even when the scale is not that of major highways, airports or public works. A further important aspect of spaces of this kind is their increasingly pronounced visual character. They are made with the visible in mind: the visibility of people and things, of spaces and of whatever is contained by them.

<sup>4</sup> No original: [...] the raw material out of which the productive forces of a variety of social systems have forged their particular spaces.

do espaço e os espaços de representação, também designados como espaço percebido, concebido e vivido.

A prática espacial é relativa ao espaço percebido, que se refere à dimensão material das atividades sociais e se realiza a partir da experiência, do corpo, quer dizer, dos órgãos sensoriais que permitem a percepção do mundo. É por meio da prática que as sociedades determinam seus espaços. A prática espacial associa a “[...] realidade cotidiana (rotina diária) e a realidade urbana (os percursos e redes que ligam os lugares do trabalho, da vida ‘privada’ e do lazer). Essa associação é paradoxal, pois inclui a separação mais extrema entre os lugares que vincula” (LEFEBVRE, 1991, p. 38, tradução nossa)<sup>5</sup>. Nesse sentido, a prática espacial moderna:

[...] pode assim ser definida – tomando um caso extremo, mas significativo – pela vida cotidiana de um habitante de moradia social na periferia. O que não significa que as autoestradas ou a política de transporte aéreo podem ser desconsideradas. A prática espacial deve ter uma certa coesão, o que não implica em uma coerência (intelectualmente elaborada ou logicamente concebida) (LEFEBVRE, 1991, p. 38, tradução nossa)<sup>6</sup>.

As representações do espaço referem-se ao espaço concebido, definido como o espaço dominante em uma sociedade, como a dimensão ligada ao conhecimento, ao planejamento, às relações de produção e à ordem instituída (LEFEBVRE, 1991). Alves (2019) ao discutir a produção do espaço com base na tríade proposta por Lefebvre, assevera que o espaço concebido:

Trata-se do espaço planejado, instituído, aquele das normas técnicas (que são apresentadas como apolíticas), ou seja, um espaço que normatiza o que os cidadãos podem ou não fazer, que é apresentado como neutro, como se não tivesse sido planejado para garantir a realização de uma estratégia de reprodução que exige, no capitalismo, não só a manutenção da desigualdade socioespacial, como, em geral, de seu aprofundamento e, ao mesmo tempo, busca o controle social (p. 556).

Por último, os espaços de representação correspondem ao espaço vivido “[...] através de suas imagens e símbolos e, portanto, o espaço dos ‘habitantes’ dos usuários, mas também de alguns artistas e talvez daqueles, como alguns escritores e filósofos, que descrevem e não

---

<sup>5</sup> No original: [...] daily reality (daily routine) and urban reality (the routes and networks which link up the places set aside for work, 'private' life and leisure). This association is a paradoxical one, because it includes the most extreme separation between the places it links together.

<sup>6</sup> No original: [...] 'Modern' spatial practice might thus be defined - to take an extreme but significant case — by the daily life of a tenant in a government-subsidized high-rise housing project. Which should not be taken to mean that motorways or the politics of air transport can be left out of the picture. A spatial practice must have a certain cohesiveness, but this does not imply that it is coherent (in- the sense of intellectually worked out or logically conceived).

desejam fazer mais do que descrever” (LEFEBVRE, 1991, p. 39, tradução nossa)<sup>7</sup>. Desse modo, esse é o espaço dominado, que subverte a lógica do concebido (ALVES, 2019).

Lefebvre era filósofo, logo sua compreensão do espaço parte da filosofia e não da geografia. Todavia, seu trabalho oferece elementos para se pensar o espaço na perspectiva geográfica, consistindo em um importante referencial teórico para diversos geógrafos(as). Baseado em Lefebvre, Harvey (1980; 2012) propõe entender o espaço também a partir de uma divisão tripartite: espaço absoluto, relativo e relacional, conceitos que, segundo o autor, estão em permanente tensão dialética.

Segundo Harvey (1980, p. 4), “se tomamos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou individualizar fenômenos”. O espaço absoluto é fixo, plano, geometricamente euclidiano, “[...] é o espaço de Newton e Descarte e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo” (HARVEY, 2012, p. 10), competindo a nós apenas registrar ou planejar eventos dentro da moldura que o constitui. Esse é o espaço da propriedade privada, do Estado e de suas unidades territoriais internas (países, estados e municípios). Nessa concepção, espaço e tempo são absolutos e, portanto, são entendidos de forma desassociada.

A noção de espaço relativo está vinculada à teoria da relatividade de Einstein e às geometrias não-euclidianas, partindo da ideia de que “a caracterização de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam” (HARVEY, 1980, p. 5). Na concepção relativa, o espaço pode ser produzido e vivido de diferentes maneiras em diferentes tempos, sendo que “[...] o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem” (HARVEY, 2012, p. 11). Esse é o espaço dos fluxos e do movimento de pessoas, de bens, serviços e informações. Nessa concepção, o espaço não pode ser compreendido separado do tempo, o que segundo o autor implica em uma mudança na linguagem (espaço-tempo ou espaço-temporalidade). Nas palavras de Harvey:

Em um nível bem trivial da atividade do geógrafo, nós sabemos que o espaço das relações parece ser, e é, muito diferente dos espaços da propriedade privada. O caráter único da localização e da individualização, definido pelos territórios limitados do espaço absoluto, oferece um caminho para uma multiplicidade de localizações que são equidistantes de, digamos, alguma localização central da cidade. Podemos criar mapas completamente diferentes de localizações relativas diferenciando-as entre distâncias medidas em termos de custo, tempo, modo de transporte (carro, bicicleta ou

---

<sup>7</sup> No original: [...] through its associated images and symbols, and hence the space of 'inhabitants' and 'users', but also of some artists and perhaps of those, such as a few writers and philosophers, who *describe* and aspire to do no more than describe.



skate) e mesmo interromper continuidades espaciais ao olhar para redes, relações topológicas (a rota ótima para o carteiro), e assim por diante. Sabemos, dadas as fricções diferenciais da distância encontradas na superfície terrestre, que a distância mais curta (medida em termos de tempo, custo, energia gastos) entre dois pontos não é necessariamente dada pela linha reta frequentemente imaginada (HARVEY, 2012, p. 11).

Já o espaço relacional refere-se ao “[...] espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos” (HARVEY, 1980, p. 5). Assim, na abordagem relacional o espaço é uma totalidade, sendo que tudo o que está contido no espaço também é espaço, inclusive as ideias, os pensamentos, isto é, a materialidade e a imaterialidade. Esta é uma compreensão multidimensional e multiescalar do espaço. Tal como no espaço relativo, nessa abordagem espaço e tempo não se separam, pois conforme explica Harvey (2012, p. 12):

A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele (do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo).

Com base no exposto, entendemos que o espaço absoluto, relativo e relacional são três possibilidades distintas de leitura e interpretação do espaço. Segundo Harvey (1980, p. 5, grifo do autor), “[...] o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional *em si mesmo*, mas pode transformar-se em um ou em outro, dependendo das circunstâncias”, ou seja, “[...] o espaço torna-se o que fazemos dele durante o processo de análise [...]” (HARVEY, 1980, p. 5), segundo a origem dos fenômenos abordados. Para Harvey (1980; 2012), mais importante do que responder o que é espaço, é compreender como as práticas humanas, dentro de suas especificidades, criam e usam distintas concepções de espaço, bem como, pensar as constantes interações entre esses três conceitos, que estão permanentemente em tensão dialética.

Segundo o autor, existe uma certa hierarquia entre esses três níveis de análise, considerando que o espaço relacional pode conter o espaço relativo e o absoluto. Por conseguinte, o espaço relativo pode incluir o espaço absoluto. Todavia, o espaço absoluto é somente absoluto. Apesar da distinção e da ordenação entre esses conceitos, é válido destacar que “[...] é impossível confinar-se em apenas uma modalidade de pensamento

espacial e espaço-temporal” (HARVEY, 2012, p. 24). As ações realizadas no espaço absoluto só fazem sentido em termos relacionais, da mesma forma, os movimentos políticos, por exemplo, se tornam eficazes apenas quando produzem uma presença material no mundo, sendo assim, “é apenas quando a relacionalidade se conecta ao espaço e ao tempo absolutos da vida social e material que a política se torna viva” (HARVEY, 2012, p. 37).

Além de Harvey, Milton Santos também se caracteriza como um referencial teórico basilar para compreendermos o espaço a partir da geografia. Em seu livro: “Espaço e método”, Santos M. [1985] (2020a) afirma que o espaço é um fator de evolução social, um sistema complexo, uma instância da sociedade que contém e é contido pelas outras instâncias, o que significa que “a economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico” (SANTOS, M. 2020a, p. 12, grifo do autor). O autor considera que o espaço é formado pelo conjunto da natureza mais a sociedade, sendo os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas elementos do espaço, que se caracterizam como intercambiáveis e redutíveis uns aos outros.

Posteriormente, no livro “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, Santos M. aprofunda sua teoria e define que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, M. [1996] 2020b, p. 63). O espaço que Santos M. (2020a; 2020b) discute é o espaço geográfico, que segundo sua definição é um híbrido, pois compreende a natureza e a sociedade e, por isso, contém outros tipos de espaço, como o político, cultural, econômico, social etc. (FERNANDES, 2005).

Baseado em Santos M. (2020b), entendemos que os sistemas de objetos correspondem aos produtos das elaborações naturais e aos produtos das elaborações sociais, sejam eles móveis ou imóveis. As montanhas, rios, florestas, plantações, casas, barragens, pontes, estradas, automóveis e cidades são exemplos de objetos, que pertencem tanto ao domínio da geografia física quanto da geografia humana. É justamente a história dos objetos, isto é, a maneira como eles foram produzidos e transformados, que faz com que essas duas grandes áreas se encontrem (SANTOS, M. 2020b).

Para a geografia “[...] os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou”, sendo assim, os objetos são aquilo que “[...] se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade” (SANTOS, M. 2020b, p. 72). A leitura geográfica permite analisar os objetos enquanto sistemas, considerando que a utilidade atual, passada ou futura de cada objeto é oriunda de seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou os herdaram (SANTOS, M. 2020b). Isto posto, “[...] para o geógrafo o objeto é um

testemunho atual da ação” (SANTOS, M. 2020b, p. 74). Ao longo da história, os objetos se tornaram cada vez menos naturais e mais artificiais, ou seja, fabricados, técnicos mecanizados e cibernéticos.

Já os sistemas de ações referem-se necessariamente aos seres humanos e as instituições, como empresas, movimentos, Estados etc. Conforme Santos M. (2020b, p. 82) “a ação é própria do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade”. A ação é um processo que possui propósito e está subordinado às normas formais ou informações, escritas ou não. As ações resultam das necessidades naturais ou criadas, que podem ser materiais, imateriais, econômicas, culturais, sociais, afetivas, dentre outras. É por meio da ação motivada pelas necessidades que os indivíduos usam ou criam objetos (SANTOS, M. 2020b).

Como explica Santos M. (2020b, p. 81), “as ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas porque obedientes a um projeto alheio”, logo, compreendemos que, em diversas situações, as ações realizadas em um determinado espaço são produtos de necessidades distantes, o que torna importante distinguir os atores que tomam as decisões dos outros. Segundo o autor supracitado, os governos, as organizações internacionais, as empresas multinacionais, as agências de notícias e os chefes religiosos são exemplos de atores decidores, pois possuem o poder de decidir o que será difundido e, por conseguinte, quais ações serão realizadas, de modo que “a escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor” (SANTOS, M. 2020b, p. 80).

A indissociabilidade é palavra-chave na teoria de Santos, pois os sistemas de objetos e os sistemas de ações não podem ser considerados isoladamente. Portanto:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, M. 2020b, p. 63).

Considerar as ações ou os objetos separadamente é um equívoco, pois não permite a compreensão da realidade histórica. “Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não separado, objetos e ações “agindo” em concerto” (SANTOS, M. 2020b, p. 86), pois, é apenas a relação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações que nos permite conhecer e definir o espaço (SANTOS, M. 2020a).

Compreendemos que, assim como afirma Santos M. (2020a; 2020b), o espaço é multidimensional, sendo que todas as suas dimensões se relacionam. Com base na definição do autor, o espaço é uma totalidade, quer dizer, “[...] a realidade em sua integridade [...] o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações

[...]” (SANTOS, M. 2020b, p. 116). Enquanto questão metodológica, conhecer a totalidade implica na divisão do todo em partes, de modo que no término da análise seja possível a reconstituição desse todo (SANTOS, M. 2020a).

O espaço como totalidade está sempre em movimento, o que revela a indissociabilidade entre tempo e espaço. Cada período histórico é marcado pelo surgimento de novas técnicas, que modificam as relações sociais, de trabalho, as funções, os processos e a morfologia do espaço geográfico, assim como, refletem na produção de novos objetos, fazendo com que o espaço seja formado por objetos de diferentes idades, cuja significação e valor variam ao longo do tempo. Desse modo, “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, M. 2020b, p. 117).

A teoria de Santos M. (2020a; 2020b) sobre o espaço é importante, uma vez que conforme assevera o autor cabe a geografia elaborar seus próprios conceitos, antes de emprestar formulações de outras áreas. Isto posto, para os geógrafos é necessário pensar o espaço e o território desde a geografia, e não desde a sociologia ou outros campos do conhecimento, pois “conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem” (SANTOS, M. 2020b, p. 87). É claro que produzir seus próprios conceitos não significa desconsiderar a relevância das elaborações teóricas de outras áreas do saber. Em consonância com Haesbaert (2009), entendemos que os conceitos são parte da realidade e a ação de conceituar não é descomprometida, pois nossas interpretações não são neutras, são formas de transformar, recriar o mundo.

Mesmo sendo uma produção a partir do espaço, quer dizer, um processo de fragmentação do espaço, o território também é uma totalidade e, por isso, é multidimensional, sendo que todas as suas dimensões (política, econômica, social, cultural, ambiental) estão interligadas, o que significa que é impossível explorar uma delas sem atingir todas as outras.

Além de multidimensional, tal como o espaço, o território é multiescalar (ou pluriescalar), estando organizado em diversas escalas geográficas, desde a internacional até a local (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2008b; 2009). Essas múltiplas escalas também estão interligadas, elas podem ser representadas “[...] como camadas sobrepostas (*layers*), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional” (FERNANDES, 2008b, p. 280). Independentemente da escala, o território é sempre uma totalidade, pois contém todas as dimensões. Todavia, essas totalidades são diferenciadas pelas relações sociais (FERNANDES, 2008b; 2009).

A intencionalidade também é uma qualidade determinante do espaço e do território, sendo definida como uma forma de poder, de leitura da realidade, um modo específico de compreensão dos fatos, uma “[...] visão de mundo intrínseca a grupos e classes sociais para a materialização de sua existência” (CAMPOS, 2013, p. 30). A intencionalidade direciona o

pensar e o agir, é uma forma de identidade, uma opção histórica e política, inerente ao desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2009; PEDON, 2009). Todos os sujeitos são dotados de intencionalidades (distintas intencionalidades), o que explica a formação de territórios igualmente distintos e, consecutivamente, a conflitualidade entre eles, ou seja, as disputas que desdobram nos processos/movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

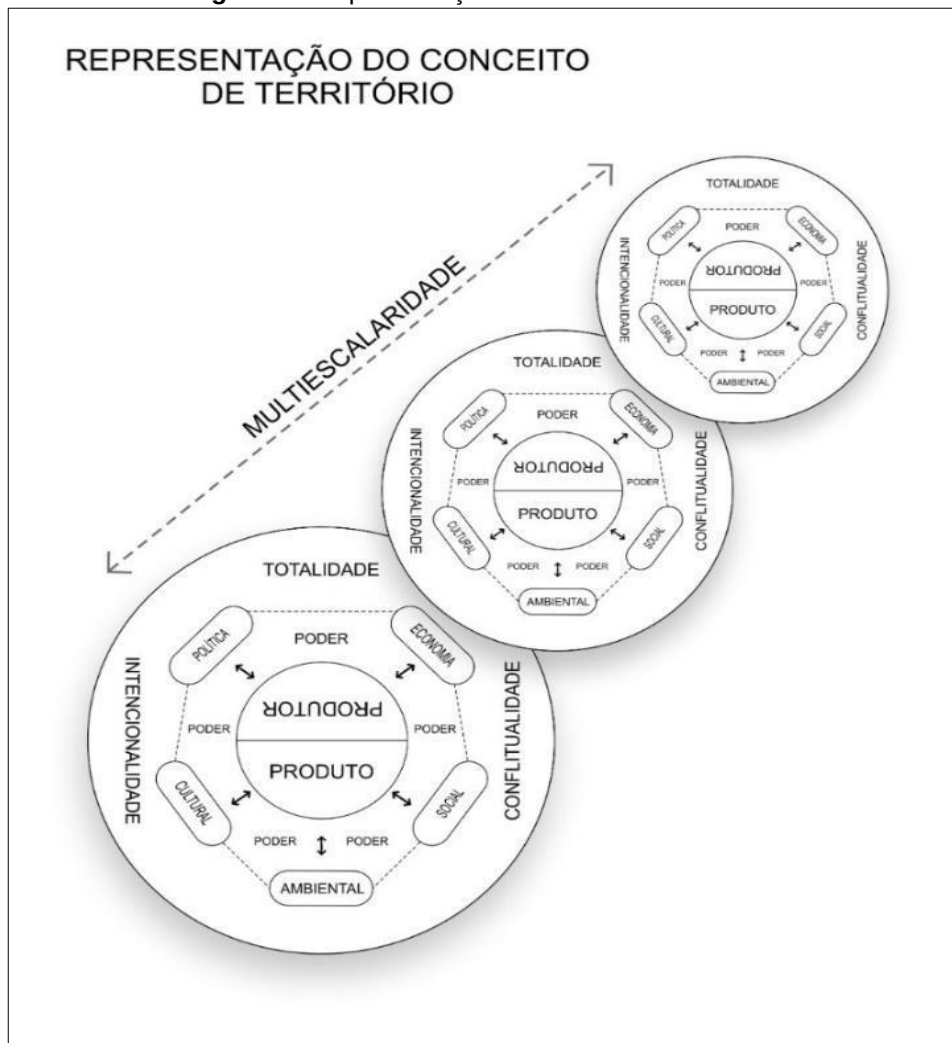
Entendemos a territorialização como uma ação concreta, representada pela criação/expansão de territórios contínuos ou descontínuos. Em contrapartida, a desterritorialização é a destruição/refluxo de territórios. Já a reterritorialização significa a reconstrução de territórios em novas bases (HAESBAERT, 2004; FERNANDES, 2005).

Além da conflitualidade, multidimensionalidade, multiescalaridade, totalidade e da intencionalidade, a soberania é outra qualidade, porém ao contrário das anteriores, essa é exclusiva do território. A soberania é uma construção histórica das classes, que se apresenta nas diversas escalas e é determinada pelas relações de poder. Assim, quando nos referimos ao território como espaço de governança (países, estados e municípios) a soberania consiste na autonomia dos governos nas tomadas de decisão. Já nos territórios propriedades (individuais ou coletivas), a soberania refere-se a autonomia dos proprietários frente as decisões relativas ao desenvolvimento de seus territórios (FERNANDES, 2008b; 2009). Portanto, compreendemos que a soberania está diretamente ligada às territorialidades, sendo que a autonomia dos sujeitos sobre seus territórios reflete na produção de relações emancipadoras. Por outro lado, a falta de autonomia desdobra em relações de subalternização.

Tal como o espaço, entendemos o território como produto e produtor de relações sociais, relações de poder. Nas palavras de Fernandes (2005, p. 28): “da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis”.

A partir desses elementos, apresentamos na Figura 2 um modelo explicativo do conceito de território, segundo a teoria e o método que utilizamos, incorporando e relacionando as propriedades do conceito discutido.

**Figura 2 - Representação do conceito de território**



Fonte: JORGE, 2021.

Com a proposta de analisar os diferentes territórios considerando a multiescalaridade, a conflitualidade e a indissociabilidade entre eles, Fernandes (2008b; 2009) criou uma tipologia. O autor reconhece que existem territórios materiais e imateriais, formados por distintas classes e relações sociais. Para nós, a tipologia de territórios é uma possibilidade de análise que evidencia e explica a conflitualidade e que se incorporado às políticas públicas pode contribuir para a transformação da realidade e emancipação dos sujeitos subalternizados pelo capital.

De acordo com esta abordagem, os territórios materiais são formados no espaço físico, são fixos e fluxos e se dividem em três tipos: primeiro, segundo e terceiro território. O primeiro território é fixo e se caracteriza como espaço de governança, correspondendo aos países, estados e municípios. Esse território é gerador de multiterritorialidades, pois em seu interior se organiza os outros tipos de território. O segundo território também é fixo. Esse é o território enquanto propriedade, definido pelo seu valor de uso ou pelo seu valor de troca,

podendo ser individual ou coletivo, pertencente a pessoas ou a instituições, contínuo ou descontínuo. Nas palavras de Fernandes:

O segundo território pode ser um todo ou parte, pode ser uma casa ou parte dela; uma empresa ou parte, uma universidade ou parte, uma igreja, um sindicato etc. Descontínuo, pode estar organizado em redes, ou as redes podem ligar diferentes territórios. A constituição desses tipos de territórios acontece por relações de poder em disputa no primeiro território (FERNANDES, 2008b, p. 283).

Já o terceiro território é fluxo, refere-se ao espaço relacional, é relativo às territorialidades e produzido nos espaços fixos do primeiro e do segundo território. As fronteiras do terceiro território se modificam conforme as conflitualidades e ações institucionais (FERNANDES, 2008b; 2009). As marchas e manifestações realizadas pelos movimentos são exemplos de terceiros territórios. A territorialização de *commodities*, como a soja, também expressa um terceiro território (FERNANDES, 2009).

Já o território imaterial é formado no espaço social, pertencente ao mundo das ideias, das intencionalidades, sendo responsável por coordenar e organizar o mundo material. Os territórios imateriais são as bases de sustentação dos outros tipos de território, o que significa que “os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais” (FERNANDES, 2009, p. 211).

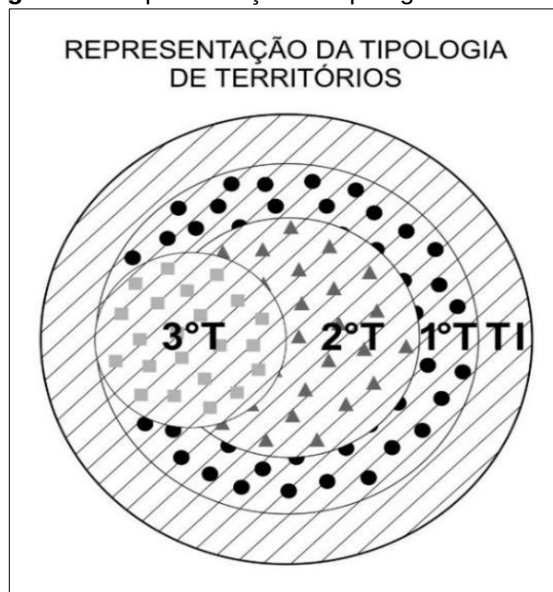
O território imaterial está vinculado à determinação de conteúdos, ao controle e domínio sobre a produção e a interpretação do conhecimento, considerando que “[...] o pensamento também é produtor de relações de poder” (FERNANDES, 2009, p. 211), que no caso, referem-se ao poder explicativo. Os conceitos, teorias e métodos são exemplos de territórios imateriais, são criações dos estudiosos para explicar a realidade constituindo o processo histórico de construção do conhecimento, que se realiza, inevitavelmente, mediante um processo de disputa territorial (FERNANDES, 2008b; 2009; CAMPOS, 2012; 2013).

De acordo com Campos (2012, p. 154), “os sujeitos são capazes de criar suas próprias leituras – que podem ser dominantes ou não –, e variam de acordo com os campos de forças que estão em jogo”. A conflitualidade que envolve a criação e aceitação da produção científica pelos estudiosos fazem com que alguns conceitos tenham diversas significações, ou então, com que existam diferentes conceitos e teorias para se explicar uma mesma realidade (CAMPOS, 2012).

A materialidade e a imaterialidade do território são indissociáveis, sendo que a produção material está diretamente relacionada à produção imaterial, e o sentido da produção imaterial está na realização e compreensão da produção material (FERNANDES, 2008b; 2009; SAQUET, 2009; CAMPOS, 2013). Do mesmo modo, os três tipos de territórios materiais também são indissociáveis, uma vez que as ações e relações de poder que ocorrem no

primeiro território influenciam na formação do segundo e do terceiro território. Paralelamente, os conflitos e as ações realizadas no segundo e no terceiro território também refletem no primeiro e assim por diante (FERNANDES, 2008; 2009). Na Figura 3, apresentamos a tipologia de territórios proposta por Fernandes, de acordo com o nosso entendimento. Nela, representamos o território imaterial como transversal aos outros tipos de território material.

**Figura 3** - Representação da tipologia de territórios



**Fonte:** JORGE, 2022.

É importante esclarecer que a compreensão do território a partir do conjunto de elementos apresentados e da teoria da tipologia de territórios é uma opção teórico-metodológica. Portanto, esta é uma possibilidade de leitura dentre outras, afinal, assim como o espaço, território é um conceito polissêmico, o que significa que existem diferentes significações produzidas dentro e fora da geografia, desde diferentes contextos e intencionalidades.

Na geografia anglófona, por exemplo, o conceito de território é predominante examinado desde o que Halvorsen (2018) aponta como tradição moderna eurocêntrica, sendo o território frequentemente compreendido como receptáculo, *container* das relações sociais e definido como espaço delimitado sobre o controle de um determinado grupo, normalmente um Estado (ELDEN, 2013). Na produção teórica anglófona, a leitura de território está amplamente associada ao espaço de governança, ao Estado-nação, as fronteiras nacionais (DEL BIAGGIO, 2016; HALVORSEN 2018). Portanto, conforme assevera Halvorsen (2018, p. sp., tradução nossa<sup>8</sup>), “[...] ainda há uma restrição implícita na maioria das leituras anglófonas do

<sup>8</sup> No original: [...] there remains a constraint implicit to most Anglophone readings of territory that ties it to the top-down control and regulation of space by dominant forms related to the modern [...].



território que o vincula ao controle de cima para baixo e à regulamentação do espaço por formas dominantes relacionadas ao estado colonial moderno [...]", isso mesmo nas abordagens mais críticas.

De acordo com Del Biaggio (2016) a definição de território pelos estudiosos anglófonos historicamente baseia-se em duas principais noções: a primeira, ligada à geopolítica e ao controle/defesa do espaço, bem como, interessada nos arranjos político-territoriais resultantes. A segunda, resultante de interpretações relacionadas a transposição de teorias comportamentais para as ciências humanas e diferenciação entre a territorialidade animal e humana.

Podemos entender, a partir de Del Biaggio (2016), que a perspectiva de território com a qual trabalhamos, na geografia anglófona, estaria mais próxima do conceito de lugar, que para esses estudiosos, possui um sentido muito mais multidimensional do que território. De acordo com a autora: "lugar, no mundo anglo-saxão, deu aos geógrafos a possibilidade de introduzir as dimensões sociais, culturais e políticas do espaço [...]" (DEL BIAGGIO, 2016, p. 6, tradução nossa<sup>9</sup>).

Partindo do exposto, priorizamos em nossas análises uma perspectiva ampla e crítica do conceito de território, pois consideramos estar mais alinhada à nossa leitura de realidade, à temática e aos objetivos de nossa pesquisa. Entendemos que esta abordagem, que denominamos como mais ampla, conforma um tipo de território imaterial, o qual é diferente do território formado a partir das significações predominantes na geografia anglo-saxônica, por exemplo. Na condição de territórios imateriais essas duas concepções expressam diferentes visões de mundo e intencionalidades.

Em sentido semelhante, analisamos que os paradigmas também se configuram como territórios imateriais, sendo que o debate paradigmático, isto é, a confrontação de paradigmas divergentes, expressa as disputas e relações de poder que envolvem a produção do conhecimento. Segundo abordamos em Jorge (2022), o trabalho de Kuhn (1998), intitulado "A Estrutura das Revoluções Científicas", consiste em uma das referências seminais adotadas por aqueles que se dedicam ao estudo do desenvolvimento científico. De acordo com o autor, os paradigmas se definem como um conjunto de regras, conceitos, método e teoria que possuem realizações "[...] suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividades científicas dissimilares" (KUHN, 1998, p. 30). Nesse sentido, é o paradigma que determina os critérios para a definição de problemas, assim como, o caminho que deve ser percorrido para se chegar às respostas.

---

<sup>9</sup> No original: place, in the Anglo-Saxon world, gave geographers the possibility to introduce the social, cultural and political dimensions of space [...].

O autor denominou de ciência normal o período de aceitação de um determinado paradigma pela comunidade científica na prática de construção do conhecimento. Todavia, a transição de um paradigma a outro equivale a um momento de crise, de revolução científica, que é decorrente do surgimento de novos fenômenos, anomalias, as quais revelam os limites do paradigma vigente no que se refere a solução de problemas. A substituição de um paradigma por outro é marcada por disputas intelectuais e divergências, significando a alteração dos instrumentos, da forma de interpretar a realidade. O estabelecimento de um novo paradigma passa pela aceitação da comunidade científica, o que se realiza mediante certas resistências (KUHN, 1998).

Uma das principais referências adotadas por Kuhn (1998) é o trabalho de Ludwik Fleck, cuja obra mais conhecida é intitulada “Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico”, publicada pela primeira vez na década de 1930. Dentre os pontos centrais do trabalho deste autor está a discussão sobre o estilo de pensamento, o qual contém as regras para o pensamento e se define como a “[...] percepção direcionada em conjunção com o processamento correspondente no plano mental e objetivo.” (FLECK, [1935], 2010, p. 149), sendo marcado por características comuns na seleção dos problemas, nos julgamentos, nos métodos aplicados, nas teorias etc. Portanto, como afirmamos em Jorge (2022), o que Kuhn chama de paradigma, Fleck (2010) chama de estilo de pensamento.

Para o autor, a ciência é uma atividade coletiva, sendo que é a partir das trocas realizadas por duas ou mais pessoas (coletivos de pensamento) que os estilos de pensamento são criados, de modo processual, conservando elementos de estilos anteriores. De maneira geral, esse ponto trabalhado por Fleck difere da compreensão de Kuhn, uma vez que o movimento histórico explica a existência simultânea de diferentes estilos de pensamento. Cada um deles é constituído por um determinado coletivo, o qual pode ser casual momentâneo, estável ou relativamente estável, conforme o grau de organização do determinado grupo (FLECK, 2010).

Não é nosso objetivo neste trabalho esmiuçar os trabalhos de Kuhn (1998) e de Fleck (2010), mas gostaríamos de, com base nessas breves considerações, afirmar que concordamos com Campos (2012; 2013), quando a autora afirma que apesar de serem referências basilares para o estudo da produção científica, as elaborações dos referidos autores possuem limitações, uma vez que são concebidas desde outras áreas do conhecimento, com base em preocupações distintas das que concernem à geografia. Por essa razão, tais leituras constituem em canais de interlocução, de diálogo, que servem como referências para ciência geográfica, sem deixar de reconhecer seus limites (CAMPOS, 2012; 2013).

A partir das elaborações abordadas e através das produções geográficas, entendemos que os paradigmas podem ser definidos como visões de mundo, construções mentais, modelos interpretativos da realidade, formados por um conjunto de dimensões, as quais correspondem às teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades (CAMPOS, 2012; 2013; FERNANDES, 2013b; 2016). Os paradigmas, enquanto territórios imateriais, pertencem aos campos da ciência e da política (FERNANDES, 2009). Eles representam determinações, disputas e relações de poder, que perpassam todos os tipos e escalas de território.

O debate paradigmático expressa a conflitualidade, demonstra o sentido político da produção do conhecimento e evidencia a indissociabilidade entre os territórios imateriais e materiais, uma vez que possibilita o entendimento de como as diferentes leituras são influenciadas e influenciam nas instituições, nos modelos de desenvolvimento, impactando diretamente os territórios e nas territorialidades.

## 1.2 DA TERRITORIALIDADE AS (PLURI)(MULTI)TERRITORIALIDADES NOS TERRITÓRIOS CAMPONESES

Cada território produz e é produzido a partir de múltiplas territorialidades. Considerando o objeto da pesquisa, nos interessa principalmente as territorialidades produzidas em assentamentos de reforma agrária, que segundo nossa abordagem teórica, correspondem ao segundo território.

De acordo com Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade “[...] reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.” Ela se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas, se caracterizando como uma relação triangular, em que ao se relacionar com o território, os atores também se relacionam uns com os outros, mesmo que de formas diferenciadas. O autor, define o conceito de territorialidade como “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade - espaço - tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

A territorialidade se configura no modo pelo qual as sociedades satisfazem suas necessidades. As relações que a constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, fazendo com que ela seja passível de variações no tempo (RAFFESTIN, 1993). Ainda segundo Raffestin (1993, p. 161-162), “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder”.

Na mesma linha que Raffestin, Saquet (2009) afirma que assim como o território, a territorialidade é multidimensional, inerente à vida na natureza e na sociedade, é condição e resultado do processo de territorialização. Ela se efetiva nas distintas escalas geográficas, por meio das relações sociais entre os indivíduos e entre estes e o território, sendo fundamental para a organização da vida cotidiana e construção da identidade (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009). A territorialidade é um fenômeno social, influenciado pelas condições geográficas e históricas, em que há continuidades e descontinuidades (SAQUET, 2009).

Conforme aponta Haesbaert (2007), as significações de territorialidade variam de acordo com as significações de territórios. Existem leituras do conceito de territorialidade a partir de um enfoque mais epistemológico, como condição teórica para a existência do território; um sentido mais ontológico, como materialidade e imaterialidade, ou seja, controle físico e simbólico do espaço; e leituras que conjugam a materialidade e a imaterialidade.

Consequentemente, a relação entre território e territorialidade é trabalhada desde várias perspectivas, as quais podem distinguir/separar território e territorialidade, considerando o território como material ou como espaço formal institucionalizado e a territorialidade como imaterial, enquanto domínio do “vivido”; compreender a territorialidade como uma concepção mais ampla do que território, como propriedade e condição para sua existência; ou ainda, considerar a territorialidade somente como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2007).

Haesbaert (2004; 2007; 2009) parte da perspectiva de que a territorialidade é mais ampla do que o território. Para o autor, é inconcebível território sem territorialidade. Por outro lado, é possível existir territorialidade sem território, como por exemplo, no caso da “Terra Prometida” dos judeus. Isto porque, a territorialidade está relacionada ao modo de uso da terra, a organização do espaço e a significação do lugar (HAESBAERT, 2007; 2009).

Para Haesbaert (2007), a territorialidade é produzida nos movimentos/processos territoriais, que contemplam a territorialização e a desterritorialização. Nesse ponto, é válido lembrar que uma das principais características do ser humano é seu caráter territorializador, por isso, “[...] não há desterritorialização sem reterritorialização” (HAESBAERT, 2007, p. 20). Em outras palavras, a destruição de um território sempre representa a sua reconstrução em novas bases (HAESBAERT, 2004).

Esses movimentos/processos (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) fazem com que, assim como o território, as territorialidades estejam em constante transformação, sendo que no período histórico atual é cada vez mais comum que em um mesmo território coexistam múltiplas territorialidades, ou ainda, conforme propõe Haesbaert (2004; 2007), multiterritorialidades. Segundo o autor:

A multiterritorialidade contemporânea inclui assim uma mudança não apenas quantitativa - pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor [...], mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios e/ou territorialidades (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Haesbaert (2004; 2007) explica que a multiterritorialidade pode ser de caráter mais funcional e/ou mais simbólico, não se referindo apenas à justaposição (encaixe) de múltiplos territórios em diferentes dimensões e escalas, mas também à possibilidade de experimentar e agir simultaneamente sobre diversos territórios conectados em rede, sendo a mobilidade facilitada tanto por meios virtuais (*internet*) quanto por meios físicos. O autor salienta que a intensidade da vivência da multiterritorialidade é um fenômeno que varia de acordo com aspectos culturais, identitários e com as condições socioeconômicas dos sujeitos. Desse modo, o autor enfatiza que a multiterritorialidade é um fenômeno mais característico dos grupos privilegiados, por exemplo, grandes empresários que moram em grandes centros, mas mantêm seus empreendimentos em zonas rurais ou urbanas distantes, controlando seus negócios praticamente via *internet*, ou ainda, pessoas que residem em mais de um país, ao longo dos períodos do ano. Em suas palavras:

Esta flexibilidade territorial do mundo dito “pós-moderno”, embora não seja uma marca universalmente difundida (longe disso), permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido de sua sobreposição num mesmo local, seja sua conexão em rede por vários pontos do mundo (HAESBAERT, 2007, p. 38)

Fernandes (2008b) também discute o conceito de multiterritorialidades, a partir de uma leitura diferente da de Haesbaert. Para o autor, a multiterritorialidade é resultado das relações e interações entre distintos tipos de territórios e seus diferentes usos. Assim, é a multidimensionalidade, a multiescalaridade e a totalidade que exprimem a multiterritorialidade. Fernandes também discute o conceito de territorialidade, definindo-a como a “[...] manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2005, p. 29). O autor considera que existem territorialidades deslocadas e locais. As territorialidades deslocadas ocorrem quando em um território se reproduzem relações, ações próprias de outro território (FERNANDES, 2005). Com base nessa leitura, consideramos que o sistema produtivo do agronegócio no território camponês é um exemplo de territorialidade deslocada.

As territorialidades locais podem ser simples, quando o território é utilizado para um único fim, ou ainda, podem ser múltiplas, quando no território se realizam diversas ações em diferentes momentos. Podemos citar como exemplo de territorialidade múltipla o lote de um

assentado, que em um período do ano arrenda a terra para a produção de grãos como soja, no sistema produtivo do agronegócio e, em outro período, utiliza a área para produzir culturas de subsistência, de modo diversificado.

Fernandes (2005) também aborda os conceitos de desterritorialidade e reterritorialidade como processos geográficos procedentes da territorialidade. A desterritorialidade ocorre com o impedimento da realização de uma ação/relação no território. Assim, concebemos que a desterritorialidade acontece, por exemplo, quando o assentado arrenda parcela ou a integralidade do seu lote, uma vez que se torna parcial ou totalmente impedido de realizar determinadas ações em seu território. Por conseguinte, a reterritorialidade significa o retorno das ações interrompidas anteriormente (FERNANDES, 2005).

O conjunto de autores trabalhados contribuem para a compreensão de que as disputas territoriais não ocorrem somente pelo domínio do território, mas também pelo controle da territorialidade. Em síntese, a territorialidade pode ser definida como o uso do território (ROOS, 2015), expressando relações de poder, conflitualidade e identidades. As territorialidades são multidimensionais, multiescalares e diversas, estão em constante movimento/transformações, conforme as disputas e correlações de força que ocorrem em todos os níveis e tipos de territórios materiais e imateriais, dada a indissociabilidade.

A territorialidade, enquanto uso do território, é produzida por uma relação social, que só pode ser realizada pelo sujeito (ROOS, 2015). As relações sociais capitalistas produzem territorialidades capitalistas e as relações sociais camponesas produzem territorialidades camponesas. São lógicas diferentes de uso do território que se relacionam de modo conflituoso (ORIGUÉLA, 2019).

Partindo do exposto, compreendemos a subalternização como resultado do uso do território camponês pelo capital (ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019). Desse modo, a transformação de uma propriedade capitalista em um assentamento de reforma agrária, quer dizer, a desterritorialização do capital visando a territorialização camponesa, não necessariamente encerra a possibilidade de produção de territorialidades do capital. Em outras palavras, mesmo o território sendo camponês, nele podem ser produzidas formas de uso típicas da agricultura capitalista. Portanto, a subalternização decorre de uma territorialidade deslocada, conforme o exemplo mencionado.

Esse processo faz com que os camponeses se insiram em um modelo de desenvolvimento que não é construído por eles e nem pensado de acordo com suas necessidades, desdobrando no domínio das relações sociais camponesas pelas relações capitalistas. Assim como explica Paulino (2003. p. 267), a inserção dos camponeses na agricultura capitalista não suprime “as [...] diferenças sociais e condições materiais de

reprodução, mesmo em se tratando do mesmo ramo de atividade. As limitações econômicas existem e não passam despercebidas [...]”.

Por outro lado, a emancipação é a territorialidade camponesa no território camponês. Portanto, se configuram em resistências territoriais ao controle do capital, formas de uso do território não submissas, alinhadas com o modo de viver, saber e fazer camponês, buscando escapar das amarras do capital, das relações de dependência, a partir de sistemas produtivos e tecnologias diferentes das do agronegócio, produzidas/apropriadas pelos camponeses, desde suas necessidades (HOCSMAN, 2014, ORIGUÉLA, 2019).

A (re)produção camponesa ocorre tanto na subalternização, quanto na emancipação. Contudo, a subalternização por um tempo prolongado tende levar a desterritorialização. O que queremos dizer com a seguinte afirmação não é que a subalternização inevitavelmente levará o camponês a desterritorialização, mas sim que ela traz esta possibilidade, principalmente, quando se refere a um elevado nível por um longo período.

A subalternização e emancipação são determinadas pelo equilíbrio entre uma série de elementos que permeiam as diversas dimensões da vida e dos territórios camponeses. Conforme esses elementos mudam, também se alteram os níveis de subalternização e emancipação. Consideramos que esses não são processos rígidos, fixos, mas sim processos complexos, que não podem ser analisados de maneira linear, pois envolvem contradições.

Assim como já abordamos, em um mesmo território pode se desenvolver múltiplas territorialidades. Portanto, a subalternização e a emancipação são dois polos e entre eles existe uma variedade de situações, nas quais se produzem ambas as relações, quer dizer, diferentes formas de territorialidades subalternas e emancipadoras se sobrepõem e se cruzam, refletindo em infinitas possibilidades de combinações, em uma condição híbrida. Por sua vez, essa condição híbrida desdobra em diferentes formas e graus de emancipação e subalternização, que são difíceis de mensurar.

Origuéla (2019) define essa condição híbrida como (pluri)(multi)territorialidades. De acordo com a autora, nos casos em que as territorialidades subalternas e emancipadoras se desenvolvem ao mesmo tempo, ocorre a formação de pluriterritorialidades. Quando esse processo acontece em períodos diferentes, existe a formação de multiterritorialidades. Dessa forma:

As territorialidades podem mudar conforme os contextos, mas não descaracterizam o território camponês enquanto tal. Ou seja, não faz do camponês menos ou mais camponês, mas permite que esse se encontre em uma condição de subordinação, em uma condição de autonomia, ainda que sempre relativa, ou em uma condição híbrida, a mais comum de ser encontrada na realidade. O camponês subordinado não é menos camponês que o autônomo. Contudo, as chances de marginalização do primeiro são maiores do que as do segundo (ORIGUÉLA, 2019, p. 157).

Tal como Origuéla (2019), identificamos em nossa pesquisa que as situações híbridas são as mais comuns. Entendemos que, dentre outros fatores, isso se deve ao fato de os camponeses serem sujeitos que, na grande maioria dos casos, sempre lutam por maiores níveis de autonomia, mesmo estando em condições de subalternização. Nesse bojo, compreendemos as (pluri)(multi)territorialidades também como expressões da resistência camponesa.

Esse debate inicial é fundamental para aprofundarmos a seguir nossas reflexões sobre as territorialidades subalternas e emancipadoras, bem como, sobre as diferenças e conflitualidade entre agricultura capitalista e camponesa, refletindo na existência de duas formas de desenvolvimento antagônicos para o campo e agricultura.

### 1.3 AGRICULTURA CAPITALISTA E A TERRITORIALIDADE SUBALTERNA NO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Segundo Oliveira (2001), entendemos que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório e desigual, se realizando no campo, ao mesmo tempo, através de relações capitalistas, como o trabalho assalariado do boia-fria, e de relações não capitalistas, como o trabalho familiar camponês. Segundo Oliveira (2001), um exemplo de como ocorre a produção do capital mediante relações não capitalistas de produção/trabalho é quando o fazendeiro estabelece uma parceria com o camponês, na qual o primeiro entra com a terra e o segundo com a mão de obra, de modo a recuperar áreas degradadas e cultivar por um determinado período culturas previamente estabelecidas, repassando ao fazendeiro uma porcentagem da produção obtida. Para o autor, esse processo significa:

[...] que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Portanto, “ao mesmo tempo em que o capital expropria o camponês em alguns lugares, em outros ele cria condições para a sua reprodução, para que assim possa haver a subjugação do trabalho camponês ao capital” (BEM; ALMEIDA, 2011, p. 120). Essa leitura evidencia o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista no campo. Conforme aponta Martins (1981), para o capitalismo a reprodução crescente e ampliada é uma lei, por isso, “a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção” (MARTINS, 1981, p. 160). Para dominar e se expandir sobre a agricultura, o capital necessita transformar a terra em mercadoria, o que lhe permite se apropriar da renda da terra e subjugar o camponês às leis do modo capitalista de produção. Nas palavras de Oliveira (2001).



Entendemos, portanto, que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

Segundo Martins (1981, p. 162, grifo do autor), a terra não é efetivamente capital, sendo que “[...] o que ela produz do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital. Assim como este produz *lucro* (isto é, a parcela da mais-valia, de riqueza a mais que o capitalista retém), e o trabalho produz *salário*, a terra produz *renda*”. Oliveira (2001) explica que a renda da terra pode proceder da propriedade privada, sendo expressa no valor territorial e configurada como renda capitalizada da terra. Ademais, também pode derivar de melhores condições naturais dos terrenos, ou de investimentos realizados para aprimorar tais condições, configurando-se como renda diferencial, presente tanto nas unidades camponesas quanto nas capitalistas.

A sujeição da renda da terra camponesa ao capital se realiza de diferentes formas e em diversas esferas, incluindo ao mesmo tempo vários setores (PAULINO, 2004). No que concerne ao capital financeiro, a apropriação da renda se efetiva através dos juros pagos por empréstimos bancários realizados com o objetivo de custear lavouras, realizar investimentos ou saldar dívidas. Sobre esse processo, Martins (1981, p. 176) analisa:

Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também de fato o arrendatário (MARTINS, 1981, p. 176).

Com relação ao capital comercial, a extração da renda da terra camponesa ocorre em dois momentos: primeiro, no processo produtivo, por meio da venda e controle dos preços dos insumos necessários. Segundo, na comercialização das colheitas, influenciando nos movimentos do mercado agrícola e utilizando instrumentos, técnicas e informações para obter elevados retornos financeiros sobre a produção dos camponeses (OLIVEIRA, 2001; PAULINO, 2004; ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019).

Já o capital industrial retém a renda da terra camponesa em função da propriedade dos meios de produção, os quais são majoritariamente adquiridos, portanto mercadorias. Os maquinários, adubos químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas são

exemplos de meios de produção que estão sobre o domínio do capital industrial. Esses meios de produção foram introduzidos pela Revolução Verde, desdobrando no desenvolvimento de uma agricultura capitalista. Quanto mais dependente de tais mercadorias, maior o nível de transferência da renda da terra camponesa para o capital (PAULINO, 2004; ROOS, 2015). Conforme assevera Oliveira (2001, p. 63):

Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital. É por esse processo que parte da renda vai ser drenada para o setor bancário e industrial, pois os empréstimos financeiros fazem parte da dinâmica de reposição desses meios de produção, e – por que não dizer? – do próprio acesso do camponês a essas mercadorias (OLIVEIRA, 2001, p. 63).

Além das formas mencionadas, a sujeição da renda da terra ao capital ainda ocorre nos casos em que o camponês não assume a condição de proprietário e obtém acesso à terra através do pagamento pelo seu uso. Esse pagamento pode ser realizado em produto, isto é, por meio da entrega de uma parcela da produção, assim como ocorre nas relações de parceria, meação, percentagem, entre outras. Além disso, o pagamento pode ser efetuado, em trabalho, quando o camponês trabalha uma determinada quantidade de dias para o proprietário em troca da permissão para o uso da terra, ou ainda, em dinheiro, como nas relações de arrendamento (OLIVEIRA, 2001), sendo essa a forma de apropriação da renda da terra predominante no caso dos *crofters* escoceses, que em sua grande maioria são arrendatários e, portanto, pagam pelo uso da terra aos (proprietários) *landlords*, conforme analisaremos no Capítulo 6.

Baseado nessas considerações, podemos concluir que “enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra” (MARTINS, 1981, p. 176). Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de duas formas: primeiro pela territorialização, isto é, pela compra de terras para explorar ou vender; segundo pela territorialidade capitalista no território camponês (FERNANDES, 2008b), que também significa a monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2001). Nos assentamentos de reforma agrária, esse processo se realiza da segunda forma, evidenciando que “onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele assegura o direito de extrair a renda” (MARTINS, 1981, p. 176). Em outras palavras, o capital não precisa necessariamente se apropriar dos territórios para controlá-los, ele pode definir as atividades a serem desenvolvidas e, assim, controlar suas formas de uso, suas territorialidades.

Em suma, compreendemos que a territorialidade capitalista no território camponês, ou seja, a territorialidade subalterna, significa a extração da renda da terra camponesa pelo

capital (ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019). Através desse processo, os capitalistas transformam a renda da terra em capital e ainda podem economizar investimentos em mão de obra (ORIGUÉLA, 2019). Outro ponto, é que esse processo em muitas situações está vinculado à interferência direta do capital na organização do território camponês e nas relações de trabalho, impactando além das relações produtivas a vida e as relações sociais dos camponeses.

É preciso salientar que a subalternização não pode ser entendida como algo completamente negativo, tendo em vista que muitas vezes ela é a alternativa para que o camponês consiga se (re)produzir e, por isso, contém certo grau de resistência (PAULINO, 2003; 2004). Em momentos em que a conjuntura política é desfavorável, que as famílias se endividam ou passam por outros problemas financeiros e pessoais, como o adoecimento e a redução de mão de obra, é comum que a subalternização seja ampliada. Em consonância com Roos (2015, p. 229):

Portanto, a partir de uma perspectiva contraditória considera-se a territorialidade do capital no território camponês enquanto uma estratégia de existência dos assentados, dado que, se constitui em alternativa (subordinada) para a permanência na terra de trabalho. Todavia, reafirma-se que tal mecanismo é, sobretudo, estratégia do capital, utilizado no caso em apreço pelas variações deste para subtração da renda camponesa e acumulação. Expressam-se assim, as contradições do desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção (ROOS, 2015, p. 229).

Normalmente, nos territórios estudados, os próprios camponeses admitem que essa é uma solução temporária e traçam planos de como revertê-la. O depoimento da camponesa Maria Aparecida, do assentamento Guanabara, é esclarecedor com relação a essa questão, uma vez que, a camponesa tem parte do seu lote certificado para a produção agroecológica e, na ocasião da entrevista, contou que tinha a intenção ampliar a área certificada em mais dois alqueires. Contudo, em função de não ter obtido o excedente esperado, a assentada optou por prosseguir com o arrendamento parcial da área, que como discutiremos mais adiante, entendemos como um tipo de territorialidade subalterna.

Nós até tinha colocado na meta esse ano certificar essa área sabe, até iniciamos sistemas de barreiras, nós plantamos árvores, capim-açú, daí já agora nós ia colocar a cana, mas infelizmente a nossa renda não veio o esperado de novo e daí é aquela coisa nós somos em poucos então pra nós aumentar nós temos que aumentar a nossa renda também [...] daí tivemos que arrendar, mas ele [o arrendatário] planta convencional, porque por ser área certificada não pode ter transgênico. Não sei se ele vai plantar soja esse ano de novo, porque ele disse que está muito difícil de encontrar semente de soja convencional, sem ser transgênico (Maria Aparecida [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

O depoimento da assentada não apenas demonstra como que a (re)produção subalterna é uma saída em momentos de crise, mas também evidencia as contradições que permeiam as vidas e territórios camponeses, tendo em vista, que em um mesmo território são produzidas duas territorialidades divergentes em todos os sentidos (econômico, político, ambiental, social etc.): uma fundamentada nas práticas agroecológicas e outra na produção especializada de grãos, a partir do arrendamento.

Nos assentamentos, a territorialidade capitalista e a sujeição da renda da terra ao capital ocorrem de diversas formas e diferentes graus, sendo o arrendamento parcial do lote, relatado por exemplo pela assentada Maria, apenas uma delas. Os diferentes tipos de territorialidade capitalista (subalternas) somado as territorialidades camponesas (emancipadoras) desdobram em (pluri)(multi)territorialidades, que conforme já mencionamos, são situações híbridas, uma espécie de zona de contato entre subalternização e emancipação, em que ao mesmo tempo ou em períodos diferentes se produzem usos subalternos e emancipadores do território. Esse processo significa que nos assentamentos existem camponeses altamente subalternos e altamente emancipados, assim como, camponeses parcialmente subalternos, ou então, parcialmente emancipados, tendo em vista que essas duas últimas condições significam a mesma coisa, trata-se do meio termo entre subalternização e emancipação (ORIGUÉLA, 2019).

A subalternização ocorre nos territórios camponeses à medida que os assentados são inseridos no sistema do agronegócio. Desse modo, discutir a subalternização e, contraditoriamente, a emancipação nos assentamentos de reforma agrária no contexto do Paraná se torna especialmente relevante, considerando que o estado possui vinte das cem maiores empresas ligadas ao agronegócio (COELHO, 2021). Além disso, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), em janeiro de 2024 o Valor Bruto da Produção Agropecuária paranaense superou 130 milhões de reais, ficando atrás apenas de São Paulo e Mato Grosso, com destaque para as produções de soja, milho e frango (BRASIL, 2024a)

Como já afirmamos, entendemos que na atualidade o agronegócio é a expressão máxima da agricultura capitalista. Santos e Glass (2018) afirmam que as origens do agronegócio, enquanto sistema industrial agrícola, datam a partir do último quarto do século XIX, na Grã-Bretanha, que na época exercia poder comercial dominante no mundo.

Segundo Pompeia (2021), o conceito de agronegócio (*agribusiness*) nasceu na Escola de Negócio da Universidade de Harvard, com a finalidade de criar uma área disciplinar que se dedicasse à relação entre a agricultura e os negócios, que se intensificava nos Estados Unidos. John H. Davis e Ray A. Goldberg foram os primeiros a formular o conceito *agribusiness*, na década de 1950, entendendo-o como a soma de todas as operações relacionadas a produção e a distribuição de alimentos, um complexo de sistemas sob controle

do capital que engloba a agricultura, a indústria, o mercado e as finanças (FERNANDES; WELCH, 2008; POMPEIA, 2021).

De acordo com essa definição, compreendemos que em suma, o agronegócio se estrutura a partir de um conjunto de empresas a montante, que fornecem as tecnologias produtivas, tais como agrotóxicos, maquinários, adubos químicos, entre outros; e um conjunto de empresas a jusante, voltadas ao processamento, comercialização e criação de tecnologias para a produção e transformação de alimentos (SANTOS; GLASS, 2018).

Segundo asseveram Fernandes e Welch, o movimento do complexo de sistemas que constituem o agronegócio e suas políticas “[...] formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia” (2008, p. 48). Dessa forma, entendemos que dependendo da escala analítica adotada, o agronegócio pode ser compreendido como um modelo produtivo, uma vez que consiste em uma forma específica de o que e como produzir; um sistema, ou melhor dizendo, um conjunto de sistemas (mercantil, industrial, financeiro, tecnológico e ideológico) articulados em torno da agricultura; ou ainda, um modelo de desenvolvimento.

No caso, trata-se do modelo de desenvolvimento capitalista para o campo e a agricultura globalmente hegemônico e pautado no neoliberalismo, tendo dentre suas estruturantes o produtivismo; a exploração dos recursos naturais; a produção de *commodities* e alimentos ultraprocessados; a geração de impactos predatórios sobre os territórios, corpos e meio ambiente, bem como, a desterritorialização dos povos tradicionais, camponeses e da natureza (FERNANDES; SILVA, 2023). O sistema ideológico do agronegócio atua no sentido de transmitir a ideia de que esse modelo de desenvolvimento é uma totalidade, isto é, engloba todas as relações de produção do campo. A hegemonia do agronegócio é mantida pelo poder político que os diversos tipos de instituições ligadas a esse setor exercem, influenciando diretamente nos governos, na formulação e implementação de políticas públicas (FERNANDES; SILVA, 2023).

No Brasil, a noção de *agribusiness* (agronegócio) foi introduzida no debate na esfera pública entre as décadas de 1950 e 1960, no contexto da introdução da Revolução Verde, da expansão das fronteiras agrícolas e das transformações do capitalismo, sendo abordada e difundida primeiro por instituições patronais, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em conjunto com organizações estrangeiras, principalmente, norte-americanas (POMPEIA, 2021). Na década de 1970, o conceito de agronegócio foi disseminado de forma mais ampla, por meio de trabalhos acadêmicos, jornais, revistas, partidos políticos e Estado. O conceito foi propagado tanto a

partir de uma acepção positiva, quanto crítica, que alertava sobre seus efeitos sociais, dentre eles, os processos de expropriação, desterritorialização e marginalização dos camponeses.

A consolidação do agronegócio no país ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro durante o período de Ditadura Militar, por meio da implementação de políticas como Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), criado com a finalidade estimular, via crédito rural, a agroindustrialização, a intensificação do uso de insumos e maquinários, a modernização das funções de armazenamento etc., ou seja, estímulos que contemplaram o conjunto de sistemas que desde então passaram a ser associados a atividade agrícola. O segundo, a partir da década de 1990, no contexto do neoliberalismo, como resultado da passagem da formação de complexos agroindustriais, mediante forte intervenção e controle do Estado, para uma agricultura globalizada, especializada, organizada em redes e controlada por corporações transnacionais e multinacionais. Esse processo desdobrou em níveis elevados de dependência do mercado mundial, sendo que cada vez mais, as decisões referentes aos territórios são tomadas de modo externo a eles (POMPEIA, 2021; NEVES; PIGNATI, 2023)

O aumento vertical da produção de alimentos visando o combate à fome e desnutrição no mundo foi o discurso justificador para a promoção do agronegócio no país, sobretudo, na esfera pública. De acordo com Fernandes (2004), a construção da noção de agronegócio no Brasil serviu para renovar a imagem da agricultura capitalista e desvinculá-la do latifúndio e de seus problemas.

Os incentivos fiscais fornecidos pelo governo, sobretudo no primeiro momento, fizeram com que empresas estrangeiras, relacionadas a funções a montante da agropecuária (geralmente oriundas da Europa e dos Estados Unidos), transferissem unidades industriais para o Brasil. O capital estrangeiro também passou de maneira crescente a investir em áreas a jusante da agropecuária (IORIS, 2017; POMPEIA, 2021). Esse cenário evidencia que a introdução e consolidação do agronegócio no Brasil ocorreu em consonância com interesses externos (Estados e outras instituições).

O agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento, é sustentado pelo Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) que assim como apontam os trabalhos de Felicio (2011), Campos (2012), Roos (2015) e Fernandes (2013a; 2014; 2016), é constituído a partir do método positivista e de um conjunto de elementos que corroboram para a leitura de que a questão agrária é conjuntural, isto é, a luta de classes não é um elemento. Nesse sentido, os diversos problemas gerados no campo podem ser resolvidos mediante a incorporação tecnológica, a integração do camponês ao mercado, de modo em que o capitalismo nunca é questionado. Em outras palavras, para esse paradigma, a superação das questões sociais relativas ao campo e a agricultura passa pelo capitalismo, ou seja, o cerne do problema está

no próprio campesinato e não no sistema vigente (CAMPOS, 2012; FERNANDES, 2013a; 2014; 2016).

Não é nosso objetivo discorrer sobre os teóricos clássicos desse paradigma, tendo em vista a larga produção científica relacionada a esta temática. Contudo, é válido destacar que nas produções dos autores dessa linha de pensamento há uma valorização da dimensão econômica em detrimento das outras. Além disso, para os adeptos do PCA, campesinato e agronegócio compõem o mesmo espaço político, o que exclui das análises as contradições (FERNANDES, 2013a; 2014; 2016). De acordo com Campos (2012, p. 216), “para o PCA, a busca pela integração ao mercado interessa ao capital, no qual o camponês é encarado como mero produtor de mercadorias e não como sujeito produtor de princípios que transponham e contraponham a lógica do capital”.

A metamorfose é um ponto chave neste paradigma, como indica o trabalho de Abramovay (1990), que defende a metamorfose do camponês em agricultor familiar, o que acontece com a tecnificação da produção, com os diferentes níveis de integração ao mercado (FELICIO, 2011). Segundo Abramovay (1990, p. 139. 140), esse processo significa a transformação do que era antes um modo de vida em uma profissão, sendo que a partir de então:

O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições de reprodução social (ABRAMOVAY, 1990, p. 139–140).

Como salienta Campos (2012, p. 117-118) “o método do PCA assenta-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar”. Esse é um dos elementos que consideramos primordial no PCA, pois é uma diferenciação que evidencia que para esse paradigma o conceito de camponês significa atraso, enquanto agricultura familiar representa modernidade, pois refere-se ao camponês que conseguiu se integrar ao capital. Concordamos com Campos (2012) e Fernandes (2014; 2016), que a diferença entre camponeses e agricultores familiares é uma questão de escolha paradigmática, pois na prática, trata-se do mesmo sujeito, sendo que a agricultura familiar faz parte da centralidade do modo camponês de produção, como abordaremos mais à frente.

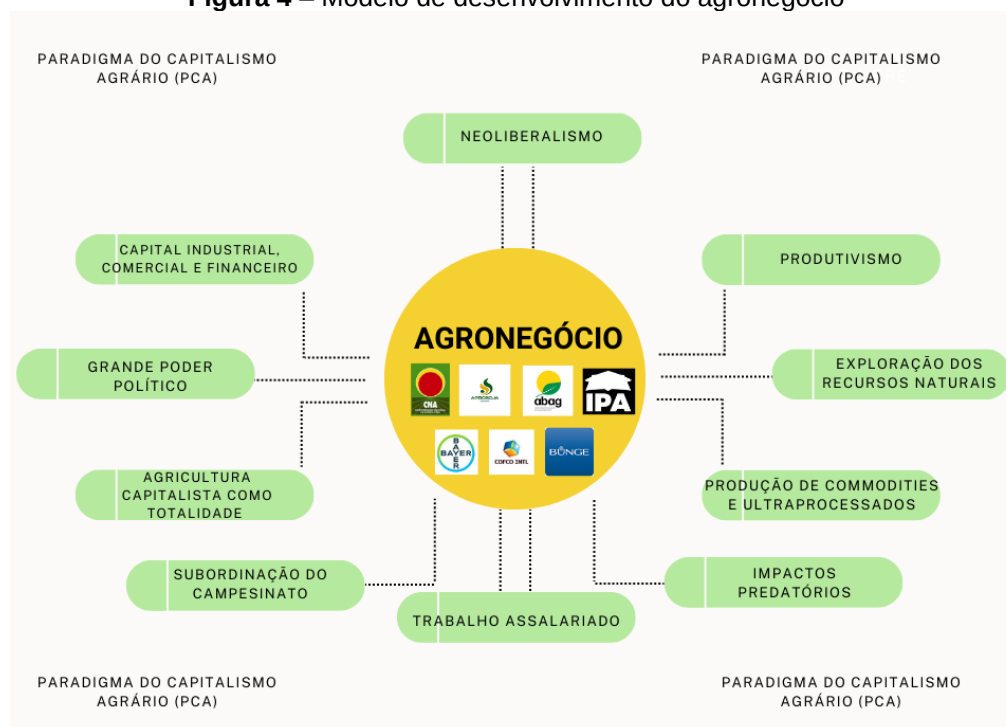
O Paradigma do Capitalismo Agrário está dividido em duas tendências internas, as quais dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção: uma que

compreende a agricultura familiar pela lógica da integração e subordinação ao capital e outra que defende o agronegócio e considera a agricultura familiar como residual (FELÍCIO, 2011; CAMPOS, 2012; ROOS, 2015).

Nas duas tendências não existe conflitualidade, sendo o agronegócio entendido como o único modelo de desenvolvimento admissível para o campo e a agricultura. Portanto, para o PCA, o camponês/agricultor familiar só pode existir em condição de integração subalterna ao capital (FERNANDES; SILVA, 2023). Assim, podemos concluir que a lógica desse paradigma é terrível para esses sujeitos. O processo de integração subalterna do camponês ao capital se realiza, majoritariamente, mediante as alianças entre corporações e Estado.

Na Figura 4, realizamos o esforço de sistematizar o agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento, a partir do que consideramos ser seus principais elementos.

**Figura 4 – Modelo de desenvolvimento do agronegócio**



**Organização:** JORGE, 2023.

Em nossa análise, o grau de subalternização do camponês é diretamente proporcional ao seu grau de integração ao agronegócio (ROOS, 2015). Nesse processo, algumas culturas, como a soja, tendem a estar mais associadas às territorialidades subalternas, considerando a forma como estão fortemente vinculadas ao sistema produtivo do agronegócio e, por conseguinte, à especialização produtiva e à dependência em relação ao capital industrial, comercial e financeiro. Contudo, tendo em vista as situações híbridas, existem camponeses que produzem soja e ainda assim possuem relativa autonomia,



especialmente, quando esta não é a única atividade produtiva, somando-se a outras de caráter mais autônomo e emancipador como, por exemplo, a produção de alimentos para o consumo familiar.

Com base nos resultados da pesquisa, identificamos que existem camponeses que não têm consciência de que as territorialidades desenvolvidas os colocam em condições de subalternização. Esses camponeses muitas vezes assimilam que tais formas de uso do território é a única ou a opção mais viável, sendo que em alguns casos os sujeitos chegam de fato a se compreender como parte do agronegócio. Entendemos que esse processo é oriundo da propaganda, do sistema ideológico do agronegócio que, conforme discutiremos adiante, faz parte dos elementos que influenciam na produção das territorialidades.

Assim como há camponeses que não reconhecem a subalternização, existem outros que possuem consciência de que para o capital o camponês só pode existir em condição de integração e subalternização, desde as territorialidades desenvolvidas. No depoimento da camponesa Bibiana Camargo, fica evidente seu entendimento referente à conflitualidade entre agricultura camponesa e agronegócio e ao processo de subalternização.

A gente é contra o agronegócio não no sentido de produção, mas em uma leitura política, porque para o agronegócio se sustentar ele precisa que acabe o pequeno ou então dominar o pequeno, o agronegócio não quer um competidor, ele quer que o camponês trabalhe pra ele (Bibiana Camargo [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, dez. 2021).

Ao falar sobre a produção de leite e a relação com o laticínio, a camponesa Marta Costa, do assentamento Guanabara, também coloca em evidência sua consciência a respeito da condição de subalternização.

Claro, claro, é assim que funciona, eles que botam o preço na produção, eles que dizem se o leite tá bom ou não [...] esse é o ponto fundamental onde a pessoa desanima, primeiro é você não garantir preço, né, outra é você sempre tá na mão do patrão, **é como se fosse uma relação empregado e patrão, né.** Você produz, você tem toda uma liberdade, enfim, porque é sua produção, mas em uma região que nem a nossa você fica subordinado sim (Marta Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021, grifo nosso).

O trecho destacado na fala da senhora Marta evidencia que quando o assentado depende estritamente de uma determinada empresa para comercializar, seu nível de autonomia se torna muito baixo, pois é a empresa que estabelece padrões de qualidade, orienta como o trabalho deve ser realizado e determina o preço pago pela produção, sendo que normalmente os camponeses se sentem pouco empoderados para questionar ou contrapor as decisões da empresa.

Essas situações estão normalmente vinculadas a produção no sistema de integração à complexos agroindustriais (PAULINO, 2003; 2004; ROOS, 2015), assim como analisaremos no decorrer do trabalho. Entendemos que por mais que a integração aos complexos agroindustriais ou outras formas de inserção no sistema produtivo do agronegócio produza relações que colocam o camponês em uma posição de subalternização, é preciso ter ciência “[...] que as tensões que o capital cria no sítio de um pequeno lavrador ou na oficina de um artesão ainda são distintas da tensão que permeia suas relações com o trabalhador da grande indústria” (MARTINS, 1981, p. 14).

A partir dos relatos das entrevistadas, podemos ainda questionar sobre o porquê os camponeses aderem a subalternização tendo consciência dela. Em nossa análise a resposta para essa pergunta já foi mencionada, isto é, o camponês adere a subalternização pois, muitas vezes, diante do conjunto de elementos que determinam sua (re)produção no território, esta acaba sendo a única alternativa para o momento. Isso não significa que esse seja um cenário que não possa mudar, de acordo com os arranjos e conjunturas, sobretudo, tendo em vista que para o camponês o território é um trunfo e a sua posse sempre garante a possibilidade de transformação da condição de subalternização. Portanto, a subalternização não é uma condição permanente, imutável, mas sim um estado que pode ser superado.

Ademais, é preciso considerar a resistência e luta por maiores níveis de autonomia e soberania enquanto característica do campesinato, bem como, o fato de que as territorialidades estão em permanente movimento. Nesse sentido, o território pode proporcionar tanto a subalternização quanto a emancipação.

Tal como assevera Origuéla (2019, p. 3), “além do acesso ao território que, por si só é fundamental para a (re)criação do campesinato, o controle dos usos desses territórios, ou seja, o controle das territorialidades é cada vez mais necessário ao campesinato do século XXI”. Sendo assim, para o campesinato, controlar a terra (território), diferentemente de aburguesamento, significa resistência à ordem expropriatória (ROOS, 2015) e capacidade de transformação da realidade, das relações sociais.

#### 1.4 AGRICULTURA CAMPONESA E A TERRITORIALIDADE EMANCIPADORA NO TERRITÓRIO CAMPONÊS

As territorialidades emancipadoras podem ser definidas como resistências territoriais, usos do território desenvolvidos segundo o modo de viver, saber e fazer camponês (HOCSMAN, 2014, ORIGUÉLA, 2019), que objetivam proporcionar maior nível de autonomia. Assim como salienta Origuéla (2019, p. 5), “[...] a autonomia frente ao Estado e/ou ao capital não deve ser entendida como sinônimo de autarquia ou isolamento, mas sim como uma

questão relativa e variável de acordo com a conjuntura política e as experiências de cada movimento social”.

Com base em Ploeg (2008), compreendemos que para o campesinato a luta por autonomia é constante e significa sobrevivência, tendo em vista o contexto de privação, dependência e subalternização. Segundo Ploeg e Schneider (2022), a autonomia se define como uma construção social relacionada à capacidade de auto-organização, de interferência na realidade e de exercício de poder das comunidades, movimentos e pessoas. Ainda segundo os autores, este é um conceito relacional, que só pode existir “[...] quando e onde as lutas que objetivam ir além da dependência (ou seja, não-autonomia) existam concretamente” (p. 532, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Assim, a autonomia não é abstrata, ao contrário, refere-se às práticas sociais que envolvem a conquista de espaços, a construção de novos modelos de desenvolvimento e a existência dos sujeitos, o que incorpora o trabalho, a produção, o consumo, a comercialização, a moradia etc., perpassando pelas múltiplas dimensões do território. Em resumo, trata-se de maneiras de escapar das amarras do capital. Nas palavras dos autores “[...] autonomia é um conjunto de práticas através das quais são criadas recursos que permitem as pessoas seguirem caminhos que desviam daqueles prescritos pelo capital” (PLOEG; SCHNEIDER, 2022, p. 532, tradução nossa)<sup>11</sup>.

A partir dessa leitura, a autonomia é proporcional ao nível do camponês de desvinculação do capital (PLOEG, 2008). Ploeg e Schneider (2022) pontuam que a autonomia é resultado de ações combinadas, coletivas e se desenvolve em cinco níveis entrelaçados, os quais passam pela criação de tecnologias e de sistemas produtivos próprios; pelas práticas de cooperação e ajuda mútua; pelo controle do território; pela construção de mercados alternativos e pelas ações individuais e/ou coletivas na esfera política relacionadas à defesa e à reivindicação de direitos. Em nosso ponto de vista, dentre esses níveis, a autonomia territorial merece destaque, tendo em vista que todos os outros níveis estão condicionados às disputas que ocorrem nos diversos tipos de territórios materiais e imateriais.

Como apontam os autores, a luta do campesinato por autonomia depende do contexto político, entre outros fatores. Portanto, compreendemos que em várias situações os camponeses não conseguem se desvincular do sistema produtivo da agricultura capitalista, no entanto, as próprias disputas e reivindicações por melhores condições e preços dentro desse sistema já representam a luta por maiores níveis de autonomia. Entendemos que a

---

<sup>10</sup> No original [...] when and where struggles that aim at going beyond dependency (i.e., nonautonomy) concretely exist.

<sup>11</sup> No original: [...] autonomy is a set of practices through which resources are created that allow people to follow paths that deviate from those prescribed by capital.

autonomia está relacionada à soberania territorial, isto é, ao poder de decisão sobre os territórios. Esses dois elementos (autonomia e soberania) constituem as bases da emancipação.

Contudo, não podemos perder de vista que tanto a subalternização quanto a emancipação não são processos lineares, pois são permeados por disputas e contradições. É importante ponderar que a subalternização contém a resistência, e a autonomia camponesa é sempre relativa no modo capitalista de produção (ORIGUÉLA, 2019), uma vez que a desvinculação dos sujeitos em relação ao sistema nunca é absoluta. Em síntese, entendemos que nos assentamentos de reforma agrária, as territorialidades emancipadoras são produzidas a partir de relações sociais camponesas, condizem com o uso do território camponês pelo camponês.

Conforme assevera Martins (1981) e Marques (2008), o termo camponês é historicamente relacionado às lutas sociais e aos confrontos entre classes. Portanto, possui uma conotação política, que objetiva expressar a unicidade de classe, demarcar o lugar social do campesinato na estrutura da sociedade e sua oposição aos latifundiários. Em relação a suas características fundamentais, Martins (1981) define o campesinato brasileiro como uma classe insubmissa, quer dizer, que não aceita ser dominada por fazendeiros e coronéis, ser expropriada e desterritorializada por grileiros, grandes empresários etc., nem ser explorada economicamente em função do avanço capitalista sobre o campo e a agricultura.

Marques (2008) acrescenta, que além de classe o campesinato se caracteriza como um modo de vida, uma organização social específica, que apresenta ao mesmo tempo uma relação de subordinação e de estranhamento em relação à sociedade capitalista, que pode até ser dominada em certas circunstâncias pelo mercado, porém não é organizada por ele.

No decorrer da história, o campesinato se configura na classe que foi excluída política e ideologicamente, sendo por vezes entendida como inferior, à margem da sociedade, que participa dos processos sociais, mas de forma secundária, sem ser essencial. Assim a inserção dos camponeses no debate político se realizou através de alianças subordinadas, em que instituições como igreja, sindicatos e partidos políticos assumiram a função de conscientizá-los, de orientar suas lutas de acordo com as diretrizes estabelecidas pela classe operária. Segundo Martins (1981):

[...] alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais, exceção feita a este ou aquele que por razões profissionais se vê obrigado a saber de certas coisas. Na cabeça de muita gente fina da universidade, da Igreja, da intelectualidade esclarecida, estão ausentes esses acontecimentos. Eles não se somam à concepções de história já elaborada e cristalizada na cabeça dos intelectuais. A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e,

particularmente, uma história dos que participam do pacto político (MARTINS, 1981, p. 25-26).

O campesinato brasileiro também se define como uma classe que se constitui com a expansão capitalista, sendo produto e produtor das contradições deste sistema e, portanto, parte do presente da história do capitalismo no país. A desterritorialização marca a trajetória dos camponeses, sendo esses, sujeitos que querem entrar na terra, e que ao serem expulsos frequentemente retornam, mesmo que seja uma terra distante daquela de onde saíram, o que faz com que migração seja um traço importante da história do campesinato (MARTINS, 1981; MARQUES, 2008).

Ao discutir o campesinato, Chayanov (1974), Oliveira (2001), Shanin (2005) e Marques (2008) consideram que o trabalho familiar ocupa centralidade no processo de produção camponesa, o que a diferencia completamente da produção capitalista, cujo principal elemento é o trabalho assalariado. Dessa maneira, como explica Chayanov (1974), é a família que dirige a organização da unidade econômica camponesa.

Nos campos realizados na pesquisa ficou muito evidente a relevância da família e da força de trabalho familiar para o campesinato, sendo que em seus lotes, os camponeses organizam a divisão do trabalho da família respaldada na cooperação, nas relações de gênero e idade, sobretudo, considerando que desde cedo as crianças são incorporadas no processo produtivo, realizando atividades simples que vão se complexando conforme o crescimento e amadurecimento. A inserção das crianças na divisão do trabalho familiar está relacionada ao processo educativo, que visa preparar e despertar o interesse para que os filhos deem continuidade ao trabalho dos pais e permaneçam no lote.

A jornada de trabalho é também um elemento que caracteriza a produção camponesa. Diferentemente da capitalista, na produção camponesa a jornada de trabalho é flexível, sendo que o ritmo varia conforme os ciclos dos cultivos. Nos períodos de intensificação das atividades (geralmente durante o plantio ou a colheita), é comum que todos os membros da família se dediquem às tarefas no lote, mesmo aqueles que possuem empregos na cidade.

Segundo afirma Oliveira (2001, p. 64) “assim, combina-se períodos chamados de ociosos [...] com períodos de intenso trabalho quando, nem o nascer e o pôr do sol, às vezes, são os limites naturais da jornada de trabalho”. Portanto, “[...] essa aparente irregularidade da jornada de trabalho dos camponeses é que abre espaço para o desenvolvimento de uma série de tarefas artesanais domésticas, que eles realizam nos períodos de pouco trabalho agrícola” (p. 64). O depoimento a seguir do camponês Geraldo Rossi, que vive no assentamento Valmir Mota de Oliveira, exemplifica esse processo.

Nosso lote dá sete hectares, sete hectares e pouco, aqui vive nós, três filhos e um genro, mas que trabalha mesmo no lote são três pessoas, eu minha mulher e o filho, **mas a minha filha mais velha e o genro, eles trabalham na cidade e nos finais de semana, quando eles estão de folga, nas colheitas que tem que entregar para merenda escolar, eles estão ajudando.** A colheita a gente faz no domingo pra entregar na segunda. Então né, eles também estão envolvidos junto. Todo mundo acaba se envolvendo com as atividades do lote, ontem mesmo depois que minha filha chegou às 15h30min do serviço, a gente ia plantar mandioca e ela foi junto ajudar, o genro também. Aqui a gente tem muitas frentes de trabalho, tem a horta, tem as vacas de leite, as criações [porco, galinha e peixe], **eu ainda trabalho para fora na construção civil quando dá [...]** mesmo sendo bastante coisa, a gente trabalha só com a família, não contrata ninguém (Geraldo Rossi [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Valmir Mota de Oliveira, nov. 2022, grifo nosso).

A assentada Ivani Alves, que vive no assentamento Paulo Freire e casada com o senhor Antônio Alves, também aborda a importância do trabalho familiar para a produção camponesa.

A gente mexe com horta, mexe com gado, daí eu faço queijo, faço doce, vendo na cidade, tem a lavoura, os animais, as galinhas, os porcos, então é bastante coisa pra gente cuidar, às vezes alguma coisa fica sem fazer, mas não mais a gente que é família tenta fazer, até porque as condições financeiras não dá pra pagar uma pessoa pra ajudar. Aqui quando dá 5h30min ou 15min pra 6h a gente tá levantando. Todo dia tem a tarefa de levantar de manhã tirar leite, é 365 dias no ano [...] mas olha pra viver nossa vidinha simples aqui, graças a Deus dá, é muito difícil trabalhar fora, nós não trabalha fora, **as vezes algum vizinho pede pro meu filho, daí ele vai, pra ter um extra pra ele,** mas na maioria das vezes é só aqui no sítio mesmo e só a família (Ivani Alves [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, set. 2021, grifo nosso).

Além dos pontos já mencionados, os dois trechos de entrevista citados demonstram que combinado com o trabalho familiar coexistem outras formas, como o trabalho acessório, que permite ao camponês transformar-se, por determinado período, em um trabalhador assalariado, incrementando a renda das famílias em momentos de crise ou possibilitando a realização de investimentos no lote. Somados ao trabalho acessório, as relações de parceria, a ajuda mútua e a ocasional contratação de diaristas também se intercalam com o trabalho familiar, configurando a produção e economia camponesa (CHAYANOV, 1974; OLIVEIRA, 2001).

A propriedade familiar da terra é outro elemento importante. Ao contrário da produção capitalista, nesta não se efetiva a exploração do trabalho alheio. Nas palavras de Oliveira (2001, p. 61): “estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É pois terra de trabalho. É portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração”.

Podemos concluir que a produção camponesa é pensada a partir de uma lógica distinta da produção capitalista, pois está alicerçada na conquista das condições de existência, de (re)produção do modo de vida e da família, no uso como valor e não na obtenção de mais valia (CHAYANOV, 1974). Sendo assim, é comum identificar nos relatos dos assentados a prevalência de um olhar qualitativo ao invés de um olhar quantitativo em relação à produção, e com isso a preocupação com a qualidade de vida e com a saúde. Um exemplo disso é o relato da camponesa Maria Aparecida, que ao comparar a produção agroecológica com a convencional afirma:

Não vale a pena você ter a terra e viver se matando em cima dela, muita gente tem medo de produzir agroecológico/orgânico, porque diz que produz muito pouco, não é verdade, você pode até produzir um pouco menos, mas você ganha mais e com qualidade de vida. Há momentos em que o trabalho altera, mas você não vive estressado, com dívida, eu trabalho sossegada, não tô naquele desespero, meu Deus se der uma seca eu vou perder a produção e vou ficar devendo [...] (Maria Aparecida [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

De acordo com Martins (1981) e Marques (2008), historicamente existem várias outras denominações que podem ser entendidas como sinônimos de camponês no Brasil, dentre elas, caipira, caiçara, caboclo e colono. Essas “são palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis” (MARTINS, 1981, p. 22). Esses diferentes termos são ainda hoje utilizados em determinadas regiões, por exemplo, no Sudoeste do Paraná em que é comum os camponeses se designarem como colonos, ou ainda, no Sudeste em que os camponeses se definem como caboclos, entendendo-se como uma mistura de vários povos (indígenas, brancos etc.), como sujeitos pobres, muitas vezes, desterritorializados, que lutam pela conquista de frações de território.

A variedade de nomenclaturas é uma das questões que revela a diversidade do campesinato no Brasil, geradas a partir de diferentes conflitualidades e modos de acesso à terra, sendo que “a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais” (MARQUES, 2008, p. 60). Ademais, assim como explica Martins (1981), a existência e as lutas dos camponeses em suas distintas formas são determinadas por relações de classes e antagonismos.

Pensando nesses elementos estruturantes que definem os camponeses no Brasil e olhando para os *crofters* na Escócia, analisamos que apesar das distâncias e diferentes contextos, existem muitas semelhanças e conexões entre esses sujeitos. Os *crofters* também

possuem um modo de vida, uma organização social específica, que tem como centralidade a família, o trabalho familiar, visando a conquista de condições de existência e (re)produção social. Em termos de análise comparativa, consideramos esses sujeitos com um tipo de camponês, bem como, o *crofting* como um tipo de agricultura camponesa. Contudo, não adentraremos nessa discussão nesse momento, pois para isso reservamos o Capítulo 6.

Compreendemos que além de diverso, segundo as regiões geográficas, o campesinato brasileiro é uma classe que está em permanente movimento, transformação, isto é, não é estática. Dessa forma, como assevera Shanin (2005), existem diferenciações entre os camponeses de uma mesma sociedade. Assim, os camponeses que realizaram as ocupações que deram origem aos assentamentos conquistados nas décadas de 1980 e 1990, em grande parte, não possuem o mesmo perfil, a mesma forma de pensar comparado àqueles que conquistaram os assentamentos mais recentes, após os anos 2000, ou ainda, os que vivem nos acampamentos da atualidade.

Em consonância com o relato da camponesa Margarida Torres, os camponeses dos assentamentos formados há mais tempo têm origens diretamente relacionadas ao campo, à agricultura e aos processos de expropriação e desterritorialização, sobretudo, a partir da modernização agrícola. Todavia, nos assentamentos e acampamentos mais recentes, percebe-se que junto a esses, cada vez mais existem camponeses que possuem uma trajetória urbana, nem sempre adaptados ao trabalho do campo e que em algum momento decidiram compor a luta pela terra junto aos movimentos em função do desemprego, de crises econômicas e da dificuldade em obter as condições necessárias para se manter na cidade.

Esse povo nosso, esse povo de vinte anos atrás é um povo camponês, ele sempre produziu sozinho, então o jeito dele pensar é isso. Como o Marx falava a cabeça é conforme a inserção no mundo do trabalho, a pessoa pensa conforme ela produz e reproduz a vida [...] hoje tem um público um pouco diferente nos assentamentos e acampamentos, é um público que veio da cidade, que vem do trabalho cooperado muitas vezes na indústria, é outra cabeça. Por exemplo, lá no Valdeir Roque [acampamento de Quinta do Sol, município vizinho de Peabiru] na época, eles acharam muito melhor ficar do jeito que estão, com as casas próximas, todo mundo junto, parece uma vila da cidade. Eu acredito que lá vai se desenhar um modelo de assentamento diferente, mais coletivo. Esse público de agora quando vai para um trabalho coletivo enche de gente e vai feliz. Teve gente que entregou a roça de mandioca porque não se via em condições de limpar uma rocinha pequena. Então esse povo tem outra cabeça, o que por um lado dificulta, mas por outro lado facilita, é outro público, é outra cultura, já são netos, às vezes, bisnetos de pessoas que foram expropriadas do campo (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021).

É evidente que essa mudança no perfil dos camponeses é um fator que impacta as formas de organização, os territórios e as territorialidades produzidas nos assentamentos de reforma agrária, uma vez que se trata de outras experiências, trajetórias, processos de



formação, leituras da realidade e da luta de classes. Esses pontos demonstram a complexidade do campesinato enquanto modo de vida, classe social, que propõe um modelo de desenvolvimento que transcende o modelo proposto pelo agronegócio (contra-hegemônico), organizado principalmente por movimentos, como a Via Campesina, o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O modelo de desenvolvimento camponês tem como centralidade uma agricultura destinada à produção de alimentos diversificados; a autonomia camponesa; a construção de sistemas produtivos e tecnologias para e pelo campesinato; o uso racional dos recursos naturais; a agroecologia; a defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar, sendo essa última, em suma, definida como o direito dos povos de produzir seus próprios alimentos e de definir suas políticas agrárias, perpassando pela democratização do acesso à terra, pela criação de mercados voltados para a agricultura camponesa, pela valorização do trabalho das mulheres e pelo respeito às especificidades de cada território (VIA CAMPESINA, 2003).

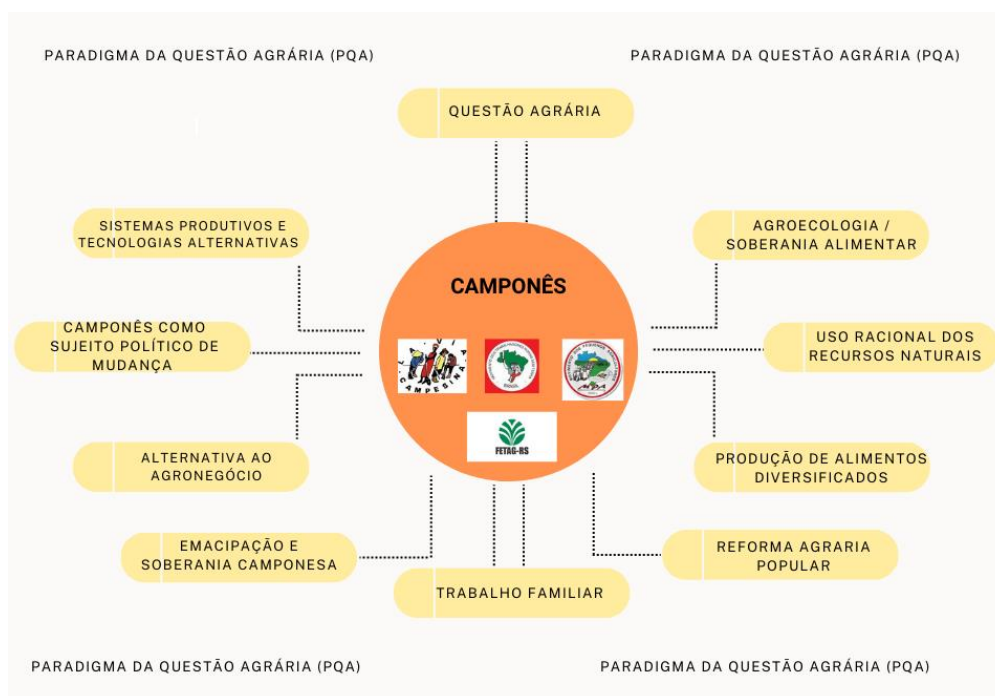
O campesinato e sua proposta de modelo de desenvolvimento são alicerçados no Paradigma da Questão Agrária (PQA), que é respaldado no método dialético e entende que a questão agrária é estrutural, que os problemas no campo são oriundos das desigualdades e contradições do capitalismo e que a solução passa pela superação desse sistema. Sendo assim, esse paradigma faz uma leitura crítica e denuncia a hegemonia do agronegócio, sendo a luta contra o capitalismo assimilada como a forma de construir uma sociedade alternativa (FELÍCIO, 2011; CAMPOS, 2012; ROOS, 2015; FERNANDES, 2016; SILVA; FERNANDES, 2023).

Assim como no caso do PCA, uma extensa produção bibliográfica foi elaborada referente à matriz teórica clássica do PQA, sendo esse um ponto que não adentraremos nesse trabalho. Todavia, é importante pontuar que historicamente também existem duas tendências relacionadas a esse paradigma: a proletarista, que entende que o avanço do capitalismo no campo conduz os camponeses a diferenciação, desterritorialização, proletarização e, conseqüentemente, ao desaparecimento; e a campesinista que defende a (re)criação do campesinato, a partir do processo de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do sistema capitalista (FELÍCIO, 2011; CAMPOS, 2012; ROOS, 2015).

Na atualidade, o não desaparecimento do campesinato é bastante evidente para a maior parte dos movimentos, instituições e estudiosos ligados ao PQA, o que faz com que a tendência campesinista seja predominante dentro desse paradigma, principalmente, no âmbito da geografia. Assim como assevera Campos (2012), uma diferença importante entre o PCA e o PQA, é que para os adeptos dessa segunda linha de pensamento, a conflitualidade é um elemento, o que faz com que as análises não se limitem à lógica do capital. Esse

processo reflete em uma outra leitura sobre o camponês, que é multidimensional e não parte da integração e subalternização ao capital. Na Figura 5, sistematizamos, a partir de elementos que consideramos estruturantes, o que compreendemos ser o modelo de desenvolvimento camponês.

**Figura 5 – Modelo de desenvolvimento camponês**

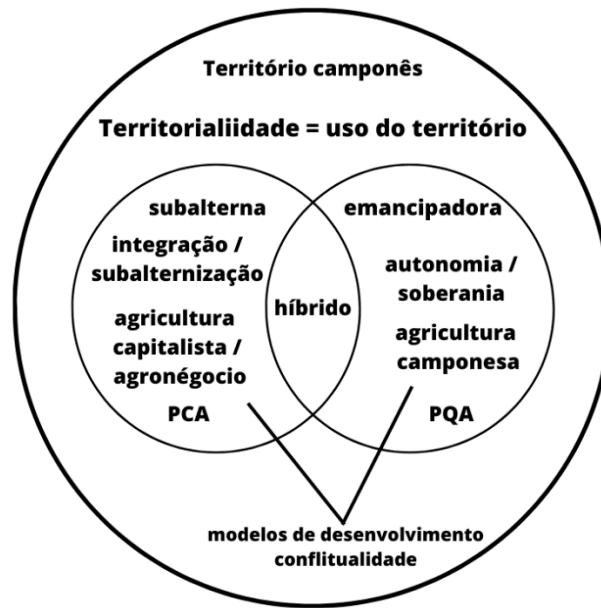


**Fonte:** JORGE, 2023.

É importante ressaltar que os modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato também consistem em territórios imateriais e que, portanto, a conflitualidade entre eles perpassa todos os outros tipos e escalas de território. Dessa maneira, podemos inferir que os conflitos territoriais também são conflitos pela imposição de modelos de desenvolvimento pelos atores hegemônicos (PEDON, 2009).

A Figura 6 apresenta uma síntese teórico-metodológica dos principais apontamentos realizados sobre as territorialidades subalternas e emancipadoras nos territórios camponeses.

**Figura 6 – Territorialidades subalternas e emancipadoras nos territórios camponeses**



**Organização:** JORGE, 2023

Conforme exposto nela, compreendemos que as territorialidades subalternas são produzidas a partir da territorialização do modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista no território camponês, causando a integração subalterna do camponês ao capital. Por outro lado, a produção de territorialidades emancipadoras, a partir de maiores níveis de autonomia e soberania, desdobra na construção do modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa. Entre esses dois extremos, existem uma ampla diversidade de situações híbridas, quer dizer, de (pluri)(multi)territorialidades. Os paradigmas (PCA e PQA), a partir de suas diferentes elaborações teóricas, conceituais, metodológicas e ideológicas, constituem o embasamento desse processo.

Feito os apontamentos necessários sobre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa, as territorialidades subalternas e emancipadoras, seguiremos agora no capítulo seguinte, analisando quais são os elementos que consideramos estruturantes e que influenciam nos processos de subalternização e emancipação.

# Capítulo 2

## 2. ELEMENTOS QUE INFLUENCIAM NOS PROCESSOS DE SUBALTERNIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO CAMPONESA

Compreender que os assentamentos são territórios camponeses, onde se desenvolvem, de forma conflituosa e contraditória, (multi)(pluri)territorialidades, que podem tanto subalternizar quanto emancipar o camponês em relação ao capital, é um ponto de partida para pensarmos o desenvolvimento da reforma agrária e da agricultura camponesa, desde uma perspectiva mais ampla.

Contudo, apesar da importância dessa abordagem, bem como, da definição e análise dos tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras identificadas nos territórios investigados da pesquisa, entendemos que isso não é suficiente para apreendermos todos os elementos que envolvem esse processo em sua totalidade. Dessa forma, precisamos avançar no sentido de buscar entender o que há por detrás das territorialidades materializadas nos assentamentos, isto é, quais razões levam os camponeses à subalternização e quais condições propiciam a produção de usos do território mais autônomos e emancipadores.

Adiantamos que não há uma resposta simples e objetiva para essas questões, pois na realidade, existe uma ampla diversidade de elementos que são estruturantes e influenciam diretamente nos tipos de territorialidades produzidas nos territórios camponeses. O modo como esses elementos se relacionam, se combinam e se equilibram no cotidiano é o que determina os níveis de subalternização e emancipação dos sujeitos. Assim, podemos dizer que cada situação é um universo particular e que qualquer modificação em um ou mais elementos pode, consecutivamente, mudar o balanço entre subalternização e emancipação.

Neste capítulo, buscamos evidenciar que, entre essa diversidade de elementos, alguns são de ordem interna e outros de ordem externa aos territórios camponeses. Dentre eles, estão incluídas questões como as condições de disponibilidade de força de trabalho familiar, de saúde e idade dos assentados; as ações dos movimentos, as políticas públicas, dentre outros. Ainda, procuramos discutir quais desses elementos podem ser identificados e influenciam nas territorialidades produzidas nos territórios de *crofting*, na Escócia.

Além de discutir cada um dos elementos internos e externos que identificamos de acordo com nossas análises e reflexões na pesquisa, também abordamos no capítulo ações e políticas públicas do período do governo Bolsonaro, com objetivo de compreender os impactos produzidos para camponeses e seus territórios especialmente, em relação a subalternização e a emancipação.

## 2.1 ELEMENTOS INTERNOS AOS TERRITÓRIOS CAMPONESES

Em relação aos elementos internos, consideramos que podemos elencar o número de pessoas que vivem no lote; as condições de saúde e de idade dos assentados; a disponibilidade de força de trabalho familiar; o tamanho do lote de cada família; e a localização geográfica dos assentamentos.

No que se refere ao número de pessoas que vivem no lote, observamos que nos assentamentos existem diferentes arranjos familiares, o que está diretamente relacionado a este elemento, como demonstra o trabalho de Chayanov (1974). Sendo assim, há casos em que a família é numerosa, constituída pelo casal e cerca de dois ou três filhos(as), muitas vezes, já em idade que permite colaborar com as atividades desenvolvidas na área. Ainda, identificamos situações em que em um mesmo território vivem mais de uma família, decorrente principalmente de casos em que filhos(as) se casaram, constituíram suas próprias famílias e passaram a dividir a terra com os pais. Paralelamente, também há famílias bastante reduzidas, constituída apenas pelo casal ou pelo casal e um único filho(a) de pouca idade, bem como, situações em que a família se caracteriza como unipessoal ou monoparental, em função de divórcios ou falecimentos.

Além disso, é comum ouvir relatos sobre famílias em que os filhos(as) deixaram o assentamento, por variadas razões, e no lote permaneceu apenas o casal, normalmente, formado por pessoas idosas, aposentadas e que, muitas vezes, apresentam problemas de saúde. Todas essas questões refletem diretamente na disponibilidade de força de trabalho familiar, que assim como pontuamos, a partir de Chayanov (1974), Oliveira (2001), Shanin (2005) e Marques (2008), é um dos pilares da agricultura camponesa e, por conseguinte, é um elemento que influencia na determinação dos tipos de territorialidades produzidas nos territórios, consecutivamente, nos níveis de subalternização e emancipação. Segundo elucida Chayanov (1974):

[...] E como que na unidade econômica familiar que não usa mão de obra contratada, a composição e o tamanho da família determinam inteiramente a quantidade de força de trabalho, sua composição e o grau de atividade, devemos aceitar que o caráter da família é um dos principais fatores na organização da unidade econômica camponesa [...] a força de trabalho da unidade agrícola familiar é inteiramente determinada pela disponibilidade de membros qualificados da família (CHAYANOV, 1974, p. 47)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> No original: Y puesto que en la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina [...] la fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia.

Na pesquisa, percebemos que assim como identifica Origuéla (2019), nos casos em que a força de trabalho familiar é reduzida existe uma inclinação maior à produção de formas de uso do território que dependem menos de mão de obra, por exemplo, as lavouras de soja, que geralmente estão vinculadas ao sistema produtivo e ao padrão tecnológico do agronegócio, sendo altamente mecanizadas, o que faz com que, em diversas situações, uma única pessoa seja suficiente para cuidar de todo processo. Além disso, o arrendamento parcial ou até mesmo total do lote também são opções, sobretudo, quando os camponeses apresentam problemas de saúde, idade avançada ou não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com o custo da produção de soja.

Conforme analisaremos posteriormente, tanto a produção segundo sistema produtivo do agronegócio quanto o arrendamento parcial e total do lote são formas de uso do território que interpretamos como subalternas. Nesse sentido, podemos dizer que a falta de mão de obra é um elemento que contribui para níveis maiores de subalternização.

Por outro lado, a presença da força de trabalho mais abundante colabora para o alcance de níveis mais elevados de emancipação. Isso não quer dizer que nos territórios onde existe um maior volume de trabalho familiar não sejam produzidas territorialidades subalternas. No entanto, esse elemento contribui para o desenvolvimento de (multi)(pluri)territorialidades. Assim, é recorrente a combinação de usos do território compreendidos como subalternos, por exemplo, a produção de soja em conformidade com o sistema produtivo do agronegócio, com usos do território que consideramos emancipadores, como a realização de práticas agroecológicas e a produção de alimentos para o autoconsumo, que também traz a possibilidade de comercialização do excedente em escala local.

Tal como apontamos, nos casos em que a mão de obra é mais abundante, os camponeses organizam sua própria divisão do trabalho no interior da família, que pode variar ao longo do ano, sendo que em períodos ou situações em que a força de trabalho disponível é maior do que as necessidades no lote, alguns membros da família podem aderir ao trabalho acessório, realizando atividades fora do lote e fora do assentamento. Ficou evidente nas entrevistas, que na divisão do trabalho familiar realizada pelos assentados existe certo grau de flexibilidade, porém é comum os homens ficarem responsáveis pelas lavouras e as mulheres cuidarem das hortas, pomares, no geral, cultivos mais voltados aos cuidados e consumo familiar. O depoimento da assentada Maria Aparecida exemplifica essa questão.

Nós na verdade trabalhamos o tempo todo, na verdade nós somos a família que vivemos 100% do lote e trabalhamos 100% no lote. Nós dividimos assim, tem a horta, eu fico mais na parte da horta que também tem minhas ervas medicinais. Tem a lavoura onde tem a parte de fruta que é as laranjas, as ponkan, citrus né, nós decidimos só por citrus. Nessa parte trabalham meu marido e minha filha. Daí tem a área de grãos também que é mais responsabilidade do meu marido. Ainda tem área de animais, os porcos as

galinhas. A jornada de trabalho muda ao longo do ano, no período de colheita é acelerado, período de limpar também é bem acelerada e daí tem as questões tipo horta, a horta é o tempo todo até porque até pouco tempo atrás a horta era só para consumo, mas agora já virou um comércio (Maria Aparecida [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mai. 2021).

Vale reforçar que este é um dentre outros elementos que influenciam nas territorialidades e que não se trata de uma regra, mas sim de uma tendência. Logo, existem situações em que apesar da força de trabalho familiar ser reduzida, os camponeses produzem multiterritorialidades e possuem níveis elevados de emancipação, assim como, situações nas quais mesmo que a família seja numerosa e que haja um bom volume de força de trabalho disponível, as territorialidades produzidas são predominantemente subalternas.

Um exemplo é o caso da camponesa Helena Morais, assentada no Eli Vive, no município de Londrina, que embora viva apenas com um filho adolescente no lote, produz uma grande variedade de alimentos para autoconsumo e comercialização via cooperativa. De acordo com seu relato: “[...] aqui eu tenho porco, tenho galinha [...] tem o café, milho, abobora, mandioca, vassoura, batata doce, mamão, abacate, colorau, limão, jaca, ameixa, manga, pitaia, bucha vegetal, açafrão, quiabo, caxi, melão, melancia, pepino, pimenta” (Helena Morais [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive, mai. 2022).

Também, podemos citar como exemplo o camponês Edir Rosa, do assentamento Valmir Mota de Oliveira, que vive sozinho no lote por ter se divorciado de sua esposa e, ainda assim, produz uma ampla variedade de alimentos agroecológicos para comercialização via cooperativa, feiras e entrega à domicílios na cidade de Cascavel. Quando questionamos sobre os tipos de produção, o assentado responde: “arroz, feijão, porco, galinha, cenoura, beterraba, rabanete, alface, almeirão, ervilha, chicória, batata, mandioca, laranja, pêssego, de tudo um pouco” (Edir Rosa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Valmir Mota de Oliveira, nov. 2022).

O tamanho dos lotes dos assentados é outro elemento importante que influencia nas territorialidades produzidas e está associado a configuração das famílias e ao número de pessoas que vivem no lote. Conforme assevera Origuéla (2019), na constituição dos assentamentos, os tamanhos dos lotes são definidos de acordo a área da propriedade destinada à reforma agrária e não segundo a quantidade de membros das famílias. Contudo, a demanda por terras cultiváveis é um elemento que, como demonstrou Chayanov (1974), varia de acordo com as etapas de evolução da estrutura familiar e está diretamente relacionado à disponibilidade de mão de obra e às necessidades de consumo da família. Desse modo, em conformidade com Chayanov, Origuéla (2019) afirma que:



Em cada período da evolução da família camponesa, sua composição determina a disposição da força de trabalho disponível e a dimensão das suas necessidades de consumo. A família camponesa começa com o casal que, normalmente, trabalha; amplia-se com os filhos, ainda pequenos, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos começam a participar das atividades produtivas, até construírem as suas próprias famílias e saírem das terras dos pais; o casal se reencontra no final, todavia a sua capacidade de trabalho é significativamente reduzida (ORIGUÉLA, 2019, p. 130).

De modo geral, nos assentamentos investigados é possível perceber tanto situações em que o tamanho do lote é superior quanto situações nas quais é inferior as necessidades de consumo e potencialidades de força de trabalho das famílias. Nos casos em que o tamanho do lote é superior, é bastante comum os camponeses recorrerem ao arrendamento parcial, sendo que, como discutiremos mais a frente, os arrendatários podem ser pessoas de dentro ou de fora do assentamento. Em contrapartida, quando o tamanho do lote é inferior as necessidades da família, normalmente, parcela dos indivíduos adquirem trabalhos temporários ou permanentes, visando suprir as necessidades do grupo familiar (CHAYANOV, 1974; OLIVEIRA, 2001), em diversos casos recorrendo às cidades.

Por último, em relação a localização geográfica dos assentamentos, identificamos na pesquisa territórios que estão localizados em regiões de grande domínio e interesse do agronegócio, sobretudo, em virtude das condições naturais (solo, relevo, clima). Nesses territórios, a partir dos relatos dos assentados, percebemos que há um forte assédio de empresas e fazendeiros que querem se apropriar do uso e da renda da terra dos camponeses, por meio do arrendamento, tendo como principal objetivo a produção de soja.

Além disso, por se encontrarem nessas regiões em que as monoculturas de grãos estão bastante territorializadas, sendo que o próprio assentamento, em diversos casos, está cercado por lavouras de soja e milho transgênicos, muitos assentados não se sentem estimulados a construir práticas produtivas alternativas, como as de base agroecológica. Assim, eles acabam comprando com mais facilidade a ideia de que a inserção no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio é a melhor saída para a obtenção das condições de manutenção da família.

Se por um lado, nas regiões dominadas pelo agronegócio a (re)produção camponesa se dá em meio a adversidades, que propiciam maiores níveis de subalternização, por outro, é preciso reconhecer que a produção de alimentos realizadas por esses sujeitos nessas regiões tem um valor especial, no que refere a soberania alimentar local. Isso principalmente considerando que o foco do agronegócio não é a produção de alimentos, mas sim de *commodities*. Esse ponto não é importante apenas para os camponeses assentados, mas para a população das cidades em geral, uma vez que normalmente os excedentes das produções, inclusive daquelas destinadas ao autoconsumo, acabam sendo comercializados em escala local, por meio de feiras etc.

Outra questão referente ao elemento da localização geográfica importante de analisarmos, é que existem territórios que estão situados em regiões em que uma única empresa controla uma determinada atividade produtiva. Esse processo restringe as opções de comercialização e leva os camponeses a uma relação de dependência e subalternização, na qual as condições impostas pela empresa, relacionadas ao volume da produção, preços pagos etc. acabam sendo aceitas e os assentados se sentindo inibidos de questionar as decisões, com receio de sofrerem boicotes por parte da empresa.

Compreendemos que esses elementos internos também se aplicam aos territórios de *crofting* na Escócia, influenciando nas territorialidades e nos processos de subalternização e emancipação. Nas incursões a campo, percebemos que famílias *crofters* tendem a ser pequenas, geralmente, o casal e um filho(a), havendo diversos casos em que apenas o casal vive no *croft*<sup>13</sup>, sendo composto por pessoas já idosas, aposentadas que, muitas vezes, não possuem mais condições de saúde e aptidão física para o trabalho agrícola.

Paralelamente, segundo abordaremos adiante, a dimensão territorial do *croft* é reduzida (geralmente bem menor do que um lote em um assentamento) na maioria das vezes, insuficiente para a manutenção da família, fazendo com que seja bastante comum os *crofters* desenvolverem trabalhos acessórios em determinados períodos, como forma de viabilizar a sua (re)produção e manutenção no território (CHAMBERS, 2017; SUTHERLAND et al., 2017). Outro é que as características naturais da Escócia (país localizado na zona temperada) são bem diferentes das do Brasil (país localizado na zona tropical) e geralmente não propiciam a produção agrícola em todas as estações. Além disso, assim como explica Chambers (2017), as terras destinadas para o *crofting* costumam ser as de menor fertilidade.

Portanto, assim como identificamos a partir das entrevistas, a maioria dos *crofters* não conseguem produzir nem mesmo alimentos para o autoconsumo ao longo de todo o ano. Dependendo da localização geográfica do *croft*, as características naturais (clima, relevo, solo etc.) podem ser mais ou menos favoráveis a produção de alimentos. Todos esses elementos impactam diretamente nas territorialidades produzidas, assim como, nos níveis de subalternização e emancipação. Essas questões, relacionadas aos territórios de *crofting*, serão discutidas com maior profundidade no Capítulo 6.

---

<sup>13</sup> Croft é o termo utilizado para se referir a unidade territorial dos *crofters*, equivalente a lote no caso dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

## 2.2 ELEMENTOS EXTERNOS AOS TERRITÓRIOS CAMPONESES

Quanto aos elementos externos que influenciam nas territorialidades e nos processos de subalternização e emancipação camponesa, podemos destacar os paradigmas; as ideologias; os contextos agrário e político; as ações dos movimentos e as políticas públicas.

Com relação aos paradigmas, conforme já abordamos, partimos da leitura de que eles são territórios imateriais, pertencentes ao mundo das ideias, constituídos por teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades (CAMPOS, 2012; FERNANDES, 2013b; 2016). O PQA e o PCA são os dois principais paradigmas relacionados as interpretações sobre o campo e a agricultura no mundo, sendo que como demonstramos, eles são antagônicos e, portanto, representam diferentes visões de mundo, leituras da realidade.

Consideramos os paradigmas um elemento estruturante no que se refere a subalternização e a emancipação, pois, na condição de territórios imateriais, eles influenciam na formação de outros territórios tanto imateriais quanto materiais. Assim, o debate paradigmático se manifesta nos governos, nas instituições, nos movimentos, direcionando a forma de pensar e agir e gerando desdobramentos que refletem nos territórios em diferentes escalas.

Analisamos que o PCA, enquanto paradigma do agronegócio, se configura no território imaterial de diversas instituições ligadas a este setor em diversas escalas, tais como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), mais conhecida como Bancada Ruralista, que na atualidade é composta por cerca de 350 parlamentares (deputados federais e senadores). Essas instituições apresentam tensões e divergências entre si, porém, elas se articulam e atuam politicamente em defesa dos interesses do agronegócio. O PQA, compreendido como paradigma da agricultura camponesa, se caracteriza como o território imaterial de vários movimentos, dentre eles o MST, que luta pela reforma agrária e por políticas públicas voltadas as necessidades dos camponeses e de seus territórios. Essas distintas organizações, que partem de paradigmas igualmente distintos, produzem processos de disputa do Estado, relações de poder, influenciando, por exemplo, no direcionamento de recursos financeiros e na implementação de políticas públicas.

Dessa forma, o debate paradigmático se materializa nos governos, nas instituições e nos movimentos, orientando as formas de compreensão da realidade, as ações e os projetos de desenvolvimento para o campo e a agricultura, produzindo efeitos sobre os territórios e territorialidades e, por conseguinte, nos processos de subalternização e emancipação.

Em relação as ideologias, partimos da compreensão de que elas podem ser interpretadas tanto como uma dimensão dos paradigmas, quanto como um tipo de território

imaterial, que, nessa condição, representam relações de poder e conflitualidades. Tal como afirma Mészáros (2005), a ideologia é substancial à todas as esferas da sociedade e afeta todos os sujeitos, tanto aqueles que negam a sua existência, quanto os que reconhecem a coexistência de múltiplas ideologias, podendo ser definida como:

[...] uma forma específica de consciência social - materialmente ancorada e sustentada. Como tal, ela é intransponível nas sociedades de classe. Sua persistência obstinada se deve ao fato de que ela é objetivamente constituída (e constantemente reconstituída) como a consciência prática inescapável das sociedades de classe, preocupada com a articulação de conjuntos rivais de valores e estratégias que visam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (MÉSZÁROS, 2005, p. 10, tradução nossa<sup>14</sup>).

Ainda, de acordo com o autor:

Nas sociedades capitalistas ocidentais, o discurso ideológico liberal/conservador domina a avaliação de todos os valores a tal ponto que, muitas vezes, não temos a menor suspeita de que somos levados a aceitar, sem questionar, um determinado conjunto de valores a que se poderia opor uma perspectiva alternativa bem fundamentada, juntamente com consequências mais ou menos implícitos nele (MÉSZÁROS, 2005, p. 3, tradução nossa<sup>15</sup>).

Konder (2002), ao analisar o pensamento de Marx, afirma que para este filósofo a ideologia representaria uma forma de estranhamento, de falseamento, de distorção da realidade, com o propósito de legitimar as condições de dominação e exploração, que surgiu com a divisão social do trabalho e, portanto, com a individualização dos seres humanos, que gerou a incapacidade dos sujeitos se reconhecerem coletivamente no que fazem. Sendo assim, a ideologia estaria amplamente vinculada ao processo de alienação.

Konder (2009) explica que a alienação está relacionada com a imposição de valores pela classe dominante, a qual possui poder material e espiritual. Segundo o autor, no capitalismo a alienação assumiu dimensões que não possuía em períodos anteriores, configurando-se em um processo social, um fenômeno objetivo a partir da transformação de tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho. A alienação faz com que o mundo do mercado apareça “[...] ante os burgueses, como ante os operários, ante os trabalhadores,

---

<sup>14</sup> No original: [...] a specific form of - materially anchored and sustained - social consciousness. As such, it is insurmountable in class societies. Its stubborn persistence is due to the fact that it happens to be objectively constituted (and constantly reconstituted) as the inescapable practical consciousness of class societies, concerned with the articulation of rival sets of values and strategies that aim at controlling the social metabolism under all its major aspects.

<sup>15</sup> No original: [...] In Western capitalist societies liberal/conservative ideological discourse dominates the assessment of all values to such an extent that very often we do not have the slightest suspicion that we are made to accept, quite unquestioningly, a particular set of values to which one could oppose a well founded alternative outlook, together with the commitments more or less implicit in it.

como ante os proprietários, na forma de um mundo regido por leis independentes da vontade dos homens [...]” (KONDER, 2009, p. 133).

Nesse processo, o valor de uso se torna subordinado ao valor de troca e as propriedades qualitativas humanas são eliminadas, fazendo com que o produtor não se reconheça no produto de seu trabalho, como se o trabalho e as relações sociais de produção fossem externas aos produtores.

Enquanto Marx considera a ideologia somente a partir de uma perspectiva negativa, como distorção da realidade e processo vinculado à alienação, Gramsci, que era um teórico marxista, apresenta uma compreensão alternativa, na qual entende que a desqualificação generalizada em relação ao conceito de ideologia impede perspectivas comprometidas com a superação das distorções ideológicas. Assim, para o autor, o conceito de ideologia pode ser interpretado em um sentido amplo como uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente em todos os ramos da vida individual e coletiva, inclusive, na atividade científica e, assim, acaba produzindo efeitos sobre as ações práticas, definição dos processos históricos e constituição do mundo material. É preciso reconhecer que o campo ideológico é permeado por complexidades e possui diferenciações em seu interior (GRAMSCI, 1999; KONDER, 2002). Segundo Gramsci:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas etc. (GRAMSCI, 1999, p. 237).

A partir do pensamento de Gramsci, fica claro que as ideologias são múltiplas, complexas e contraditórias, sendo que, dependendo do contexto, podem possuir um caráter positivo. Portanto, as distintas ideologias conformam territórios imateriais igualmente distintos. Por sua vez, esses territórios e as relações de poder entre eles se manifestam e influenciam na formação dos territórios materiais, em diferentes escalas. Por essa razão, consideramos que as ideologias consistem em um elemento estruturante externo aos territórios camponeses, que tem potencial de influenciar nos processos de subalternização e emancipação.

Com base nessa perspectiva, compreendemos que o agronegócio se fundamente em um tipo de ideologia, que no caso, é a ideologia da agricultura capitalista, do capital, do neoliberalismo. Em contrapartida, a agricultura camponesa se baseia em outro tipo de ideologia, respaldada no marxismo, sendo historicamente necessária para a conscientização, articulação e organização dos sujeitos enquanto classe, atores políticos capazes de gerar

transformações sociais. Em outras palavras, agronegócio e agricultura camponesa partem de estruturas ideológicas distintas, por sua vez, contraditórias e conflitantes. Em consonância com Mészáros (2005), entendemos que:

[...] as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e, de fato, se confrontam mais ou menos abertamente, e articulam sua visão da ordem social correta e adequada como um todo abrangente (MÉSZÁROS, 2005, p. 3, tradução nossa<sup>16</sup>).

Tal como já afirmamos, o agronegócio consiste no modelo de desenvolvimento hegemônico para o campo. Da mesma forma, a sua ideologia é a dominante e procura se afirmar em todas as dimensões e níveis territoriais, se materializando de diferentes formas na sociedade como um todo, controlando as instituições e ditando critérios, padrões e normas a serem cumpridas. Apesar dos assentamentos serem territórios camponeses, neles também podemos identificar a ideologia do agronegócio, quando, por exemplo, os assentados consideram que a inserção nesse sistema é a opção mais viável e reproduzem o discurso propagado pelo setor relacionado a defesa de sua eficiência técnica, da produtividade e de sua importância para a economia nacional.

Analisamos que para o campesinato, a ideologia do agronegócio produz alienação e, por conseguinte subalternização, pois se trata da imposição de valores de uma classe que não é constituída a partir da mesma racionalidade que os camponeses. Paralelamente, a ideologia camponesa para os camponeses permite a conquista de maiores níveis de autonomia e de emancipação, pois nesse contexto esta é, segundo a perspectiva de Gramsci, uma forma historicamente orgânica, que possibilita a conscientização dos sujeitos sobre os processos e relações nas quais estão inseridos, bem como, a organização, luta e resistência em prol de condições mais autônomas de reprodução.

O modo como essas duas ideologias se materializam nos territórios camponeses é marcada por conflitualidades de diversas ordens, constituindo processos em movimento. Portanto, o fato de um assentado aderir a ideologia do agronegócio não significa que essa condição é permanente, imutável. Na realidade, as filiações ideológicas podem mudar conforme uma série de fatores, como situações que perpassam a concretude da vida dos sujeitos, processos de formação, conscientização etc.

---

<sup>16</sup> No original: [...] the contending ideologies of any given historical period constitute the necessary practical consciousness in terms of which the major classes of society relate to, and indeed more or less Openly confront, each other and articulate their vision of the right and proper social order as a comprehensive whole.

Os contextos agrário e político consistem em um elemento muito importante no que tange a produção das territorialidades e os processos de subalternização e emancipação. Esse elemento está amplamente associado à questão do debate paradigmático e as ideologias. Na atualidade, podemos dizer que o contexto agrário é marcado pela hegemonia do agronegócio e, consecutivamente, do PCA, enquanto paradigma. O agronegócio é o modelo de desenvolvimento que está em expansão desde a modernização agrícola, que vem se complexificando e dominando cada vez mais um número maior de territórios, culturas e atividades, chegando a constituir o que Origuéla (2019) denomina de sistema alimentar capitalista, que engloba a somatória dos processos que envolvem a produção, distribuição e consumo de alimentos.

A hegemonia do agronegócio se exprime através de seu poder de definição dos tipos de cultura a serem produzidas em cada região, das técnicas e normas produtivas, da utilização de tecnologias, da determinação de padrões de qualidade, do acesso ao mercado e ao crédito, entre outros. Desse modo, o agronegócio exerce um grande poder sobre os territórios e a definição das territorialidades, muitas vezes vinculando as oportunidades de acesso à crédito e ao mercado à adoção de seu sistema, normas e técnicas produtivas, o que necessariamente envolve a incorporação das tecnologias desenvolvidas para e pelo setor e a adequação aos padrões de qualidade estipulados.

Além disso, a hegemonia do agronegócio também é comprovada na análise da maneira como esse setor concentra os recursos públicos destinados à agricultura. No Plano Agrícola e Pecuário 2020-2021 (Plano Safra), por exemplo, os recursos totais foram de 239,38 bilhões, sendo 236,3 bilhões destinados ao crédito do rural. Desse montante, apenas 33 bilhões foram alocados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), enquanto 33,2 bilhões foram disponibilizados para o Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural e 170,17 bilhões foram direcionados para as cooperativas e demais produtores (BRASIL, 2020).

O contexto agrário não pode ser considerado de forma desassociada do contexto político, uma vez que os dois estão amplamente relacionados de modo que um produz impactos sobre o outro. Nesse sentido, podemos afirmar que a partir do golpe de 2016 que depôs a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), o contexto político brasileiro passou a ser demarcado pela ascensão de uma segunda fase neoliberal, respaldada em uma agenda conservadora e reacionária (FERNANDES et al., 2020; SAUER; LEITE; TUBINO, 2020). Esse cenário foi aprofundado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, que se elegeu com base no amplo apoio de setores ligados ao agronegócio, ao mercado financeiro e seguimentos religiosos, sobretudo, neopentecostais, bem como, com base em um discurso autoritário, violento e de ameaça à democracia.

Bolsonaro se configurou na expressão brasileira da onda autoritária de governos de extrema direita no mundo, que tem dentre seus expoentes o ex-presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, o primeiro-ministro Viktor Orbán, da Hungria, e mais recentemente o presidente Javier Milei, da Argentina. Muitas análises foram traçadas nos últimos anos no sentido de compreender o governo Bolsonaro e o que representa o bolsonarismo no país. De acordo com as interpretações de Boito (2020), o bolsonarismo é uma variante do fascismo, desenvolvida em condições históricas diferentes das que originaram o fascismo do século XX e, portanto, definida pelo autor como neofascismo. Boito (2020) explica que o fascismo é um tipo particular de ditadura burguesa, sustentada por um movimento e por uma ideologia que a justificam. No caso do Brasil, o bolsonarismo se caracteriza como um movimento de tipo fascista; propagado por intermédio das redes sociais; formado por diferentes atores sociais, mas principalmente pela classe média e pequenos proprietários; estabelecido com base em um discurso de caráter destrutivo, isto é, contra o comunismo, contra a esquerda, contra o feminismo etc.

Nessa perspectiva, Boito define que além de neofascista e burguês, o governo Bolsonaro se caracterizou como neoliberal. Sendo assim, sua agenda econômica, liderada pelo então ministro Paulo Guedes, foi voltada a radicalização da política neoliberal instaurada a partir do golpe, composta por privatizações, novas reformas e maior abertura da economia nacional. A partir da leitura de Harvey (2008), entendemos que apesar do neoliberalismo se fundamentar nas ideias de liberdade e democracia, ele não é totalmente contraditório aos movimentos de tipo fascista atuais, pois sua constituição incluiu uma base conservadora, sendo que seu processo de expansão se realizou por meio de estratégias imperialistas implementadas pelos Estados Unidos e práticas coercitivas, como os golpes efetuados na América Latina na segunda metade do século XX.

Traverso (2019), ao se dedicar ao estudo do avanço da extrema direita no século XXI, propõe o conceito de pós-fascismo, destacando também na atualidade a ligação entre os governos de caráter fascista e o neoliberalismo, o que os diferencia do fascismo do século XX, marcado por políticas de forte intervenção do Estado. Assim, para o autor, o pós-fascismo é um movimento mundial, característico do século XXI, que não possui propriedades muito homogêneas, mas tem como centralidade a vinculação ao neoliberalismo (TRAVERSO, 2019; FERNANDES et al., 2020).

Independente da abordagem (neofascista ou pós-fascista) fica claro o alinhamento da extrema direita mundial ao neoliberalismo e aos grupos dominantes de cada sociedade. Sem dúvidas, o governo Bolsonaro se insere nesse contexto, sendo que no que refere ao campo, durante os quatro anos de mandato (2019-2022), o governo trabalhou intensamente em prol dos interesses dos ruralistas e do agronegócio, sendo o PCA o paradigma



predominante materializado no governo. Podemos afirmar que no governo Bolsonaro, o contexto agrário foi marcado pelo reforço da hegemonia do agronegócio, sendo esse concebido como o único modelo de desenvolvimento possível para o campo, e a agricultura de base familiar entendida como um anexo desse modelo, integrada de forma secundária e subalterna a ele. Portanto, a nível de Estado, não houve um projeto de desenvolvimento camponês voltado aos assentamentos rurais, ao contrário disso, no plano ideológico o governo se caracterizou como antirreforma agrária e antimovimento camponês, ambiental, indígena, quilombola etc., sendo que Bolsonaro chegou a declarar que considerava o MST um grupo terrorista (TEODORO, 2021).

Considerável parcela dos assentados reconhece que os contextos agrário e político, constituídos a partir da eleição de Bolsonaro, são bastante negativos para a reforma agrária e para os assentamentos, refletindo em uma tendência de ampliação da subalternização camponesa, tendo em vista, que a conquista de maiores níveis de autonomia e emancipação está bastante relacionada as disputas e relações de poder materializadas no território enquanto espaço de governança. Quando perguntamos aos assentados suas avaliações sobre o governo Bolsonaro, é comum declarações similares a da camponesa Marta Costa, que diz:

Oia falar de presidente, aquilo ali é uma catástrofe, pra agricultura, pros movimentos sociais, nem sei, mas acho que pra toda sociedade, é uma tragédia. Não sei como eleger um cara desse, sendo que ele já dizia que ele era isso mesmo, nós não fomos enganados [...] isso é uma catástrofe, uma tragédia. Quanto ao governo dele, na época da campanha, como a gente já ouvia isso e já sabia que ele ia ser isso, nós já nos preparamos, nós não esperamos nada dele. O governo Bolsonaro veio pra destruir e não pra somar e nós estamos sentido na pele, né (Marta Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

A nível estadual, o contexto político no período foi bem similar ao âmbito nacional. Na mesma eleição em que Bolsonaro se elegeu, Carlos Roberto Massa Júnior (mais conhecido como Ratinho Júnior), filiado ao Partido Social Democrático (PSD), se elegeu para governador do Paraná. Ratinho Júnior também se configura como um governo neoliberal, de direita, inclusive, aliado à Bolsonaro. No que se refere ao campo e a agricultura, o governador seguiu a cartilha bolsonarista, privilegiando o agronegócio e se posicionando contrário à reforma agrária. Sendo assim, tal como expressa a camponesa Maria Aparecida:

Barbaridade! Ele [o governador] não deu respaldo para nada. Alguns momentos ele acenou a possibilidade de conversar, mas ele assumiu a linha do Bozo [Bolsonaro] com relação aos movimentos e, principalmente, com relação a nós nos assentamentos. Vamos dizer a verdade, ele continuou a política do Bozo, sem falar, sem se comunicar com a gente. Não ajudou em nada muitos programas foram cortados (Maria Aparecida [nome fictício], em

entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mai. 2021).

A principal ação do governador contra a reforma agrária foi a intensificação de despejos no estado, sendo que em seu primeiro ano de mandato (2019), nove despejos foram efetuados no Paraná, atingindo diretamente cerca de 500 famílias (MENEGAZZI, 2020). Além disso, várias ordens de reintegração de posse foram emitidas, repercutindo em diversas formas de mobilização, como a Vigília Resistência Camponesa: por Terra, Vida e Dignidade, iniciada em dezembro de 2019, organizada pelo MST em Cascavel, na rodovia BR 277, em função da ameaça de despejo imposta pelo Estado que afligia três acampamentos do município (GHISI, 2020). O que interrompeu as ações realizadas pelo Estado foi o início e agravamento da pandemia de Covid-19 no país e as decorrentes decisões do Poder Judiciário de suspensão de despejos e desocupações, que perduraram até 2022.

Nas eleições de 2022, Ratinho Júnior se reelegeu para um segundo mandato como governador em primeiro turno. Já Bolsonaro tornou-se o primeiro presidente a não se reeleger desde a redemocratização do país, sendo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) eleito para iniciar seu terceiro mandato como presidente da República. Embora Bolsonaro tenha perdido o pleito eleitoral, o bolsonarismo segue forte nas instituições e no Estado brasileiro, por meio da vitória de diversos senadores, governadores, deputados estaduais e federais.

Não objetivamos analisar os primeiros anos do governo Lula, tendo em vista que estabelecemos como recorte temporal para a pesquisa o período correspondente ao governo Bolsonaro. Contudo, é importante assinalar que o terceiro mandato de Lula se efetiva em um terreno muito mais árido comparado aos anteriores, em que a polarização política e as ideias antidemocráticas, conservadoras e reacionárias ainda estão muito latentes na sociedade.

Apesar da eleição de Lula trazer esperança para as organizações populares, movimentos, sujeitos assentados, acampados, entre outros, não prevemos que a hegemonia do agronegócio será interrompida nesse governo, assim como não foi em oportunidades anteriores. O que prevemos são maiores possibilidades de diálogo, de espaço para formulação de propostas desde o PQA, construção e reconstrução de caminhos que visem promover a emancipação camponesa e o desenvolvimento multidimensional dos territórios.

No que se refere ao Reino Unido e, consecutivamente, aos territórios de *crofting*, os contextos agrário e político atuais são marcados por transformações importantes, decorrentes, sobretudo do *Brexit*<sup>17</sup>, processo que significou a saída do país da União Europeia (UE), concretizado em 2020. Antes do *Brexit*, a política agrícola do Reino Unido era em grande

---

<sup>17</sup> *Brexit* é um termo oriundo da junção de duas palavras *Britain* e *exit*. Enquanto a Inglaterra e o País de Gales foram majoritariamente favoráveis ao *Brexit* e, portanto, a saída da União Europeia, consideravelmente parte da Escócia e Irlanda do Norte foram contrários.

parte determinada pela Política Agrícola Comum da União Europeia (*European Union's Common Agricultural Policy – CAP*), que foi criada na década de 1960, financiada com base nos recursos do bloco e passou por diversos ajustes e revisões ao longo dos anos, muitos deles propostos pelo Reino Unido (UNIÃO EUROPEIA, s.d.).

Em síntese, segundo informações disponibilizadas na página da União Europeia, a CAP tem como objetivo dar suporte aos agricultores, incentivar a produtividade do setor agrícola, garantir o abastecimento de alimentos a preço acessível, colaborar com a conservação de paisagens rurais nos países da UE, dinamizar a economia rural, estimular a geração de emprego em todos setores relacionados à atividade agrícola, promover práticas agrícolas sustentáveis e ações de combate as mudanças climáticas (UNIÃO EUROPEIA, s.d.).

A CAP, dentre outros fatores, prevê a regulamentação de mercados agrícolas, controle de preços dos alimentos e formação de estoques. Também, prevê recursos para financiamento de programas de desenvolvimento rural e subsídios pagos diretamente aos agricultores, como uma forma de complemento de renda, de apoio financeiro (*income suport*), que visa fixar as pessoas e atrair jovens para a agricultura, garantir a produção de alimentos e segurança alimentar, bem como, recompensar os agricultores pelos cuidados com o campo, com a natureza e bem-estar animal. Esses subsídios são geridos pelos países e pagos conforme a dimensão da área cultivada, segundo a adoção de práticas produtivas que visem a preservação ambiental, entre outras condições (UNIÃO EUROPEIA, s.d.).

Assim como explica Sutherland et al. (2017), para os *crofters*, os subsídios são especialmente importantes, principalmente considerando que consistem em uma fonte de renda, um apoio essencial para a resiliência dos sujeitos, para a superação de momentos de crise, tendo em vista que o *crofting* é um tipo de agricultura de pequena escala, um sistema de posse de terra particular das Terras Altas (*Highlands*), que, conforme abordaremos mais à frente, foi criado para ser uma atividade parcial e que é muito dependente de subsídios.

Com a saída da União Europeia, o Reino Unido passa a ter que discutir e construir uma nova política agrícola. Na oportunidade em que tivemos no país, especificamente, na Escócia, havia um processo de transição em que os programas de subsídio ainda estavam em vigência. Contudo, conforme identificamos nas incursões à campo e entrevistas, existiam muitas indefinições, especialmente para os *crofters*, em relação a como será a nova política, se haverá e de que forma serão implementados os programas de subsídios. Sendo assim, avaliamos que ainda é necessário aguardar para avaliar quais impactos esse processo terá em relação as territorialidades e níveis de subalternização e emancipação dos sujeitos.

Compreendemos que os contextos agrário e político em todos os países repercutem nas ações dos movimentos, das instituições. Origuéla (2019), ao analisar o MST no Brasil,

afirma que as ações do Movimento se completam no espaço-tempo, são desenvolvidas conforme os projetos políticos dos movimentos e estão em permanente transformação, sendo (re)modeladas “[...] de acordo com a práxis dos camponeses e os diálogos construídos entre eles e outras organizações camponesas, além do Estado” (ORIGUÉLA, 2019, p. 235).

Ao longo dos anos, as ações do MST têm sido efetuadas tanto no território imaterial quanto no material, no espaço rural e urbano, compreendendo diferentes escalas. As ações têm como centralidade a conscientização, formação, articulação e organização camponesa; a luta pela manutenção e conquista de assentamentos; e a proposição, construção e reivindicação de políticas públicas, visando o desenvolvimento mais autônomo e emancipatório dos territórios camponeses.

As ocupações de terra são ações do MST muito conhecidas e foram bastante emblemáticas em determinados períodos, sobretudo, na década de 1990, em que as ocupações foram marcadas por conflitos violentos. Contudo, além dessas ações, no processo de luta e resistência, o Movimento também efetua encontros estaduais, congressos nacionais e diversos tipos de manifestações. Os encontros e congressos são espaços que têm como finalidade a reflexão, a realização de leituras da realidade, articulações e planejamento das ações que serão desenvolvidas, conforme a conjuntura. As manifestações, assim como pontua Origuéla (2019), normalmente ocorrem nas cidades, principalmente nas capitais, e se dividem entre jornadas de luta, marchas, passeatas, bloqueios de rodovia, ocupações de praças de pedágio, prédios públicos, privados etc., sendo realizadas com a intensão de dialogar com a sociedade e pressionar o governo para conquista de territórios e de políticas públicas.

Em relação ao *Scottish Crofting Federation* (SCF), compreendemos que o movimento tem pautas comuns às do MST, como a produção local de alimentos, mediante práticas de agricultura mais sustentáveis. Contudo, assim como retomaremos mais a frente, as ações do SCF são diferentes das do MST. O SCF não realiza ocupações de terra e nem grandes manifestações, como as marchas e jornadas nacionais de luta do MST. Entretanto, o papel da organização também é bastante relevante, especialmente, no sentido de mediar conflitos entre *crofters*, proprietários de terras (*landlords*) e corporações, assim como, representar os sujeitos politicamente, lutar pelas condições de (re)produção social e conquista de direitos (SCOTTISH CROFTING FEDERATION, c2023).

As ações dos movimentos (como o MST e o SCF) fazem com que os sujeitos participem do cenário político, reivindicando e propondo alternativas de acordo com suas necessidades. Consecutivamente, eles exercem poder e influenciam nos contextos agrário e político, especialmente, considerando que a conquista de territórios e de políticas públicas para a agricultura camponesa/de pequena escala são resultados da luta e das disputas dos

movimentos no território enquanto espaço de governança. Paralelamente, as ações realizadas pelos movimentos também são influenciadas pelos contextos agrário e político, sendo que elas podem se intensificar ou diminuir de acordo com a correlação de forças e possibilidades de diálogo dentro dos governos.

Conforme afirmamos, as ações estão em permanente transformação, segundo a conjuntura. Sendo assim, no governo Bolsonaro, notamos que as ações do MST e de outros movimentos não se concentraram nas ocupações, o que em nossa leitura, está relacionado com o contexto desfavorável e aumento da violência no campo, tanto no que se refere ao Estado, quanto aos próprios fazendeiros e latifundiários que de certa forma se sentiram mais destemidos a realizar intimidações e práticas violentas. Portanto, os movimentos atuaram, principalmente, no sentido de denunciar as ações do governo no tocante ao desmonte do Estado, da reforma agrária, entre outros.

Na pandemia, o MST, assim como outros movimentos e instituições, teve que mudar o formato de suas ações, sobretudo, em razão das medidas de isolamento social necessárias diante das circunstâncias. Nesse período, as ações via *internet* ganharam protagonismo, e seminários, conferências e encontros passaram a ser realizados virtualmente. Até mesmo as ações de comercialização, como as feiras, tiveram que ser substituídas pelo *delivery*, em que, normalmente, os compradores encomendavam alimentos ofertados semanalmente pelos camponeses através de aplicativos de mensagens e depois recebiam as entregas em suas casas.

As ações de solidariedade também foram muito marcantes no período, sendo que milhares de toneladas de alimentos, refeições, produtos de assepsia, entre outros, foram doados em todo país. Essas ações fazem parte da proposta de Reforma Agrária Popular do MST e foram muito relevantes dentro do contexto em questão, especialmente, considerando a posição negacionista do governo em relação a crise social e sanitária. Além de ações de solidariedade, elas também consistiram em ações políticas, possíveis de serem efetuadas no momento, que oportunizaram demonstrar para o conjunto da sociedade a produtividade dos assentamentos, bem como, abrir espaço para o debate acerca da reforma agrária, dos movimentos, da agricultura camponesa e da questão alimentar (JORGE; MACHADO, 2023).

Os contextos agrário e político também estão grandemente associados às políticas públicas, que consistem em outro elemento muito importante para os camponeses e para os *crofters*, que influencia diretamente nas territorialidades produzidas. Segundo Fernandes (2015), as políticas públicas referem-se aos programas, projetos e planos de desenvolvimento elaborados pelos governos em conjunto ou não com as organizações da sociedade civil. Elas são objeto de disputas territoriais, por conseguinte, são resultados da correlação de forças entre instituições que representam interesses de classes e defendem a proposição de seus

respectivos modelos de desenvolvimento. Conforme afirma Fernandes (2015, p. 17), a política pública “[...] pode ser elaborada de ‘baixo para cima’ ou de ‘cima para baixo’, ou seja, pode ser uma proposição de diferentes organizações civis e pode ser uma intervenção estatal, mas com certeza sempre será disputada na relação Estado e sociedade e por suas classes sociais”.

Entendemos as políticas públicas como um tipo de território imaterial, o qual também é permeado pelas ideologias e pelo debate paradigmático. Assim como assevera Fernandes, existe uma disputa relacionada também a definição do conceito de política pública, sendo esse predominantemente relacionado à competência do Estado. No entanto, tal como pontua o autor “[...] há experiências de políticas públicas que não são de competência do Estado pelo fato da estrutura estatal não querer se prestar a este papel [...]” (FERNANDES, 2015, p. 17-18). Portanto, consideramos que o Estado não é a única, mas uma das instituições que elaboram políticas públicas, sendo os movimentos agentes também capazes de propor e produzir políticas para o desenvolvimento territorial.

Um exemplo atual de política pública produzida pelos movimentos, no caso pelo MST, é o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, lançado em 2020 na pandemia, com o objetivo de plantar 100 milhões de árvores no período de dez anos, tendo em vista a conservação e preservação ambiental, através da reocupação de áreas degradadas nos biomas brasileiros. Como resultados do Plano, até início de 2024, o Movimento plantou 25 milhões de árvores no país, refletindo na recuperação de 15 mil hectares de terra. Para isso, além das jornadas de plantio, o Movimento realizou ações de formação, como cursos, seminários etc., e estimulou a construção de bosques e viveiros de mudas (LIMA, 2024). Compreendemos essa como uma política criada pelo Movimento que é especialmente importante frente o contexto de mudanças climáticas, de crise ambiental mundial e de aumento do desmatamento no Brasil, impulsionada pelo sucateamento da política ambiental e órgãos de fiscalização, como abordaremos mais à frente.

Outro exemplo, é o projeto de Financiamento Popular da Agricultura Familiar, mais conhecido como FINAPOP<sup>18</sup>, criado em 2020, pelo MST em parceria com o economista Eduardo Moreira, com o objetivo de criar um movimento de financiamento popular independente, que visa conectar pessoas que querem investir recursos financeiros à projetos da agricultura camponesa, levantando recursos para apoiar cooperativas, associações etc. O FINAPOP foi criado durante o governo Bolsonaro, no contexto da pandemia, marcado, dentre

---

<sup>18</sup> Não é nosso objetivo adentrar na análise sobre o FINAPOP, contudo, é importante salientar que apesar de reconhecermos a importância da iniciativa, sobretudo, no que se refere a emancipação camponesa, esse é um projeto recente e ainda é preciso mais tempo para analisar seus impactos com mais profundidade.

outros fatores, pela delonga do governo em apresentar um plano de apoio emergencial para a agricultura camponesa/familiar (FURTADO, 2021).

Entendemos o FINAPOP como uma política pública, no caso produzida pelo MST, muito relevante, pois atua diretamente sobre uma das principais dificuldades enfrentadas pelos camponeses, que é o acesso à recursos financeiros e crédito. Analisamos que essa política permite aos camponeses subverterem a lógica capitalista e usarem dos próprios mecanismos do mercado financeiro para se (re)produzirem mediante condições mais emancipadas, especialmente, em contextos agrário e político desfavoráveis, evidenciando as contradições que permeiam a (re)produção camponesa no capitalismo (OLIVEIRA, 2001).

Em relação as políticas elaboradas pelos governos, muitas delas são determinadas pelo *lobby* praticado pelas corporações ligadas ao agronegócio. No período neodesenvolvimentista<sup>19</sup>, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais camponeses conseguiram exercer maior influência na produção de políticas de desenvolvimento territorial para o campo, visando a multidimensionalidade, quer dizer, a educação, saúde, habitação, mercado, produção etc. (FERNANDES, 2015). No entanto, essa capacidade foi bastante reduzida a partir da segunda fase neoliberal, que conforme abordamos, iniciou com o golpe da presidenta Dilma Rousseff, que levou seu vice Michel Temer ao poder.

De acordo com FERNANDES (2015), dependendo da correlação de forças, as políticas públicas podem ser emancipatórias ou de subordinação. Segundo o autor:

O ponto de partida é a compreensão de que os territórios camponeses e capitalistas necessitam de políticas diferenciadas para o seu desenvolvimento, que devem ser pensados de acordo com as lógicas das relações sociais. Os territórios do agronegócio têm se valido de políticas públicas e privadas para se desenvolverem a partir da lógica do trabalho assalariado e da produção de commodities para exportação. **Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado**, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para exportação (FERNANDES, 2015, p. 14, grifo nosso).

Nesse sentido, quando as políticas públicas para a agricultura e território camponês são elaboradas desde a perspectiva do agronegócio e do PCA temos políticas de subordinação, isso porque, assim como já discutimos, são propositivas de modelos de desenvolvimento divergentes, sendo que a territorialidade do agronegócio no território camponês coloca os sujeitos em uma condição de subalternização. Para serem emancipatórias, essas políticas públicas devem ser elaboradas para e pelos movimentos, sindicatos e confederações, desde uma perspectiva de enfrentamento, resistência e

---

<sup>19</sup> Ficou conhecido como período neodesenvolvimentista os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e de Dilma Rousseff (2011 – 2016).

superação da relação de subalternização. É importante a participação do governo, porém não de uma forma intrusiva, pois os movimentos precisam ser protagonistas nesse processo. Tanto as políticas de subordinação quando as emancipatórias contribuem para o desenvolvimento, a diferença é que o primeiro tipo contribui para o desenvolvimento desigual (FERNANDES, 2015).

Com base no exposto, abordaremos a seguir algumas das ações do governo Bolsonaro em relação às políticas públicas para o campo, a fim de analisar de que forma a postura e as ações do governo repercutiram nos assentamentos, na agricultura camponesa e, por conseguinte, nos processos de subalternização e emancipação.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NO GOVERNO BOLSONARO

No governo Bolsonaro (2019-2022), as políticas emancipatórias e o diálogo com as organizações camponesas foram bastante reduzidos, sendo o período marcado pela extinção e descontinuidade de políticas que já existiam, conquistadas em períodos anteriores. A reforma agrária, que já vinha sofrendo retrações, foi ainda mais impactada nesse governo. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela reforma agrária e pelo ordenamento fundiário no país, ficou subordinado ao MAPA, perdendo seu papel na elaboração de políticas, na seleção de famílias para os assentamentos e na normatização relativa à demarcação de terras de quilombos. O MAPA é historicamente conhecido por ser comprometido com os interesses dos ruralistas e do agronegócio, consequentemente, foi bastante negativo para os camponeses a decisão de colocar importantes funções relacionadas à reforma agrária sobre responsabilidade do Ministério (PAZ, 2020).

Além disso, em 2019 apenas três territórios quilombolas (TQ) foram reconhecidos. Em 2020, três projetos de assentamento (PA); um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e dois territórios quilombolas foram criados. Em 2021, quinze projetos de assentamentos, dois territórios quilombolas e um projeto de assentamento agroextrativista (PAE) foram implementados. Por fim, em 2022, dez projetos de assentamento foram estabelecidos.

Tal como podemos observar no Quadro 3, nesse período nenhum assentamento de reforma agrária foi implementado no Paraná, apenas um território quilombola foi reconhecido em 2019. Além disso, é importante esclarecer que grande parte dos assentamentos, territórios quilombolas, entre outros, criados e reconhecidos entre 2019 e 2022 são equivalentes a áreas desapropriadas ou arrecadas em governos anteriores.



**Quadro 3 – Resultados da política de reforma agrária 2019-2022**

| Ano  | Tipo | Estado              | Município Sede             | Nome do Projeto                 |
|------|------|---------------------|----------------------------|---------------------------------|
| 2019 | TQ   | Sergipe             | Cumbe                      | Forte                           |
| 2019 | TQ   | Paraná              | Reserva do Iguaçu          | Invernada Paiol de Telha Fundão |
| 2019 | TQ   | Pará                | Oriximiná                  | Vila Nova Cachoeira Porteira    |
| 2020 | PA   | Pernambuco          | Palmares                   | Fertilidade                     |
| 2020 | PA   | Mato Grosso         | Novo Santo Antonio         | Macife III                      |
| 2020 | PA   | Mato Grosso do Sul  | Corumbá                    | Tamarineiro II Norte            |
| 2020 | PDS  | Pará                | Tucumã                     | Roseli Nunes                    |
| 2020 | TQ   | Sergipe             | Canindé de São Francisco   | Rua dos Negros                  |
| 2020 | TQ   | Goiás               | Santa Rita do Novo Destino | Porto Leucádio                  |
| 2021 | PA   | Goiás               | Pires do Rio               | Serra                           |
| 2021 | PA   | Bahia               | Ibirapitanga               | Conjunto Dois Riachões          |
| 2021 | PA   | Bahia               | Iramaia                    | Fazenda Curitiba                |
| 2021 | PA   | Bahia               | Pedro Alexandre            | Nossa Senhora Aparecida I       |
| 2021 | PA   | Bahia               | Pedro Alexandre            | Campo Alegre I                  |
| 2021 | PA   | Bahia               | Sítio do Quinto            | Zantinha/Maíra                  |
| 2021 | TQ   | Bahia               | Simões Filho               | Dandá                           |
| 2021 | PA   | Maranhão            | Chapadinha                 | Bacuri dos Moisés               |
| 2021 | PA   | Mato Grosso do Sul  | Iguatemi                   | Nossa Senhora Auxiliadora       |
| 2021 | PA   | Paraíba             | Sousa                      | Boa Vista II                    |
| 2021 | TQ   | Paraíba             | Riachão do Bacamarte       | Grilo                           |
| 2021 | PA   | Rio Grande do Norte | Açu                        | Futuro                          |
| 2021 | PA   | Espírito Santo      | Nova Venécia               | Boa Fé                          |
| 2021 | PA   | Tocantins           | Carmolândia                | Primavera                       |
| 2021 | PA   | Pará                | Anapu                      | Mata Preta                      |
| 2021 | PA   | Pará                | Uruará                     | Divino Pai Eterno               |
| 2021 | PA   | Pará                | Medicilândia               | Terra Nova                      |
| 2021 | PAE  | Pará                | Prainha                    | Vila Nova                       |
| 2022 | PA   | Pernambuco          | Santa Maria da Boa Vista   | Genipapo da Fazenda Miranda     |
| 2022 | PA   | Goiás               | Portelândia                | Salto Capoeirinha               |
| 2022 | PA   | Bahia               | Ribeira do Amparo          | Fazenda Renata                  |
| 2022 | PA   | Maranhão            | Porto Franco               | Maravilha                       |
| 2022 | PA   | Maranhão            | Itinga do Maranhão         | Santa Izabel                    |
| 2022 | PA   | Maranhão            | Turiação                   | Laranjeiras Gurita              |
| 2022 | PA   | Sergipe             | Macambira                  | Nossa Senhora Aparecida II      |
| 2022 | PA   | Piauí               | Curralinhos                | Piquet Santa Clara              |
| 2022 | PA   | Distrito Federal    | Unai                       | Nova Aliança                    |
| 2022 | PA   | Pará                | Anapu                      | Mata Verde                      |

Fonte: INCRA, 2024. Organização: JORGE, 2024.

Dessa forma, analisamos que, de modo geral, a postura predominante no governo Bolsonaro se manteve bastante alinhada aos discursos de campanha, em que o então candidato se manifestou diversas vezes contra ocupações e acampamentos Sem Terra, chegando a declarar que não concederia nenhum centímetro de terra para territórios quilombolas e indígenas (TERRA DE DIREITOS, 2023). As ações do governo para os assentamentos se fundamentaram principalmente na titulação definitiva de terras, desdobrando na criação do programa Titula Brasil, em dezembro de 2020, com o objeto de promover parcerias entre a União e os municípios para agilizar o processo de titulação dos lotes dos assentamentos.

Segundo Alentejano (2020, p. 379), a titulação representa a “[...] forma encontrada pelo agronegócio para recolocar no mercado as terras desapropriadas para fins de reforma agrária ou colocar no mercado terras públicas que foram destinadas à criação de assentamentos rurais”. A legislação prevê três formas de titulação que são aplicáveis no caso dos assentamentos. A mais comum de ser identificada nos assentamentos é o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que possibilita a transferência do imóvel rural ao assentado em caráter provisório, de acordo com a observância a um conjunto de regras, assegurando às famílias o acesso à terra e aos programas de crédito do governo federal.

Outra forma é a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), em que a terra se mantém como da União, porém é garantido aos assentados o usufruto, podendo ser transmitido para as gerações seguintes. Essa é a forma de titulação mais defendida pelo MST, considerando que assegura o direito de uso aos camponeses, mas ao mesmo tempo impede a comercialização da terra. Por último, há também o Título de Domínio (TD), que transfere o imóvel em caráter definitivo aos assentados, desde que verificado que as cláusulas do CCU foram cumpridas e o assentado tem condições de cultivar a terra e pagar o título ao governo em vinte parcelas anuais. Com o TD, a terra dos assentados torna-se igual a qualquer outra terra privada e podem retornar ao mercado, se configurando em uma maneira de aprofundar a disputa territorial e favorecer ao mercado de terras, sendo que “[...] muitas famílias fragilizadas podem ceder à pressão do agronegócio e do latifúndio e venderem seus lotes” (FERNANDES, et al., 2020, p. 7).

O MST é contrário ao TD, tendo em vista o risco que ele apresenta para os assentados e para a reforma agrária, de modo geral. Contudo, apesar da postura do Movimento, a política de titulação do governo Bolsonaro, que na realidade, representa a continuação de uma política que já vinha do governo Temer, causou diversas conflitualidades dentro dos assentamentos, dividindo os camponeses entre os que eram favoráveis e contrários à titulação definitiva, o que consecutivamente, reflete nas mobilizações. Sobre esse aspecto, a camponesa Margarida Torres relata:

Começaram uma bagunça lá na Santa Rita, só fez o povo brigar e não teve nada [...] aqui graças a Deus essa conversa ainda não chegou. **O povo quer título, sabe por quê? o povo fala que é pra vender, mas não é não! É pra ter segurança**, porque é uma loucura tão grande, hoje é uma coisa, amanhã já é outra. Algumas vezes, a família pensa: nossa lutei vinte, trinta anos por isso aqui, daqui a pouco vem um doido e me toma isso aqui, é isso que é o problema [...] **Esse negócio do título já fez um estrago muito grande, antes de vir o título, porque ele desorganizou, acho que esse era o grande objetivo, criou atrito, um monte de problema em muitos lugares.** Aqui no Santa Rita [assentamento localizado em Peabiru] a coordenação que existia foi desfeita e colocaram no lugar dela uma tal de associação, que daí já não queria mais o MST. Hoje já tem gente lá falando, nossa quando era o MST, que tinha a coordenação, era muito melhor. É uma negação de toda a organização que levou as famílias a conquistarem seu pedaço de terra campo (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021).

Em seu depoimento é possível entender que muitas vezes os camponeses desejam obter a titulação definitiva pela insegurança causada pelo cenário político, sobretudo, no contexto de ascensão da extrema direita ao poder. Ademais, apesar do Movimento realizar debates no interior das brigadas e dos assentamentos, percebemos que há muitas dúvidas e desinformação por parte dos assentados em relação ao que é de fato o Título de Domínio, seus possíveis benefícios e perigos. De acordo com o Relatório de Gestão do INCRA Exercício 2021, neste ano 139.526 títulos foram emitidos, atingindo 120.946 famílias assentadas, sendo que no documento não há distinção entre o número de títulos definitivos e provisórios (INCRA, 2021).

Enquanto o foco se concentrava na titulação, importantes políticas para o desenvolvimento territorial dos assentamentos e emancipação camponesa foram descontinuadas em função de mudanças na estrutura organizativa e na gestão da autarquia, bem como, de reduções orçamentárias. As ações de assistência técnica e extensão rural foram amplamente atingidas, sendo que desde 2016 a destinação de recursos para essas políticas estava em queda e em 2020 foi praticamente zerada (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020). Conforme consta no Relatório de Gestão do INCRA de 2021, no que se refere à Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária (ATER), nenhum novo contrato foi celebrado no ano em questão, sendo que devido a precarização do orçamento, a execução de contratos se manteve suspensa desde o final do exercício 2018 (INCRA, 2021).

Nesse mesmo bojo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 a partir das reivindicações e propositivas dos movimentos camponeses, também foi fortemente impactado. Assim como ressalta Fernandes (2015), o PRONERA se configura como uma política emancipatória de referência voltada para a educação do campo, replicada em outros países da América Latina e da África. O Programa é destinado à alfabetização e escolarização de jovens e adultos nos níveis fundamental, médio, superior e pós-graduação, sendo responsável pela formação de mais de 190 mil

pessoas em cursos de graduação, especialização e mestrado, através da parceria com instituições de ensino de todo o país (FERNANDES, 2015; FERREIRA, 2023).

O sucateamento do PRONERA na gestão Bolsonaro, por meio de sucessivos cortes orçamentários, fez com que em 2019 nenhum curso novo fosse iniciado. Em 2020, apenas um curso foi iniciado. Em 2021, esse número subiu para dois cursos, na sequência, em 2022, subiu para três cursos novos (INCRA 2019; 2020; 2021; 2022). Ainda, segundo Santos, C. (2020), no processo de modificação da estrutura regimental do INCRA, o governo excluiu a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela administração do PRONERA. Contudo, a pressão exercida pelos setores populares e as movimentações no interior do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) fizeram com que a decisão fosse reavaliada, desdobrando no retorno do Programa à estrutura, mas de forma bastante comprometida. Portanto, assim como ressalta a autora, a desconstrução da educação do campo no governo Bolsonaro carregou “[...] o evidente propósito de eliminar qualquer resquício de resposta do Estado às expectativas dos setores populares organizados na perspectiva de construção das condições de autonomia dos trabalhadores” (SANTOS, C. 2020, p. 413).

Na mesma linha, as políticas de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também foram afetadas no período em questão, sendo que no caso do PAA, o processo de ruptura já estava em curso desde 2013, ainda no governo Dilma, em função de uma série de fatores, dentre eles, a crise econômica-financeira-política instalada no governo, que levou ao golpe em 2016. O PAA foi criado em 2003 pelo governo Lula, no âmbito do programa Fome Zero e a partir do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com objetivo de combater a insegurança alimentar e fortalecer a agricultura camponesa/familiar no país. Para isso, em síntese, o Programa baseou-se na compra de alimentos de pequenos produtores, assentados da reforma agrária, povos tradicionais etc., mediante a dispensa de licitação, visando a formação de estoques estratégicos e repasse a pessoas em condições de vulnerabilidade social e instituições, como unidades de saúde, redes socioassistenciais, entre outras. (TRICHES; GRISA, 2015; JORGE, 2022).

O PNAE é, segundo Triches e Grisa (2015), uma das políticas alimentares mais antigas do Brasil, criada por volta de 1930, com base em um caráter predominantemente assistencialista, posteriormente, articulada a organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O PNAE tem como finalidade garantir o acesso à alimentação, por meio da merenda escolar, para os estudantes de todos os níveis e modalidades da educação básica, matriculados na rede pública de ensino. Durante muitas décadas, o Programa não teve como intenção a promoção da agricultura

camponesa/familiar e nem esteve relacionado à discussão acerca da alimentação saudável e da observância em relações as diferentes culturas alimentares de cada povo e região. Até a década de 1990, a alimentação fornecida aos estudantes de todo país se resumia a alimentos industrializados e formulados, evidenciando o favorecimento aos interesses da indústria alimentícia e, por conseguinte, do agronegócio na esfera governamental (TRICHES; GRISA, 2015).

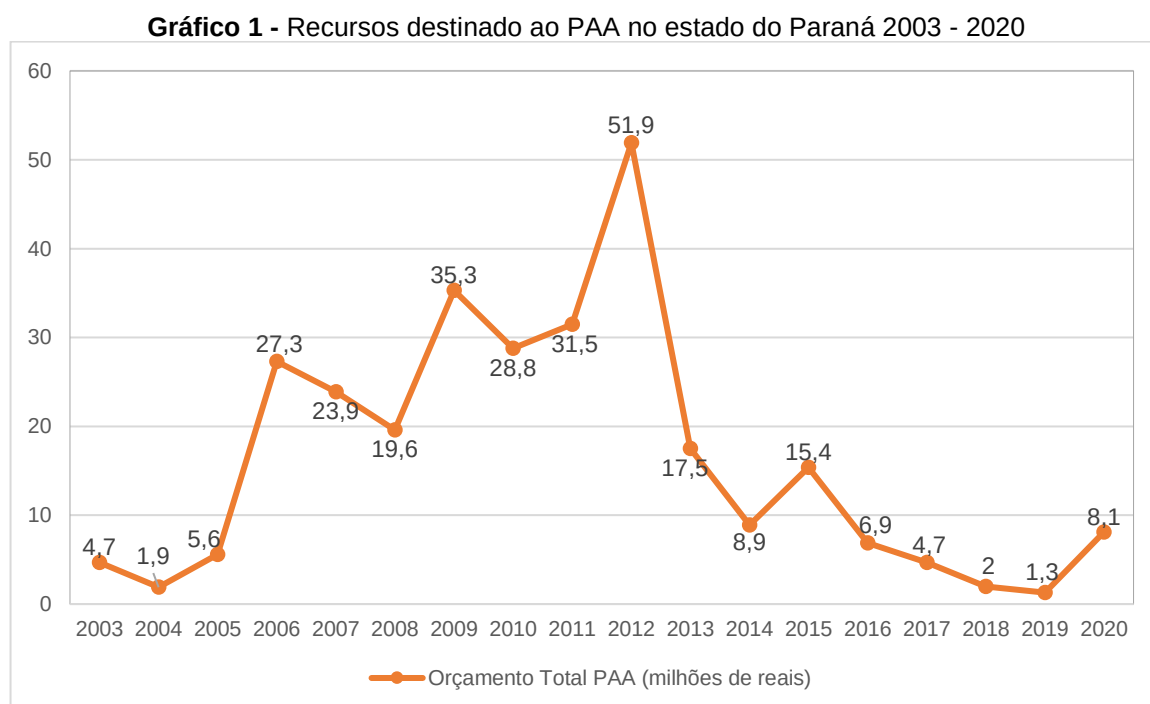
A partir de 2003, no contexto das políticas alimentares do governo Lula, o PNAE foi revisado, trazendo para o debate não apenas a questão do acesso à alimentação escolar, mas também a preocupação com o tipo e qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes. Assim, o Programa passou a incorporar dentre suas diretrizes a promoção da alimentação saudável e adequada, o respeito as diferentes culturas alimentares, a educação alimentar e nutricional e o apoio à agricultura camponesa/familiar, através de compras públicas de alimentos. Em 2009, com a aprovação da Lei n. 11.947, ficou estipulado que no mínimo 30% do recurso passado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados, municípios, distrito federal e escolas federais deve ser destinado a compra de alimentos da agricultura camponesa/familiar, dispensando o processo licitatório (TRICHES; GRISA, 2015).

Compreendemos que o PAA e o PNAE configuram políticas importantes para o campo e a cidade, que ao tratarem da questão alimentar e nutricional contribuem para o desenvolvimento social e humano. Essas políticas também são muito valiosas para a emancipação camponesa, pois se apresentam como uma alternativa para um ponto que é primordial para os sujeitos, mas que ao mesmo tempo é um grande desafio: a comercialização. Elas permitem que os camponeses tenham acesso à mercados institucionais, mais garantidos, possibilitando planejar a produção e comercializar em quantidades maiores com maior nível de autonomia, reduzindo a dependência de atravessadores, entre outros. Além disso, tais políticas incentivam as iniciativas de cooperação/associação camponesa, tendo em vista que é através dessa forma de organização que eles acessam os programas.

Em nossa leitura, o PAA consiste em uma política pública emancipatória, que foi formulada a partir das reivindicações, propositivas e participação dos movimentos e outras organizações sociais junto ao Estado. Já o PNAE é uma política que foi construída desde a subordinação, excluindo os camponeses e atendendo os interesses das corporações ligadas ao agronegócio. Porém, as mudanças agregadas ao Programa o transformaram em uma política emancipatória. O PAA e o PNAE são políticas relevantes para os camponeses e seus territórios no sentido econômico, social e político, que somada a outras ações demonstram as potencialidades da agricultura camponesa para o conjunto da sociedade.

Ao analisar o Brasil como um todo, podemos afirmar que desde a criação do PAA, em 2003, os investimentos no Programa aumentaram progressivamente até 2012, atingindo o ápice 586 milhões de reais. A partir deste ano, conforme assinalamos, a política passou a ser reduzida, devido a uma série de fatores, como a crise instaurada no governo Dilma. Com o golpe em 2016 a situação se agravou, sendo que em 2017 foram destinados ao Programa cerca de 124 milhões de reais (JORGE, 2022).

No governo Bolsonaro, a estratégia em curso de asfixiar políticas públicas através da redução de orçamento foi ainda mais aprofundada e em 2019 pouco mais de 41 milhões foram alocados no PAA, sendo que segundo relatório da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nesse período o Programa era constituído por quatro modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta da Agricultura Familiar; Aquisição de Sementes; e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, no entanto, apenas três modalidades foram executadas no ano, ficando de fora a Compra Direta da Agricultura Familiar (CONAB, 2020). Em 2020, em razão do contexto da pandemia de Covid-19, houve um incremento no orçamento, sendo que aproximadamente 223 milhões foram direcionados para o Programa, oriundos do Ministério da Cidadania, de Emendas Parlamentares e recursos direcionados ao enfrentamento à pandemia. Nesse ano apenas duas modalidades foram executadas, sendo elas Compra com Doação Simultânea e Aquisição de Sementes (CONAB, 2021). No Gráfico 1, apresentamos os recursos totais destinados ao PAA no estado do Paraná, desde a criação do programa até o ano de 2020.



**Fonte:** CONAB, 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021. **Organização:** JORGE, 2024.

A partir de 2020, não há dados referentes a esse programa disponíveis pela CONAB, isso porque, apesar da escalada da fome em todo país e das inúmeras dificuldades imposta à população em virtude da pandemia, o governo Bolsonaro, em 2021, substituiu o PAA pelo programa Alimenta Brasil. Avaliamos que em primeiro lugar essa foi uma decisão de cunho ideológico, baseada em destruir uma política criada no governo Lula, principal opositor de Bolsonaro, e colocar no lugar uma política criada pela equipe do governo. Na propaganda, o Alimenta Brasil apresentava a mesma finalidade e uma estrutura organizativa muito semelhante à do PAA. Contudo, na prática, o programa foi marcado pela falta de transparência no que se refere a origem e disponibilidade de recursos, bem como, pela continuidade do processo de sucateamento das políticas públicas, sendo que segundo Turtelli (2022), em 2021 foram aplicados 58,9 milhões no Alimenta Brasil e até maio de 2022 apenas 89 mil reais foram gastos no programa, o que representou basicamente a destruição de uma importante política de combate à fome e sustentabilidade da agricultura camponesa, durante o governo Bolsonaro.

Com a progressiva asfixia do PAA, o PNAE foi o mercado institucional mais acessível aos camponeses nos últimos anos, assim como muitos deles relatam nas entrevistas. A alimentação escolar é um direito garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), o que não significa que esta política não tenha sido alvo de ataques desde a ascensão da segunda fase neoliberal no país. O orçamento do PNAE manteve-se em defasagem por cinco anos, não recebendo nenhum reajuste entre 2017 e 2022. Além disso, o governo Bolsonaro vetou a emenda parlamentar à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2022, que previa o reajuste de 34% dos recursos do Programa, passando o total de investimentos de 3,96 bilhões para 5,5 bilhões (UTIDA, 2022).

Apesar da falta de reajuste, que comprometeu o direito à alimentação e nutrição dos estudantes da rede pública de educação básica e impactou a agricultura camponesa/familiar, consideramos que o PNAE consistiu em uma importante ferramenta que, mesmo em contextos agrário e político desfavoráveis, corroborou com a conquista de maiores níveis de autonomia e emancipação por parte dos camponeses.

De acordo com os dados divulgados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2022 a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná recebeu cerca de 72 milhões de reais do Fundo destinados à alimentação escolar. Desse montante, quase 62 milhões foram destinados às compras da agricultura camponesa/familiar, correspondendo a 86,12% do valor total, bastante acima do mínimo de 30% estipulado pela legislação (FNDE, 2022). Para nós, esses números demonstram o potencial e relevância da agricultura camponesa/familiar no estado. Da mesma forma, nos faz pensar sobre a importância das políticas de mercados institucionais para os sujeitos do campo,

especialmente, os assentados, pequenos produtores, povos originários, que normalmente enfrentam adversidades para se inserirem no mercado.

Se por um lado as ações do governo Bolsonaro foram marcadas pelo aprofundamento do projeto de descontinuidade da reforma agrária e de políticas emancipatórias de sustentabilidade da agricultura camponesa, por outro, podemos afirmar que o governo trabalhou intensamente a favor dos ruralistas e do agronegócio, setores que fizeram parte de sua base de apoio desde a eleição. Existem várias políticas do governo Bolsonaro que demonstram o privilegiamento das classes ligadas à agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa e dos povos tradicionais.

Dentre elas, podemos mencionar o Projeto de Lei 191/2020 que teve como finalidade a liberação da exploração econômica em Terras Indígenas por terceiros, estabelecendo condições para pesquisa e exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos, instituindo indenização pela restrição do usufruto da terra. Segundo o Projeto de Lei, as atividades econômicas poderiam ser realizadas mesmo sem a anuência dos povos que vivem nos territórios, competindo ao Poder Executivo indicar quais terras seriam passíveis de exploração e ao Congresso Nacional emitir a autorização para as atividades (MONTEIRO, 2020).

Outro ponto importante foi a posição do governo com relação a política ambiental. Na gestão de Bolsonaro o Ministério do Meio Ambiente atingiu o menor orçamento desde o ano de 2000 (cerca de 2,53 bilhões de reais para o ano de 2022). Ademais, no processo de reestruturação da pasta, o Ministério perdeu importantes funções, como o Serviço Florestal Brasileiro, responsável pelo Cadastro Ambiental Rural, que foi transferido para o Ministério da Agricultura.

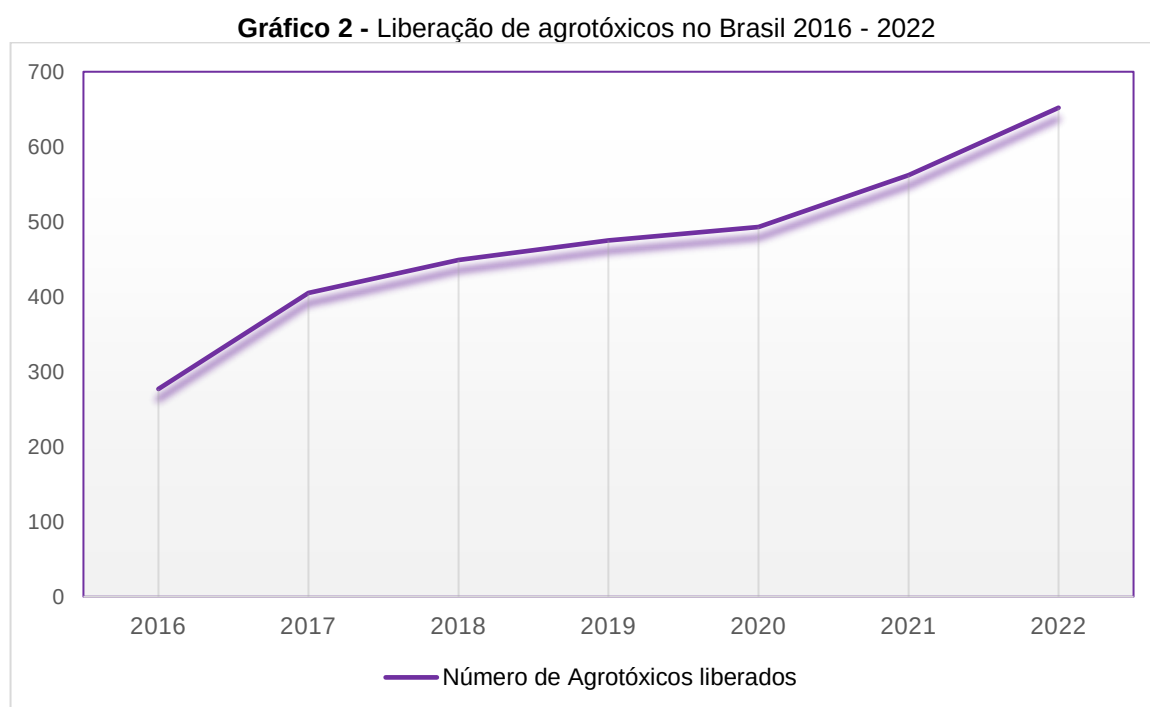
Tal como demonstra o relatório “Nunca mais outra vez – 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro”, produzido pelo Observatório do Clima, órgãos de fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram aparelhados com policiais militares e impedidos de cumprirem suas funções, repercutindo em uma considerável redução de multas aplicadas por crimes ambientais. Dessa forma, “o aumento de 59,5% do desmatamento na Amazônia nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro coincide com uma queda de 38% das multas aplicadas pelo Ibama por crimes contra a flora na comparação com o período 2015-2018” (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2023, p. 32).

As ações implementadas nesse período no campo ambiental foram fortemente influenciadas pelo agronegócio, que em algumas situações fez o governo recuar diante de alguns discursos, como no caso da promessa de campanha de acabar com o Ministério do Meio Ambiente e da ameaça de retirar o Brasil do Acordo de Paris, assinado em 2015 por 195



países com objetivo de reduzir a emissão de gases do efeito estufa (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2023). A interferência do agronegócio no sentido de amenizar a postura do governo se deu, sobretudo, em razão da preocupação com os impactos gerados para a imagem do setor no âmbito internacional, e ocorreu mediante conflitos e disputas dentro do governo travadas com setores mais extremistas, muitas vezes representados por Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR)<sup>20</sup>, que devido à proximidade com Jair Bolsonaro, indicou vários nomes para trabalhar no governo e chegou a chefiar uma secretaria no Ministério da Agricultura relacionada a assuntos fundiários.

A pauta dos agrotóxicos também recebeu bastante atenção no governo Bolsonaro, que aprofundou as excessivas liberações de novos produtos que já estava em curso desde o golpe. Entre 2019 e 2022, cerca de 2180 agrotóxicos foram liberados no Brasil, 98 deles são produtos inéditos no país. As liberações de agrotóxicos do governo Bolsonaro configuraram recordes considerando os dados levantados pelo MAPA, a partir dos anos 2000. No Gráfico 2, apresentamos os números referentes ao registro de agrotóxicos no Brasil por ano desde 2016, quando iniciou a escalada no processo de liberação desses produtos.



**Fonte:** JORGE, 2022; ALTINO, 2023. **Organização:** JORGE, 2024

Além dos registros demasiados, o governo Bolsonaro, por meio de portarias e resoluções, realizou modificações no regimento dos agrotóxicos sob a justificativa de

---

<sup>20</sup> A UDR é organização fundada em 1985 para proteger os interesses dos latifundiários e ruralistas, atuando politicamente contra a reforma agrária, consequentemente, contra a desapropriação de terras, criação de assentamentos e ações dos movimentos.

desburocratizar o uso desses produtos no país. Muitas dessas modificações foram implementadas no contexto da pandemia, dentre elas, podemos destacar o aceleração do processo de análise e liberação dos produtos e a mudança das classificações de toxicidade, excluindo a exigência de vários tipos de estudos necessários para determinar os riscos que envolvem a exposição a um ingrediente ativo de um agrotóxico. Com isso “[...] mais de 90% dos agrotóxicos classificados como extremamente tóxicos (classe 1), segundo a Portaria de 1992, foram distribuídos em sua maioria para as classes 4 ou 5, sendo considerados como pouco tóxicos ou improváveis de causar danos agudos, respectivamente” (SOUZA, et al., 2020, p. 331).

O elevado número de registros de agrotóxicos acompanha o alto nível de uso desses produtos no Brasil o que, consecutivamente, reflete em diversos casos de registros de intoxicação, contaminação dos ambientes, identificação de resíduos na água e até mesmo no leite materno (SOUZA, et al., 2020, p. 331). Muitos dos agrotóxicos liberados no país são proibidos, por exemplo, na União Europeia, onde estão sediadas grande parte das empresas produtores, que lucram com a venda desses produtos químicos em países dominados pela produção de *commodities* agrícolas, como o Brasil (BOMBARDI, 2017).

Para além do que já foi abordado, poderíamos discutir muitas outras ações e políticas do governo Bolsonaro no que tange sua agenda para o campo e a agricultura. No entanto, compreendemos que o debate realizado nessa seção é suficiente para comprovar nosso ponto, isto é: no governo Bolsonaro, caracterizado como de extrema direita e neoliberal, a hegemonia do agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento, foi reforçada, sendo que o PCA é o paradigma que orientou no plano teórico-imaterial as ações e políticas do governo, principalmente, a vertente desse paradigma referente ao agronegócio. Sendo assim, durante todo o governo foi mantida a postura do período da eleição contrária a reforma agrária, sem abertura para diálogo com os movimentos e organizações camponesas.

Como afirmamos no início dessa seção, o governo Bolsonaro não apenas deixou de implementar políticas emancipatórias como trabalhou para descontinuar as que já existiam, produzindo um cenário de precarização. Além de sofrer os impactos das disrupções causadas pelo governo, os camponeses (assim como o conjunto da sociedade) também sofreram com a pandemia de Covid-19, que durou cerca de dois anos no Brasil, repercutindo em um longo período de isolamento social, em que os territórios permaneceram fechados para a proteção dos sujeitos, fazendo com que novas ações, estratégias de luta e resistência tivessem que ser traçadas.

Partindo das análises efetuadas, podemos afirmar que, assim como previsto na hipótese inicial da nossa pesquisa, os contextos agrário e político em questão favoreceram a ampliação da subalternização camponesa. É inegável a importância e poder exercido pelo

Estado na definição das perspectivas e modelos que orientam o desenvolvimento da agricultura e do campo e, por conseguinte, da posição ocupada pela agricultura camponesa/familiar nesse processo.

Todavia, como não se trata de um processo linear, entendemos que a subalternização camponesa nos territórios não é uma realidade absoluta. Assim, é importante pensarmos a partir das contradições, pois ao mesmo tempo em que os contextos agrário e político favoreceram a subalternização, eles também criaram condições para que os camponeses produzissem outras formas de articulação e organização, construindo alternativas de desenvolvimento para seus territórios. Tal como ouvimos frequentemente nas entrevistas, a partir da eleição de Bolsonaro, a maior parte dos assentados já tinha consciência de que o momento seria difícil e desfavorável à expansão dos territórios camponeses. Portanto, na medida do possível, eles se prepararam e passaram a se (re)produzir em alguns casos a partir de maiores níveis de subalternização e, em outros, mediante maiores níveis de emancipação, conforme o equilíbrio entre o conjunto de elementos que buscamos evidenciar nesse capítulo.

Para dar continuidade ao trabalho, apresentaremos na próxima parte algumas considerações acerca da reforma agrária, dos processos de expropriação, desterritorialização e as lutas camponesas no Paraná que deram origem ao MST. Também, abordaremos elementos referentes a conquista dos territórios investigados na pesquisa, procurando relacionar as análises e reflexões com os elementos discutidos até o momento.

# Capítulo 3

### **3. LUTAS CAMPONESAS E A CONQUISTA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ**

Nesta seção, iniciamos com alguns apontamentos sobre a reforma agrária, enquanto política e território imaterial, cuja realização, sob a ótica do Paradigma da Questão Agrária é entendida como essencial, enquanto para o Paradigma do Capitalismo Agrário consiste somente em uma política compensatória, um instrumento de amenização das desigualdades e dos conflitos.

As relações de poder nos diferentes tipos escalas de território, bem como, a hegemonia do agronegócio e do PCA, desdobraram na realização de uma reforma agrária parcial no país, cujo maior expressão até o momento foi a criação de assentamentos rurais. Nesse ponto, é importante esclarecer que os assentamentos são, sobretudo, resultados das ações e metodologias de luta desenvolvidas pelos movimentos. Portanto, os assentamentos são políticas públicas conquistadas/construídas pelos camponeses, que coletivamente organizados formam os movimentos, os quais analisamos como socioterritoriais, uma vez que se trata de movimentos que têm o território como trunfo.

Com base nesses apontamentos, abordamos ainda resumidamente neste capítulo o histórico das lutas camponesas ocorridas no estado do Paraná, que refletiram na criação de diversos movimentos socioterritoriais regionais, desdobrando posteriormente na gestação e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que consiste na atualidade em um dos movimentos mais especializado e territorializado em todo o país.

Por último, tratamos brevemente a trajetória de luta relacionada à conquista dos assentamentos investigados na pesquisa. Consideramos que somados, esses territórios oferecem subsídios para compreendermos a questão agrária paranaense, desvendando os mecanismos utilizados ao longo da história para a ocupação, apropriação e uso da terra, bem como, os conflitos gerados a partir desses processos, as formas de violência empregadas para inibir as ações dos camponeses, entre outros elementos.

O debate aqui desenvolvido é necessário, considerando que a luta pela conquista da terra representa uma etapa da permanente conflitualidade que envolve os assentamentos, enquanto territórios camponeses. Essa etapa é importante de ser apreendida para que possamos entender as outras, que iniciam a partir da conquista do território e giram em torno da busca das condições de (re)produção camponesa, refletindo nas diferentes territorialidades produzidas.

### 3.1 REFORMA AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

A reforma agrária é uma política pública de desenvolvimento territorial que está diretamente relacionada à conquista de direitos sociais previstos na Constituição Federal, tais como o direito ao trabalho, à alimentação e à moradia (BRASIL, 1988) que, por conseguinte, contribui para a correção das injustiças causadas pelo capitalismo, sistema que ao se territorializar no campo, concentra a terra, se apropria das riquezas produzidas e gera a expropriação e desterritorialização do campesinato, conforme já abordamos (FERNANDES, 2013b).

Na condição de política, a reforma agrária também é um território imaterial, sendo que os contextos agrário e político, bem como, as relações de poder nas diferentes escalas e tipos de território determinam de que modo será sua implementação. Como menciona Ramos Filho (2015), a luta por formas mais justas de distribuição, repartição e uso da terra faz parte da história do Brasil, desde o início do sistema *plantation*, alicerce da economia agroexportadora. A partir do século XX, os camponeses avançaram nas formas de organização, por meio do apoio de instituições como a igreja católica e os partidos políticos de esquerda, refletindo nas alianças subordinadas que Martins (1981) cita, que apesar de serem subordinadas em um primeiro momento, foram essenciais para a construção de sindicatos e movimentos.

Assim como no Brasil, na Escócia existe um longo processo de luta por formas mais justas de distribuição, repartição e uso da terra, que envolve diversos tipos de instituição e grupos sociais. Contudo, diferente do Brasil, na Escócia a reforma agrária nos parece estar mais inserida na agenda política e legislativa, sendo que no país existe uma série de leis voltadas à temática, que apesar de ainda não terem dado uma resposta definitiva à questão, representam avanços em relação a regulamentação e garantia de direitos, como no caso dos *crofters*, que dentre outros elementos, possuem o direito de acesso à terra garantido em lei, conforme discutimos no Capítulo 6.

Apesar das diferenças, avaliamos que tanto na Escócia quanto no Brasil, a reforma agrária tem sido conservadora e realizada apenas parcialmente. Como discutem Girardi e Fernandes (2008), a reforma agrária parcial é uma característica de todos os governos no Brasil. Além disso, vale destacar que no período recente, marcado pelo governo Bolsonaro, ela foi praticamente paralisada como demonstram os dados que apresentamos no capítulo anterior.

A parcialidade da reforma agrária no Brasil se processa mesmo o país registrando, segundo o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), 0,867 pontos no índice de Gini<sup>21</sup> para distribuição da propriedade da terra (IBGE, 2020). Aliás, pontuamos de antemão que, conforme analisaremos mais a frente, esse é outro ponto de convergência entre Brasil e Escócia. Enquanto o Brasil é o país que manifesta um dos maiores níveis de concentração fundiária da América Latina, em que 1% das propriedades rurais correspondem a cerca de 45% da área rural total (OXFAM BRASIL, 2019), a Escócia é o país com a distribuição mais desigual de posse de terras da Europa (WILSON, 2022).

Assim como assevera Ramos Filho (2015), a concentração fundiária é a base para outras formas de concentração, como a de renda, produzindo um processo de exclusão que é multidimensional. Compreendemos que a realização de uma reforma agrária parcial no Brasil está associada ao poder político e econômico das instituições ligadas à agricultura capitalista, à hegemonia do agronegócio e, consecutivamente do PCA, que no contexto do avanço do neoliberalismo e da extrema direita tem sido reforçada.

Sendo assim, enquanto no Paradigma da Questão Agrária a luta por uma reforma agrária ampla e irrestrita, de caráter popular, é entendida como o caminho para superar os problemas e desigualdades do campo, possibilitando a (re)produção camponesa, na lógica do Paradigma do Capitalismo Agrário, a reforma agrária só pode ser realizada parcialmente, pois ela é compreendida como:

[...] política compensatória para amenizar a condição de miserabilidade, como instrumento de controle social e oportunidade de fomentar a economia mediante a oxigenação dos mercados de terras mediante difusão de instrumentos de financiamento de compra e venda de terras, que supostamente contemplaria os mais pobres (RAMOS FILHO, 2015, p. 5-6).

A realização de uma reforma agrária parcial significa que os governos, mesmo aqueles conhecidos como neodesenvolvimentistas, não enfrentaram os ruralistas e capitalistas, através da desapropriação do conjunto de terras sob seus domínios que não cumpriam a função social, da eliminação da hegemonia do agronegócio nas políticas para o campo e do reconhecimento da importância dos diferentes territórios e relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa (FERNANDES, 2013b).

Assim como afirmam Girardi e Fernandes (2008), entendemos que uma reforma agrária completa deve reformar a estrutura fundiária do país e, paralelamente, possibilitar aos camponeses o acesso às políticas públicas, fornecendo a eles condições básicas de vida e

---

<sup>21</sup>Assim como explica Leite (2018), o índice de Gini é um coeficiente de mensuração de desigualdades. Em relação a distribuição de terras, quanto mais próximo de 1 estiver o valor, maior a concentração fundiária. Este índice possui diversas fragilidades e distorções no que se refere à aplicação na aferição do nível de concentração da terra. Contudo, trazemos o dado, pois este ainda é o principal indicador que temos, utilizados inclusive nas pesquisas de órgãos governamentais, como o IBGE.

produção. A reforma agrária realizada de forma completa é mais do que puramente o acesso à terra, ela é multidimensional, pois abrange as múltiplas dimensões do território, criando condições para a expansão do modelo de desenvolvimento camponês, para a (re)produção mais autônoma e emancipada.

É a reforma agrária multidimensional que os movimentos reivindicam, como pode ser analisado através do Plano Nacional de Reforma Agrária Popular, proposto pelo MST, visando uma mudança estrutural em relação ao acesso à terra, a organização comunitária e os modelos produtivos. De acordo com o Plano, o Movimento compreende que a reforma agrária não é uma questão de interesse apenas do campo, mas também da cidade, do conjunto da sociedade. Essa proposta incorpora questões como a produção de alimentos saudáveis para toda a população, a preservação e o acesso racional aos recursos naturais. Também entende que a reforma agrária vai além das questões produtivas, perpassando pela construção de novas relações sociais, que dependem do combate às desigualdades de gênero, ao machismo, a LGBTfobia, dentre outras questões (MST, 2021).

Todavia, apesar das propositivas dos movimentos, a política de reforma agrária no Brasil tem se baseado principalmente na criação de assentamentos rurais, como resposta do Estado às ações dos movimentos, sobretudo, as ocupações de terras (GIRARDI; FERNANDES, 2008; HALVORSEN; FERNANDES; TORRES, 2019). Segundo Fernandes (2001), as ocupações são ações de resistência, de (re)criação do campesinato, uma forma política de ressocialização, de luta por território e contra o assalariamento. Sobre esse processo, Pedon (2009) afirma:

As ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais sem-terra expressam um momento do permanente processo de re-ordenamento da sociedade brasileira. Como implicação disso, põe em causa suas relações e arranjos políticos. As ocupações resultam do processo de questionamento das relações sociais hegemônicas. Essa novidade trazida pelos movimentos abala certos valores já tradicionais da sociedade, a exemplo da noção da propriedade privada inviolável, princípio essencial ao modelo de desenvolvimento capitalista vigente (PEDON, 2009, p. 176).

Como aponta esse autor, os Sem Terra ocupam, normalmente, terras de latifúndio, devolutas e/ou griladas, isto é, terras que já foram territorializadas por agentes hegemônicos do capital, representando uma ação direta no sentido de corrigir as injustiças provocadas pelo capitalismo e seus mecanismos de apropriação e uso da terra no país. Portanto, as lutas dos movimentos significam “[...] um processo de territorialização, cujo foco principal é a conquista da terra apropriada para o trabalho que permite a manutenção da vida [...]” (PEDON, 2009, p. 176). Ainda no que se refere as ocupações:



Algumas têm como foco somente chamar a atenção para alguma questão específica, mas mesmo nessas ocupações momentâneas, o conflito se concretiza. O ato de ocupar é uma, senão a mais expressiva, forma de manifestação da resistência das classes populares frente ao monopólio do espaço, empreendido pelos agentes hegemônicos do capitalismo que contam, na maioria das vezes, com a conivência do Estado (PEDON, 2009, p. 179).

As ocupações e, por conseguinte, a formação dos acampamentos envolvem a construção de uma metodologia de luta popular (PEDON, 2009). Essas ações têm uma dimensão educativa, pois possibilitam aos camponeses a conscientização sobre a realidade e os processos de exploração que vivenciam, assim como mostra o depoimento do camponês Juventino Silva, que hoje é assentado no assentamento Guanabara, no município de Imbaú.

A história da luta pela terra ensinou três coisas que eu prezo muito. Primeira coisa é a humildade, a simplicidade, para entender as coisas, eu aprendi o porquê eu sou pobre, como o capitalismo oprime as pessoas, tira quase tudo que tem. A segunda coisa é que a nossa pobreza nasce em escritório, é planejada, feito direitinho. A terceira questão que a gente aprendeu na caminhada é que a nossa sociedade só vai melhorar se o povo tiver um conhecimento das coisas, mas um conhecimento mais verdadeiro, coletivo, não um conhecimento pela lógica do mercado, do consumo, individual, que passa pela exploração do outro. Essas três coisas são lições que eu podia não entender, se eu não fosse pro movimento eu não ia entender isso aí, talvez eu seria um cretino contra os pobres também. Mas eu aprendi, aprendi no movimento, no acampamento, aprendi a ter que resolver os problema rápido, dividir um copinho de sal com a turma, a minha esposa ter que dividir lá a vaquinha que nós tinha lá, o leite que nós conseguia tirar com todo mundo, tudo o que é gesto de humildade é um acampamento que faz a gente aprender, por isso o acampamento pra gente é uma faculdade (Juventino Silva [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mar. 2021).

De acordo com os assentamentos estudados na pesquisa, existem casos em que os camponeses, primeiro, formam o acampamento na beira de rodovias, terrenos públicos ou em outras áreas que já são assentamentos e, posteriormente, em momento que julgam mais adequado, realizam a ocupação de determinada área.

A decisão de realizar uma ocupação e construir um acampamento passa pela necessidade, sendo que muitas vezes, essa é a última alternativa, considerando que as condições de vida nos acampamentos são precárias. Os acampados lidam com dificuldades de várias ordens, tais como falta de condições de moradia e trabalho adequadas, acesso à energia elétrica, água encanada, educação etc. além de terem que lidar com diversas formas de violência. Dentre as razões apontadas pelos camponeses que os levaram a participar de ocupações e acampamentos, estão o vínculo com a agricultura, o desejo de conquistar uma porção de terra, a pobreza, o desemprego e a dificuldade de se adaptar à vida e ao trabalho

nas cidades. Em entrevista, a camponesa Helena Morais conta sobre os motivos que a fez decidir ir para o acampamento.

Eu fui pro acampamento porque eu me separei e fiquei com meus dois piás, eu tinha que ir pra algum lugar, ninguém ia dar terra pra uma mulher com duas crianças tocar, café né. Eu morava no sítio, eu sempre mexi com café. Eu tentei trabalhar na cidade, mas não gostei, trabalhava só pra pagar o aluguel. Eu tentei, mas não gostava da cidade, fiz até curso de segurança. Assim que eu terminei o curso, saiu o acampamento aqui, pra conseguir a terra. Falei com meus filhos, eles falaram: não mãe, a senhora que sabe. O pessoal acampou dia nove de março, dia primeiro de abril eu vim para o sem-terra e, depois de um tempo, conquistamos a terra (Helena Morais [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive, mai. 2022).

O depoimento da camponesa Helena oferece subsídio para a nossa leitura de que os assentamentos são territórios camponeses obtidos através da luta pela terra, pela reforma agrária, que significa o direito de produzir e trabalhar, a conquista de diversidade para o campo, o rompimento das cercas do latifúndio (FONSECA, 2019). Essa luta é construída pelos movimentos socioterritoriais, isto é, movimentos que têm o território como trunfo, como objeto final e meio estratégico de suas lutas (MARTIN; FERNANDES, 2004; FERNANDES, 2005; 2023; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016).

O conceito de movimento socioterritorial é relativamente novo e nasce com a proposta de apresentar uma leitura geográfica interessada em compreender os tipos de territórios produzidos e apropriados pelos movimentos. Em vista disso, avaliamos que essa concepção é a mais adequada de acordo com o objetivo da pesquisa. Conforme explica Fernandes (2005, p. 31), “[...] não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica”.

Ao discutir o conceito de movimento socioterritorial, Pedon (2009), assevera:

[...] os movimentos socioterritoriais podem ser definidos como um coletivo de pessoas organizadas que atuam conjuntamente para produzir alguma mudança na sociedade, de forma geral, atuam de maneira não-institucionalizada. São organizações que surgem em momentos de inquietação social. Dado o caráter excludente da sociedade capitalista, pois sempre haverá aqueles que se recusarão a ficar quietos diante da própria situação, donde a natureza social da conflitualidade (PEDON, 2009, p. 175).

Ainda, como explica o autor, as ocupações constituem em um dos elementos mais importantes para os movimentos socioterritoriais, considerando que para esses movimentos “[...] a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, e que os mantêm marginalizados já que impede o acesso ao espaço” (PEDON, 2009, p. 178). Movimentos socioterritoriais realizam ocupações, pois o acesso ao território é indispensável

para a manutenção e (re)produção da identidade, da existência e modo de vida dos sujeitos envolvidos (PEDON, 2009).

Baseado nesses apontamentos, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são exemplos de movimentos socioterritoriais agrários brasileiros, uma vez que eles correspondem a organizações coletivas que objetivam transformações sociais e que no processo de luta, transformam espaço em território.

Esses movimentos lutam pelo território em sua multiescalaridade e multidimensionalidade, reivindicando condições de vida digna no campo, por meio do acesso à cultura e educação; estímulos à produção e comercialização de alimentos saudáveis; preservação do meio ambiente; incentivo a formas de cooperação etc., sendo que para isso muitas vezes eles se articulam, formando redes em diferentes escalas (FERNANDES, 2023).

A partir dessa abordagem teórico-metodológica, também consideramos o *Scottish Crofting Federation* um movimento socioterritorial. Por mais que ele não realize ocupações, como o MST, os territórios de *crofting* consistem em seu objeto, sua razão de ser. Além disso, o SCF luta, em diferentes escalas e tipos de território, pela conquista de direitos e pela manutenção e expansão dos territórios de *crofting*, conforme retomaremos no Capítulo 6.

Além de socioterritoriais, esses movimentos também são socioespaciais, pois ao longo de suas lutas, produzem, consomem, contestam e transformam espaços (MARTIN; FERNANDES, 2004; FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016). Conforme analisa Sobreiro Filho:

[...] assim como espaço e território coexistem, ou seja, o espaço é condição necessária para a existência do território, o mesmo se dá entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Portanto, todo movimento socioterritorial é um movimento socioespacial, porque a luta por território pressupõe também a luta por espaço, no entanto nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial porque não pressupõe necessariamente a impressão e manutenção de uma relação de poder em determinado espaço (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 99).

A espacialização dos movimentos ocorre por meio de ações como manifestações, passeatas, notas públicas e ocupações de terras, que variam conforme as necessidades diante da conjuntura espaço-temporal. É através da espacialização da luta que o MST, por exemplo, se territorializa, conquistando territórios como os assentamentos de reforma agrária. Esses dois processos são indissociáveis (FERNANDES, 2001). De acordo com Paulino (2006), a criação de um assentamento consiste em um fator de redefinição territorial, pois altera as relações de poder que emanam da propriedade privada.

É preciso compreender, assim, que por menor que seja, do ponto de vista da quantidade de terra transferida para os trabalhadores, trata-se de uma intervenção que mexe em estruturas sociais que têm na riqueza patrimonial o seu principal sustentáculo e que alimentam o círculo vicioso no qual nos encontramos (PAULINO, 2006, p. 54).

A criação de um assentamento representa a transformação da terra de negócio em terra de trabalho (MARTINS, 1981). Considerando a conquista de assentamentos está diretamente relacionado a luta pela reforma agrária, as ocupações e os acampamentos, nos dedicaremos na sequência a tratar, brevemente, desses processos, no contexto do estado do Paraná.

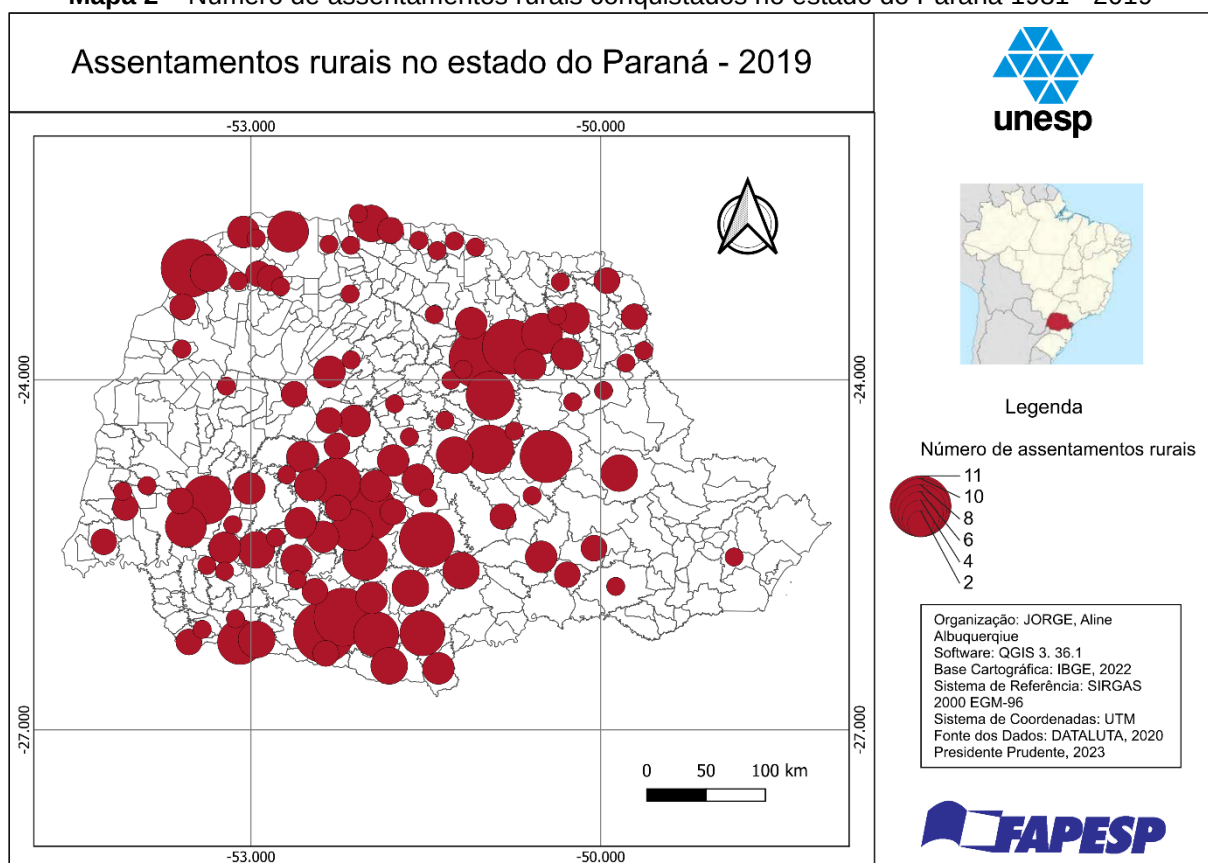
### 3.2 EXPROPRIAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E AS LUTAS CAMPONESAS QUE CULMINARAM NA FORMAÇÃO DO MST

Conforme o Relatório DATALUTA, de 1979 a 2019, foram conquistados 9.529 assentamentos rurais no Brasil, que somados correspondem a mais de 1 milhão de famílias assentadas. O período de maior criação de assentamentos coincide com o período de maior número de ocupações e retomadas de terras, o que demonstra a indissociabilidade entre a espacialização e a territorialização (DATALUTA, 2020).

De acordo com Pedon (2009, p. 179), “o aumento no número de ocupações é indicativo da consciência dos sujeitos que formam os movimentos, uma vez que as ocupações demandam uma estrutura organizativa, um planejamento prévio e uma pesquisa de reconhecimento das áreas a serem ocupadas”. Paralelamente, a associação entre o número de ocupações e de assentamentos demonstra que esses são resultados da luta camponesa pela terra, são políticas implementadas desde as ações dos movimentos e, nesse sentido, são políticas conquistadas/construídas pelos camponeses no processo de organização e luta, via movimentos socioterritoriais.

Entre 1988 e 2019, o total de 610 ocupações e retomadas foram realizadas no Paraná, contando com a participação de mais de 81 mil famílias. Compreendemos que essas ações estão diretamente relacionadas a criação de 330 assentamentos no estado (DATALUTA, 2020), conforme espacializado no Mapa 2. Segundo Caldas (2021), desse número, 320 territórios foram conquistados a partir da luta do MST, resultando no total de 22 mil famílias assentadas. Esses dados revelam a dimensão da territorialização e da importância desse Movimento no estado.

**Mapa 2 – Número de assentamentos rurais conquistados no estado do Paraná 1981 - 2019**



**Fonte:** DATALUTA, 2020. **Organização:** JORGE, 2023

O MST é um dos principais movimentos socioterritoriais de luta pela reforma agrária no Brasil, atuante em diferentes escalas e dimensões. O Movimento “[...] surge como uma manifestação da sociedade organizada, objetivando modificar a ordem estabelecida no campo” (FABRINI, 2002, p. 109). Em outras palavras, nasce como uma reação a expropriação e a exploração causadas pela expansão do capitalismo sobre a agricultura, efeito, principalmente, da Revolução Verde, implantada durante o regime militar a partir da década de 1960, que tinha como finalidade a modernização da agricultura, com base no avanço da industrialização e no crescimento urbano.

Esse processo, concebido em bases economicistas e tecnicistas, não constituiu um modelo de desenvolvimento plural e multidimensional para o campo. Ao contrário disso, a modernização privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, promovendo as bases para o que hoje chamamos de modelo de desenvolvimento do agronegócio e, consecutivamente, repercutindo no crescimento das desigualdades socioeconômicas, das relações de trabalho assalariado e do êxodo rural.

A partir da modernização, a agricultura tornou-se cada vez menos dependente dos recursos naturais e mais dependente dos insumos industriais, tais como sementes geneticamente modificadas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinários movidos a

combustível fóssil. Esse processo conservou e intensificou a concentração fundiária (FERNANDES, 1998; ROOS, 2013).

O MST é parte da história da luta pela terra, da conflitualidade entre agricultura camponesa e capitalista, do debate paradigmático. No Paraná, o contexto que antecede a formação do Movimento é caracterizado por diversos conflitos associados às formas de uso, ocupação e apropriação da terra, os quais reverberam na atualidade, fazendo com que exista um problema agrário que ainda hoje é estrutural no campo paranaense (OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021). Dentre os principais conflitos que marcaram a luta pela terra no estado estão a Guerra do Contestado, a Guerrilha de Porecatu e a Revolta dos Posseiros.

A Guerra do Contestado foi a maior guerra civil camponesa da história do Brasil (FRAGA; GONÇALVES; CAVATORTA, 2017). O conflito ocorreu no início do século XX (1912 – 1916) e colocou a população no meio das disputas territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Além disso, a concessão de extensas faixas de terras aos coronéis da região e à companhia estadunidense Lumber, em troca da construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, resultou na desterritorialização dos povos camponeses/caboclos.

O interesse da empresa nas terras estava relacionado à exploração de madeira e, posteriormente, ao parcelamento e comercialização de lotes. Sob a liderança do Monge José Maria, os camponeses/caboclos se organizaram para lutar por suas terras e resistir, inclusive, as investidas do exército brasileiro, enviado à região para defender os interesses da empresa (FRAGA; GONÇALVES; CAVATORTA, 2017; OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021).

A Guerrilha de Porecatu ocorreu na década de 1950, no Norte Central paranaense, “[...] quando os camponeses-posseiros se armaram para manter as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu sob seu domínio e posse, pois o governo do estado havia repassado a grandes proprietários rurais” (ROOS, 2013, p. 4). Esse episódio esteve relacionado à valorização das terras da região, em função da expansão da cafeicultura vinda do Oeste de São Paulo, desdobrando na apropriação de grandes áreas, muitas vezes por meio de grilagem ou de concessões realizadas pelo Estado em troca de alianças políticas (OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021).

A Revolta dos Posseiros aconteceu também na década de 1950, quando camponeses do Sudoeste do estado foram expulsos de suas terras, de maneira violenta, devido a manobra empreendida pelo governador Moisés Lupion, que concedeu as terras a empresas colonizadoras, tais como a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) e a

Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. (OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021).

Organizados em “assembleias gerais do povo” e “juntas governativas”, milhares de camponeses avançaram armados para a cidade de Francisco Beltrão, expulsaram as autoridades constituídas e os jagunços das empresas imobiliárias, tomaram a estação de rádio da cidade e garantiram a posse das suas terras (ROOS, 2013; OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021). Esse conflito é um dos poucos exemplos na história do Brasil em que os camponeses saíram vitoriosos.

Durante o regime militar, as lutas camponesas foram realizadas de forma isolada, sofrendo severa repressão, perseguição e assassinato de lideranças. Contudo, os efeitos da modernização agrícola sobre a população do campo reacenderam o debate em torno da reforma agrária e as mobilizações populares entre as décadas de 1970 e 1980 (ROOS, 2013). Esse foi o período de gestação do MST (FERNANDES, 2001), sendo marcado por manifestações e ocupações de terra em vários estados do país, principalmente, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul (FABRINI, 2002).

A maioria das mobilizações contaram com o apoio de partidos de oposição que começavam a ser legalizados, tendo em vista o enfraquecimento do regime militar. Além disso, também contaram com apoio da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas no início da década de 1960, constituindo-se, posteriormente, no ponto de partida para a construção de espaços de reflexão, comunicação, socialização política e organização dos trabalhadores (FERNANDES, 1998).

As diversas organizações e mobilizações camponesas resultaram na fundação do MST no ano de 1984, em Cascavel (PR), com a realização do Primeiro Encontro Nacional do Sem Terra, momento em que foram definidos os princípios, reivindicações e formas de organização do Movimento (FERNANDES, 1998; FABRINI, 2002; ROOS, 2013). O MST foi criado com o objetivo de unificar as várias frentes de luta que vinham ocorrendo em todo o Brasil, principalmente, após a redemocratização do país (ROOS, 2013). Assim como explica Fabrini (2002):

O Movimento dos Sem Terra, com seu caráter popular, passa a representar uma nova fase na organização dos trabalhadores do campo, com novas formas de luta, fazendo com que a sociedade veja a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra e criando situações para envolvimento do Estado na questão da apropriação da terra, através de ocupações (terra e órgãos públicos), caminhadas, atos públicos, etc. (p. 114).

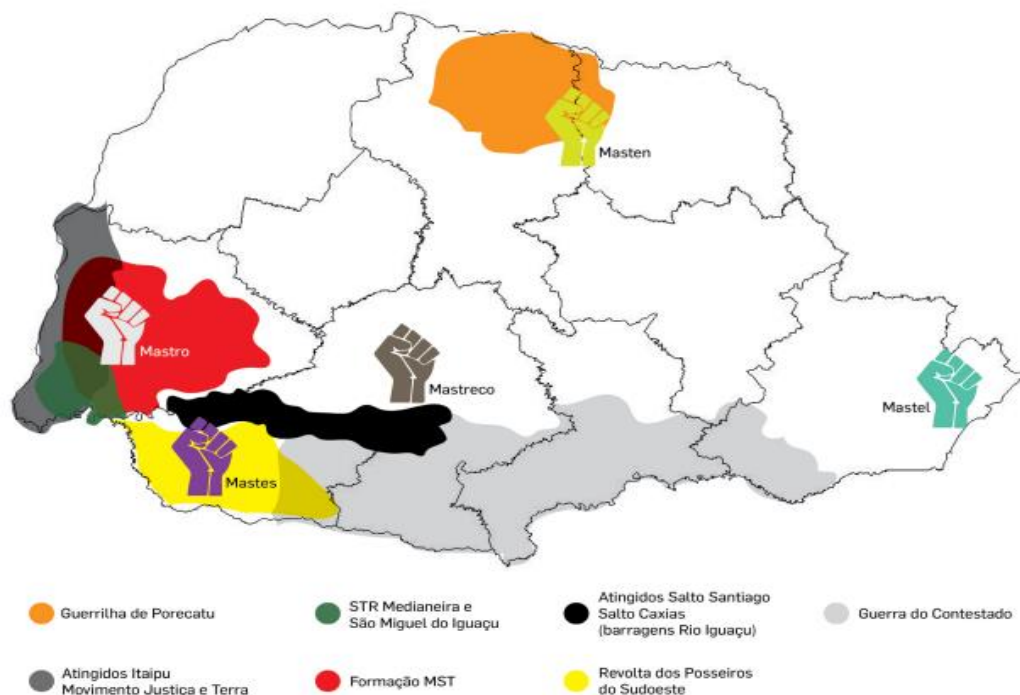
No Paraná, dentre as lutas que colaboraram para a formação do MST, esteve a organização dos agricultores expropriados/desterritorializados pela construção da barragem

da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na região Oeste do estado, no final da década de 1970. Com apoio da CPT e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), os camponeses construíram o movimento Justiça e Terra para reivindicar uma indenização justa pelas terras alagadas pelo reservatório de Itaipu (FABRINI, 2002; ROOS, 2013).

Conforme asseveram Fabrini (2002) e Roos (2013), esse conflito foi importante para o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), no ano de 1981. A luta do MASTRO foi além da posse e indenização das terras alagadas, contemplando a realização da reforma agrária e recusando a migração forçada para a Amazônia e outras frentes de colonização.

A formação do MASTRO serviu de experiência para a criação de outros movimentos regionais nos anos seguintes. Junto à CPT, aos STRs e à Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), o MASTRO formou o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). Além desse, também surgiram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL). (FABRINI, 2002; ROOS, 2013; OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021). A Figura 8 representa a espacialização desses movimentos, identificando geograficamente as principais lutas camponesas do século XX, mencionadas neste trabalho.

**Figura 7 – Geografia das lutas camponesas no Paraná**



**Fonte:** OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021.



No trecho da entrevista citado a seguir, o camponês Juventino Silva, que participou do processo de gestação e formação do MST, relata como foi expropriado do campo e como iniciou a conscientização sobre a realidade e a organização camponesas, destacando a contribuição dos sindicatos e da Igreja Católica nesse processo. Na fala do senhor Juventino fica claro também a perseguição e a violência que marcam a luta pela terra no Paraná e no Brasil de modo geral.

A gente vem de uma pobreza, né, pobreza do campo, fruto da modernização da agricultura, lá por 1970, por ali. Nós não tinha terra quando viemos do Rio Grande, trabalhando conseguimos, junto com a família, pai, mãe e os irmãos, comprar um pedaço de terra. Compramos e daí ficamos pagando a terra, ficamos muito deprimidos na época. Tinha financiamento fácil, financiamos um pouco através de uma cooperativa, plantamos, fomos plantando e pagando, mas de repente nós plantamos soja, naquele tempo não era essa soja que consome bastante adubo, veneno e tal, mas produzia bem, de repente disse que quebrou a bolsa de Chicago, o preço da soja caiu lá embaixo e não deu pra pagar os financiamentos, e com isso tivemos que vender a terra pra pagar o banco. Como resultado, aquela terrinha de oito alqueires, veio pra três alqueires, daí já não dava pra manter toda a família. Eu já era casado, aí viemos morar em Dois Vizinhos, Paraná, e aí trabalhamos um pouco de empregado, mas a gente não se adaptava. De repente fui parar no sindicato e lá pelos anos de 1980, por ali, 1979, a gente começou a questionar junto com as CEBs, com a Pastoral da Terra a situação, e fomos tratando de organizar alguma coisa, de lutar pela terra, foi quando em 1980 a gente começa a fazer algumas coisas, daí nesses anos se criou o Acampamento Encruzilhada Natalino, a gente foi lá, visitou, viu como era, a gente cantou, a gente chorou, aquilo foi um susto pra gente, mas a Encruzilhada Natalino já era fruto de um acampamento dos colonos, que o presidente João Figueiredo tinha despejado os colonos das terras dos índios, por um lado estava certo, né, mas não resolveu o problema dos colonos, eles ficaram na beira da estrada, aí a turma ocupou a Fazenda Macali que já estava desapropriada, a Fazenda Macali e a Fazenda Brilhante e aí fez o assentamento. Nossa! Foi a explosão. Quem nos ensinou a ocupar a terra foi a própria ditadura militar, porque o presidente era da ditadura. Dentro disso, em 1984 criamos o MST, através da luta sindical, eu já estava no sindicato. Sofri bastante, a gente pobre, tinha que assumir a causa do sindicato e da luta pela terra. Em 1989 eu fui pro acampamento, ficamos sete anos acampado, muita disputa, né, eu fui preso, muito perseguido por pistoleiro e perseguido também pela própria polícia, mas não tinha volta, ou você vai pra luta, conquistar a terra ou vai morar na favela, não tinha jeito (Juventino Silva [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mar. 2021).

As experiências citadas pelo entrevistado da formação do Acampamento Encruzilhada Natalino e das ocupações das fazendas Macali e Brilhante foram realizadas no Rio Grande do Sul entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Essas lutas marcaram o início da história do MST e serviram de aprendizagem para ações que seriam realizadas posteriormente em outros estados.

Em 1985, ano seguinte à constituição do Movimento em Cascavel, foi realizado em Curitiba (PR) o I Congresso do MST, espaço em que o Movimento definiu a seguinte palavra

de ordem: sem reforma agrária não há democracia. Conforme assevera Fabrini (2002), a centralidade no momento era a organização interna e a realização de ocupações em vários estados brasileiros.

A constituição do MST sofreu resistência por parte dos proprietários de terras e das forças conservadoras representadas pela União Democrática Ruralista (UDR), que investia contra a organização do Movimento e a política de reforma agrária, por meio do uso da violência e da difamação, afirmando que os assentamentos “[...] eram verdadeiras favelas rurais” (FABRINI, 2002, p. 114). O período de forte atuação da UDR no Paraná coincidiu com o governo de Jaime Lerner (1995-2002), filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), caracterizado pela adoção de uma política que representou a vanguarda do projeto neoliberal no estado, sustentado nas alianças com latifundiários e empresários do agronegócio, bem como, na perseguição aos movimentos socioterritoriais. De acordo com Roos (2013), nesse período:

As ações da polícia militar do Paraná para combater os Sem Terra eram acompanhadas de perto pelas entidades patronais como a União Democrática Ruralista (UDR), sindicatos patronais e Sociedades Rurais regionais que davam apoio logístico a estas atividades, numa clara demonstração do “pacto de dominação” estabelecido no estado. As milícias privadas dos ruralistas, também atuavam livremente pelo campo paranaense, participando e realizando despejos por conta própria, ameaçando, torturando e assassinando camponeses Sem Terra. Diante de tudo isso a impunidade prevaleceu e a grande maioria dos assassinatos dos camponeses, sequer foi julgada pelo Estado (ROOS, 2013, p. 6).

Diante desse cenário de tensão, o Movimento adotou outra palavra de ordem: Ocupar, resistir e produzir, que demonstra o amadurecimento das experiências de luta e a preocupação dos camponeses com a manutenção dos espaços e territórios ocupados e conquistados. Essa palavra de ordem evidencia a preocupação com a viabilidade econômica dos assentamentos, tendo em vista que a conquista da terra é uma etapa do processo de luta, e que depois dela surgem outras etapas, relacionadas ao alcance das condições de sobrevivência e de (re)produção do modo de vida.

Conforme explica o camponês Severo Andrade (nome fictício), do assentamento Eli Vive, a conquista dessas condições está associada ao acesso à educação, crédito, assistência técnica, mercados para comercialização e infraestruturas, como por exemplo, estradas de boa qualidade dentro dos territórios, essenciais para viabilizar os deslocamentos e escoamento da produção. Como procuramos discutir no capítulo anterior, esses elementos estão diretamente relacionados às políticas públicas, aos contextos agrário e político e as ações dos movimentos.

Dessa forma, pensando na organização da produção e das famílias camponesas, o MST começou a debater e a propor a cooperação, defendendo principalmente o modelo de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). A cooperação passou a ser discutida pelo Movimento objetivando também fortalecer as lutas desenvolvidas no interior dos territórios (FABRINI, 2002; ZENERATTI, 2018). Esse cenário demonstra que o projeto político e as formas de atuação do MST sempre se mantiveram em curso. Compreendemos que para além da conquista de território, a participação no MST para os camponeses consiste em um processo de formação continuada, em que ao formar o movimento os sujeitos também se formam e se transformam, de acordo com as mudanças na conjuntura, no projeto político e nas ações do Movimento, constituindo uma relação de simbiose.

Os dez assentamentos estudados nesta pesquisa (Pontal do Tigre, Paulo Freire, Eli Vive, Guanabara, Monte Alto, Valmir Mota de Oliveira, Celso Furtado, Missões, 12 de Abril e Contestado) são oriundos da luta do MST. Como já pontuamos, esses territórios foram conquistados em períodos distintos. Portanto, juntos revelam contextos agrários e políticos diversos, mudanças nas estratégias de luta e no perfil dos assentados, transformações nas relações sociais e dos sujeitos que disputam território no campo.

Nesse sentido, no início da formação do Movimento, nas décadas de 1980 e 1990, a luta dos trabalhadores Sem Terra era contra os latifundiários e latifúndios, compreendidos como terra que não produz, associada a exploração, a concentração fundiária, ao trabalho escravo, ao coronelismo e carrega a imagem de atraso político e econômico (FERNANDES, 2004). Todavia, a partir dos anos 2000, a luta dos Sem Terra também passou a ser contra as corporações, o agronegócio que, ao contrário do latifúndio, promove a exclusão através da extrema produtividade (FERNANDES, 2004; 2008a).

Essa modificação no entendimento da questão cria diferenças entre os assentamentos conquistados há mais tempo e há menos tempo, referentes ao modo de pensar dos assentados e as estratégias de resistência, influenciando diretamente sobre as formas de organização e uso do território.

Ademais, nas primeiras décadas de formação do MST, os camponeses que realizavam as ocupações e constituíam os acampamentos eram sujeitos vinculados a agricultura, que em entrevistas afirmam que decidiram fazer parte do MST porque só sabiam trabalhar na terra, sujeitos que foram expropriados e desterritorializados do campo. Nos assentamentos mais recentes, conquistados a partir dos anos 2010, percebemos que junto àqueles que possuem trajetórias de vida ligadas a terra e a agricultura, existem camponeses de origem urbana, normalmente, filhos ou netos de trabalhadores que no passado foram expropriados do campo, e que resolveram lutar pela terra porque em algum momento viver

na cidade se tornou inviável. Essa mudança no perfil dos assentados também reflete na organização do território e nos tipos de territorialidade produzidas.

Outra questão, é que os assentamentos selecionados para a pesquisa são de tamanhos diferentes, sendo o menor formado por dezessete famílias (Monte Alto) e o maior por cerca de mil famílias (Celso Furtado). Escolhemos trabalhar com assentamentos de tamanhos variados, pois partimos do entendimento de que este também é um elemento que influencia na organização dos assentados, nas ações políticas, na criação de alternativas para a produção e comercialização.

Ainda, considerando que nossa proposta de estudo se refere ao Paraná, optamos por selecionar um assentamento em cada mesorregião do estado, conforme já relatado e demonstrado no Mapa 1. Sendo assim, consideramos que o conjunto de assentamentos trabalhados na pesquisa revela os contrastes espaciais, os processos de luta, de resistência, as conflitualidades e as territorialidades que predominam em cada parte do estado.

Paralelamente, demonstra a variedade de cultivos dos territórios de reforma agrária, que inclui desde plantas medicinais a hortaliças, legumes, tubérculos, raízes, frutas, sorgo-vassoura, erva-mate, fumo, grãos como soja, milho, feijão, arroz e café, além da produção de leite, mel e da criação de animais como gado, porco e galináceas. No Painel Fotográfico 1, apresentamos alguns tipos de produção identificados nos assentamentos estudados.

**Painel Fotográfico 1 – Diversidade produtiva em assentamentos de reforma agrária do Paraná**



**Foto 1:** produção de soja no assentamento Valmir Mota de Oliveira, em Cascavel. **Foto 2:** produção de arroz no assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte. **Foto 03:** Produção de fumo no assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu. **Foto 4:** produção de hortaliças no assentamento Eli Vive, Londrina. **Foto 5:** produção de leite em sistema de confinamento no assentamento Missões, em Francisco Beltrão. **Foto 6:** produção de erva mate no assentamento 12 de Abril, Bituruna.

**Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2022.

A diversidade produtiva demonstrada no painel fotográfico se materializa nos assentamentos a partir de diferentes combinações, indicando a complexidade desses territórios. Sendo assim, podemos identificar em um mesmo lote a produção de soja, leite e hortaliças, por exemplo. Esses diversos tipos de produção implicam em distintas relações sociais, de produção e de comercialização, que a partir das inúmeras combinações, refletem em (pluri)(multi)territorialidades e em diferentes graus e formas de subalternização e emancipação, como analisaremos mais à frente.

Os assentamentos são territórios produzidos a partir de diferentes relações sociais, sendo que na amostra selecionada, temos assentamentos que foram constituídos a partir da ocupação de terras griladas, improdutivas, que não cumpriam a função social, bem como, ocupações de terras pertencentes a empresas, ao agronegócio, inclusive havendo casos de negociação entre fazendeiro e Estado. A seguir, abordaremos resumidamente alguns elementos referentes ao processo de luta pela terra e conquista dos assentamentos que fazem parte da pesquisa no Paraná.

### 3.3 A CONQUISTA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ESTUDADOS NA PESQUISA

A formação de assentamentos é um processo marcado pela conflitualidade, afinal, trata-se de uma disputa territorial, normalmente iniciada através de uma ocupação, que envolve camponeses Sem Terra, Estado, proprietários, corporações etc. Dependendo de um conjunto de fatores, como o contexto político e as razões que justificam a desapropriação das áreas, a conquista dos assentamentos pode envolver conflitos mais ou menos intensos.

Dentre o conjunto de territórios que selecionamos para a pesquisa, existem assentamentos constituídos em momentos políticos mais favoráveis, mediante conflitos menos intensos, tais como os assentamentos Eli Vive; Monte Alto; Missões; Valmir Mota de Oliveira e Contestado. Também, existem assentamentos conquistados mediante conflitos bastante intensos e diversas formas de violência, caso dos assentamentos Pontal do Tigre; Paulo Freire; Guanabara; 12 de Abril e Celso Furtado.

Na maior parte das situações, a conflitualidade na área antecede a chegada do MST. Um exemplo, é o assentamento Pontal do Tigre, localizado no município de Querência do Norte, na mesorregião Noroeste, que antes mesmo da ocupação realizada na década de 1980, foi palco de violentos despejos de famílias de posseiros, realizados em função de grilagem<sup>22</sup>, posses e concessão de terras devolutas efetuadas pelo Estado como forma de

---

<sup>22</sup> Por definição, a grilagem é a prática de se apossar de terras mediante a falsificação de títulos ou outros documentos comprobatórios da propriedade.

pagamento por serviços prestados e apoio político (HARACENKO, 2007). Parte do histórico de conflito que envolve a área que hoje corresponde ao assentamento é relatado em entrevista pela assentada Bibiana Camargo:

Pontal do Tigre está dentro de uma terra devoluta, é uma terra que foi passada para o grupo Atalla, teve muito conflito aqui até antes de chegar o MST. Na verdade, começa lá com os indígenas, era uma região ocupada por indígenas que foram retirados dali, aquela questão com os jesuítas e foram levados para outros lugares. Depois, ali na década de 1970, por ali, houve uma tentativa de reforma agrária onde grupos foram retirados e levados para a Amazônia. Então, essa região onde tá Pontal sempre foi uma área de conflito. E por último essas terras foram passadas para o Grupo Atalla, que é um grupo econômico, as terras ficaram meio ociosas. Na época de formação do movimento, era necessário que as famílias fossem para uma área de conflito, onde tivesse algum problema, então foi o caso da Pontal do Tigre. Daí as famílias vieram pra cá e foi muito difícil no começo. Antes da ocupação, como era uma região que havia muita grilagem, as pessoas eram mortas, morria a família inteira, os jagunços acabavam com a família toda, o que a gente escuta as pessoas contarem é que o jagunço chegava e falava ou vocês vão embora ou amanhã ninguém mais vai estar aqui de alguma forma, então a família desaparecia, era queimada, enforcada. Daí quando o movimento chega, como é uma coisa mais organizada, já vem com um número de famílias, iam preparados, já era um grupo pra fazer a resistência, ficou mais difícil para eles, como iam sumir com mais de 300 famílias? (Bibiana Camargo [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago. 2021).

Outro exemplo de território cuja conflitualidade antecede o processo de ocupação é o assentamento Guanabara, localizado em Imbaú, na mesorregião Centro Oriental. Segundo o relato dos assentados, a área que equivale ao assentamento foi marcada por disputas entre posseiros e grileiros, desdobrando em ameaças, perseguições, despejos e assassinatos. De acordo com os relatos, além das diversas formas de violência, muitas famílias que viviam na área foram enganadas, sendo levadas a assinar documentos pensando que ajudariam na conquista de sua parcela de terra junto ao Estado, enquanto na verdade tratava-se da desistência da posse. O assentado Juventino Silva relembra os conflitos que envolveram a área, com base nas histórias que ouviu de antigos posseiros expulsos da terra.

O dono da terra aqui, chamado João Carneiro, era dono do cartório de registro de imóveis e advogado. O finado Bastiãozinho que já é morto, nunca quis dar entrevista pra gente da academia, mas ele contou pra gente como foi aqui, ele morava ali com os filhos tudo, e eles tinham a posse que era a terra do governo, daí eles moravam ali esperando o governo medir a terra pra dar um pedaço de terra pra eles, daí segundo ele, de repente, os capanga veio lá pra eles desistir da terra, daí eles não quiseram, daí ameaçaram eles, se não me engano, teve posseiros que chegaram a morrer, outros tiveram que correr, colocaram fogo nas casas. Daí ele também usou de outra malandragem, dizendo não, eu sou advogado, tenho meu cartório, eu vou regularizar a terra pra vocês, se esperar o governo, o governo não vem, daí ele fez um papel e veio, trouxe pra eles assinarem, o finado Sebastiãozinho, o finado Luiz Jangada, daí esse papel na verdade era a desistência da terra, como a maioria não sabia ler e escrever, ele disse pode assinar aqui e já vem o

documento da terra, na verdade, eles assinaram a desistência da posse. Daí ele ficou dono de toda essa fazenda aqui, muitos fugiram, foram embora. Primeiro houve o ataque para tirar na marra, depois a malandragem e assim saíram mais fácil (Juventino Silva [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mar. 2021).

A maioria dos assentamentos investigados são formados por camponeses oriundos de diversas regiões do Paraná e, em alguns casos, também por brasiguaios<sup>23</sup>. Esses camponeses passaram por várias ocupações e despejos antes de serem assentados. Tal ponto não só demonstra a longa trajetória de deslocamentos e desterritorialização que marca o campesinato no Brasil, como também indica as dificuldades que muitos camponeses tiveram no início em se adaptar às condições naturais de áreas distantes daquelas em que estavam habituados a trabalhar.

Alguns desses assentamentos fazem parte do início do processo de espacialização e territorialização do MST na mesorregião em que estão inseridos. Esses assentamentos serviram de base para a realização de outras ações de ocupação e, conseqüente, conquista de outros territórios. Esse é o caso, por exemplo, do assentamento Paulo Freire, localizado em São Jerônimo da Serra, correspondente ao primeiro território conquistado pelo MST no município, resultado de uma das primeiras ocupações efetuadas na mesorregião Norte Pioneiro, conforme afirma em entrevista o camponês assentado Antônio Alves, liderança do Movimento no Paraná.

Nós viemos pra cá em setembro de 1996, porque no início do ano dois companheiros nossos vieram pra cá e começaram a luta aqui em São Jerônimo, em um acampamento na fazenda São João aqui. Daí eles saíram e viemos eu e um outro companheiro, viemos para começar a trabalhar o MST aqui, de início ficamos em uma área de um companheiro nosso de luta, o padre Sasaki, grande apoiador da reforma agrária, que acabou cedendo sua área para o INCRA, que hoje é um assentamento de 7 famílias, o Sol Nascente. Em 1997 nós organizamos um acampamento ali em Sapopema, onde organizamos 220 famílias ali, com essas 220 famílias nós ocupamos aqui o Paulo Freire no mesmo ano, juntamente com o pessoal da área São João, do distrito de Terra Nova (Antônio Alves [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, dez. 2021).

Existem diferentes razões que estimularam as ocupações relacionadas aos assentamentos estudados. Dentre elas, está o quadro de improdutividade de algumas áreas e, consecutivamente, de não cumprimento da função social da terra. Um exemplo é o assentamento 12 de Abril, cuja ocupação foi efetuada na década de 1990, correspondente à fazenda J. Bettiga, localizada no município de Bituruna, Sudeste paranaense. Essa fazenda

---

<sup>23</sup> Brasiguai é o termo utilizado para se referir às pessoas que emigraram do Brasil para o Paraguai em busca das condições de sobrevivência, sobretudo, em função da desterritorialização causada pela modernização agrícola.

era pertencente a uma indústria do setor madeireiro que explorava as reservas de imbuia e araucária da região, sendo que com o esgotamento dos estoques naturais a terra foi se tornando improdutiva, conforme declara o camponês Aldir Nascimento, que hoje vive no assentamento.

Eles tiraram tudo que puderam, a terra estava praticamente parada. Umas partes, mais pros fundos, eles estavam plantando pinus, fazendo reflorestamento, mas a maior parte da área estava aí, como se diz, desocupada, não estava produzindo nada, nem tinha madeira mais também (Aldir Nascimento [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

A constatação da improdutividade também motivou a ocupação da fazenda Nossa Senhora Aparecida, que na atualidade corresponde ao assentamento Paulo Freire. Sobre as condições em que a fazenda se encontrava no momento na ocupação, o assentado Lázaro Jorge afirma: “aqui era só capim, braquiária e criação de boi. Tinha três funcionários que cuidavam da área toda. Os bois ficavam tudo solto, perdido no meio do mato” (Lázaro Jorge [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, dez. 2021).

De modo geral, no processo de luta e conquista dos assentamentos, os camponeses vivenciaram diversas formas de coerção e violência, dentre elas, agressões físicas e ameaças. Segundo os relatos, em vários dos assentamentos estudados, ocorreu a contratação de jagunços e o uso de arma de fogo para forçar a desocupação das áreas. Em entrevista, o camponês Antônio Alves, do assentamento Paulo Freire, relembra a violência enfrentada no período de acampamento.

Aqui, principalmente nessa área que nós estamos, no Rossato [fazenda Nossa Senhora Aparecida], que foi a primeira a ser ocupada e que saiu o decreto de desapropriação, tinha muita violência. Na antiga sede mesmo, sempre tinha uns 20 até 30 pistoleiros, da sede eles metia bala no nosso acampamento, que ficava ali quase naquele triângulo onde você entrou na beira da estrada. Eles davam tiro rasante, gastaram muita bala ali em nós, teve mulher que até abortou filho na época por causa da situação. Nós fomos ganhando o fazendeiro no cansaço, toda vez que ele aprontava, nós chamava a imprensa e fazia uma matéria, até que vencemos o cara, mas foi difícil. Foi muita pressão, alguns não aguentaram, abandonaram aqui, tinha que trabalhar direto com o pessoal (Antônio Alves [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, dez. 2021).

A realização de despejos foi outro mecanismo de violência bastante presente na história dos assentamentos estudados, sendo realizados tanto pelo Estado, quanto pelos próprios fazendeiros. No caso do assentamento 12 de Abril, por exemplo, os camponeses que ocuparam a área equivalente, na época, à fazenda J. Bettiga sofreram um despejo no dia seguinte a ocupação, como relembra o assentado Heleno Rocha: “nós ocupamos uma noite



e saímos no outro dia a tarde” (Heleno Rocha [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022). Este despejo foi orquestrado pelas forças político-econômicas do município (FONSECA, 2019), sendo executado pelo Estado antes mesmo de haver a ordem judicial, em decorrência de interesses pessoais do governador da época. Assim, como ainda afirma o camponês Heleno em entrevista:

Foi o governador Álvaro Dias que autorizou o despejo. Não teve ordem judicial. Nós ocupamos aí depois a gente acabou descobrindo que ele era da mesma família dos donos, né, a gente não sabia, acabamos ocupando a terra do governador, porque ele é casado na família Bettega. Como era da família da esposa dele, a reação imediata dele foi tirar o pessoal de cima. Então foi muito rápido (Heleno Rocha [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

Alguns assentamentos, como o Guanabara, passaram por mais de um despejo, sendo o primeiro deles efetuado por pistoleiros. De acordo com o relato do assentado João Maria: “os pistoleiros queimaram os barraquinho, com roupa, com documento, com tudo, os barraquinho era o lar nosso, minha família, com criança, o piá que não tinha nem um ano, é difícil. Ficamos só com a roupa que estava vestindo” (João Maria [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mar. 2021). O segundo e o terceiro foram realizados pelo Estado, com uso da força policial, assim como também relembra o camponês João Maria:

Ficamos acampado durante um tempo, uns quatro meses e já foi feito um despejo pela Polícia Militar, ficamos na beira da rodovia trinta dias, até passar o processo da liminar do despejo, daí voltamos, mais um seis, sete meses, outro despejo, deixam de novo nós na beira da rodovia, voltamos de volta (João Maria [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mar. 2021).

Ainda em consonância com o depoimento do camponês João, consideramos que os despejos correspondem a um tipo de violência, tanto aqueles realizados por pistoleiros a mando de fazendeiros, quanto os efetuados pelo Estado. Nas palavras do assentado: “eu vejo que o despejo já é uma violência, você tá achando que tá estabilizado em um lugar pra sobreviver e chegar ter que sair na marra, no grito, de qualquer jeito, já é uma violência, o despejo é uma violência psicológica” (João Maria [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mar. 2021).

A falta de apoio aos acampamentos por parte dos governos municipais e o preconceito das sociedades locais com relação aos camponeses Sem Terra também foram fatores que marcaram a história de conquista de diversos territórios. Ademais, conforme afirmam os assentados, outra forma de coagir e inibir as ações do MST, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, foram as perseguições de lideranças, através de mandados de

prisão e etc., evidenciando o processo que Fernandes (1997), denominou de judicialização, que se refere a violência cometida pelo Poder Judiciário, que ao defender os interesses de latifundiários; grileiros e ruralistas, puni lideranças camponesas, não desenvolvendo o processo discriminatório necessário para entender a razão do conflito, desconsiderando que as ocupações de terra precisam ser resolvidas por vias democráticas.

A atuação da UDR, no sentido de reprimir a luta dos Sem-terra, também foi bastante latente em vários dos territórios investigados na pesquisa, inclusive, mesmo após a transformação de áreas ocupadas em assentamentos. O depoimento da camponesa Bibiana Camargo é elucidador a respeito desta questão:

Aqui em Querência a intervenção da UDR foi pesadíssima, eu vivi isso entre 1997 e 1998, muito policiamento, tropa de choque, isso já sendo assentamento. Então teve perseguição com morte, porque a UDR estava na época muito aflorada, existia muito jagunço, muito pistoleiro aqui, então eu passei por esse momento que foi a tentativa de acabar com o MST e pegar a terra de novo na forma da violência, mas não deu muito certo. (Bibiana Camargo [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago. 2021).

Por outro lado, conforme declaramos, alguns assentamentos que foram conquistados através de conflitos menos intensos, mediante, por exemplo, a realização da oferta da área pelo proprietário ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse é o caso do assentamento Eli Vive, localizado em Londrina, na mesorregião Norte Central do Paraná. Neste assentamento, a ocupação foi realizada com o objetivo de pressionar para que a formação do assentamento acontecesse rapidamente, garantindo a destinação da área para a reforma agrária. Sobre a ocupação e conquista do território, o camponês Luiz Davi, assentando na área, assevera que:

A ocupação foi pacífica, né, porque foi negociado com o fazendeiro. Algumas famílias vieram, fizeram os pontos de segurança da fazenda, pra ninguém mais entrar aqui. Daí outra parte do nosso povo ficou acampado na Serraria<sup>24</sup>, que é uma região de Tamarana. Daí depois, quando terminou a negociação entre o fazendeiro e o INCRA nós viemos todo mundo pra cá (Luiz Davi [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive, mai. 2022).

Além do assentamento Eli Vive, a constituição dos assentamentos Contestado, na Lapa, mesorregião Metropolitana de Curitiba, Monte Alto, em Peabiru, mesorregião Centro Ocidental, e Missões, em Francisco Beltrão, mesorregião Sudoeste, também foram menos conflituosas. Isso porque, nesses casos, a ocupação foi efetuada em áreas que estavam comprometidas em função de dívidas contraídas pelos proprietários com o Estado. A área

---

<sup>24</sup> Serraria é um assentamento rural, localizado no município de Tamarana.

correspondente ao assentamento Contestado, por exemplo, pertencia ao grupo Incepa, fabricante de cerâmicas e louças sanitárias, que na época da ocupação (ano de 1999) possuía dívidas junto à União, facilitando o processo de desapropriação.

As áreas dos assentamentos Monte Alto e Missões, quando ocupadas, já estavam sob posse de bancos estatais, como o Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) e o Banco do Brasil, também em decorrências de dívidas dos proprietários. Em entrevista, o assentado Aparecido Souza, que participou da ocupação e hoje é coordenador do assentamento Monte Alto, comenta sobre o período. De acordo com suas palavras:

Aqui era uma área dessa Fazenda Just, da empresa VS Just, aqui era o fundo da fazenda. Aqui era um fazendeiro, é que ele faleceu logo em seguida, tem a viúva dele aí, fazendeira forte, a terra. Eles são de uma família rica aí, pessoas que nasceram aqui e tem muita coisa por aí. Só que essa área tinha uma coisa, o fazendeiro tinha passado essa área para o banco, daí a área ia para leilão. Na época saiu o decreto em Curitiba, aí nós veio e ocupou, como era área do banco, ele não mexeu. Ia para leilão no dia 22 de abril, no dia 17 de abril nós ocupamos (Aparecido Souza [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, abr. 2022).

Apesar de muitas vezes os camponeses lembrarem e descreverem as ocupações dessas áreas como pacíficas, preferimos nos referir a elas como menos conflituosas. Isso porque, mesmo nessas situações em que não ocorreu investidas contra as famílias Sem Terra ou que houve manifestação de interesse por parte do proprietário em negociar com o INCRA, as ocupações foram realizadas, como forma de pressionar o Estado, de garantir que a transação fosse cumprida e a terra direcionada para a reforma agrária.

Além disso, compreendemos que esses assentamentos não podem ser analisados isoladamente, pois eles estão localizados em regiões marcadas por conflitos territoriais e são partes desse contexto, que reflete na existência de vários acampamentos, alguns deles constituídos há quase duas décadas, como no caso do acampamento Irmã Dorothy, localizado em Barbosa Ferraz, próximo ao assentamento Monte Alto. Também, muitas das famílias assentadas nesses territórios já possuíam uma longa trajetória de luta pela terra, caracterizada por episódios de violência, despejos e passagem por diversos acampamentos.

Ainda, consideramos importante destacar que dentre os territórios estudados, existem assentamentos que foram constituídos desde a desterritorialização de parte de grandes latifúndios. Esse é o caso do assentamento Valmir Mota de Oliveira, localizado em Cascavel, na mesorregião Oeste. A conquista deste território em si não foi diretamente conflituosa, entretanto, está inserida em um longo processo de disputa territorial no município, que compreende a formação de três acampamentos: Resistência Camponesa, Dorcelina Folador e 1º de Agosto, os quais ainda existem na atualidade. A área correspondente ao assentamento fazia parte do complexo de fazendas Cajati, território do agronegócio,

equivalente a cerca de 37 mil hectares, todavia, desse total apenas um pouco mais de 880 hectares foram desapropriados para a criação do assentamento.

O assentamento Celso Furtado, na mesorregião Centro Sul, também foi um território constituído desde a desterritorialização de parte de um grande latifúndio, sendo esse o latifúndio da empresa Araupel (relacionada ao setor madeireiro), constituído devido a concessão de terra realizada no passado pelo governo do Paraná. Esse latifúndio chegou a ser o maior em terras contínuas do sul do Brasil, abrangendo mais de 100 mil hectares, cobertos por florestas de Araucária e outras madeiras de elevado valor comercial, distribuídos entre os municípios de Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras (ROOS, 2015).

A formação do assentamento se realizou mediante o direcionamento para a reforma agrária de cerca de 23 mil hectares que estavam sob o domínio da Araupel em Quedas do Iguaçu. Mesmo com a perda deste território, a empresa ainda hoje conserva grande extensão de terra e elevado poder político no município (ROOS, 2015). A conquista do assentamento foi resultado de duas ocupações, uma efetuada em 1999 e outra em 2003, que somadas envolviam aproximadamente quatro mil famílias.

A partir do levantamento realizado pelo INCRA, constatou-se que a apropriação desta área pela Araupel era irregular, o que gerou o anulamento do título de propriedade expedido em favor da empresa e a arrecadação da terra para a reforma agrária (ROOS, 2015). Embora tratando-se de uma apropriação indébita e a área afinal sendo pertencente à União, a conquista desse assentamento esteve relacionada a conflitos intensos, marcados por diversos episódios de investida do suposto proprietário e do Estado contra os Sem Terra, assim como relata o camponês Vanderlei Ramos, que é assentado na área.

Muitas pessoas já esqueceram a história aqui, mas foi luta, foi muito sofrido, teve pelo menos umas quinze tentativas de despejo aqui, mas mais grave mesmo foram duas, que nós enfrentamos a polícia na BR, uma delas pra gente não ser despejado, nossa salvação foi uma carreta tanque de combustível na rodovia, que pra não ser despejado a gente falou que ia colocar fogo na carreta se a polícia avançasse, a polícia tava, eu calculo, uns cento e cinquenta metros longe de nós, a ordem era para ser despejado. Nessa época a gente tinha cerca de 1.300 famílias. Era nossa advogada de um canto e os comandantes da polícia de outro (Vanderlei Ramos [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Os acampamentos que deram origem aos assentamentos estudados seguiram os princípios estabelecidos pelo MST, com base na unidade familiar e estruturas organizativas, tais como a escolha de dirigentes e formação de brigadas, grupos e setores responsáveis pela produção, educação, saúde etc. Parte dessas estruturas se conservam nos assentamentos, permitindo o envolvimento e participação política dos camponeses nas tomadas de decisões

(ROOS, 2015). Na totalidade dos casos investigados, os camponeses relatam a situação de pobreza e as dificuldades em iniciar a produção, até mesmo para o consumo das famílias, sendo adotada as alternativas possíveis de acordo com cada situação.

As histórias das ocupações vinculadas aos assentamentos da pesquisa demonstram a complexidade da questão agrária paranaense e alguns de seus elementos estruturantes, relacionados às formas de ocupação, apropriação e uso da terra. Desse modo, revelam processos como a grilagem, a concessão de terras pelo Estado e a formação de latifúndios, fatos marcantes na história do estado, que estão associados a violência, empreendida contra posseiros, povos indígenas, entre outros sujeitos, muitas vezes com anuência do poder público. Essas são questões passadas que reverberam na atualidade.

A criação desses assentamentos não foi suficiente para resolver os conflitos territoriais e atender a demanda dos camponeses Sem Terra do estado, assim como demonstra os vários acampamentos espacializados em todas as mesorregiões na atualidade. Contudo, eles expressam resultados relevantes da luta pela reforma agrária. Somados, os assentamentos correspondem há mais de 54 mil hectares de terra destinados à agricultura camponesa no Paraná, se traduzindo na territorialização e reterritorialização de mais de duas mil famílias.

Em relação a esse ponto, é importante considerar que os números oficiais de famílias assentadas não correspondem mais à realidade, tendo em vista que, em todos os assentamentos, os camponeses afirmaram que existem lotes em que hoje vivem mais de uma família. Isso em função de filhos que casaram e dividem o lote com os pais, ou então, os casos em que foi necessário acolher parentes que antes viviam nas cidades, devido às dificuldades econômicas, o que segundo os relatos, aumentou nos últimos anos, principalmente, no cenário da pandemia de Covid-19.

Assim como existem casos em que pais dividem o lote com os filhos, identificamos situações nas quais em um mesmo assentamento está assentado mais de um membro de uma mesma família, normalmente sendo irmãos ou pais e filhos. Nesses casos, é comum que os camponeses se unam para trabalhar seus lotes coletivamente, dividindo maquinários, custos e renda das produções, formando uma espécie de sociedade familiar, o que é bastante relevante em relação à organização social e produtiva desses sujeitos.

Os assentamentos contribuem significativamente para seus respectivos municípios e regiões, considerando que os assentados dinamizam a economia com a comercialização do excedente de suas produções e com o consumo de insumos e demais produtos necessários no comércio local. Além disso, os assentados constroem relações sociais, afetivas, participam de atividades religiosas, culturais, educativas e políticas dos municípios, bem como contribuem para as dinâmicas populacionais, uma vez que o acesso à terra

assegura a manutenção da população no campo. A terra que antes pertencia a uma pessoa, a uma família ou a uma empresa/grupo econômico, passa a ser terra de dezenas, centenas ou milhares de famílias.

A organização interna desses territórios é semelhante à dos acampamentos. Todos os assentamentos possuem coordenadores. De acordo com dimensão da área, o território se apresenta dividido em grupos, comunidades ou brigadas, sendo que cada uma dessas unidades possui pelo menos um dirigente. O assentamento Eli Vive, por exemplo, é composto por dez brigadas, e cada uma delas é constituída por cerca de cinquenta famílias. Em muitas situações, o local de origem dos assentados foi um critério para a definição dos grupos, tendo como finalidade manter próximas pessoas que já possuíam afinidades e compartilhavam vivências semelhantes. Além desses elementos organizativos, também é possível identificar nos territórios a formação de setores, dedicados a trabalhar internamente questões relativas à saúde, educação, produção entre outros.

Assim como já pontuamos, a conquista do território representa uma etapa da luta, sendo que depois dela iniciam-se outras, que envolvem as condições de manutenção da vida, (re)produção social, estando diretamente relacionadas às territorialidades, que dizer, aos usos do território. No capítulo seguinte, adentraremos nas análises dos tipos de territorialidade subalterna produzidas nos assentamentos de reforma agrária investigados, a partir dos resultados da pesquisa.

# Capítulo 4

#### **4. OS TIPOS DE TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ**

Conforme discutido, as territorialidades subalternas são resultados da materialização no território camponês da lógica de produção da propriedade capitalista, a qual compreende a natureza como mercadoria, desde uma relação em que só tem relevância aquilo que pode ser comercializado, geralmente, considerando todo o restante como “pragas”, plantas invasoras, que precisam ser eliminadas (ROOS, 2015).

Em outras palavras, as territorialidades subalternas decorrem da monopolização, do uso do território camponês pelo capital. Nesta seção, analisamos quais são os tipos de territorialidades consideradas subalternas presentes nos territórios estudados. A partir dos resultados da pesquisa, identificamos quatro formas de uso do território que consideramos subalternas, sendo elas a inserção no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio; a integração à agroindústria; o arrendamento parcial e o arrendamento total do lote. Consideramos que esses tipos de territorialidades subalternas não são exclusivos dos territórios investigados e podem ser identificados em outros assentamentos do estado e do país, uma vez que o capital busca homogeneizar as relações e territórios, reproduzindo os mesmos processos em diferentes escalas.

Essas formas de uso do território podem aparecer sobrepostas, quer dizer, a inserção dos camponeses no padrão tecnológico do agronegócio, por exemplo, muitas vezes está associada ao arrendamento parcial ou total do lote. Quanto mais somados esses tipos de territorialidade, maior o grau de subalternização. Paralelamente, em diversos casos, as territorialidades subalternas também se combinam com um ou mais tipo de territorialidade emancipadora, desdobrando nas situações híbridas, em que os camponeses são parcialmente subalternos ou parcialmente emancipados.

A subalternização pode ser uma situação momentânea, considerando que, conforme discutimos no segundo capítulo, existem diversos elementos que influenciam nesse processo, como as condições de disponibilidade de força de trabalho familiar, saúde e idade dos assentados, a localização geográfica dos assentamentos, as ações dos movimentos, os contextos agrário e político, as políticas públicas etc. Contudo, um nível elevado de subalternização por tempo prolongado pode levar os camponeses à desterritorialização, isto porque, as formas de uso do território típicas da agricultura capitalista (agronegócio) não são compatíveis com a lógica de vida e sustento do campesinato.

Observamos que as territorialidades subalternas são produzidas em diferentes circunstâncias, tanto por assentados que estão mais distantes do MST e se mostram politizados desde a ideologia do agronegócio, quanto por assentados mais ligados ao Movimento, incluindo até mesmo coordenadores de assentamentos e lideranças locais,



regionais. Em ambas as situações, quando questionamos sobre o papel do MST em relação a conquista e sustentabilidade dos assentamentos, os camponeses demonstraram reconhecer a importância do Movimento, como exemplifica o relato do camponês Luiz Bezerra, que vive no assentamento Paulo Freire: “como eu falei pra você, eu considero sim, se não fosse eles [o MST] nós não estaríamos aqui” (Luiz Bezerra [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, set. 2021).

Outro ponto que observamos é que o grau de subalternização está relacionado à organização dos territórios, podendo ser observado através das paisagens. Desse modo, os territórios em que se desenvolvem territorialidades altamente subalternas são marcados pela uniformidade típica do agronegócio, em que normalmente se tem um barracão para armazenar equipamentos, maquinários e insumos, o espaço de residência, sendo todo o restante da área destinada para a produção de uma ou mais monocultura, como a soja, em sucessão com o milho ou o trigo (FOTO 3). Nesses territórios os camponeses são muito dependentes do mercado e estão bastante expostos às flutuações de preços (ORIGUÉLA, 2019).

**Foto 3** – Exemplo de territorialidade uniforme / altamente subalterna: produção de soja no assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte



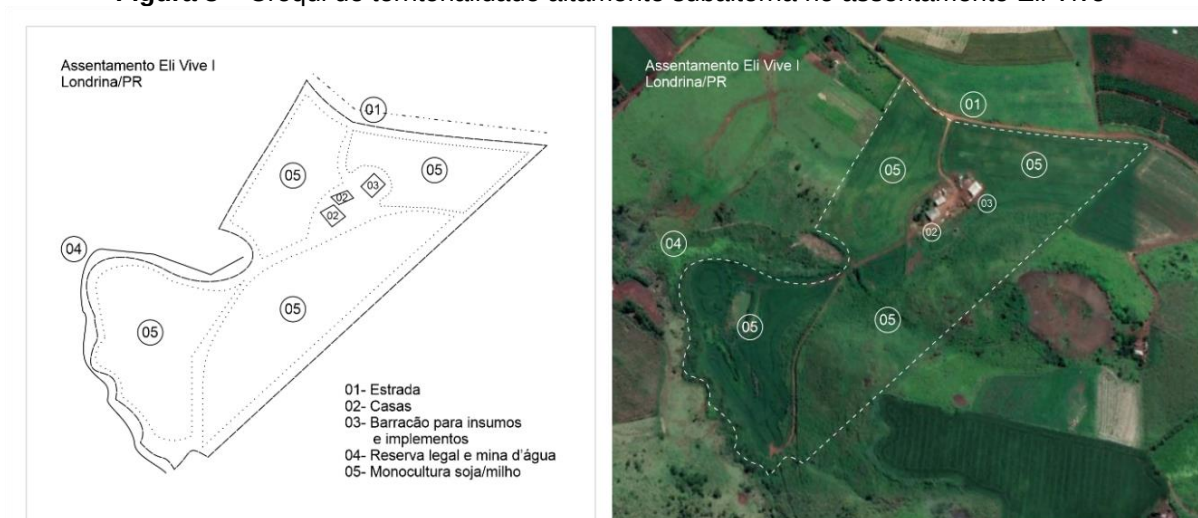
**Fonte:** JORGE, 2022.

Compreendemos que a especialização produtiva (monoculturas) e, por conseguinte, o uso subalterno do território gera muitos riscos para os camponeses, pois eles não possuem as mesmas condições que o agronegócio de enfrentar crises e percas de safras, em função,

por exemplo, de intempéries climáticas. Ao falar sobre a crise gerada a partir das percas na produção de soja, na safra 2021/2022, a camponesa Margarida Torres, do assentamento Monte Alto, corrobora com nosso argumento: “os fazendeiros saem facilmente da crise, porque eles têm seguro. Agora o nosso povo, alguns conseguem fazer seguro, mas outros não, não só porque o seguro é caro, mas porque ele exige cada vez mais área. Tem gente aí falando de vender trator, de vender caminhão” (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021).

Partindo desse contexto, na Figura 9 e na Figura 10, apresentamos dois croquis que demonstram as formas uniformes de organização do território, provenientes de usos altamente subalternos, ancorados na especialização produtiva, em que todo o espaço é destinado aos cultivos comerciais. Esses croquis foram produzidos manualmente, nos trabalhos de campo, pelos camponeses dos assentamentos Eli Vive e 12 de Abril, referindo-se a seus respectivos lotes. Após a realização desta metodologia, reproduzimos os desenhos coletados digitalmente e comparamos com imagens de satélites, disponibilizadas pelo *Google Earth*, as quais também compõem as figuras apresentadas.

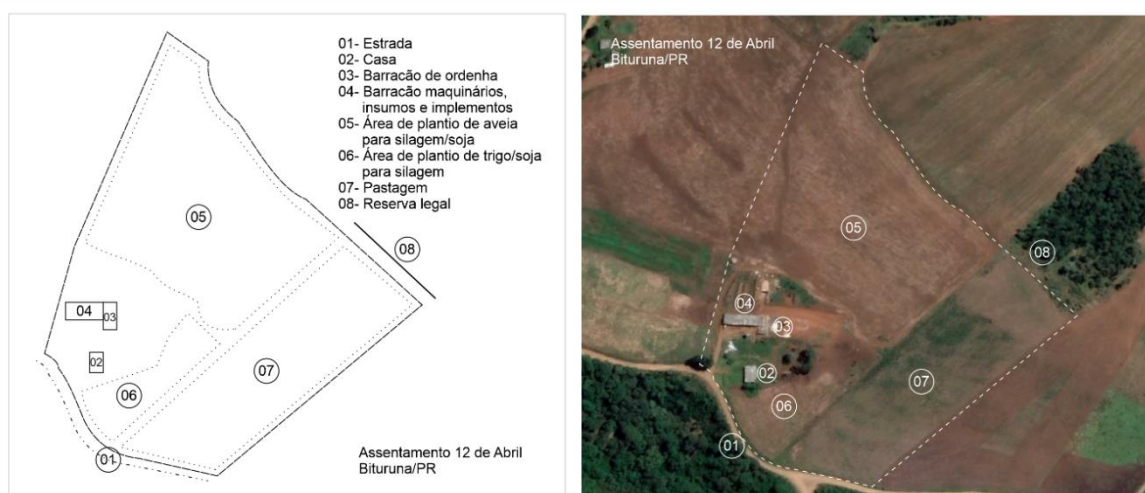
**Figura 8 –** Croqui de territorialidade altamente subalterna no assentamento Eli Vive



**Fonte:** GOOGLE EARTH, 2022; COELHO, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.



**Figura 9 – Croqui de territorialidade altamente subalterna no assentamento 12 de Abril**



**Fonte:** GOOGLE EARTH, 2022; MOREIRA, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

À medida que o grau de subalternização reduz, a organização dos territórios e, conseqüentemente, as paisagens se tornam mais diversificadas, heterogêneas. Sendo assim, as territorialidades altamente subalternas costumam ser exceções, o que é mais comum são os casos nos quais em uma parte do lote se desenvolve um uso subalterno, a partir da produção de alguma monocultura voltada ao mercado, enquanto em outra parte se produz hortas, pomares, espaços para criação de porcos, galinhas, vacas leiteiras, entre outros, destinados ao autoconsumo familiar e a comercialização do excedente de forma local (PAINEL FOTOGRÁFICO 2).

**Painel Fotográfico 2 – Registros de um lote em que se realiza uma territorialidade híbrida no assentamento Valmir Mota de Oliveira**



**Foto 1:** Criação de vacas de leite. **Foto 2:** Horta com alimentos livres de agrotóxicos. **Foto 03:** Produção de soja **Foto 4:** Chiqueiro para criação de porcos. **Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

Esses casos exemplificam as (pluri)(multiterritorialidades), isto é, as territorialidades híbridas a que nos referimos neste trabalho, isso porque consideramos a produção de alimentos para o autoconsumo um tipo de territorialidade emancipadora, assim como veremos no capítulo seguinte. Segundo identificamos nos territórios estudados, as situações de pluriterritorialidades são as mais comuns, quer dizer, casos em que os camponeses desenvolvem ao mesmo tempo usos subalternos e emancipadores do território. Na Figura 11, apresentamos um croqui que exemplifica essas pluriterritorialidades.

**Figura 10 –** Croqui que expressa uma territorialidade híbrida, no assentamento Valmir Mota de Oliveira



**Fonte:** GOOGLE EARTH, 2022; MOTA, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

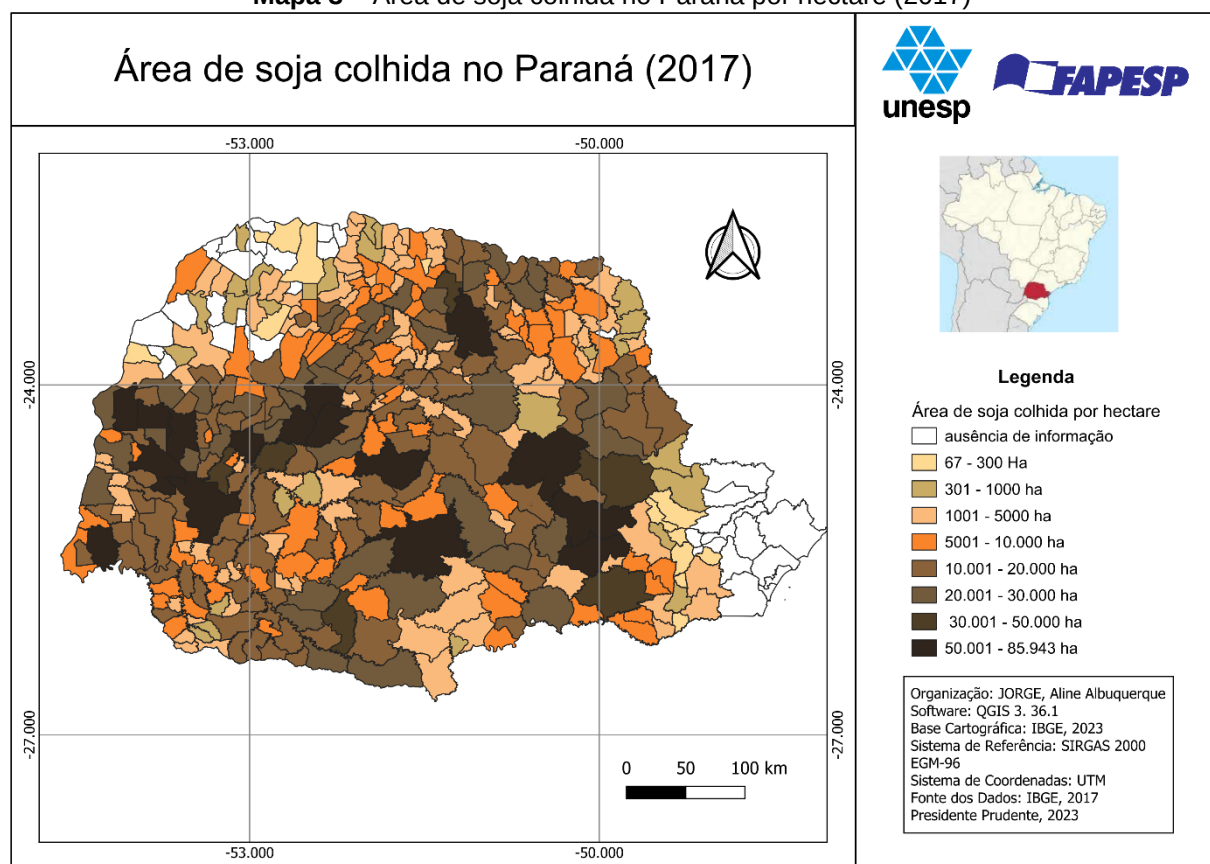
As territorialidades subalternas evidenciam as contradições e conflitualidades que permeiam os territórios e a (re)produção camponesa. É importante destacar que, muitas vezes, elas representam a saída possível para o momento, derivada do equilíbrio entre os diversos elementos que influenciam nesse processo. Dessa forma, considerando esse ponto, compreendemos que, mesmo de modo contraditório, a subalternização também se inscreve no quadro da resistência camponeses, pois por mais que não seja a situação ideal para os assentamentos de reforma agrária, ela é o que em determinados contextos permite a (re)produção da família e a continuidade no território. Vale lembrar que a subalternização não é uma condição imutável, portanto, conforme novos contextos são delineados, as formas de uso do território podem mudar e, com isso, também pode se alterar o grau de subalternização.

A partir desses apontamentos iniciais, encaminharemos as análises para cada um dos tipos de territorialidade subalterna identificados na pesquisa, discutindo como eles desdobram na sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Começaremos pela inserção dos assentados no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio.

#### 4.1 INSERÇÃO NO SISTEMA PRODUTIVO E PADRÃO TECNOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO

Nos assentamentos estudados, a forma mais comum de territorialidade capitalista no território camponês é por meio da inserção dos camponeses no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, que consiste na produção de monoculturas, com base no uso intensivo de maquinários e agroquímicos. Esse processo se realiza principalmente por meio da adesão dos assentados ao cultivo de soja, em sucessão com outras monoculturas como o milho e o trigo. Como revelam os dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE e representados no Mapa 3, a lavoura de soja é bastante expressiva no Paraná de modo geral, sobretudo, nas faixas de terras cuja fertilidade do solo é alta e o relevo mais propício a mecanização.

**Mapa 3 – Área de soja colhida no Paraná por hectare (2017)**



Fonte: IBGE, 2017.

Esse cultivo, que se configura em uma *commodity*, está presente em todos os territórios estudados, tendo, conforme relatam os assentados, se expandido nos últimos anos. Entendemos que a expansão da soja nos assentamentos está relacionada a uma série de elementos. Nas situações em que a disponibilidade de força de trabalho familiar é insuficiente,

que os camponeses já possuem idade avançada ou problemas de saúde, a lavoura de soja torna-se uma opção atrativa para os assentados, tendo em vista seu alto nível de mecanização e a pouca necessidade de mão de obra, conforme discutimos no Capítulo 2.

Além disso, tirando os períodos de percas na produção em função de intempéries climáticas, a soja garante aos camponeses uma renda relativa e a comercialização junto às cerealistas, cooperativas e lojas agropecuárias. Assim como explica a camponesa Margarida Torres: “muitas vezes, o assentado vai pro caminho das *commodities*, porque a comercialização é garantida” (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021).

A soja é uma cultura que tem grande aceitação no mercado externo, sendo que segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 2022, a oleaginosa liderou as exportações brasileiras, resultando em 78,7 milhões de toneladas exportadas e valor total de 46,6 bilhões de dólares (BRASIL, 2024b). Esses dados mostram o quanto a soja é uma cultura importante para o agronegócio e, nesse sentido, precisamos considerar a hegemonia deste modelo de desenvolvimento no que se refere aos contextos agrário e político e seu potencial de concentrar recursos e interferir nos rumos da política agrícola do país.

Ainda, precisamos ponderar que a inserção dos assentados no sistema produtivo do agronegócio e a adesão ao cultivo de soja, entre outros, está associado a falta de um projeto de desenvolvimento camponês por parte do Estado e de políticas públicas, tais como as políticas de ATER, que possibilitam estimular outros modelos produtivos e formas de desenvolvimento territorial, mais adequadas à realidade dos camponeses e dos assentamentos de reforma agrária. Assim como aponta a assentada Bibiana Camargo: “a gente precisa ter mais incentivo e apoio, apoio governamental, política pública” (Bibiana Camargo [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, dez. 2021).

De fato, historicamente, os camponeses sempre estiveram à margem das políticas públicas para o campo (ORIGUÉLA, 2019). Porém, conforme afirmamos nesse trabalho, nos últimos anos, especialmente no governo Bolsonaro, temos testemunhado o agravamento desse processo, por meio da disrupção de importantes políticas emancipatórias conquistadas em outros períodos. Sobre essa questão, a assentada Margarida acrescenta:

Obviamente que muito disso tem a ver com a falta de apoio. No tempo do Lula e da Dilma tinha, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos, se plantava outros cultivos, tinha onde comercializar, porque a comercialização dessas coisas também não é fácil [...] o camponês não tem muita facilidade pra comercializar, ele tá muito focado no seu lote, naquilo que toda a vida ele fez, ele não é um comerciante. Se tiver um pouco mais facilitada essa coisa da comercialização vai, mas se não tiver também. Isso

é muito importante ao se pensar uma política pública, manter o camponês na roça é imprescindível. Tem que facilitar, tem que ter alguma forma de tornar mais fácil fazer o que a gente produz chegar em quem consome (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021).

A escassez de políticas públicas se soma ao poder ideológico do agronegócio e seu sistema massivo de propaganda, contribuindo para a intensificação da inserção e, consecutivamente, aceitação por parte dos camponeses de que o agronegócio é o modelo mais viável para o campo e agricultura. Assim como afirma Rosset (2017):

O modelo convencional da agricultura industrial baseado em monoculturas e insumos agroquímicos tem raízes profundas, mesmo entre o campesinato. Décadas de propaganda comercial, assistência técnica convencional, requisitos de programas de crédito, e o sistema educacional em todos seus níveis, fizeram com que o modelo convencional parecesse normal e até mesmo desejável (ROSSET, 2017, p. 86).

Tal como discutimos, para o campesinato, a ideologia do agronegócio representa alienação, faz com que os sujeitos se sintam parte desse sistema, mesmo sem ser. Com isso, alguns camponeses passam a defender o agronegócio, inclusive, utilizando os argumentos amplamente difundidos pelo setor, como ilustra o depoimento do camponês Vagner Oliveira, que vive no assentamento Guanabara e que junto com seu pai, cultiva soja em alternância com milho: “aqui a soja não presta. A gente fica quieto para não fazer briga no assentamento, mas o PIB [Produto Interno Bruto] do Brasil vem do agronegócio” (Vagner Oliveira [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

Quando o assentado afirma que “aqui a soja não presta”, ele está se referindo principalmente a postura defendida pelo MST com relação a esse cultivo nos assentamentos. Segundo aponta Origuéla (2019), o Movimento tem buscado construir estratégias para barrar o avanço da soja transgênica sobre os territórios de assentamento, sendo que desde o início dos anos 2000, a luta contra o agronegócio constitui um dos pilares de seu projeto político.

Compreendemos, que o discurso reproduzido pelo assentado Vagner, demonstra como que além da ideologia do agronegócio, o Paradigma do Capitalismo Agrário está presente nos assentamentos, influenciando na forma de pensar de parcela dos assentados. Conforme já elucidamos, entendemos que a lógica do PCA é muito negativa para os camponeses, pois a integração ao capital é sempre subalterna.

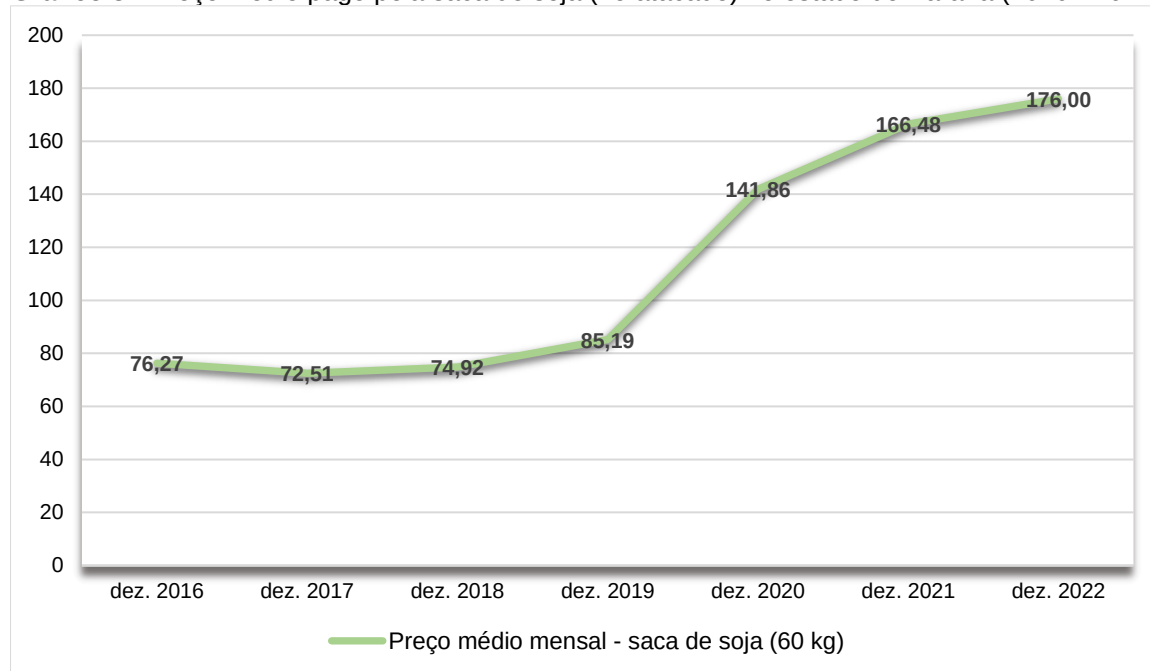
Nesse sentido, o trecho a seguir do depoimento da camponesa Margarida Torres é uma boa síntese em relação a expansão da soja nos assentamentos e a forma como o agronegócio, por meio de seu sistema ideológico, atua nesses territórios.



Com toda essa campanha o nosso povo também se ilude, se ilude muito, **migrou bastante gente pra soja [...] por mais que nosso povo plante nessas terras aqui, boas e férteis, o agronegócio foi em cima, nós não somos uma ilha, aqui tem influência de tudo quanto é gente.** É terrível, é muito desigual, e o **nosso povo acaba se iludindo.** Até nos acampamentos tem quem planta soja, **porque cria a ideia de que esse negócio vai, esse negócio é bom, é rentável,** mas não se pensa o quanto de terra esse outro povo [agronegócio] planta (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021, grifo nosso).

Outro elemento que justifica a expansão da soja e do sistema produtivo do agronegócio nos assentamentos são as sucessivas altas de preço da *commodity* em questão. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2023), observamos que as elevações no preço da soja se intensificaram especialmente a partir de 2019, sendo que em dezembro desse ano, o preço médio da saca de soja pago ao produtor no Paraná foi cerca de 85 reais, em 2020 foi de 140 reais, em dezembro de 2021 foi 160 reais e em dezembro de 2022 foi aproximadamente 170 reais (GRÁFICO 3).

**Gráfico 3** - Preço médio pago pela saca de soja (no atacado) no estado do Paraná (2016 - 2022)



Fonte: CONAB, 2023. Organização: JORGE, 2024.

Todavia, é importante lembrar que não somente o valor da saca da soja tem passado por constantes aumentos nos últimos anos, mas também todo pacote tecnológico necessário para a sua produção, que é controlado por corporações transnacionais, geralmente, com sedes nos países da Europa, Estados Unidos e China, sendo seu preço determinado pelo capital comercial e industrial, bem como, influenciado pelas oscilações na cotação do dólar.



Como afirma o camponês Luiz Bezerra, a alta dos preços dos insumos ultrapassa o acréscimo pago pela produção.

Que nem o povo fala né, do preço da soja, só que daí as coisas tudo aumentou também, o preço do adubo e da semente triplicou. Pra gente fica até pior, porque eles sobem o preço das coisas acima do que subiu o preço da produção. Eu vendia soja no passado até por 80 reais a saca, e uma tonelada de adubo custava 1.200 reais, um glifosato dos bons era uns 280,00 reais. Agora hoje, você vende a saca de soja a 155 reais e paga 7.000 reais em uma tonelada de adubo, eu já fiz até o contrato da compra do adubo, porque ainda tem risco de faltar. Paguei 7 mil no adubo e o valor do glifosato, eu fui ver o preço, tá custando 1.680 reais antes eu pagava 280 reais (Luiz Bezerra [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, set. 2021).

A expansão da soja nos assentamentos tem se realizado até mesmo em regiões em que o tipo de solo e demais condições naturais não são próprias para a oleaginosa, através da substituição de culturas. No assentamento Paulo Freire, por exemplo, a soja tem substituído o eucalipto, tal como relata o assentado Lázaro Jorge: “aqui hoje, de eucalipto tem muito pouco, a maioria já tá tudo transformado em soja (Lázaro Jorge [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, dez. 2021).

No assentamento Pontal do Tigre, recentemente a soja tem ocupado áreas que antes eram destinadas à pastagem e ao cultivo de mandioca, como evidencia o depoimento do assentado Ademir Prado: “a soja aqui é de uns cinco anos pra cá, antes era mandioca, tinha mais pasto, no começo lá atrás foi algodão” (Ademir Prado [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago. 2021). Afirmação parecida é feita pelo camponês Emílio Dias, do assentamento Missões. Segundo suas palavras: “questão de uns cinco anos atrás, seis anos atrás, você não via um pé de soja plantado aqui no assentamento, era muito difícil, era só milho. De lá pra cá, se você vier aqui em novembro, você vai ver que tomou conta, é soja pra todo lado” (Emílio Dias [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Missões, jul. 2022). No Painel Fotográfico 3, mostramos alguns registros dos cultivos de soja nos assentamentos estudados.

### Painel Fotográfico 3 – Produção de soja em assentamentos estudados

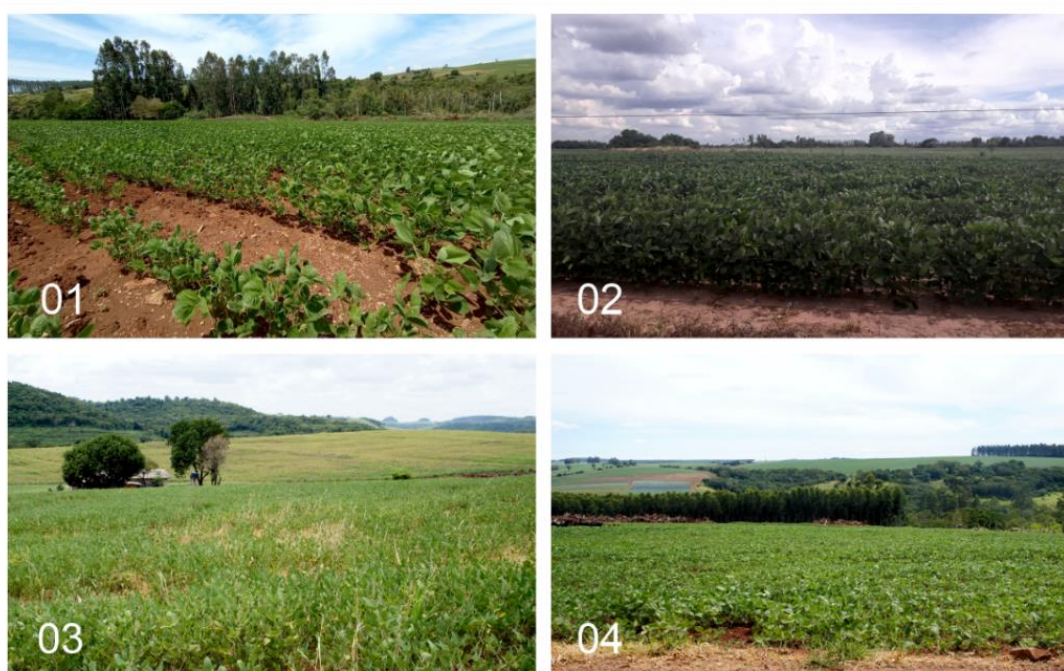


**Foto 1:** Produção de soja no assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu. **Foto 2:** Produção de soja no assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte. **Foto 03:** Produção de soja no assentamento Monte Alto, Peabiru. **Foto 4:** Produção de soja no assentamento Paulo Freire, São Jerônimo da Serra.

**Fonte:** JORGE, 2021; 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

Quando os assentados se inserem na produção de monoculturas, como a soja, eles passam a reproduzir a relação do capital com a natureza, dependendo de decisões que são tomadas por outros sujeitos e agentes sociais (ORIGUÉLA, 2019). Além disso, eles incorporam o pacote tecnológico que é típico dos territórios do agronegócio, composto por maquinários, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e um conjunto de agrotóxicos, que atuam como herbicidas, fungicidas e inseticidas. Paralelamente, passam a ter que seguir com rigor as etapas produtivas estipuladas pelas indústrias agroquímicas (normalmente estrangeiras), para garantir os padrões de produtividade e, em muitos casos, até mesmo, o acesso à linhas de crédito. O depoimento da camponesa Rosamaria Moreira, do assentamento 12 de abril, em Bituruna, é esclarecedor com relação as etapas desse processo.

Vamos dizer assim, aí eu vou plantar soja esse ano, então eu tenho a dessecação que é um veneno, *Roundup* ou 2,4D. Passo por causa da Buva (*Conyza bonariensis*), que é uma planta invasora que mata o soja quando nasce, então tenho que passar o dessecante antes de plantar. Quando o soja está mais ou menos cinco, seis folhas você faz a limpeza, aí você passa *Roundup* em cima do soja. Quinze dias depois você faz o primeiro tratamento para o soja, aí você coloca veneno pra cigarrinha, você coloca pra lagartas, então você coloca produto para o enchimento das folhas, usa também óleo de cana para o veneno ficar colado nas folhas, aí vai, são dois, três tipos de veneno. Com mais 15 dias depois, você entra com o segundo tratamento, que

basicamente você entra por causa dos percevejos das lagartas e das cigarrinhas, os venenos são meio que os mesmos, muda um só. Com mais 20 dias depois a soja já tá florido, tá alto, então você entra com enchimento de grão pra estimular a florada. Daí você entra também com o terceiro tratamento, que basicamente é igual o segundo, você tá entrando mais por causa dos percevejos, cigarrinha, lagarta e mofo branco, são os venenos que você usou no segundo tratamento mais um novo junto. Beleza, tá tudo lindo, aquelas vagens coisa mais linda, mas tá demorando pra secar essa soja, tá amarelando coisa mais linda, mas eu preciso pagar minhas contas e o soja não tá secando, então o que você faz? Uma dose de *Roundup* por cima pra secar a soja, aí você desseca tudo, com sete dias depois você pode colher tua soja. Você entrou seis vezes na lavoura passando veneno, em um período de três a quatro meses [...] é um pacotão [...] a gente já compra tudo isso junto quando vai plantar. Além dos venenos vai adubo também, vai adubo no plantio, junto com a semente. Entre a limpeza e o primeiro tratamento você passa adubo, no caso, passa potássio a lanço na lavoura (Rosamaria Moreira [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

A partir do relato da assentada Rosamaria, é possível perceber que a inserção dos assentados no sistema produtivo do agronegócio, por meio da produção comercial de soja e outras *commodities*, gera uma relação de dependência de tecnologias (FOTO 4) que não são produzidas para e pelos camponeses, cujo acesso é controlado pelo capital em suas distintas esferas, permitindo a apropriação da renda da terra camponesa pelas camadas capitalistas em diferentes momentos (PAULINO, 2004; ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019). Esse processo é intensificado quando além de agrotóxicos, sementes e fertilizantes, os camponeses não detêm os maquinários necessários e precisam alugá-los, de acordo com as etapas da produção. Sendo assim, concordamos com Roos (2015), quando o autor afirma que:

A opção pelo caminho comercial potencializa os mecanismos de extração da renda camponesa, seja no consumo produtivo (compra de agroquímicos), dos financiamentos junto a bancos, cooperativas etc., ou na venda da produção. Tal situação indica diferentes graus de subalternidade da reprodução social ao sistema capitalista, de modo que, quanto mais às incorporam maior é o nível de submissão e igualmente incerta a manutenção do grupo familiar (ROOS, 2015, p. 211-212).

A dependência das tecnologias do agronegócio abre margem para que cerealistas e cooperativas ligadas ao agronegócio atuem nos assentamentos, como por exemplo, através da realização de contratos em que se estabelece o fornecimento dos insumos necessários ao processo produtivo (sementes geneticamente modificadas, agrotóxicos, fertilizantes etc.), mediante condições de pagamento atreladas à entrega dos resultados da produção. Dessa forma, as cerealistas e cooperativas se apropriam da renda da terra camponesa tanto durante a produção, com a venda dos insumos, quanto posteriormente, na comercialização das colheitas.

**Foto 4** – Exemplo de tecnologias do agronegócio: maquinários utilizados na produção de grãos, no assentamento Celso Furtado



**Fonte:** JORGE, 2022

No que se refere a apropriação da renda da terra camponesa no consumo produtivo, o depoimento do camponês Jurandir Oliveira, pai do assentado Vagner Oliveira, que também vive no assentamento Guanabara, é bastante esclarecedor. Segundo Jurandir, no mínimo metade da renda proveniente de sua produção, de seu trabalho, é absorvida pelo capital industrial e comercial, como podemos verificar no trecho a seguir.

Em clima normal, se tudo correr direito, eu produzo 150 sacas de soja em um alqueire. Só que 45 sacas por alqueire é só pra cooperativa, pra pagar o que a gente pega lá, depois tem mais, tem a colheita, o frete, se for parceria tem que pagar a parte que cabe a pessoa. Se for no terreno meu e em condições próprias, uma safra boa, dá praticamente meio a meio, sobra uns 50% livre, agora se for um terreno que é parceria, arrendamento como se fala, daí acaba caindo pra uns 20%. Só que você tem que ter produção, a produção de 150 saco hoje, se você fizer um investimento bom, no mínimo você colhe 150, na terra corrigida, se fala até de mais, com investimento e o clima ajudando (Jurandir Oliveira [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

Já com relação a apropriação da renda no momento da comercialização, é válido lembrar que os camponeses não possuem nenhum poder de decisão sobre os preços finais das *commodities*, e que esses variam conforme as condições de oferta e demanda no mercado externo. Desse modo, muitas vezes, as cerealistas e cooperativas “[...] se aproveitam dos momentos de crise para comprar os produtos a preços inferiores, armazenando-os. Quando os preços aumentam, essas *commodities* são comercializadas. Assim, quem sempre sai perdendo são os agricultores, sobretudo os camponeses [...]” (ORIGUÉLA, 2019, p. 226).

Ademais, é comum que as cooperativas e cerealistas descontem um determinado valor dos camponeses, normalmente calculado em produto, devido a problemas encontrados na produção, como por exemplo, excesso de umidade. Desse modo, a Tabela 1 apresenta um panorama geral dos custos e da renda final na produção de soja, isto é, o valor que resta para os camponeses após as etapas de drenagem da renda.

A tabela corresponde aos dados disponibilizados pela camponesa Jandira Carvalho, do assentamento Valmir Mota de Oliveira, e são referentes a produção realizada pela família da assentada entre os anos de 2022 e 2023, em uma área total de aproximadamente 4,8 hectares. Conforme indicam os dados, no final do processo produtivo, a parte da renda que sobrou para a família foi equivalente a cerca de um quarto do total. A partir dos cálculos, a camponesa avalia que a lavoura de soja não compensa para os assentados e por meio de mensagem de áudio nos afirmou ter desistido da atividade: “esse ano nós não vamos plantar soja, é muito alto o investimento, ocupa muita terra, você fica correndo risco com o tempo, se o tempo não colaborar com chuva, enfim, você pode ter muito prejuízo” (Jandira Carvalho [nome fictício] em mensagem de áudio enviada a Aline Albuquerque Jorge, jun. 2023).

**Tabela 1** – Despesas e rendimentos da produção de soja na safra 2022 - 2023 – assentamento Valmir Mota de Oliveira

| Total de sacas produzidas | Descontos* totais realizados pela cooperativa | Total de sacas comercializa das | Valor recebido por saca | Valor pago pela produção | Despesas da produção                  | Rendimento líquido da produção |
|---------------------------|-----------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|
| 366                       | 100 sacas                                     | 266                             | 157,00 reais            | 38.146,02 reais          | 6350,00 reais (máquinas e transporte) | <b>9.083,02 reais</b>          |
| -                         | -                                             |                                 |                         | -                        | 22.713,00 reais (insumos)             |                                |

**Fonte:** CARVALHO, 2023. **Organização:** JORGE, 2023.

\*Ressaltamos que os dados da tabela foram fornecidos pela assentada, conforme seu controle interno. Segundo ela, os descontos foram referentes a umidade encontrada nos grãos e outros fatores. O total de 100 sacas representa um valor bastante elevado de desconto, fora do padrão, contudo, a safra em questão foi marcada por condições meteorológicas atípicas, que elevaram de maneira geral os prejuízos na produção de grãos.

Por mais que os contratos com as cooperativas e cerealistas ligadas ao agronegócio seja negativo para os assentados, tendo em vista todos os elementos que mencionamos, é válido lembrar que, muitas vezes, os camponeses acabaram aderindo a essa prática, pois ela consiste em uma possibilidade de financiamento da produção. Dependendo do contexto, essa é uma das poucas alternativas de financiamento, considerando as dificuldades de acesso a políticas de crédito específicas para a agricultura camponesa/familiar. Ademais, em alguns casos, os camponeses optam pelo contrato com cooperativas e cerealistas não apenas para

acessar mais facilmente o pacote tecnológico requerido, mas também para garantir o preço a ser pago pela produção, o que pode ser vantajoso ou não, dependendo das movimentações do mercado. O relato da camponesa Rosamaria exemplifica esse processo.

A gente fez o contrato de 1050 sacas de milho na Alfa, eu sou obrigada e entregar essas 1050 sacas na Alfa. Eu fiz para garantir o preço, na época o milho estava 92 reais a saca, como hoje tá 81 reais, eu ganhei 10 reais na saca, pra mim compensou o contrato. O resto que nós não fizemos contrato, pensamos vamos deixar na sorte, a gente perdeu, porque daí essa última carga que foi ontem já foi vendida 81 reais a saca (Rosamaria Moreira [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

De acordo com os assentados, dentre os exemplos de cerealistas e cooperativas que têm atuado na produção de grãos nos assentamentos estudados, temos a Cooperativa Agropecuária e Industrial (COCARI), a Cooperativa Agroindustrial Alfa, a Coamo Agroindustrial Cooperativa, a Agrocampo, a Toni Cerealista, a Cia da Terra, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL), a Cooperativa Agroindustrial do Sudoeste (COASUL), a Terra Cereais etc.

Conforme explica Zeneratti (2018), tais cooperativas se caracterizam como de base empresarialista, são constituídas a partir de subsídios do Estado e suas formas de gestão são compatíveis com o modelo empresarial das grandes corporações. Essas cooperativas são distintas das camponesas, as quais tem a cooperação como uma estratégia de resistência e superação às desigualdades do capitalismo (ZENERATTI, 2018). Portanto, compreendemos que a vinculação às cooperativas de base empresarialista, ligadas ao agronegócio, desdobra na (re)produção subalterna do campesinato, enquanto as cooperativas camponesas representam um caminho para a conquista de maiores níveis de autonomia e emancipação, como discutiremos nesse trabalho, no capítulo seguinte.

Em muitos dos casos identificados na pesquisa, os camponeses não compõem o quadro de cooperados das cooperativas mencionadas (empresarialistas), o que releva que a falta de associação não consiste em um empecilho para que sejam traçadas por essas instituições ligadas ao agronegócio outras formas de criação de laços de dependência (ROOS, 2015).

Com base neste contexto, concordamos com Origuéla (2019), que ao analisar o sistema alimentar capitalista, a agricultura camponesa e a produção de soja, constatou:

A partir do momento que o camponês decide produzir soja ele se torna um sujeito quase que completamente subordinado ao sistema alimentar capitalista, não só pelo monopólio que existe na circulação de mercadorias, ainda mais de uma *commodity*, mas por todas as relações e os processos que isso envolve. Uma relação de distanciamento da natureza, seguida de uma relação de dependência



ao mercado de sementes, agrotóxicos e maquinários (ORIGUÉLA, 2019, p. 253).

Apesar do elevado nível de subalternização que a produção de soja e outras monoculturas proporciona ao camponês, Paulino (2003; 2004) considera que, nesta forma de uso do território, as ações perpetradas pelas empresas são de intermediação. Isso porque, elas não definem a organização dos “[...] sistemas agrários camponeses. Apesar do imperativo da produtividade, com todas as relações que lhe são inerentes, os camponeses continuam senhores de seu tempo e de seu espaço, de modo que os tentáculos do capital os afetam na exata medida em que esses a incorporam (PAULINO, 2004, p. 192).

Contudo, por mais que os camponeses continuem “senhores de seu tempo e de seu espaço”, nesta forma de uso do território, o trabalho é modelado conforme o ritmo imposto pelo agronegócio, o que impacta toda a estrutura organizativa da família. Segundo Origuéla (2019):

Com relação ao trabalho, o camponês possui autonomia quando comparado ao assalariado. Todavia, na lavoura da soja, segue-se o ritmo imposto por esse tipo de cultivo. A oleaginosa não exige quantidade significativa de mão-de-obra. Um membro da família, dependendo do caso, responsabiliza-se por todo o processo produtivo. Ainda mais que é um cultivo totalmente mecanizado, do plantio à colheita. Isso pode ser relevante para as famílias que não possuem mão-de-obra suficiente. Mas caso exista essa mão-de-obra será descolada para outra atividade dentro do lote ou para o trabalho não-agrícola. Dessa forma, as culturas desenvolvidas na unidade de produção vão impactar diretamente na questão do trabalho. Quando a família camponesa é formada apenas pelo casal a produção de soja se torna uma alternativa à falta de mão-de-obra (ORIGUÉLA, 2019, p. 253).

Conforme verificamos na pesquisa, nos assentamentos, a produção de soja muitas vezes é realizada paralela à outras atividades e tipos de produção. Assim, conforme já apontamos neste trabalho, o grau de subalternização dos camponeses varia conforme uma infinidade de elementos e situações. Os assentados que produzem exclusivamente soja em alternância com milho ou trigo, por exemplo, são mais subalternos do que aqueles que em conjunto com tais lavouras produzem hortaliças, frutas, leite e criam animais, mesmo que seja apenas para o autoconsumo. Se a produção de alimentos se realizar de acordo com os princípios agroecológicos, o grau de subalternização é menor ainda, tendo em vista que como discutiremos no Capítulo 5, as práticas agroecológicas se configuram em um dos tipos de uso emancipador do território.

Considerando que a inserção dos assentados no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio se realiza de diversas formas, compreendemos que além da soja, a pecuária leiteira é outra atividade, bastante desenvolvida nos assentamentos, que aparece tanto relacionada às territorialidades subalternas, quanto às emancipadoras.

Sendo assim, quando o leite é produzido em larga escala, segundo o sistema produtivo e o aporte tecnológico do agronegócio, com a comercialização atrelada às ações dos atravessadores e laticínios, temos uma forma de uso subalterno do território, que possibilita amplamente a apropriação da renda da terra camponesa pelo capital.

Porém nos casos em que a produção de leite se realiza junto à outras atividades no lote, em pequena escala, para autoconsumo e comercialização do excedente, através de cooperativas, associação, mercados próprios camponeses e vendas informais (direto aos consumidores), seja *in natura* ou por meio da fabricação de doces e queijos, temos uma forma de uso do território que permite reduzir o nível de exploração capitalista, representando, por conseguinte, uma territorialidade mais autônoma e emancipadora (BEM; ALMEIDA, 2011; ORIGUÉLA, 2019).

A pecuária leiteira está presente em todos os assentamentos investigados, contudo, não na mesma proporção que a produção de soja. Dentre os territórios estudados, o assentamento Missões é onde identificamos a maior territorialização desta atividade, principalmente, em conformidade com o agronegócio. Todavia, os assentados relatam que recentemente, o número de produtores de leite no assentamento tem reduzido e, em muitos casos, a atividade tem sido substituída pela lavoura de grãos, principalmente a soja em alternância com o milho.

Dentre os motivos relacionados a essa questão, está o fato do cultivo de grãos ser uma alternativa para as famílias pequenas ou então para aquelas formadas por pessoas idosas, tendo em vista que exige menos mão de obra do que o leite, uma vez que além de todos os cuidados relativos à saúde e alimentação dos animais, ainda é necessário ordenhar o gado diariamente, normalmente, de duas à três vezes ao dia.

Além disso, o aumento do custo da produção é outro fator que contribuiu para o abandono da atividade por parte dos camponeses (LACERDA, 2022). Conforme afirma o camponês Laurindo Matos, que vive no assentamento Missões e se dedica exclusivamente a esta atividade: “o preço do leite oscila muito, nunca foi pago um valor por litro de leite tão alto quanto agora, mas não dá lucro que nem dava antes, os insumos subiram demais, então, é só gente falando que não tá sobrando dinheiro” (Laurindo Matos [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Missões, jul. 2022). Esse processo impacta ainda mais gravemente os camponeses que possuem baixa produtividade, pois a lógica dos laticínios é aumentar o valor pago por litro proporcionalmente à quantidade de leite entregue, trata-se de uma política de bonificação por produção, sendo que assim explica Roos (2015):

Considerando que dificilmente os camponeses conseguirão atingir volumes de produção que lhes permitam melhores remunerações, tal mecanismo



tende a aumentar a extração da renda em favor do capital industrial, agravando a situação dos primeiros e mantendo-os subordinados a este último (ROOS, 2015, p. 226).

Segundo as informações disponibilizadas pelos camponeses do assentamento Missões, apesar da redução no número de produtores, a produtividade média do assentamento é de cerca de 600 mil litros de leite por mês, o que faz deste território a maior bacia leiteira do município de Francisco Beltrão. Esta informação está registrada na placa localizada na entrada do assentamento (FOTO 5).

Em vários dos assentamentos estudados a produção de leite aparece associada ao cultivo de soja, como demonstra o relato do camponês Emílio Dias, do assentamento Missões: “nós consorciava a vaca de leite com o soja, eu tive que tirar um pedaço pro soja, um pedaço pro pasto e um pedaço pro milho, pra fazer silagem<sup>25</sup>” (Emílio Dias [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Missões, jul. 2022). Assim como assevera Origuéla (2019), em muitos casos, a renda do leite subsidia o cultivo de soja, principalmente, considerando que diferentemente das monoculturas, os camponeses recebem mensalmente a renda paga pela produção de leite. Ademais, ainda como pontua a autora, “nos momentos de crise, ou de preços baixos, é a renda do leite que permite a continuidade do cultivo da oleaginosa” (ORIGUÉLA, 2019, p. 226).

**Foto 5** – Placa localizada na entrada do assentamento Missões, em comemoração aos 20 anos da conquista do território



Fonte: JORGE, 2022.

<sup>25</sup> A silagem consiste em um alimento destinado, principalmente, ao gado leiteiro, feito à base das folhas de milho e de outros grãos, fornecido como substituto/ complemento da pastagem, sobretudo, durante o inverno. Para preparar a silagem os camponeses precisam adquirir silos, sendo que o processo consiste na fermentação das folhagens trituradas.

De acordo com o que esclarece Roos (2015), assim como nas monoculturas, a apropriação da renda da terra camponesa pelas camadas capitalistas na pecuária leiteira ocorre em dois momentos. Primeiro, no consumo produtivo, por meio da prestação de serviços e da compra de materiais para construção de infraestruturas, insumos para cuidados fitossanitários, nutrição e alimentação dos animais. Depois, na hora da comercialização da produção.

No que tange ao consumo produtivo, evidencia-se que a drenagem da renda da terra camponesa é propiciada pela formalidade do capital, que por meio de novas regras para a produção, busca cada vez mais padronizar a produção, impondo critérios que torna o exercício da atividade, muitas vezes, difícil para os camponeses, pois o tributo que se paga para produzir é muito alto (BEM; ALMEIDA, 2011; ROOS, 2015).

O nível de extração da renda camponesa pode variar conforme o período do ano, sendo que no inverno, geralmente, os camponeses tendem a aumentar a compra de ração para alimentação do gado leiteiro, tendo em vista, a redução da disponibilidade de pastagens. Em muitos casos, os assentados que produzem leite também plantam milho e aveia para transformar em silagem e alimentar os animais. Segundo explica Roos (2015), consideramos que essa prática potencializa a drenagem da renda da terra pelo capital no consumo produtivo, pois os camponeses necessitam recorrer ao mercado para adquirir todo o pacote necessário ao cultivo das lavouras.

Nos casos em que a produção de leite é mais intensiva e, consecutivamente, mais conformada aos moldes do agronegócio, os camponeses costumam aderir à criação de animais em sistema de confinamento. Para isso utilizam o *compost barn*<sup>26</sup> ou o *free stall*<sup>27</sup>, que são tecnologias produtivas desenvolvidas pelo agronegócio, que segundo os relatos, permitem criar no mesmo espaço um maior número de animais, aumentando a produtividade e diminuindo a incidência de doenças como a mastite.

É possível visualizar essas tecnologias no assentamento Missões. De acordo com o depoimento do camponês Emílio Dias, atualmente neste território “[...] cerca de 13 produtores têm as vacas confinadas no *compost barn*, 18 famílias trabalham de forma semiconfinada, com as vacas ainda meio soltas, com barracão ainda meio improvisada e 16 produtores criam as vacas só no pasto” (Emílio Dias [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Missões, jul. 2022). O Painel Fotográfico 4 é composto por

---

<sup>26</sup> O *compost barn* consiste em um galpão retangular, que possui um corredor de alimentação e uma área comum onde os animais permanecem, forrada por maravalha ou serragem, normalmente equipada com ventiladores, denominada área de descanso.

<sup>27</sup> No sistema *free stall* os animais são alojados em baias individuais, forradas para o descanso e a alimentação se efetua em área livre. Nesse sistema, a movimentação dos animais costuma ser ainda mais reduzida, desdobrando em um menor gasto energético e em uma maior produtividade de leite.

registros da produção de leite no assentamento Missões, que demonstram o elevado nível de inserção de parcela dos assentados no padrão tecnológico do agronegócio.

**Painel Fotográfico 4 – Produção de leite no assentamento Missões**



**Foto 1:** Sistema *compost barn* para confinamento de gado leiteiro **Foto 2:** Resfriador para armazenamento de leite. **Foto 03:** Silagem para alimentação dos animais. **Foto 4:** Botijão de nitrogênio para armazenar material genético para inseminação do rebanho.

**Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

Com relação a apropriação da renda da terra camponesa no momento da comercialização da produção, cabe destacar que na pecuária leiteira os camponeses estão sujeitos às flutuações de preços do mercado, assim como demonstra o depoimento da assentada Marta Costa, produtora de leite no assentamento Guanabara (FOTO 6): “o leite varia muito. No verão mesmo abaixa o preço, porque é muito pasto, daí é mais fácil, produz mais leite. Agora, no inverno, o preço aumenta porque o custo também aumenta e a produção diminui” (Marta Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021). Tais flutuações impactam negativamente, principalmente, os camponeses que têm esta como única atividade desenvolvida no lote, sendo que um momento de crise prolongado pode levar ao endividamento e, dependendo da situação, à necessidade de reduzir o rebanho de animais e até a impossibilidade de continuar com a atividade.

**Foto 6** – Gado leiteiro da assentada Marta Costa, no assentamento Guanabara



Fonte: JORGE, 2021

Existe uma clara diferença entre os camponeses que vendem o leite para laticínios e aqueles que vendem para associações e cooperativas camponesas ou direto para consumidores finais. Identificamos uma diversidade de indústrias que atuam nos assentamentos neste seguimento, dentre elas a Cativa, a HE laticínios e a Latvida. Conforme explicam os entrevistados, a relação que os assentados estabelecem com os laticínios é totalmente subalterna, pois são as empresas que estabelecem padrões de qualidade, determinam os critérios que a produção deve seguir e determinam o preço a ser pago pelo leite entregue, sendo que muitas vezes, os pagamentos vêm com descontos, devido a problemas identificados no leite, os quais os camponeses não entendem qual é a origem. Mesmo assim, eles assumem o prejuízo e alegam não sentirem empoderados o suficiente para questionar o laticínio ou recorrer as vias judiciais. O relato da camponesa Marta Costa é bastante importante e esclarecedor com relação a essa questão.

Nossa menina, isso é deprimente, acontece muito de nós às vezes ter três entrega e o cara alegar que tinha acidez, da gente ir no veterinário, o veterinário ver se era a água que estava dando a acidez, se era a ordenha, todos os procedimentos, e a gente pensar como pode acontecer três vezes consecutivas, sendo que é a mesma pessoa, eu mesma que lavo as ordenha. **Isso gerava um monte de dúvida entre nós, você perder oitocentos, novecentos litros de leite no mês, quando chega no fim do mês são 2.500,00 reais a 3.000,00 reais a menos.** Então isso desorganiza a sua finança, o leite é como se fosse um salário seu, você organiza seu gasto de acordo com o que você produz, e nós passamos direto por isso, e fica por isso mesmo. No caso assim, se eu entrar na justiça, eu vou brigar por um coisa, mas mesmo assim, **eu não tenho outra alternativa a não ser entregar o leite pra eles, se eu tivesse várias opções eu poderia largar um laticínio e procurar outro, mas no caso aqui na região não, se isso acontecer e você entrar na justiça, pode tratar de vender seu gado e mudar o rumo da sua produção, porque comprador do leite só tem**



**aquele** e daí eles não vão comprar mais, isso pesa. O laticínio tá com a carta na mão, você não tem nem o que fazer. Tipo a eu perdi 2.500,00 reais, sim, beleza, mas só pra mim controlar. Se eu pagar a despesa pra mim entrar na justiça contra o laticínio, eu vou gastar mais de 5.000,00 reais, porque tem que pagar advogado, toda correria, sem dizer que **depois você cria uma relação de inimizade com o laticínio, né**, é como você ir contra o teu patrão [...] eles botam o preço na produção, eles que dizem se o leite tá bom ou não (Marta Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021, grifo nosso).

Analizamos que quando a camponesa diz “eu não tenho outra alternativa a não ser entregar o leite para eles” fica evidente o quanto que, em algumas situações, a subalternização se realiza em um contexto em que os camponeses não visualizam outros cenários possíveis. Ademais, sua fala indica o elemento da localização geográfica dos assentamentos, isto é, o fato de na região em que se insere o assentamento Guanabara haver apenas um laticínio, propicia a subalternização dos assentados na atividade leiteira, pois além de limitar as possibilidades de comercialização, faz com que os camponeses se sintam inibidos a questionar as avaliações e descontos realizados, com receio da empresa encerrar a relação comercial.

O depoimento da camponesa Rosamaria Moreira, que além de grãos produz leite no assentamento 12 de Abril, também é bastante ilustrativo no que se refere à apropriação da renda da terra camponesa pelos laticínios. A assentada conta que durante muitos anos comercializou o leite com empresas da região, contudo, atualmente, entrega sua produção para a Associação dos Produtores de Leite do Município de Bituruna (APROLEITE), que se configura em uma associação sem fins lucrativos, constituída por camponeses, com apoio do município. Assim, seu depoimento é fonte indispensável para compreendermos as diferenças entre a comercialização através de laticínios e via instituições camponesas, no que se refere aos graus de subalternização e emancipação, bem como, de apropriação da renda da terra.

Digamos assim, a tua renda é essa [...] é aquela história, tem a época de baixa sim, que é novembro dezembro e janeiro. Desde que eu me conheço por gente, chegou novembro, dezembro e janeiro, os laticínios abaixam o valor do preço do leite, porque eles dizem que o produtor baixou a produção, então dizem que o produtor está entregando menos leite porque essa é a época que o produtor tirou as vaca da aveia e está tratando só no silo, automaticamente a produção dele diminuiu. Outra coisa, o laticínio fala, olha eu não estou conseguindo vender meu produto, tá sobrando produto no mercado, isso é o que o laticínio diz. Até então, nós acreditava, porque nós não sabia como era um laticínio, como funcionava um laticínio. Depois que a gente abriu a APROLEITE e a gente passou um ano, tipo faz um ano e seis meses, a gente viu. Então a gente passou no ano passado esse período de baixa que eles dizem, nós baixamos durante um mês sete centavos no litro de leite pago ao produtor, isso porque bateu o motor do nosso caminhão, se não teria nem baixando o preço. Olha só, e digamos assim, eu ainda cheguei nos produtores e falei gente não é baixa de mercado não, não é baixa porque a gente não está conseguindo vender, se eu tiver uma carga de leite hoje vendo a carga melhor do que eu estava vendendo no mês passado, só que

eu vou ter que repassar sete centavos de baixa, porque eu preciso levantar o dinheiro para fazer o motor do caminhão. Nós temos três laticínios aqui no município, enquanto a APROLEITE baixou sete centavos, os outros deram três baixas, um mês quinze centavos por litro, no outro mês 20 centavos e outro mais dez centavos. Essas baixas moeram os produtores [...] como é uma associação a APROLEITE consegue manter os preços mesmo no verão, é diferente, é totalmente diferente dos laticínios, porque o laticínio tem que visar lucro para o dono, e APROLEITE não precisa disso. (Rosamaria Moreira [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

Em ambos os relatos, percebemos que na relação com as empresas, o ônus da (re)produção ampliada do capital recai sobre os camponeses, sujeitos diretamente afetados pelas crises de mercado, pelas constantes altas do custo da produção e pela apropriação decrescente da renda (PAULINO, 2004). Quando a pecuária leiteira é a única forma de uso do território desenvolvida e a comercialização se realiza exclusivamente por meio dos laticínios, temos um quadro de camponeses altamente subalternos. O grau de subalternização reduz à medida que outros usos do território são incorporados e que os camponeses passam a buscar formas mais autônomas de comercialização, que reduzem a drenagem da renda da terra camponesa pela capital, seja através de cooperativas e associações camponesas como a APROLEITE, ou por meio da venda direta para os consumidores, da fabricação de queijos e doces e participação em feiras e entregas de cesta/sacolas.

Em consonância com Paulino (2004), consideramos que quando os camponeses dependem de atravessadores para comercializar o leite, a transferência da renda da terra e, consecutivamente, a subalternização, são ainda maiores, sendo essa a alternativa muitas vezes utilizada por aqueles quem tem pouca produção, considerando que as indústrias priorizam comprar o leite daqueles que produzem em volume. Outro ponto constatado nas entrevistas, é que os assentados que estão vinculados aos laticínios não possuem nenhuma segurança, com relação a continuidade do canal de comercialização, sendo que por não existir um contrato formal, a qualquer momento, o canal de comercialização pode ser interrompido. Segundo a assentada Marta:

Não tem contrato nada, o dia que eu avisar que não vou entregar, eles param na hora. Da mesma forma, eles também podem parar a qualquer momento. Por exemplo assim, no começo quando eu produzia pouquinho, mas daí tinha mais vizinhos que produziam, eles viam tranquilo, mas quando todo mundo foi parando e eu tinha pouco leite, eles questionavam, é muito pouco, tem que aumentar, daí eu falava, tem que dar um tempo, porque tudo sai do bolso, né. Aí teve um período que eles falaram que estava muito pouco a minha produção, que ia ter que parar, daí eles davam tipo trinta dias pra gente se organizar. Daí conforme minhas vacas foram criando e a produção foi aumentando eu comunicava e eles voltavam a pegar. Teve período que interrompeu, eles não pegavam (Marta Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

No depoimento da assentada Marta é perceptível a fragilidade dos camponeses na relação com o laticínio, assim como, a pressão exercida sobre eles, visando a adequação dos sujeitos às exigências técnicas e de escalas produtivas impostas pelas indústrias, como parte do processo de acumulação capitalista.

Paralelo a soja e a pecuária leiteira, os cultivos florestais correspondem a outro exemplo de atividade identificada nos assentamentos, relacionada à inserção dos camponeses no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio. É importante ressaltar que assim como no caso da soja, o MST mantém uma postura contrária a esses cultivos, pois além de se tratar de *commodities*, que formam desertos verdes, as monoculturas de pinus e eucalipto estão relacionadas a uma série de impactos socioambientais e ferem princípios da bandeira de reforma agrária popular defendida pelo Movimento, como a destinação de terra para a produção de alimentos (MST, 2023).

Nos assentamentos estudados, os cultivos de pinus e eucalipto estão presentes em menor escala comparado às lavouras de grão e à pecuária leiteira. Dentre os territórios investigados, os assentamentos 12 de Abril, Celso Furtado e Paulo Freire foram os territórios onde mais encontramos a territorialização dessa atividade.

Os cultivos florestais implicam nos mesmos mecanismos de apropriação da renda da terra camponesa que a soja e a pecuária leiteira, incorporando desde o processo de consumo produtivo até a comercialização dos resultados da produção. Nos assentamentos, identificamos que o cultivo de eucalipto é maior do que o de pinus, sendo que normalmente, este segundo aparece associado ao primeiro.

Na maior parte dos casos, os cultivos florestais são desenvolvidos junto à outras atividades, como por exemplo, a produção de alimentos para o autoconsumo, lavouras de grãos etc., sendo muitas vezes, impulsionado pelas necessidades dos assentados de consumo de madeira, por exemplo, para a construção de infraestruturas e para lenha. Entretanto, também existem situações que essa é a única ou a atividade desenvolvida predominantemente no lote, desdobrando em um maior nível de apropriação da renda da terra e, consecutivamente, de subalternização camponesa (ROOS, 2015).

De acordo com o identificado na pesquisa, os cultivos florestais, em parte, estão relacionados às ações perpetradas por empresas do setor de papel e celulose, sobretudo, nos primeiros anos de formação dos assentamentos, sendo esse o caso o assentamento Paulo Freire, conforme conta o camponês Antônio Alves:

Só pra você entender a implantação do eucalipto aqui no Paulo Freire. O assentado entra no lote ele tá com gana de plantar, todos nós passamos por isso, o cara entrou direito na agricultura, se ferrou, foram os piores anos, 1999, 2000, uma crise tremenda, o preço do feijão lá em baixo, não compensava vender, milho idem, nada compensava vender na época. O que

aconteceu, o povo ficou endividado na época, inadimplência enorme, o que aconteceu, a Klabin, lá por 2001, chegou e disse eu financio pra vocês independente na inadimplência, a Klabin<sup>28</sup> criou um projeto a parte, mesmo o cara estando inadimplente, conseguiu acessar recurso, e a Klabin pagando 6 mil por alqueire pra plantar eucalipto, sedia as mudas e tudo, teve cara que encheu o lote, tem um vizinho aí que encheu o lote de ponta a ponta, virou um sertão. O INCRA não teve a capacidade de intervir, não podia ter deixado isso acontecer, porque o propósito da reforma agrária é produzir alimento e eucalipto não é alimento, poderia ter limitado. Mas não, os cara encheram o lote. Os que foram esperto foram vendendo eucalipto e investindo, mas a maioria não, daí fez uma colheita, fez a segunda, o eucalipto foi ficando ruim e daí se lascou. **Uns venderam o lote, os que não venderam passaram por umas crise por causa do preço da lenha.** Agora, os cara tá fazendo parceria pra destocar o eucalipto e plantar (Antônio Alves [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, set. 2021, grifo nosso).

O depoimento citado comprova nosso argumento que a subalternização prolongada tende a gerar crises e em última instância pode levar a desterritorialização. A partir do relato, entendemos que a Klabin tentou inserir os assentados em um sistema de integração. Contudo, conforme relembram os camponeses, na época esse processo não deu certo, pois devido as dificuldades enfrentadas no início da formação do assentamento, vários assentados realizaram o corte do eucalipto antes do tempo estipulado pela empresa e comercializaram, principalmente, com atravessadores. Segundo o assentado Lázaro Jorge: “o eucalipto com seis anos para dar um corte, tem gente aqui que nem esperou os seis anos, por causa das necessidades. Fizeram cortes antes e venderam por fora, no fim, ficaram em dívida com a Klabin” (Lázaro Jorge [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, dez. 2021).

Na Foto 7, registramos o cultivo de eucalipto no assentamento Paulo Freire. Conforme já mencionamos, nos últimos anos essa cultura tem sido substituída no assentamento pela soja, o que segundo avalia o assentado Antônio é pior, pois apesar de não ser um cultivo próprio para assentamentos de reforma agrária e de estar relacionado a uma série de problemas socioambientais, o eucalipto implica na utilização de menos agrotóxicos do que a oleaginosa. Em suas palavras:

Aqui piorou nos últimos anos, nós estava protegido aqui uma época, em questão de veneno. Antes era eucalipto, agora é tudo soja em volta, os vizinhos tiraram o eucalipto pra plantar soja, nós vamos ter que encher de barreira. Olha, se for pegar pelo lado do meio ambiente é melhor ter eucalipto do que soja aqui no assentamento, porque no eucalipto não fica lotando de veneno igual a soja. Mas, por outro lado, queira ou não queira ele também é prejudicial, tudo que é extensivo, monocultura é problemático, um sítio tem que ser diversificado (Antônio Alves [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, set. 2021, grifo nosso).

---

<sup>28</sup> A Klabin é uma das maiores empresas brasileiras do setor de papel e celulose, a qual no estado do Paraná, possui unidades nos municípios de Ortigueira, Telêmaco Borba e Rio Negro.



Além das ações das empresas, os cultivos florestais nos territórios estudados foram estimulados pelas particularidades de alguns assentamentos, que foram constituídos em áreas que já possuíam estoques de madeira (naturais ou reflorestadas), sendo este o caso dos assentamentos Celso Furtado e 12 de Abril, os quais, conforme já relatamos, são decorrentes de ocupações de propriedades que estavam sobre domínio de madeireiras.

**Foto 7 – Cultivo de eucalipto no assentamento Paulo Freire**



**Fonte:** JORGE, 2021.

De acordo com os entrevistados, nos assentamentos Celso Furtado e 12 de Abril a exploração das reservas de madeira já existentes nas áreas foi muito importante para os camponeses, tendo em vista, a descapitalização das famílias nos primeiros anos dos assentamentos, sendo essa uma forma mais rápida de levantar recursos financeiros na época, dentre as possibilidades disponíveis. Quando questionamos sobre a exploração madeireira no assentamento Celso Furtado, o camponês Paulo Fontes, filho de assentados que cresceu na área e hoje vive em um acampamento da região, afirma que:

O pinus, o eucalipto e o pinheiro [araucária] tinha uma boa quantidade ali quando o Celso Furtado foi desapropriado, havia grandes quantidades de mata. O INCRA assentou as famílias também em cima dessas áreas de mata e as famílias foram extraíndo essas madeiras e comercializando. Algumas famílias chegaram a fazer o plantio novamente, principalmente, do eucalipto daí, porque ele vem um pouco mais ligeiro. De início o pessoal conseguiu ter um retorno um pouco mais interessante, mas depois o preço caiu e esse retorno foi diminuindo. Com isso, as pessoas foram desistindo, foi reduzindo o número de famílias que trabalham com a atividade da madeira. Hoje poucas famílias permanecem (Paulo Fontes [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Com relação a exploração madeireira no assentamento 12 de Abril, o assentado Alcides Costa, assevera:

No começo do assentamento era a forma do pessoal sobreviver, porque as terras aqui precisam ter muito investimento, tipo calcário, fósforo, potássio, as terras aqui são bem fracas. Daí tinha madeira, e o pessoal tinha que tirar a madeira para abrir a lavoura né, então o pessoal foi tirando e aproveitando a madeira para fazer dinheiro (Alcides Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

Segundo levantamos nos trabalhos de campo, a venda do pinus e do eucalipto é efetuada através da negociação com atravessadores e madeireiras locais, sendo que conforme a conjuntura de mercado e as condições de reprodução familiar, os camponeses podem optar por esperar momentos mais oportunos para comercialização, adiando a extração das árvores (ROOS, 2015). As famílias que mais estão inseridas nessa atividade são aquelas que conseguiram adquirir maquinários e implementos necessários, como tratores, caminhões etc.

Ademais, identificamos no caso do assentamento 12 de Abril, que dentre os camponeses que trabalham com cultivos florestais, vários deles optam por transformar a madeira em carvão, sendo bastante comum a presença de fornos nos lotes dos assentados. Em consonância com nossos interlocutores, existem dentro do assentamento quatro famílias que construíram carvoarias em seus lotes. Essas famílias produzem e compram o carvão de outros camponeses do assentamento, fazem o processo de seleção e embalagem para depois comercializar o produto com atravessadores.

Como esse processo ocorre de forma irregular, levando em conta que os assentados não possuem as autorizações necessárias para esta atividade, este é um assunto bastante delicado, que os entrevistados evitam comentar. Mesmo assim, durante um dos trabalhos de campo, conseguimos conversar brevemente com o camponês Celso Gonçalo, que cultivava madeira e possui uma carvoaria em seu lote no assentamento 12 de Abril, de acordo com seu relato:

O carvão aqui faz parte desde o início do assentamento e tem famílias aqui que sobrevivem disso, que essa é a principal fonte de renda. Tem uns que lidam com leite, com erva-mate, mas muitos tem só o carvão, tem gente que não tem recurso, vive do carvão. Daí nós tava nisso aí, com a carvoaria aqui dentro pra ajudar também, mas acho que vamos ter que parar, não vai ter como. Nós lidamos com o carvão aqui há dez anos já. Eu faço carvão com o pinus e o eucalipto que eu tenho ali plantado e compro carvão dos outros assentados, daí eu embalo repasso pra outro, os caras de fora que vem buscar. Daí os caras que pega aqui vende nos mercados, vende por aí. Aqui no assentamento quase todo mundo tem um forno no lote, uns não queimam mais pra fazer carvão, mas tem muita gente que ainda faz (Celso Gonçalo [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

O assentado afirma que pensa que vai ter que parar com a atividade, porque poucos dias antes da entrevista ele havia sido multado e todo o carvão encontrado no lote foi apreendido, como podemos verificar no trecho a seguir:

A fiscalização ambiental veio e eu não estava, só estava minha mulher trabalhando ali, eles aprenderam o carvão todo, viram os dois fornos, multaram também, e eu não consigo regularizar os fornos aqui, então esse é o problema. Deu 70 mil de multa e eles querem que eu tire a madeira do lote. Não tem o que fazer, não tem acerto com eles, e daí tem que contratar advogado, é uma fortuna (Celso Gonçalo [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

Além das carvoarias, encontramos também no assentamento 12 de Abril, uma família que destinou parcela de seu lote para a montagem de uma serraria. Segundo o camponês Marcos Nascimento, enquanto seus pais produzem leite, grãos e erva-mate, ele e seu irmão resolveram se dedicar à produção de pinus e eucalipto, sendo que para agregar valor à produção, eles realizam o processo de beneficiamento da madeira. De acordo com suas palavras: “querendo ou não, vender madeira bruta envolve muito barulho pra pouco dinheiro, né. Então assim, beneficiando você consegue trabalhar com menos madeira e ter mais retorno” (Marcos Nascimento [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022).

Quando questionamos o camponês se ele e seu irmão compram madeira de outros assentados dentro do assentamento, ele responde que sim, “[...] o eucalipto é um exemplo, no caso. A gente aqui precisa de muito eucalipto grande, nós usamos para móveis, para esse tipo de coisa, então a gente compra sim dos outros aqui dentro” (Marcos Nascimento [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento 12 de Abril, jun. 2022). Com base no exposto, no Painel Fotográfico 5 mostramos alguns dos registros fotográficos associados à produção madeireira no assentamento 12 de Abril.

**Painel Fotográfico 5 – Produção de madeira no assentamento 12 de Abril**



**Foto 1:** Cultivo de eucalipto no assentamento. **Foto 2:** Forno utilizado na transformação de madeira em carvão em funcionamento. **Foto 03:** Serraria localizada no lote da família do camponês Marcos. **Foto 4:** Carvão produzido no assentamento, embalado para comercialização.  
**Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

A partir do conjunto de depoimentos e análises, compreendemos que as iniciativas implementadas pelos assentados no sentido de agregar valor às suas produções, seja através do beneficiamento da madeira, da produção de carvão, entre outros exemplos, são estratégias adotadas visando melhorar os rendimentos. Nesse processo, observamos que as famílias assentadas mais capitalizadas, isto é, que possuem infraestruturas, maquinários e implementos, muitas vezes, atuam dentro dos assentamentos como compradores e, por sua vez, elas acabam se apropriando de parcela da renda da terra de outros camponeses.

É comum a constatação de que os camponeses preferem comercializar suas produções com outros camponeses do mesmo assentamento, ao invés de por exemplo, com atravessadores. Isto se deve aos laços de confiança, as relações de vizinhança construídas, normalmente, há muito tempo. É importante ressaltar, que tais experiências não são indicativos de que a integração ao capital, assim como defende a lógica do PCA, é boa para o campesinato. Isto porque, a subalternização e a apropriação da renda da terra camponesa pelo capital não são eliminadas mesmo nos casos das famílias que conseguiram se capitalizar mais e, inclusive, estabelecer relações comerciais com outros assentados. Portanto, consideramos que esses são elementos que demonstram as contradições, adversidades e complexidades que permeiam os assentamentos e a (re)produção camponesa (PAULINO, 2004; ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019).

É evidente que a soja, a pecuária leiteira e os cultivos florestais são apenas três exemplos que demonstram a forma como se efetua a inserção dos camponeses no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio. Discutimos esses três exemplos, pois eles são mais representativos quando pensamos na totalidade de assentamentos investigados.

Os exemplos analisados se inserem em apenas um dos tipos de territorialidades subalternas identificadas na pesquisa. Nesse sentido, na sequência, nos dedicaremos a discutir uma segunda forma, no caso, a integração dos camponeses à agroindústria.

#### 4.2 INTEGRAÇÃO À AGROINDÚSTRIA

A integração dos camponeses à agroindústria é outra forma de uso subalterno, quer dizer, de territorialidade capitalista no território camponês, identificada na pesquisa. Esse tipo de territorialidade subalterna se apresenta em menor proporção nos territórios camponeses comparado ao primeiro tipo analisado (inserção no sistema produtivo do agronegócio), sendo que nos assentamentos estudados, constatamos apenas dois casos de integração à agroindústria, ambos no assentamento Celso Furtado, um relacionado a fumicultura e outro a produção de grãos, ambas atividades voltadas para o mercado mundial.

Conforme explicam Roos (2015) e Paulino (2004), a integração representa a subordinação da produção camponesa à indústria e, por conseguinte, a dominação da circulação e comercialização, desdobrando na drenagem da renda da terra camponesa para as camadas capitalistas em diferentes momentos. Desse modo, esse sistema faz com que as indústrias não precisem se territorializar para controlar/monopolizar as produções, efetuadas pelos camponeses. No sistema integrado, as empresas agroindustriais estabelecem com rigor as etapas do processo produtivo e fornecem assistência técnica, infraestrutura e insumos necessários, tais como, sementes, agrotóxicos e adubos.

Em contrapartida, os assentados assumem o compromisso de comercializar os resultados da produção exclusivamente com a empresa integradora. No momento da entrega da produção, as despesas relativas aos serviços, insumos e estruturas são descontados dos assentados, normalmente, por meio da retenção de uma parte da produção. Desse modo, “[...] as empresas assumem o papel de agentes financeiros dos assentados na medida em que fornecem as condições para a produção [...]” (ROOS, 2015, p. 188).

Os camponeses adentram no sistema de integração por diversas razões, mas principalmente pela possibilidade de financiar junto às empresas os insumos necessários e pela garantia da comercialização da totalidade dos resultados da produção. Esse último ponto é especialmente importante tendo em vista as dificuldades que, muitas vezes, os camponeses têm de se inserir no mercado, principalmente no contexto de descontinuidade de políticas de

mercados institucionais, que configuram alternativas de comercialização mais emancipadoras, assim como analisamos nesse trabalho.

Nesse sistema, quem estipula os preços pagos pela produção dos camponeses são as empresas, segundo critérios e padrões de qualidade determinados unilateralmente pelas mesmas, os quais desconsideram “[...] as condições de instabilidade que são próprias da dinâmica produtiva no campo, instituindo parâmetros a partir de condições criadas em ambiente artificial” (PAULINO, 2004, p. 118).

Essa questão é confirmada em entrevista pelo camponês Joel Marcelino, fumicultor, que vive no assentamento Celso Furtado e é integrado à Souza Cruz, que se configura em uma das principais empresas fumageiras do país, territorializada em mais de 500 municípios (VICINI, 2019). Segundo o camponês, a empresa busca o fumo em seu lote e depois realiza a avaliação para determinar se a produção atende aos padrões de qualidade estabelecidos, estipulando o preço a ser pago, o qual nem sempre atende as expectativas do produtor. De acordo com suas palavras: “a gente sabe, a gente tem a expectativa as vezes de dar um pouco melhor, mas as vezes não bate a expectativa da gente, isso é meio normal” (Joel Marcelino [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Assim, em resumo, o que percebemos normalmente é que “[...] os preços pagos pelos produtos são baixos, além de o camponês ter de se enquadrar nas técnicas e tecnologias exigidas pelo mercado, o que encarece a produção” (ORIGUÉLA, 2019, p. 223). Além de definir o preço do pacote tecnológico que os assentados são forçados a utilizar na produção, as integradoras também drenam a renda da terra camponesa por meio das taxas de juros oriundas dos financiamentos das infraestruturas etc. Portanto, “[...] a estratégia das empresas assenta-se na majoração das formas de captação da renda produzida pelos camponeses, através do controle dos dois extremos do processo produtivo e na garantia da entrega da produção de tabaco daqueles à indústria financiadora” (ROOS, 2015, p. 194).

É importante destacar que no caso da fumicultura, o financiamento via empresa é basicamente a única alternativa disponível aos camponeses. Isso considerando que, desde 2002, não é mais permitido acessar crédito disponibilizado pelo PRONAF para subsidiar o custeio e o investimento na atividade fumageira, medida adotada com a intenção de desestimular as lavouras de fumo no país (VICINI, 2019).

Compreendemos que a integração gera uma relação de subordinação e dependência, uma vez que os camponeses sempre estão devendo para as empresas, pois necessitam dos recursos disponibilizados para iniciar a produção. Ao analisar esse processo tendo como recorte o Norte do Paraná, Paulino (2004, p. 113), afirma: “[...] na perspectiva das empresas que as processam, a integração é uma saída salutar para a elevação da taxa de

lucro da atividade industrial, dado o poder que as mesmas têm em ditar os preços e controlar o fluxo e os padrões da produção primária”.

Segundo a autora, o domínio e monitoramento que as integradoras exercem sobre o processo produtivo, revela que a integração possibilita às empresas a ação de intervenção na lógica organizativa dos territórios camponeses. Desse modo, as empresas, normalmente, realizam fiscalizações periódicas e sem aviso prévio, por meio de instrutores. Tais fiscalizações têm dentre seus objetivos averiguar se os camponeses estão de fato cumprindo as regras estipuladas. O rigor com que essas empresas atuam se justifica, pois o lucro das integradoras está diretamente relacionado a quantidade, qualidade e preços pagos pelas matérias-primas.

Ao viabilizar a sujeição da renda da terra ao capital, a integração também possibilita a apropriação do trabalho, contido na produção camponesa (PAULINO, 2003; 2004). É válido destacar que os camponeses comparecem ao mundo do trabalho como entidades familiares, conservando “[...] a unidade entre o trabalhar e o reproduzir-se socialmente, produzindo uma geografia peculiar no campo, diferenciada tanto em termos espaciais quanto temporais” (PAULINO, 2004, p.114).

Assim, a produção no sistema integrado se realiza a partir de uma dinâmica que é diferente das relações de trabalho assalariado, portanto, diferente das relações capitalistas de produção. Em relação a fumicultura, podemos dizer que essa é uma atividade que ainda é bastante manual e que exige muita mão de obra, sendo esse um elemento que condiciona a inserção dos camponeses na cultura e, consecutivamente, a integração às empresas fumageiras. Na produção de fumo, observamos que as forças de trabalho dos membros da família se somam e assumem diferentes intensidades, conforme as demandas e fases do ciclo produtivo. Nesse sentido, o camponês Joel Marcelino, que cultiva uma área aproximada de três hectares (25 mil pés) de fumo da variedade Comum, aborda as etapas do processo produtivo, destacando as relações de ajuda entre ele e seu irmão, como forma de suprir a necessidade de mão de obra nos períodos mais intensos da produção.

Aqui no lote somos eu e minha esposa, **mas de vez em quando meu irmão ajuda também. Ele também mexe com fumo, então nós trocamos dias de serviço.** Aqui nós recebemos na verdade as sementes do fumo, daí eu tenho uma estufa e vou lá e semeio o canteiro nas bandejas, daí vem o repique, tenho que fazer umas duas ou três podas, daí eu transplanto pra roça. Fica parecendo uma mudinha de verdura, que se compra nas agropecuárias. Aqui o processo é todo manual, desde o plantio até a colheita [...] até agora eu fiz duas aplicação de veneno, uma no broto e outro para um bichinho que atacou a produção [...] daí tem que fazer as adubações, umas três, quatro vezes correção com ureia, até chegar na hora de colher [depois que planta, quanto tempo você leva pra colher?] em média três a quatro meses [...] daí o fumo fica mais uns trinta dias no barracão pra ficar seco, daí



eu começo a embonecar<sup>29</sup> ele e enfardar para depois a empresa vir buscar (Joel Marcelino [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022, grifo nosso).

No Painel Fotográfico 6, apresentamos alguns registros da produção de fumo do assentado Joel no assentamento Celso Furtado. Conforme seu relato, atualmente no assentamento, ele e mais três famílias estão inseridas nesta atividade, sendo que dessas apenas uma não está integrada à Souza Cruz.

**Painel Fotográfico 6 – Produção de fumo no assentamento Celso Furtado**



**Foto 1:** Lavoura de fumo da variedade Comum. **Foto 2:** Confeção de bonecas com as folhas de fumo. **Foto 03:** Vista interna do barracão onde as folhas de fumo passam pelo processo de secagem. **Foto 4:** Vista externa do barracão de fumo.

**Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

É importante destacar que nas situações de crise e perdas de produção, são os camponeses que arcam com os prejuízos e, muitas vezes, acabam se endividando para financiar a próxima lavoura. Nesse sentido, a integração acaba sendo muito vantajosa para as empresas, pois além dos camponeses consistirem em mão de obra barata, elas se livram de uma série de responsabilidades e possíveis perdas. (PAULINO, 2003; 2004; VICINI, 2019). Além de arcar com prejuízos financeiros, os camponeses também arcam com danos provocados ao ambiente e à própria saúde, uma vez que a fumicultura, por exemplo, é reconhecida pelo elevado uso de agroquímicos, especialmente agrotóxicos, e pela exposição

<sup>29</sup> A confecção de bonecas refere-se ao processo de separar e amarrar as folhas de tabaco segundo a classificação de qualidade repassada pela empresa.



à nicotina presente nas folhas manuseadas em diferentes fases do processo (ESPINDOLA; TEXEIRA, 2020).

Quando perguntamos ao camponês Joel se ele ou alguém da família já teve algum problema de saúde relacionado a atividade, ele responde: “Já tive sim, que nem agora que choveu, se eu entrar no meio do fumo sem uma proteção, pode ter certeza que eu vou ter uma intoxicação, nicotina, né, absorve pela pele, é tipo igual uma ressaca bem forte, dá vomito, dor de cabeça, você fica bem mal, eu já passei por isso” (Joel Marcelino [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

No que se refere ao nível de intervenção no território camponês realizados pelas empresas do setor da fumicultura no Paraná, Roos (2015) assevera que:

[...] analisando o caso da fumicultura, percebeu-se que, embora esta atividade reserve diferenças em relação a outras formas de integração, como a avicultura, por exemplo, as empresas fumageiras intervêm no padrão tecnológico, seja das infraestruturas, dos tipos de sementes e insumos utilizados, das formas de semeadura, da distância entre as mudas transplantadas à lavoura, bem como, as quantidades e prazos a serem observados pelos assentados para a entrega da produção (ROOS, 2015, p. 189).

Além das formas de intervenção apontadas por Roos, identificamos a partir dos trabalhos de campo, que as integradoras ligadas à fumicultura intervêm e fiscalizam os moldes da produção e trabalho camponês, também a fim de evitar problemas e questões que possam afetar a imagem das empresas. Consideramos que o depoimento do camponês Joel Marcelino, fumicultor integrado à empresa Souza Cruz, é esclarecedor no que se refere a essa questão.

Eles são rígidos, na escola, o instrutor [funcionário da empresa Souza Cruz] vem aqui e passa na escola pra ver como é que tá. Eu tenho um menino de sete anos que vai na escola, ele passa pra ver como é que estão as faltas, se o menino tá mesmo indo na aula. Se o instrutor chegar aqui e pegar uma mulher grávida, um senhor idoso ou uma criança trabalhando na lavoura dá problema para mim (Joel Marcelino [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Além da Souza Cruz, outra empresa que tem atuado nos assentamentos através do sistema de integração é a Biorgânica. De modo geral, as formas de apropriação da renda da terra e as relações de dependência geradas por essa empresa são as mesmas praticadas pelas demais integradoras, ou seja, em síntese, referem-se ao fornecimento de toda assistência e aporte tecnológico necessário, mediante a exclusividade na comercialização da produção.

De acordo com os relatos, no assentamento Celso Furtado existem cerca de 6 famílias que na atualidade trabalham com a Biorgânica. Uma delas é a família do camponês Geraldo Fagundes, integrado há cerca de oito anos, que produz mandioca e grãos como soja e milho para a empresa. A Biorgânica é especializada na produção de alimentos e ingredientes orgânicos, portanto, os cultivos que o senhor Geraldo e as demais famílias integradas produzem são livres de agrotóxicos e seguem as diretrizes estabelecidas para a produção orgânica.

Sendo assim, a assistência técnica e os insumos que a empresa fornece aos assentados são próprios para a produção orgânica. Segundo explica o senhor Geraldo, antes de iniciar os cultivos, os camponeses integrados precisam realizar o planejamento produtivo junto a empresa, no qual são definidos a área a ser plantada e a quantidade de insumos a serem utilizados. Conforme suas palavras: “sempre tem o contrato né, se eu planto mandioca, se eu planto soja, é tudo com contrato, tudo com o projeto produtivo, é um negócio que tem que começar do zero, fazer o projeto pra depois plantar, eles não aceitam assim plantar por conta, daí depois eles não compram, né” (Geraldo Fagundes [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Em nosso entendimento, esse é mais um ponto que demonstra o nível de intervenção das integradoras no território camponês, mesmo sem que haja o processo de territorialização. Ao mesmo tempo, consiste em uma forma de induzir o camponês a produzir a cultura e o volume desejado, conforme as necessidades produtivas da empresa. Na Foto 8, apresentamos um registro da produção de milho orgânico, realizada pelo camponês Geraldo, no assentamento Celso Furtado.

**Foto 8 –** Milho orgânico produzido no sistema de integração com a empresa Biorgânica



Fonte: JORGE, 2022.

A certificação dos cultivos dos produtores ligados à Biorgânica é realizada por meio do Instituto Biodinâmico (IBD), sendo que para obter o documento, os camponeses

necessitam cumprir uma série de protocolos, pagar individualmente uma taxa anual de valor variável e passar pelos processos de vistoria de análise estipulados pela certificadora. Assim como explicam Andrade e Locatel (2019), muitas vezes, o processo de certificação é excludente, uma vez que é custoso e burocrático, não sendo acessível a todos os camponeses. Na Foto 9, mostramos um registro da certificação obtida pelo camponês Geraldo.

Compreendemos que a produção orgânica efetuada pelos camponeses inseridos no sistema integrado difere das práticas agroecológicas realizadas nos assentamentos. Isso porque, assim como discutiremos mais a frente, a agroecologia define-se como ciência, movimento e prática (WEZEL et al., 2009), construtora de um debate social, cultural e ideológico, uma dimensão política de enfrentamento ao agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento hegemônico (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012; ROSSET, 2017), o que se perde completamente no caso da produção orgânica no sistema de integração, uma vez que a centralidade passa a ser os nichos de mercado.

**Foto 9** – Certificação de produção orgânica do assentado Geraldo Fagundes, emitida pela empresa IBD devido a integração à Biorgânica



**Fonte:** JORGE, 2022.

Segundo Andrade e Locatel (2019), consideramos que a produção orgânica no sistema integrado desdobra na ressignificação da agricultura orgânica, pois embora trate-se alimentos livre de agrotóxicos, se distancia dos princípios agroecológicos e se baseia na lógica mercadológica, constituindo o que Giraldo e Rosset (2021) denominam de agroecologia

neoliberal, o que também pode ser entendido como uma falsa ideia de agroecologia. Assim, compreendemos que esse processo na realidade indica a apropriação da proposta agroecológica pelo capital, que lança um discurso no sentido de afirmar que essa também pode ser parte do agronegócio. Em consonância com Andrade e Locatel (2019):

Assim sendo, a rotulagem ambiental com base na informação (na certificação) surge como uma faceta; faz parte da lógica de mercado; é uma oportunidade competitiva por meio da agregação de valor. Surge no momento em que as empresas constatarem que as preocupações ambientais, criadas por elas mesmas, poderiam se converter em vantagens mercadológicas. Assim, criam uma materialidade informacional que permite que os produtos agrícolas orgânicos transcendam as escalas geográficas, com objetivo eminentemente de aumentarem os lucros (ANDRADE; LOCATEL, 2019, p. 216).

Dessa forma, o fato de a produção ser orgânica não exclui o caráter de subalternização da integração. Assim, a produção orgânica via integração está na contramão das estratégias de organização trabalhadas pelo MST nos assentamentos, as quais compreendem a agroecologia também uma forma política de resistência e luta por maiores níveis de autonomia e emancipação, perpassando por diversas atividades formativas, processos coletivos de socialização de conhecimentos, certificações participativas etc.

Com base nessas considerações, compreendemos que a integração às agroindustriais é mais um elemento que demonstra as contradições e fragilidades em que se realiza a (re)produção camponesa. Muitas vezes, os assentados optam pela integração por estarem desprovidos de recursos para ingressar em uma determinada atividade produtiva. Portanto, essa é uma possibilidade de manutenção da existência desses sujeitos enquanto trabalhadores familiares em seus territórios (ROOS, 2015).

Mesmo que de forma subalterna, a integração é uma forma de garantir as condições para produzir e o acesso ao mercado, sobretudo, quando existe um desequilíbrio na destinação de recursos e de políticas públicas, sendo essas implementadas somente a partir de uma ótica que entende a agricultura camponesa como anexo da agricultura capitalista. Desse modo, ao questionarmos o camponês Joel sobre a diferença entre a integração e a comercialização independente do fumo, por exemplo, via atravessadores, o assentado afirma:

Falar a verdade, tem seus altos e baixos, se você for vender por fora, tipo eu nunca vendi, mas, nesse caso o fumo pode estar úmido, eles não vão descontar, eles não descontam INSS, Fundo Rural. Daí pra firma tem tudo isso, mas eu tenho o mercado garantido, né [...] a firma passa uma segurança, eles tem onde estocar, eu não posso correr o risco de perder a produção ou ter que vender a um preço muito abaixo (Joel Marcelino [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Paralelo ao sistema integrado, muitas vezes os camponeses desenvolvem outras atividades, revelando o caráter complementar da integração, que possibilita a ampliação da renda (ROOS, 2015). Esse é o caso do camponês Geraldo, que junto as lavouras para a Biorgânica, produz frutas e hortaliças para comercializar via PNAE. É também o caso do camponês Joel, que além de fumo desenvolve a pecuária leiteira. Considerando que diferentemente do fumo, o leite resulta em pagamentos mensais, essa consiste em uma renda que ajuda a cobrir despesas, amenizar prejuízos e subsidiar investimentos.

Ademais, é comum que, apesar da integração, os camponeses separem uma parte do lote, mesmo que pequena, para a produção de alimentos voltados à alimentação da família. Assim como já afirmamos, a produção para o autoconsumo é uma territorialidade emancipadora, portanto, uma forma de uso do território que quando associada à integração, à inserção no sistema produtivo do agronegócio ou ao arrendamento, reduz o grau de subalternização.

Nos trabalhos de campo, encontramos camponeses que afirmam que já foram integrados, principalmente, às empresas do ramo da fumicultura, mas que desistiram da atividade. Dentre os motivos apontados estão o excesso de agrotóxicos utilizados na produção, a insuficiente força de trabalho familiar, quedas nos preços pagos pela produção e casos de endividamento.

Comparado a inserção no modelo produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, consideramos que a integração gera um grau maior de subalternização camponesa, isso porque além das relações produzidas serem de intervenção e não de mediação como no primeiro caso, as amarras geradas nesse sistema são maiores (PAULINO, 2003; 2004). De modo geral, os camponeses encontram mais dificuldades para deixar a integração, tendo em vista os financiamentos há longos prazos realizados para investir em infraestruturas e as dívidas contraídas para subsidiar as produções. Contudo, a integração é um tipo de territorialidade subalterna que está presente em uma escala menor nos assentamentos do que a inserção no modelo produtivo do agronegócio.

Em síntese, entendemos que a integração se inscreve no contexto da agricultura capitalista, do modelo de desenvolvimento do agronegócio e, por conseguinte, da lógica do PCA, em que o campesinato é compreendido como um anexo, o qual em determinados situações, é vantajoso agregar, porém apenas sob a ótica da inserção subalterna. Nos assentamentos estudados, esse tipo de territorialidade também aparece associada a outras territorialidades subalternas, como as práticas de arrendamento, as quais se realizam tanto de forma parcial quanto total, conforme analisaremos na sequência.

#### 4.3 ARRENDAMENTO PARCIAL E TOTAL DO LOTE

Segundo identificamos na pesquisa, nos assentamentos o arrendamento se realiza tanto em parcela quanto na totalidade do lote, sendo que nesta seção abordaremos essas duas formas juntas, dada a relação e complementaridade entre elas. O arrendamento é uma questão bastante delicada para os assentados, que divide opiniões, sendo que na maior parte dos casos eles evitam falar sobre ou abordam de maneira bastante generalizada, uma vez que temem causar algum tipo de problema, considerando que esta prática é vedada de acordo com as normas estipuladas pelo INCRA (ORIGUÉLA, 2019).

Conforme analisamos, existem diversos elementos internos e externos que influenciam os camponeses a aderirem ao arrendamento. No que se refere aos elementos internos, podemos destacar a disponibilidade insuficiente de força de trabalho familiar para explorar a área em sua integralidade; e a impossibilidade de continuar o trabalho na terra, em razão de condições de idade avançada ou problemas de saúde dos assentados. Já os elementos externos estão normalmente associados a questões econômicas, como dificuldades de acesso à crédito rural; situações de endividamento; necessidade de levantar recursos financeiros de maneira rápida, sem demandar investimentos etc. Portanto, assim como pontua a assentada Bibiana Camargo, o arrendamento:

É algo bem complexo porque envolve períodos. Primeiro, **quando a pessoa procura fazer uma parceria ou arrendamento é porque ela está com alguma dificuldade de seguir com seu planejamento, dificuldade econômica, geralmente.** Na parceria e no arrendamento o objetivo é o mesmo, é outra pessoa, um terceiro pegar uma faixa sua de terra e produzir algo ali em um combinado com você (Bibiana Camargo [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, dez. 2021, grifo nosso).

São “[...] as condições sociais e econômicas do grupo familiar que definirão se haverá ou não arrendamento de terras e a intensidade destas atividades”, tendo em vista que “[...] o fundamental não é a possibilidade de auferir maiores rendimentos com o arrendamento, mas sim, a garantia da reprodução social em condições satisfatórias” (ROOS, 2015, p. 216).

Como podemos observar na fala da assentada Bibiana, em alguns casos, os assentados se referem aos arrendamentos como parcerias, entretanto, entendemos que existem diferenças entre essas duas práticas. No arrendamento, os territórios camponeses são utilizados por terceiros em troca do pagamento de renda (em produto ou em dinheiro) pré-estabelecida, sem a diluição dos custos dos insumos utilizados e sem a participação no processo produtivo. Já as parcerias, normalmente, são estabelecidas entre assentados, muitas vezes, membros de uma mesma família. Nelas, uma das partes entra com a terra e outra com os meios de produção necessários para a exploração agrícola, sendo que o

trabalho, os custos e os resultados das colheitas são divididos igualmente entre os parceiros (OLIVEIRA, 2001). Nos trechos de depoimentos a seguir (um de um camponês do assentamento Pontal do Tigre e outro de uma camponesa do assentamento Eli Vive), ajudam a compreender as diferenças entre os arrendamentos e as parcerias.

Além do meu, eu planto mais uns sítios arrendado em volta né, [as áreas que você arrenda é aqui dentro do assentamento mesmo?] é, é aqui dentro, a gente fala que faz parceria, né, porque não pode arrendar, mas então em alqueire dá trinta e três alqueires, ao todo. Eu tenho todos os equipamentos, os maquinários que precisa. [Como você realiza o pagamento pelo arrendamento?]. Depende, tem alguns que a gente combina uma quantidade de sacas de produto por alqueire, outros prefere já combinar direto em dinheiro mesmo (Ademir Prado [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago. 2021).

Eu faço parceria naquela parte debaixo lá. Esse ano agora eu quero ver se eu faço o plantio só eu, eu vou tentar fazer um plantio direito, plantar só milho ou só soja ou só feijão. O parceiro aqui é assentado também, ele tem um lote lá no comecinho. A gente planta batata doce aqui [...] nosso sistema é a meia, tudo a meia, a gente planta, depois tira o gasto o que sobra no final a gente divide. A gente divide as despesas e o lucro também. Eu entro com a terra e ele trabalha com o trator, prepara a terra. O bom pra mim é que daí esse gasto todo aí nesse período de preparar a terra [manutenção dos maquinários, por exemplo] é dele, né, porque a gente também não tem condições. É bom também que ele já tem até onde vender a batata (Helena Moraes [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive, mai. 2022).

A partir dos relatos dos camponeses, entendemos que em diversas situações os assentados aderem aos arrendamentos e as parcerias, pois essas são alternativas frente às dificuldades em acessar as tecnologias, os meios de produção e os mercados (OLIVEIRA, 2001; ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019). Em todos os assentamentos estudados encontramos casos de arrendamento. Nas entrevistas, observamos que muitos dos assentados que arrendam parte do lote encaram essa prática como uma alternativa temporária e traçam planos de como superá-la, a partir de circunstâncias mais favoráveis.

Nas incursões à campo identificamos que o arrendamento parcial é majoritariamente predominante em vista do arrendamento total. No geral, a porcentagem do lote arrendada varia conforme uma série de elementos e as situações internas de cada família. Consideramos que quanto maior a área arrendada maior o nível de subalternização.

Compreendemos o arrendamento como um tipo de territorialidade subalterna, tendo em vista que essa é uma prática que impede o camponês de utilizar parte ou totalidade de seu próprio território, desdobrando em uma relação de desterritorialidade, assim como discutimos no Capítulo 1 (FERNANDES, 2005). Por essa razão, consideramos que o arrendamento total é um tipo de uso do território que proporciona um grau muito elevado de subalternização. Contudo, apesar de elevado, é importante ponderar que mesmo o

arrendamento total pode ser uma situação temporária e que a posse do território sempre garante aos camponeses a possibilidade de reversão dessa situação, consecutivamente, de conquista da reterritorialidade.

Além disso, precisamos analisar o arrendamento nos assentamentos considerando os contextos agrário e político, que no governo Bolsonaro foram marcados pela falta de incentivo à agricultura camponesa, pela ruptura de políticas públicas e ausência de um projeto de desenvolvimento camponês por parte do Estado. Nesse sentido, a renda fundiária obtida através do arrendamento também consiste em uma espécie de trunfo para os assentados. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o arrendamento leva a subalternização e pode inclusive desdobrar na desterritorialização dos sujeitos, essa territorialidade também é uma estratégia de resistência que, em determinados períodos, viabiliza a permanência das famílias na terra (RODRIGUES, 2022).

No arrendamento parcial do lote, os assentados geralmente realizam atividades complementares, dentro e fora dos lotes, o que demonstra que nem sempre o arrendamento constitui em uma maneira de aliviar o trabalho dos membros da família, ao contrário disso, algumas atividades são até mesmo intensificadas (ROOS, 2015). Quando o arrendamento corresponde a totalidade ou a maior parte do lote, geralmente os assentados desenvolvem atividades externas, muitas vezes, nas cidades. Esse é o caso do camponês Márcio Mendes, que vive no assentamento Guanabara e tem mais de 50% de seu lote arrendado.

Eu trabalho mensal pra fora, ela faz diária pra fora também. A gente sai fora [cidade] para complementar a renda né, só o arrendamento também é pouco, não dá pra investir, você tem que comer, tem que sobreviver, daí pra você investir em fruta não dá. Esse ano só com fruta a gente já gastou mais de 30 mil reais, gasta demais (Márcio Mendes [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

Na maior parte dos casos, o arrendamento aparece associado a outras formas de uso subalterno do território, tais como a integração a agroindústria e a inserção no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio. Dessa forma, o camponês Geraldo Fagundes, que conforme já mencionamos é integrado à empresa Biorgânica, conta em entrevista que já chegou a arrendar aproximadamente trinta alqueires no assentamento para ampliar o cultivo de grãos. De acordo com suas palavras: “eu usava bastante, agora tem bem pouquinho, esse ano eu só tenho dois alqueires arrendado. Eu já cheguei a plantar trinta alqueires dos outros de fora aí” (Geraldo Fagundes [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Outro exemplo, é o camponês Jurandir Oliveira, que assim como relatado planta grãos, sobretudo soja, em terras próprias e arrendadas no assentamento Guanabara. Em entrevista, Jurandir não quis dizer exatamente a quantidade de terras arrendadas no



assentamento. Contudo, tendo em vista os relatos de outros camponeses e algumas informações dadas pelo próprio assentado em conversas informais, estimamos que além de seu lote, Jurandir trabalhe com mais cerca de quarenta a cinquenta alqueires arrendados, tudo dentro do mesmo assentamento.

Em consonância com Roos (2015), Origuéla (2019) e Oliveira (2001), observamos nos assentamentos estudados, que os arrendamentos ocorrem de duas formas: a) de camponês para arrendatário, sendo os arrendatários pessoas que podem possuir ou não terras próprias e que geralmente efetuam vários arrendamentos, dentro e fora dos assentamentos; b) de camponês para camponês, sendo o camponês-rendeiro, normalmente, um sujeito inserido no modelo produtivo do agronegócio, que geralmente possui alguns maquinários e implementos agrícolas.

Compreendemos essas duas formas como tipos convencionais de arrendamento, cujo embasamento é capitalista. Contudo, ainda existem diferenças entre elas. O arrendamento entre camponeses normalmente se estabelece com base na confiança, sendo que é bastante frequente o relato da ausência de assinatura de contratos, isto é, os acordos são estabelecidos apenas verbalmente. Além disso, conforme esclarece Roos (2015, p. 217) a principal diferenciação entre essas formas arrendamento é a força de trabalho familiar, sendo que é “[...] a predominância desta que define os camponeses que arrendam terras como rendeiros, em contrapartida, às relações pautadas no trabalho assalariado identificam os arrendatários capitalistas”.

Na maior parte das situações, os camponeses-rendeiros arrendam terras de vizinhos, dentro do assentamento onde vivem. Todavia, existe uma minoria, mais capitalizada, que também arrenda terra fora dos assentamentos em que residem. Esse processo foi observado principalmente no assentamento Missões, sendo a família da camponesa Fernanda Medeiros um exemplo: “meu marido arrenda umas terras pra fazer silagem [qual é a área aproximadamente arrendada?] olha eu não tenho uma base, porque as vezes não é um lote todo, né, é um pedaço aqui, outro ali, [dentro do assentamento mesmo?] tem uns que é [fora também?] sim” (Fernanda Medeiros [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Missões, jul. 2022).

É difícil precisar qual das formas de arrendamento é mais frequente nos assentamentos como um todo, uma vez que esse é um processo que varia, conforme as especificidades de cada território, cada região. Assim, em alguns assentamentos, como nos assentamentos Guanabara, Monte Alto e Missões constatamos, por meios do diálogo com os assentados, a predominância do arrendamento de camponês para camponês. Em outros, como no Paulo Freire, Celso Furtado e 12 de Abril, prevalece o arrendamento de camponês

para arrendatário. Sobre esses dois tipos de arrendamento, a camponesa Bibiana Camargo analisa:

O que eu percebo é que quando isso acontece dentro da mesma comunidade, dentro do mesmo assentamento, ou seja, é o meu vizinho que tá trabalhando com a minha terra, acontece uma relação mais igualitária, mais discutida e ela tende a ser mais funcional. Quando é uma relação com alguém de fora, de repente com um arrendatário que é nômade, fica um tempo e depois sai, ele vai ter ali a mesma visão que ele tem de outros arrendamentos. É uma terra que ele vai usufruir, vai usar, e quando não for mais benéfico a ele vai embora e pode deixar um monte de conflito pra trás, porque como ele não estava ali junto com as pessoas morando, ele não participou do processo, ele pode até ter uma dificuldade de fazer combinados, ajustar algumas coisas, é muito comum. **Não que seja bom a família passar sua terra para um terceiro cuidar, mas eu acho que ainda é bem melhor quando é alguém de dentro do assentamento**, mas eu acho que a longo prazo o assentado arrendatário também não vai conseguir se manter, porque em algum momento pode minar as condições da pessoa. A tendência é que os proprietários dos grandes meios de produção consigam se sustentar e quando começar a ter problema, diminuir a produtividade, até mesmo por questões de solo, a tendência é ele abandonar e ir pra outro lugar. Esse é o perfil que temos de grandes arrendatários. E esse cara não vai fazer acordo com o vizinho com o qual ele não tem lote arrendado, ou seja, ele não tem compromisso com o vizinho, ele vai fazer de tudo pra produzir onde ele fez o acordo com você, agora se a forma dele de produzir vai afetar alguém, ele não tá ligando (Bibiana Camargo [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, dez. 2021).

Outros assentados entrevistados fazem análises similares a de Bibiana e pontuam que mesmo nos casos em que os arrendamentos de camponês para camponês são predominantes existe uma certa fragilidade que pode fazer com que a qualquer momento o camponês-rendeiro não somente não consiga manter os arrendamentos, como também acabe se endividando, tendo em vista que ele não tem as mesmas condições de competitividade e de suportar crises que os grandes produtores do agronegócio. Percebemos que o arrendamento entre camponeses é estimulado pelo fato de que o sistema produtivo do agronegócio só é vantajoso quando se tem acesso à grandes porções de terra. Como a proposta dos territórios de reforma agrária se baseia justamente na desconcentração fundiária, esse sistema não se torna viável caso o assentado o aplique apenas em seu lote. Assim, os camponeses se inserem no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, buscando constantemente a expansão territorial, como forma de aumentar a produtividade e a renda obtida.

Conforme ainda apontou a assentada Bibiana, nos arrendamentos de camponês para arrendatário, inúmeros conflitos podem surgir, decorrentes, por exemplo, de prejuízos causados pelos arrendatários a outros assentados, em função do uso demasiado de agrotóxicos etc. Uma vez que o arrendatário é externo ao assentamento e ao Movimento, ele não compartilha dos mesmos princípios, formas de entendimento e processos educativos que

os demais assentados, sendo o sucesso das lavouras a única prioridade nesses casos. O depoimento do camponês Egídio Costa, que vive no assentamento Paulo Freire, é ilustrador no que se refere a essa questão.

Esses um que é aqui de dentro do assentamento a gente não corre esses problemas, é que tem os fazendeiros, né. **Tem dois fazendeiros aí que arrendam e de vez em quando fazem uma lambança. É que o fazendeiro não liga para o pequeno, e o pequeno é tão ignorante, tão coitado que ele mente, ele fala nós não plantamos de arrenda, nós somos parceiro, mas rico não faz parceria com pobre.** O rico tá arrendando meu né, aí o INCRA aparece por aqui é fala, gente é proibido arrendar, mas daí o cara fala não, eu não estou arrendando, ele é parceiro, mas parceiro até onde? [Os arrendatários de fora, eles usam mais veneno aqui no assentamento?] nossa! Eles abusam, tem vezes que o trem é feio, o filho mesmo tem vezes que solta a boca, porque atinge a horta dele, ele já perdeu tomate por causa de veneno, eu já perdi café porque o fazendeiro ali passou veneno, o vento estava de lá pra cá, acabou com o café, trouxe tudo o veneno. Sempre a gente tem esses caras que vem aí incomodar (Egídio Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, set. 2021, grifo nosso).

Os arrendamentos de camponês para arrendatário são predominantes em assentamentos localizados em regiões de interesse do agronegócio, resultando em um maior nível de assédio por parte de médios e grandes produtores sobre as terras dos assentados, ou seja, um processo de disputa pela territorialidade. Esse é o caso, por exemplo, do assentamento Eli Vive, sendo que para inibir a entrada de arrendatários, uma alternativa que vem sendo implementada é a possibilidade de que ao invés de arrendar parte do lote para um terceiro, o camponês que por algum motivo não consiga utilizar toda sua terra, possa arrendá-la para a cooperativa de produção e comercialização sediada no assentamento e vinculada ao MST, denominada Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON). O assentado Cláudio Pires, que vive no assentamento e é presidente da cooperativa, explica melhor esse processo:

**A ideia surgiu muito no intuito assim da gente recuperar nossas terras, que estavam sendo arrendadas por terceiros de fora do assentamento.** Essa terra foi conquistada por uma grande luta, muitas peleia aí pra gente conquistar ela e de fato estava ficando na mão de fazendeiros de fora, então a principal ideia era isso. Mas com o passar do tempo, a gente viu que também poderia ter um controle sobre essa terra, né, então, por exemplo, nelas nós só plantamos milho convencional, que faz os derivados de milho na nossa agroindústria e plantamos feijões. Algumas áreas ainda estão plantando soja, mas a tendência é só milho e feijão. Ao mesmo tempo que a gente faz essa parceria com o assentado, a gente também incentiva ele, deixando ali em volta da casa, um alqueire, dois alqueires, pra ele desenvolver outras atividades, hortifrúti, coisas que pode comercializar com o PNAE [Plano Nacional de Alimentação Escolar] também. Então ele vai ter a renda da parceria da terra mais a renda da produção do hortifrúti. **A maior ideia é isso, nós precisamos produzir matéria prima pra nossa cooperativa, pra nossa agroindústria e nós precisamos tomar o controle**

**das terras do assentamento.** [Há quanto tempo vocês começaram com essa prática?] mais ou menos uns três anos. [Como vocês avaliam os resultados dela?], **a gente conseguiu reduzir a quantidade de arrendatário de fora em mais ou menos 90%** (Cláudio Pires [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive, mai. 2022, grifo nosso).

Ainda segundo explica o camponês Cláudio, nesse tipo de arrendamento, além de receber uma renda por alqueire maior do que o pago no geral pelos arrendatários, a cooperativa não tem fins lucrativos, portanto, as sobras da renda gerada ao longo do ano retornam direta e indiretamente para os próprios assentados, que na maior parte dos casos também são cooperados. Esse retorno se efetiva através de investimentos no centro comunitário, em esporte, lazer, educação, assistência técnica etc. Consideramos que esta é uma nova modalidade de arrendamento, que difere do arrendamento tradicional, de base capitalista, e que vem sendo gestada pelo Movimento como uma estratégia de resistência diante do contexto de disputa pela territorialidade.

Ainda que o arrendamento seja por si só uma forma de uso subalterno do território, entendemos que quando esse se estabelece entre camponês e cooperativa camponesa, o grau de subalternização é menor. Primeiro porque a apropriação da renda da terra é consideravelmente reduzida, pois as cooperativas são instituições sem fins lucrativos. Segundo, porque os camponeses participam da tomada de decisões e de certo modo do processo produtivo, ao contrário do que acontece nos arrendamentos convencionais. Ademais, esse é um mecanismo que reduz os conflitos internos, causados mediante a entrada de arrendatários externos nos assentamentos, tal como abordamos anteriormente.

A implementação desse novo tipo de arrendamento, que identificamos apenas no assentamento Eli Vive, merece destaque, levando em conta que é uma construção coletiva essencialmente política, que visa organizar os camponeses e criar arranjos frente a uma questão que é estrutural nesse e em outros assentamentos. Esse é um entre vários outros exemplos que demonstram a criatividade do campesinato no que concerne a criação de formas de resistência, que visam reduzir o grau de subalternização.

As análises realizadas neste capítulo referentes aos tipos de territorialidades subalternas evidenciam que de fato os assentamentos são territórios marcados permanentemente pela conflitualidade, por disputas territoriais de diversas ordens e que a (re)produção camponesa se realiza em meio a adversidades e contradições.

As territorialidades subalternas nos assentamentos podem ser analisadas desde a perspectiva do PCA, uma vez que elas representam a lógica de produção da propriedade capitalista no território camponês, expressa na inserção dos sujeitos no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, na integração à agroindústria e no arrendamento parcial e total do lote. Por outro lado, elas ainda podem ser analisadas desde a perspectiva do PQA,

isso porque os assentamentos, enquanto territórios camponeses, são resultados da luta pela terra, e as territorialidades neles produzidas são resultados da luta pela (re)produção social do campesinato. Dessa forma, conforme declaramos, as territorialidades subalternas também se inscrevem no quadro das resistências camponesas, são, em diversas situações, estratégias (por mais que não as ideais) para permanecer no campo, sobretudo, em contextos políticos menos favoráveis, como se configurou os últimos anos, especialmente, o período do governo de Jair Messias Bolsonaro.

Precisamos ponderar que as análises efetuadas sobre as territorialidades subalternas focalizam, principalmente, a dimensão econômica, tendo como norte as formas de apropriação da renda da terra camponesa pelo capital. Por mais que a dimensão econômica seja muito relevante para a (re)produção camponesa, é importante lembrar da indissociabilidade que discutimos enquanto qualidade estruturante, que faz com que todas as dimensões do território estejam interligadas, de modo que os impactos produzidos em uma delas gerem desdobramentos nas outras.

No que refere a dimensão ambiental, compreendemos que as territorialidades subalternas produzem efeitos semelhantes ao agronegócio (contaminação do ambiente, devido ao uso de agroquímicos; perda da diversidade biológica, em função da especialização produtiva e sementes transgênicas etc.). Porém, mesmo quando os camponeses estão altamente inseridos no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, consideramos que os impactos ambientais causados por esses sujeitos não atingem a mesma proporção comparado aos produtores do agronegócio, isso porque, os camponeses podem se integrar subalternamente a esse sistema, mas dificilmente possuem as mesmas condições de exploração em termos de recursos e área territorial.

Conforme afirmamos no início desse capítulo, nas territorialidades subalternas, a relação com a natureza é pautada segundo a racionalidade do capital. No entanto, não podemos desconsiderar que esta racionalidade é antagônica à do campesinato, cujo modo de produção historicamente se desenvolveu em um processo de coevolução com a natureza (ORIGUÉLA, 2019). Enfim, essas também são contradições que demarcam os territórios e a (re)produção camponeses no capitalismo (OLIVEIRA, 2001), indicando a complexidade desse processo na multidimensionalidade.

Quanto a dimensão social, consideramos importante pontuar que as territorialidades subalternas são, geralmente, produzidas a partir de relações mais verticalizadas. Tanto entre os assentados, como indica os casos de arrendamento de camponês para camponês que analisamos, como no que se refere as relações entre esses sujeitos e as diferentes empresas (cerealistas, agropecuárias indústrias integradoras etc.) com as quais eles se relacionam.

Já no que tange a dimensão política, muitas vezes, a produção de territorialidades subalternas está relacionada à inserção dos camponeses na ideologia do agronegócio, o que conforme afirmamos, desdobra na alienação desses sujeitos, sendo esse um processo que também pode estar associado a adoção por parte dos camponeses de um viés político dominante, relacionado ao agronegócio, como pudemos observar em algumas situações, principalmente nos momentos de conversa informal.

Entretanto, é necessário ressaltar que a subalternização, assim como a emancipação, se efetua a partir do equilíbrio entre uma série de elementos internos e externos aos territórios camponeses, como analisamos nesse trabalho. Portanto, cabe esclarecer que as territorialidades subalternas não se materializam apenas a partir da ideologia do agronegócio e do viés político dominante, mas também em razão de diversas condições e situações relacionadas a concretude das vidas dos sujeitos, sendo possível identificar assentados que apesar de partirem de uma ideologia camponesa e de um viés político progressista, encontram-se em condições de subalternização e, em muitos casos, possuem consciência desse processo.

Para os camponeses, a subalternização pode ser uma condição temporária ou não, todavia, ela não se efetiva sem resistência, sendo essa parte inerente do campesinato. A partir das resistências, nascem diferentes tipos de usos do território mais autônomos, soberanos, emancipadores, os quais aparecem na maior parte das vezes paralelos às territorialidades subalternas, como formas de diminuir o nível de subalternização, configurando o que entendemos como pluriterritorialidades. Nesse sentido, analisaremos no capítulo seguinte os tipos de territorialidades emancipadoras identificadas na pesquisa.

# Capítulo 5

## **5. OS TIPOS DE TERRITORIALIDADES EMANCIPADORAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ**

Compreendemos as territorialidades emancipadoras como resultados do uso do território camponês pelos camponeses. Assim como já abordamos, essas são resistências territoriais, baseadas no modo de viver, saber e fazer camponês. Podemos entender que a emancipação é resultado do distanciamento do camponês do mercado capitalista e de sua aproximação da natureza, em um processo de ampliação da base de recursos autocontrolados (HOCSMAN, 2014, ORIGUÉLA, 2019).

Na pesquisa, identificamos seis formas de uso do território que consideramos emancipadoras, sendo elas a produção para o autoconsumo; a cooperação/associação; a agroindustrialização; a educação camponesa; as práticas agroecológicas e os mercados camponeses. É importante esclarecer que quando mencionamos a cooperação/associação e agroindustrialização não estamos nos referindo às cooperativas, associação e agroindústrias controladas pelo agronegócio, mas sim as camponeses, que na grande parte das vezes, são criadas e regidas segundo os princípios dos movimentos, neste caso, do MST.

Essas formas de uso do território também podem aparecer sobrepostas, sendo assim, as práticas agroecológicas, por exemplo, muitas vezes estão associadas à cooperação, à educação e aos mercados camponeses. Quanto mais somados esses tipos de territorialidade estiverem, maior é o grau de emancipação.

Portanto, são considerados altamente emancipados os camponeses que possuem autonomia, quer dizer, que são capazes de se auto-organizar individual ou coletivamente para exercer poder e interferir na realidade. A dependência desses sujeitos dos insumos e tecnologias desenvolvidas para e pelo agronegócio é bastante reduzida. Muitas vezes, eles constroem seus próprios mercados (PLOEG, 2008; ORIGUÉLA, 2019), por meio da comercialização em feiras, entrega de cestas/sacolas etc. Por conseguinte, eles são soberanos nas decisões sobre os usos e organização de seus territórios e juntos constroem o modelo de desenvolvimento camponês, contra-hegemônico e alternativo ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Entendemos que a identificação na pesquisa de um maior número de tipos de territorialidades emancipadoras comparado às subalternas demonstra que os camponeses são sujeitos resilientes, criativos e inovadores, que sempre estão buscando alternativas de resistência a subalternização, perpassando por diferentes práticas e etapas que envolvem a formação, a produção e a comercialização.

Os territórios em que se desenvolvem territorialidades emancipadoras são marcados pelo policultivo e, conseqüentemente, por paisagens mais diversificadas, seguindo uma lógica de organização territorial em que geralmente os cultivos para autoconsumo e os cultivos



comerciais se misturam, não existindo uma delimitação espacial exata para cada atividade. Desse modo, apresentamos na Figura 14 um croqui que retrata um território, localizado no assentamento Eli Vive, em que consideramos que a territorialidade desenvolvida se caracteriza como predominantemente emancipadora.

**Figura 11** - Croqui de territorialidade altamente emancipadora no assentamento Eli Vive



**Fonte:** GOOGLE EARTH, 2022; MORAIS, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

Nesses territórios, os camponeses buscam construir relações mais harmônicas com a natureza, valorizando a diversidade biológica, os recursos disponíveis e procurando produzir desde uma grande variedade de alimentos a sementes, adubos orgânicos, plantas medicinais etc., isto é, quase tudo que precisam para a manutenção da família e sua (re)produção social.

O uso emancipador do território faz com que os camponeses superem melhor momentos de crise. Como nessas formas de uso do território os assentados praticam a policultura, caso ocorra problemas relacionados à um dos cultivos, ainda se tem os outros para equilibrar, conforme evidencia o depoimento da camponesa Maria Aparecida: “Se eu

perder o milho, por exemplo, é claro que é ruim pra mim, mas eu sei que eu não preciso me desesperar, porque tem as frutas, tem o feijão, tem a horta, que até pouco tempo era só consumo, mas agora é também um comércio” (Maria Aparecida [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mai. 2021).

Segundo observamos na pesquisa, são poucos os exemplos de territorialidades altamente emancipadoras, isso porque na maioria dos casos predominam as situações híbridas, as pluriterritorialidades, nas quais em meio a conflitualidade e contradições, são desenvolvidas formas de uso do território subalternas e emancipadoras ao mesmo tempo.

Assim como no caso da subalternização, os níveis de emancipação dos assentados variam de acordo com o equilíbrio entre diversos elementos internos e externos aos territórios camponeses. Além disso, as territorialidades emancipadoras também estão relacionadas tanto a questões referentes à organização coletiva dos camponeses, quanto a elementos que partem das individualidades, da vida material dos sujeitos.

Com base nesses apontamentos, prosseguiremos com a análise de cada um dos tipos de territorialidade emancipadora identificada na pesquisa, a começar pela produção de alimentos para o autoconsumo.

## 5.1 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO

Dentre os tipos de territorialidade emancipadora identificadas na pesquisa, a produção de alimentos para o autoconsumo é a mais comum, presente em todos os assentamentos estudados e na grande maioria dos territórios. A produção para o autoconsumo está ausente apenas nos territórios em que se desenvolvem territorialidades altamente subalternas, marcadas pela especialização produtiva e elevada vinculação dos assentados ao mercado.

Sendo assim, é bastante recorrente a verificação de territórios em que os camponeses destinam uma porção do território (mesmo que pequena) para a produção de frutas, hortaliças, legumes, raízes, bem como, para a criação de animais como porcos, galináceas e vaca leiteira, objetivando a alimentação da família, mesmo estando inseridos no sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio, por meio da produção de soja, entre outros. A mesma situação acontece na grande parte dos territórios em que se produz a integração à agroindústria e o arrendamento parcial do lote (RODRIGUES, 2022).

Um exemplo é o camponês Lázaro Jorge, que vive no assentamento Paulo Freire. De acordo com seu relato, na atualidade vivem no lote ele e a esposa, os dois apresentam problemas de saúde e, por isso, optaram pelo arrendamento parcial. No entanto, ainda assim, criam animais e plantam hortaliças como parte da alimentação. Outro exemplo, é o caso do camponês Aparecido Souza, que é coordenador do assentamento Monte Alto, em Peabiru, que em entrevista conta que seu lote corresponde a cerca de 19,4 hectares. Desse total, 14

hectares estão arrendados para outro assentado que produz grãos em consonância com o sistema produtivo do agronegócio. No restante da área, o camponês tem sua residência e cria porcos, galinhas e vaca leiteira, bem como, cultiva mandioca, milho, abóbora, pepino, quiabo e feijão de vagem para seu próprio consumo.

A porcentagem da área destinada e a diversidade dos cultivos para o autoconsumo varia conforme a dieta alimentar das famílias, a disponibilidade de força de trabalho familiar e os níveis de inserção dos assentados no mercado etc. (PAULINO, 2003). Dessa forma, conforme a teorização do balanço trabalho-consumo apresentada por Chayanov (1974), são as necessidades de manutenção do grupo familiar que pautam a produção de alimentos para o autoconsumo.

Observamos que esse tipo de territorialidade é bastante comum até mesmo nos territórios constituídos por assentados que possuem idades avançadas e já estão aposentados, como podemos identificar na fala do camponês Devair Machado, assentado no assentamento Paulo Freire.

Aqui, eu e a mulher já somos aposentados, já temos uma rendinha a mais graças a Deus! Hoje aqui tem o soja né, que vocês viram ali, mas também nós plantamos feijão, café, um pouco de arroz, milho, criamos porco, tem uns carneiros pra abater, vaca de leite. Tirando o soja que é pra vender, o resto é coisa pouca, é mais para a despesa da casa. A soja a gente paga pra plantar, pra colher. A gente cuida mesmo mais das coisinhas para o gasto (Devair Machado [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Paulo Freire, dez. 2021).

Tal como assevera Roos (2015), a produção para autoconsumo é um dos componentes do território camponês, junto ao trabalho familiar, as relações de solidariedade e reciprocidade entre vizinhos. Essa é uma das características cultivadas historicamente pelos camponeses e que são recriadas nos territórios conquistados. Entendemos que a produção diversificada de alimentos para suprir as necessidades das famílias faz parte do modo de vida, da identidade camponesa e nos assentamentos essa territorialidade se materializa em conformidade com o modo de saber e fazer dos sujeitos (CHAYANOV, 1974; MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2001; MARQUES, 2008). A produção para autoconsumo é um elemento tão estruturante para o campesinato que chega a se materializar até mesmo nos acampamentos, apesar da falta de recursos e das diversas limitações enfrentadas pelos sujeitos nesta fase de luta pela terra.

Nas Fotos 10 e 11 mostramos registros de produções para autoconsumo respectivamente nos assentamentos Valmir Mota de Oliveira e Monte Alto.

**Foto 10** – Horta e pomar de frutas para autoconsumo no assentamento Valmir Mota de Oliveira, Cascavel



Fonte: JORGE, 2022

**Foto 11** – Criação de galinhas para consumo familiar no assentamento Monte Alto, Peabiru



Fonte: JORGE, 2021

Além disso, a produção de alimentos diversificados e saudáveis para o sustento das famílias é um dos pilares da reforma agrária, assim como, pauta de luta dos movimentos. Compreendemos que esta é uma territorialidade emancipadora, pois o autoconsumo se caracteriza como uma forma de resistência frente aos processos de dominação e subordinação capitalista (FABRINI, 2010), uma vez que, assim como assevera Roos (2015, p. 269) “[...] o capital não consegue abocanhar a renda proveniente destes produtos, porque



não entram na circulação de mercadorias sendo destinados diretamente ao consumo familiar do campesinato”.

A produção de alimentos proporciona aos camponeses maior poder de decisão referente ao que comer. Também, reduz a dependência desses sujeitos em relação aos mercados, no que concerne a aquisição de produtos para alimentação. Nos relatos dos assentados, muitos deles se orgulham em destacar que comprem poucos produtos nos mercados das cidades, pois produzem grande parte do que precisam para o sustento da família. O depoimento do camponês Juarez Caetano, que vive no assentamento Valmir Mota de Oliveira, é um exemplo em relação a essa questão.

A gente produz muita coisa aqui, a gente tem uva, pêssego, lichia, maçã, ameixa, pera, banana, cana-de-açúcar, maracujá doce, morango, mandioca, alho, cebola, pimenta, arroz, feijão, cenoura, beterraba [...] a gente gasta muito mais em combustível do que em mercado. A gente tem mandioca que é o básico, arroz, feijão, fruta com variedade, verdura. Porco eu não tenho mais, mas a gente matou um bezerro faz um mês, então carne tem (Juarez Caetano [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Valmir Mota de Oliveira, nov. 2022).

Outro aspecto, é que os cultivos de autoconsumo são desenvolvidos de maneira mais autônoma, sem interferência do mercado, como acontece, por exemplo, nos casos de integração à agroindústria ou de inserção no sistema produtivo do agronegócio, em que há um pacote tecnológico a ser incorporado e um cronograma a ser seguido para que se possa obter resultados na produção. Assim, podemos dizer que o autoconsumo se realiza nos assentamentos de maneira mais livre, pois não há uma perspectiva de produção comercial. Os camponeses plantam o que lhes convém, quando e como lhes convém, segundo as necessidades do grupo familiar (CHAYANOV, 1974; ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019).

A produção para o autoconsumo é uma forma de aliviar a subordinação, causada pelas regras, rigidez e apropriação da renda camponesa por parte do mercado (ROOS, 2015). Ademais, consideramos que nos casos em que os assentados estão envolvidos com atividades produtivas que não geram uma renda mensal, como por exemplo os grãos, a produção de alimentos é ainda mais importante, pois garante ou pelo menos contribui para alimentação diária, inclusive, em momentos de crise, de perda de lavouras. Nesse sentido, assim como Origuéla (2019, p. 227) explica: “mesmo que o camponês seja subordinado em uma determinada cultura, a existência de outros cultivos, principalmente para o autoconsumo é imprescindível, pois permite certa autonomia e resiliência em momentos de crise econômica e mudanças climáticas”.

Conforme assevera Roos (2015), na produção para o autoconsumo, os assentados tendem a utilizar aquilo que eles têm à disposição, evitando recorrer ao mercado para aquisição de insumos, entre outros. É comum que para as hortas e pomares os camponeses

utilizem sementes crioulas, produzidas por eles mesmos no lote, e adubos orgânicos, preparados a partir de resíduos vegetais e animais disponíveis no território (FOTO 12).

**Foto 12** - Esterco de vaca produzido no lote, utilizado na adubação de frutas e hortaliças - assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte



**Fonte:** JORGE, 2021.

Agrotóxicos praticamente não são utilizados nos cultivos voltados ao consumo da família, isso em função de duas principais razões: 1) a consciência em relação aos danos que esses produtos oferecem para a saúde humana e para o ambiente; 2) a inviabilidade econômica de utilizá-los na produção para manutenção da família, considerando seus custos elevados. Desse modo, a partir das contradições e contrastes que envolvem a produção para autoconsumo e a produção comercial nos territórios camponeses, concordamos com Paulino (2003, p. 247), quando a autora afirma: “a importância atribuída aos alimentos livres de agrotóxicos é a face oposta do contato direto com as lavouras comerciais, nas quais o seu consumo parece ser inexorável”.

As mulheres, normalmente, são as principais responsáveis pelos cultivos para o consumo familiar nos assentamentos estudados. Neste tipo de produção, o trabalho costuma ser realizado de forma manual, com uso de plantadeiras tipo matraca, entre outros. Muitas vezes, de acordo com as condições, os camponeses chegam a adaptar veículos para o trabalho nas roças, em substituição à tratores, entre outros. Esse ponto demonstra a inventividade dos camponeses em relação a construção de alternativas, tendo em vista que nem sempre o acesso à maquinários é facilitado e, muitas vezes, depende do pagamento por hora de uso.

A Foto 13 mostra um Jerico motorizado que encontramos no assentamento Valmir Mota de Oliveira. Segundo explicam os próprios assentados, o Jerico é um veículo motorizado artesanal, semelhante a um caminhão, próprio para o uso no campo.

**Foto 13** – Jerico utilizado no trabalho agrícola no assentamento Valmir Mota de Oliveira, Cascavel



Fonte: JORGE, 2022.

Os camponeses buscam aproveitar da melhor forma possível os alimentos produzidos para o consumo familiar. Dos animais, como os porcos, eles utilizam a carne, a gordura, a pele e até mesmo o sangue. Para evitar a perda do leite, costumam fazer queijos, e outros derivados. A partir das hortas e dos pomares, além das verduras e frutas *in natura*, eles fabricam conservas, compotas e doces. O que avaliam que não serve para o consumo humano, tende a ser transformado em adubo orgânico ou complementar o trato dos animais, incluindo desde cascas até o soro retirado do leite no processo de produção de queijos.

Para nós esse é um elemento que demonstra a lógica produtiva camponesa, que tem dentre seus eixos estruturantes o policultivo, a partir do aproveitamento máximo e racional de todos os recursos disponíveis no lote, caminhando em direção à autossuficiência e à construção de relações mais harmônicas com a natureza. Tal como procuramos demonstrar em diversos momentos nessa tese, essa lógica é oposta à do agronegócio, em que o foco é a especialização produtiva, as *commodities* e as exportações, segundo critérios e padrões de qualidade rígidos estabelecidos pelo mercado mundial. É sempre válido lembrar que apesar de antagônicas, em diversas situações, essas duas lógicas coexistem em um mesmo território, contraditória e conflituosamente, evidenciando o quanto que o limite entre subalternização e emancipação pode ser tênue.

É comum que a produção para o autoconsumo gere um excedente, que pode ser comercializado, apesar deste não ser o foco principal deste tipo de produção. “Assim, além

de evitar o dispêndio monetário o autoconsumo gera renda monetária com a venda dos excedentes, geralmente utilizada para cobrir despesas cotidianas” (ROOS, 2015, p. 271). A comercialização desses produtos pode ser realizada de diversas formas: em feiras, em pontos de venda nas cidades e através de entregas de cestas/sacolas em domicílio, assim como exemplifica o depoimento do camponês Juarez Caetano.

Quando eu vejo que tá sobrando muita coisa aqui, das miudezas que a gente planta para o gasto, eu encho o carro e vou pra cidade. Lá eu mesmo vendo [...] eu vendo nas esquinas, nos semáforos [então, o senhor mesmo vende na rua?] eu vendo na rua, as vezes paro no pátio da igreja, e lá mesmo eu vendo tudo. Minha esposa vende pães, amanhã mesmo tem oito pães encomendados. Ela também faz doce, queijo, daí se tem algo mais sobrando aqui eu já levo (Juarez Caetano [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Valmir Mota de Oliveira, nov. 2022).

Os camponeses também negociam o excedente da produção dentro de seus próprios assentamentos, evitando o deslocamento para as cidades. Esse é o caso, por exemplo, do assentado Lázaro Jorge, que em entrevista nos conta que quando sobra leite de sua produção, ele vende para uma assentada vizinha, que fabrica queijos para comercializar na cidade.

Além de vender, eventualmente, os camponeses trocam produtos entre si. Essa é uma questão que tivemos a oportunidade de apreender por meio da participação nos momentos de convivência entre os assentados, nas conversas informais. Em uma dessas ocasiões, a camponesa Maria Aparecida nos explicou que as trocas fazem parte do universo camponês. Citando seu próprio exemplo, Maria disse que sua irmã (que vive no mesmo assentamento) cria bezerros para ter disponível carne de gado para consumo, já ela prefere criar porcos. Assim, sempre que abate um bezerro, a irmã separa uma parte para trocar com Maria por um pedaço de porco. Desse modo, ambas têm disponível os dois tipos de carne ao longo de todo ano. Ela também citou trocas que realiza com outros assentados, relatando que uma de suas vizinhas sempre a procura para trocar milho por tomate, e assim por diante.

Consideramos as trocas um elemento importante, pois permitem aos camponeses ampliarem a variedade de produtos consumidos, evitando a necessidade de recorrer aos mercados, o que possibilita escapar das recorrentes altas nos preços dos alimentos, em geral acima da média da inflação, especialmente nos últimos anos, marcados pelo governo Bolsonaro e pela pandemia de Covid-19. Como demonstra o levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE), em Curitiba (capital do Paraná), entre dezembro de 2019 e dezembro de 2022, o gasto mensal com a aquisição dos alimentos que compõem a cesta básica subiu cerca de 52%. Em outras capitais, esse aumento foi ainda mais expressivo (DIEESE, 2024).



Fora os impactos na dimensão econômica, expressos na diminuição da dependência em relação ao mercado e na possibilidade de gerar renda monetária, por meio da comercialização do excedente, entre outros aspectos, compreendemos que a produção para o autoconsumo, enquanto territorialidade emancipadora, reflete na dimensão social, revelando, por meio das trocas, as relações de cooperação e os laços comunitários que os camponeses constroem entre si.

Paralelo as relações de cooperação, os assentados constroem relações de solidariedade, repartindo o que produzem para autossustento com pessoas de dentro e de fora dos assentamentos. Esse elemento tivemos a oportunidade de comprovar na prática, por meio de nossas experiências nos trabalhos de campo. Raras foram as situações em que saímos de um assentamento sem levar diversos tipos de alimentos que nos foram oferecidos nas visitas realizadas. Nessas ocasiões, ouvimos com frequência dos camponeses que a satisfação em compartilhar vem do reconhecimento de que no lote eles possuem fartura e de que as condições de vida na cidade são mais difíceis, afinal: “na cidade tudo tem que pagar, tem que comprar, até um maço de cebolinha, se você quiser tem que comprar” (Maria Aparecida [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, mai. 2021).

Como mencionamos, durante a pandemia de Covid-19, as ações de solidariedade e, nesse bojo, as doações de alimentos foram intensificadas, sendo organizadas pelo MST em conjunto com outros movimentos e instituições em todo o país. No Paraná, essas doações foram bastante expressivas, repercutindo em milhares de marmitas e toneladas de alimentos distribuídos em diversos municípios, contemplando moradores de bairros periféricos, hospitais públicos, pessoas em situações de rua, comunidades indígenas etc. (JORGE; MACHADO, 2023). Os assentamentos estudados na pesquisa colaboraram com essas ações, sendo comum ouvir dos assentados que parcela dos produtos doados foram resultados do excedente de suas produções para o consumo familiar.

Além de todas essas questões, entendemos que a produção para o autoconsumo contribui diretamente para a soberania alimentar dos camponeses. Como elucida Valério (2019), o conceito de soberania alimentar é uma construção dos movimentos reunidos e articulados pela Via Campesina, a partir do entendimento de que a alimentação é um direito inalienável e a produção e distribuição de alimentos uma questão de soberania pública e nacional. Portanto, a soberania alimentar compreende muitos elementos, que assim como já abordamos neste trabalho, perpassam pela promoção de um modelo de desenvolvimento camponês, em oposição ao modelo hegemônico do agronegócio.

Entendemos que o conceito de soberania alimentar se aplica a diferentes realidades, a todos os países e, ao mesmo tempo em que contempla, avança em relação ao conceito de

segurança alimentar, pois incorpora os sujeitos e os territórios em uma perspectiva multidimensional, em que além do acesso à alimentos, se preocupa com a autonomia dos povos e das comunidades em relação aos processos de produção, circulação e comercialização; aos usos do território; e a definição de técnicas e tecnologias. Conforme afirmam Stédile e Carvalho (2017), a soberania alimentar é essencial para que os sujeitos sejam soberanos em relação suas próprias existências.

Em nossa análise, a soberania alimentar está diretamente relacionada a soberania territorial e, portanto, a emancipação. Nesse sentido, quanto menos dependentes do mercado, mais ampla, diversa e sustentável for a produção de alimentos para o consumo familiar, maior se torna o grau de soberania alimentar e de emancipação dos camponeses.

Partindo do exposto, compreendemos que a produção para o autoconsumo é uma territorialidade emancipadora muito importante para os camponeses, que está em consonância com o modo de vida e identidade desses sujeitos e produz impactos nas múltiplas dimensões no território. Nos assentamentos, a produção para o autoconsumo aparece tanto associada às territorialidades subalternas, quanto paralela à outras territorialidades emancipadoras, como no caso da cooperação/associação camponesa, que trataremos na sequência.

## 5.2 COOPERAÇÃO/ASSOCIAÇÃO CAMPONESA

De acordo com Fabrini (2002), a Organização Internacional do Trabalho define a cooperativa como uma forma de associação voluntária de pessoas para alcançar um objetivo comum, através da formação de uma organização democrática e da realização de contribuições equitativas, em que os sócios participam ativamente, assumindo os riscos e benefícios do empreendimento. Segundo o autor, a proposta de cooperação adotada no Brasil seguiu as diretrizes dos países capitalistas, em que esta é dada como uma forma de corrigir as falhas do sistema e não como uma intervenção questionadora.

Desde a década de 1930, o Estado brasileiro passou a reconhecer, estimular e subsidiar o cooperativismo como uma forma de impulsionar a modernização e a expansão das relações capitalistas na agricultura, objetivando promover a transferência tecnológica para o campo e a integração dos agricultores ao mercado, sem contrariar os interesses das oligarquias. No período militar, diversas restrições foram impostas, caminhando em direção à concentração das cooperativas nas mãos dos grandes produtores rurais e industriais e à consolidação de um modelo conservador de cooperativismo, apoiado em uma base empresarial, tendo a obtenção de lucro como objetivo principal (FABRINI, 2002).

Dentro dos assentamentos, a cooperação/associação passou a ser discutida a partir da década de 1990, no contexto do debate proposto pelo MST, expresso nos diversos Cadernos de Cooperação Agrícola, produzidos no período pelo Movimento e publicados pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). A centralidade nesse momento era o desenvolvimento de mecanismos de organização da produção, fortalecimento dos camponeses e promoção da viabilidade econômica dos territórios conquistados. Nessa perspectiva, as cooperativas e associações camponesas representam um instrumento de luta, resistência e intervenção social (FABRINI, 2002; ZENERATTI, 2018).

Assim como já apontamos, a proposta de cooperativismo/associativismo defendida pelo MST difere do cooperativismo de base empresarialista, ligado ao agronegócio. De acordo com Fabrini (2002):

A proposta empresarial de cooperativas agrícolas se constitui numa política de controle social e não tem como objetivo tocar na questão da apropriação desigual da terra e nas relações de trabalho no campo brasileiro. Sua organização obedece a uma racionalidade econômica de empresa capitalista que atua no setor de serviço, crédito, comercialização, utilização comum de equipamentos, compra de insumos etc. Atuando prioritariamente no setor de consumo, comercial e prestação de serviços, a desigualdade na apropriação da terra e dos meios de produção não faz parte de suas preocupações (FABRINI, 2002, p. 100).

Esse tipo de cooperativismo é consoante com os princípios do Paradigma do Capitalismo Agrário e seu conteúdo político/ideológico é orientado conforme os interesses do agronegócio, do mercado. As cooperativas empresarialistas corroboram para:

[...] reproduzir e reforçar a estrutura desigual da sociedade. A implantação deste modelo essencialmente comercial de cooperativas no Brasil é muito diferente da proposta de cooperativas dos socialistas utópicos e se difere de suas raízes operárias. Não é uma organização de agricultores que procura intervir na sociedade para promover transformações e os benefícios da cooperação são canalizados para os setores que se encontram bem situados na estrutura social. Esse é um cooperativismo que contribui para a expansão do capital e não para contestá-lo (FABRINI, 2002, p. 100).

Compreendemos que para os assentados o cooperativismo empresarialista representa um mecanismo de inserção subordinada no mercado, que está diretamente vinculado à apropriação da renda da terra camponesa pelos setores capitalista, tanto na produção quanto na circulação e comercialização das produções. Em contrapartida, a cooperação/associação na perspectiva camponesa se fundamenta nos princípios do Paradigma da Questão Agrária e consiste em um caminho para a conquista de maiores níveis de autonomia e emancipação, que além de significar uma forma de autogestão e de desenvolvimento socioeconômico, representa para os sujeitos uma forma de organização,

participação e articulação política e social. Como podemos verificar no “Caderno de Cooperação Agrícola nº 4 – Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos”, para o MST a cooperação camponesa deve que ter como horizonte a busca pelo:

Desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo (MST, 1995, p. 8).

Nesse sentido, entendemos que as cooperativas e associações camponesas constituem uma ferramenta que para os assentados possibilita somar forças; se organizar coletivamente; se inserir no mercado de forma mais autônoma; negociar melhores preços e condições de compra de insumos; administrar recursos públicos conquistados para o desenvolvimento territorial dos assentamentos; e adquirir implementos e maquinários para uso coletivo. Todos esses elementos contribuem para que os sujeitos reduzam a dependência e a apropriação da renda da terra camponesa pelos setores do capital, refletindo em níveis maiores de emancipação.

As cooperativas são importantes não apenas para os assentados, mas também para os acampados, considerando que muitas vezes essas também são uma via de comercialização para aqueles que estão na fase de luta pela conquista do território e que, em algumas situações, parte das sobras das cooperativas são direcionadas para ajudar financeiramente as famílias nas ocupações, conforme relata o camponês Emílio Moreira, que vive no assentamento Pontal do Tigre: “com a estrutura da nossa cooperativa, a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante (COANA), a gente direcionava uma pequena parte do lucro pra ajudar as famílias nas ocupações” (Emílio Moreira [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021).

Inicialmente, as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) foram definidas pelo MST como o modelo mais adequado para ser desenvolvido nos assentamentos. De acordo com Fabrini (2002) e Zeneratti (2018), as CPAs foram inspiradas no modelo cubano de cooperativismo e em referências do socialismo, tendo como horizonte a construção de novas formas de organização, baseadas na coletivização do trabalho e dos meios de produção. Contudo, conforme pontua Zeneratti (2018, p. 167) “[...] as CPAs não apresentaram os resultados esperados pelo MST, não havendo uma reprodução satisfatória do modelo, tanto do ponto de vista do funcionamento quanto quantitativamente [...]”. Segundo o autor, a falta de sucesso desse modelo de cooperação pode ser comprovada considerando que na atualidade existe no Paraná apenas uma CPA, a Cooperativa de Produção Agropecuária

Vitória (COPAVI), localizada em Paranacity, no assentamento Santa Maria. Sobre esse ponto, a camponesa Margarida Torres argumenta:

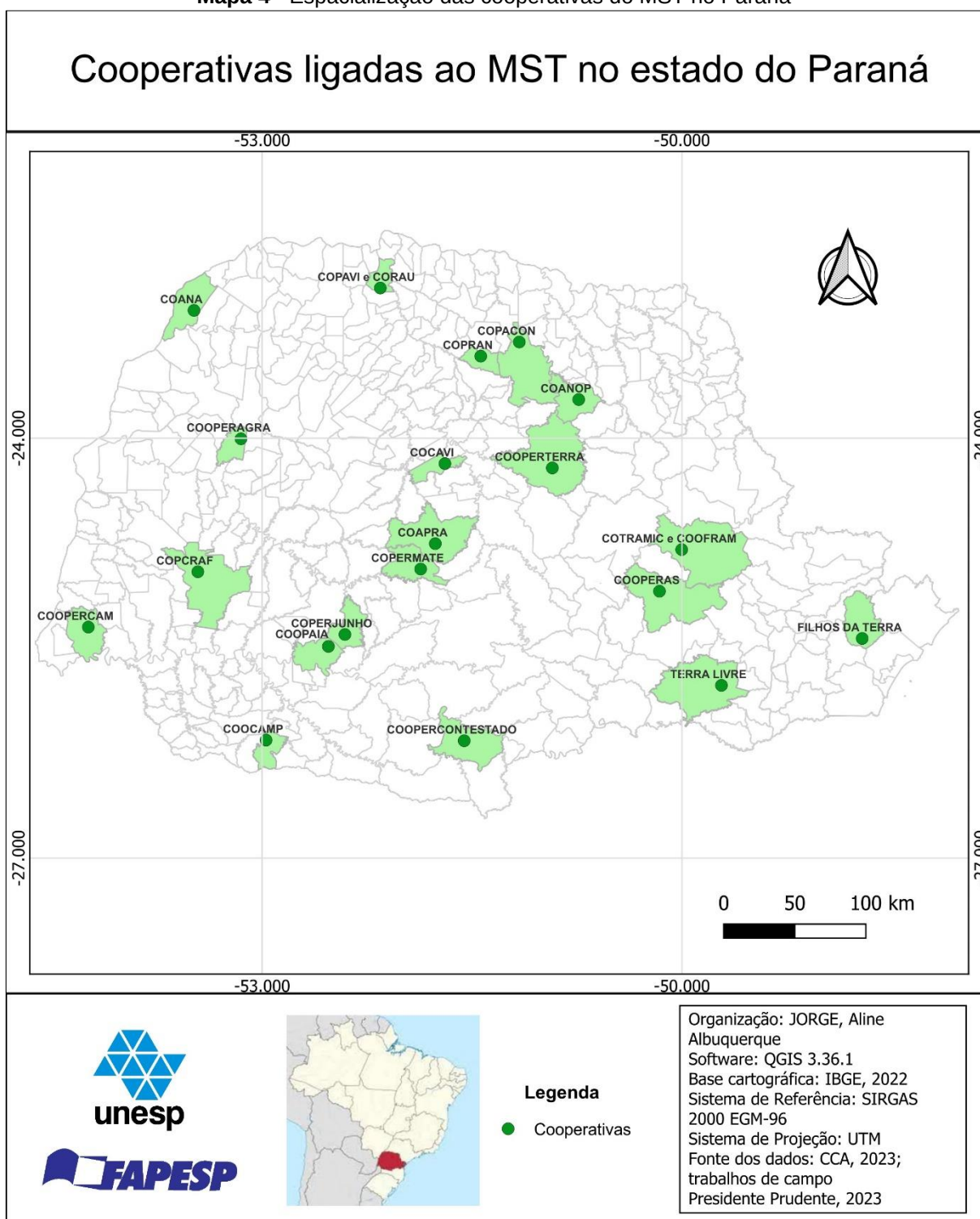
O camponês, pra ele viver em uma cooperativa, em um trabalho coletivo, é muito difícil. O MST fez muitas experiências e foi difícil, poucas experiências de coletivização do trabalho deram certo, isso na produção, não na comercialização. Então, com esse nosso povo mais antigo, cooperação para produção é descartado, tem como fazer uma cooperação, algo coletivo, na comercialização, no processo de produção não (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021).

As dificuldades e divergências vivenciadas por meio das experiências das CPAs geraram uma espécie de trauma para parcela dos assentados, que passaram a desconfiar e não se interessar mais pela vinculação às cooperativas, nem mesmo para comercialização. Todavia, nos casos em que o assentamento não está ligado a uma cooperativa, é comum a existência de associações, as quais também são muito importantes, pois possibilitam aos camponeses acessarem políticas públicas e angariarem recursos para a implementação de projetos de desenvolvimento territorial, entre outros. Esse é o caso, por exemplo, do assentamento Monte Alto, em que para tais finalidades, os camponeses criaram a Associação de Pequenos Agricultores de Peabiru. O depoimento da assentada Margarida exprime a relevância das associações no contexto dos assentamentos e da reforma agrária:

Na brigada os assentados já pensaram em construir uma cooperativa, mas não deslanchou, porém todos os assentamentos têm associações. Nós usamos a associação aqui aquela vez pro PAA, tem alguns projetos que a gente já encaminhou. Agora tem essa demanda que a gente tá pedindo para a Gleisi [Gleisi Hoffmann, atualmente deputada federal pelo Paraná, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT)] pra construir um barracão aqui na igreja, vai ser por essa associação. Tivemos outros usos também pra projetos do MST. No momento não tem nada girando nela. Nós usamos as associações para o que for necessário, busca de recursos... Na oportunidade que foi possível usamos pra comercializar, usamos pra tudo que der (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021).

Segundo Zeneratti (2018), na atualidade, as Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS) são o modelo predominante no que se refere ao MST e aos assentamentos de reforma agrária no Paraná. De acordo com as informações obtidas através dos trabalhos de campo e consultas à página da Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA), no total existem cerca de 22 cooperativas vinculadas ao MST no estado (21 delas são CPS), as quais estão especializadas no Mapa 4.

**Mapa 4 - Espacialização das cooperativas do MST no Paraná**



**Fonte:** CCA, 2023; trabalhos de campo.

Dentre essas, a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante (COANA), a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro (COANOP), a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), a Cooperativa de comercialização de produtos da Reforma Agrária

do Contestado (COOPERCONTESTADO), a Cooperativas de Assentados da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Terra Livre e a Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF) estão ligadas à territórios que estudamos na pesquisa.

Nas entrevistas ficou evidente que os camponeses associados reconhecem a importância das cooperativas para a ampliação da autonomia e da emancipação, sobretudo, no que se refere a comercialização das produções. Alguns relatos apontam que em situações em que o assentamento está vinculado a uma cooperativa, esta muitas vezes se torna a principal via de comercialização da produção. O depoimento do camponês Emílio Moreira corrobora com este argumento:

A maior parte da produção aqui [assentamento Pontal do Tigre] é entregue para a cooperativa COANA. Todo o leite vai para a cooperativa. O arroz não, pois a produção do assentamento é maior do que a capacidade da cooperativa – em 2021 a produção de arroz no assentamento foi em torno de 300 mil sacas e a capacidade da cooperativa é em torno de 150 mil sacas (Emílio Moreira [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021).

Cabe destacar que além das cooperativas citadas, existem outras em fase de criação, como no assentamento Guanabara, em que os camponeses estão se organizando para construir uma cooperativa voltada para a produção agroecológica, nomeada Cooperativa de Produção e Comercialização Semeando Agroecologia (COOPERROSA) (Figura 13).

**Figura 12** - Logomarca da cooperativa COOPERROSA, em criação no assentamento Guanabara



**Fonte:** APARECIDA, 2023<sup>30</sup>.

Conforme efetuamos os trabalhos de campo, ouvimos relatos de camponeses associados a cooperativas distantes de seus assentamentos. Isso porque, algumas das

---

<sup>30</sup> A imagem da logomarca foi disponibilizada pela camponesa Maria Aparecida [nome fictício], que está diretamente envolvida na criação da cooperativa.

cooperativas destacadas possuem abrangência territorial a nível estadual, sendo esse, por exemplo, o caso da COPACON, localizada no município de Londrina, no assentamento Eli Vive (FOTO 14). Segundo o camponês Cláudio Pires, que ocupa o cargo de presidência da cooperativa, a COPACON possui o total de 376 assentados cooperados, oriundos de 10 municípios, além de Londrina, dentre eles, Tamarana, Imbaú, Ortigueira, Santa Maria do Oeste e Rio Bonito do Iguaçu.

**Foto 14** - Sede da cooperativa COPACON, assentamento Eli Vive, Londrina



**Fonte:** JORGE, 2022.

O camponês Cláudio Pires explica que a criação da COPACON no Eli Vive resulta da necessidade de unificar e fortalecer a agricultura camponesa, diminuindo paulatinamente a atuação de atravessadores dentro do assentamento, o que implica na redução da apropriação da renda da terra camponesa por esses sujeitos e, consecutivamente, no alcance de condições mais autônomas e emancipadoras de (re)produção e inserção no mercado. De acordo com o relato do assentado:

Havia a necessidade de a gente comercializar a produção do pessoal do assentamento. Aqui, os hortifrutis em geral, os tubérculos eram comercializados com os atravessadores. **O pessoal vinha de fora, comprava aqui e vendia no Ceasa. O preço era muito barato, né.** Então, a gente decidiu criar essa ferramenta para juntar todos os produtos e comercializar. Basicamente, a criação da cooperativa se deu por causa disso (Cláudio Pires [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive mai. 2022, grifo nosso).

Em relação aos produtos comercializados pela cooperativa, Cláudio assevera que o foco são os hortifrutis, o milho e o feijão. Segundo ele, anualmente a cooperativa chega a comercializar em torno de seiscentas toneladas de feijão, quinhentas toneladas de frutas,



legumes e verduras, e quase um milhão e duzentos mil quilos de milho em grãos e processado. Quando questionamos o assentado sobre a importância da cooperação para a emancipação camponesa, ele diz:

Olha, eu acredito que são vários fatores, principalmente a capacidade do assentado de produção. **A cooperativa, ela pode auxiliar no plantio, no trabalho com as terras, enfim, todas as trocas culturais, o acesso a semente, em tudo. Outra questão é ele poder comercializar a produção dele através da ferramenta dele mesmo**, e com isso, ter geração de renda, consequentemente. Então todos esses fatores fazem com que o produtor consiga se desmembrar dessa rotina de necessidade, de uma prática assim de ficar preso, dependente do sistema, principalmente **do agronegócio, que te fornece tudo, mas te cobra em dobro, diz para onde você vai vender, o preço que você vai vender**. Então, o produtor sai um pouco dessa característica entrando em uma cooperativa da agricultura familiar (Cláudio Pires [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive, mai. 2022, grifo nosso).

No trecho de entrevista citado há dois elementos que consideramos bastante relevantes. Primeiro, o relato do assentado corrobora com a compreensão de que a cooperação é um caminho para a autonomia e, por conseguinte, para a emancipação, não apenas em função de sua dimensão econômica, relacionada à produção e à comercialização, mas também em razão das outras dimensões (social, cultural, política), tendo em vista os laços de solidariedade, as relações produzidas entre os assentados e entre eles e seus territórios, suas cooperativas. Segundo, o depoimento de Cláudio demonstra o entendimento do assentado de que as cooperativas em questão são ferramentas/estratégias de resistência criadas pelos camponeses e para os camponeses, em consonância com suas necessidades, bem como, de que o agronegócio associado à agricultura camponesa produz dependência e subordinação.

A cooperativa Terra Livre, localizada no município da Lapa, no assentamento Contestado, também possui abrangência estadual. Assim como explica o camponês Dirceu Callegari, que vive no assentamento e é presidente da cooperativa, atualmente a Terra Livre possui aproximadamente 250 cooperados distribuídos em mais de 15 municípios do estado. A maior parte das famílias cooperadas são de assentados, contudo, o quadro da cooperativa também é composto por pequenos agricultores e quilombolas. Diferentemente das outras cooperativas investigadas, a Terra Livre é direcionada exclusivamente para a produção agroecológica, em conformidade com o debate desenvolvido na área desde o período de ocupação. Em entrevista, o senhor Dirceu aborda alguns elementos referentes a história da cooperativa, contradições e desafios enfrentados.

A cooperativa vem através de uma associação. Primeiro de tudo, nós criamos um grupo de dez famílias já de arrancada. Quando o INCRA veio demarcar

os lotes, nós fomos acompanhando. Daí as famílias pegaram os lotes, quando elas pegaram os lotes, elas ficaram sem saber: o que eu vou fazer? Vou usar veneno ou não vou? Já tinha uma discussão de não usar veneno aqui desde o acampamento, de fazer um assentamento todo certificado. No fim, essa proposta teve muito enfrentamento e sobraram dez famílias que toparam não usar nada, fazer a produção toda natural. Esses dez foram os primeiros a certificar o lote, eles que puxaram a discussão de orgânicos, de agroecologia no assentamento. As mulheres dessas dez famílias foram as que puxaram a nossa primeira feirinha. Final de 2003 para 2004 a gente criou a associação Contestado, formada por essas famílias, no geral deu 30 e poucos sócios. A associação nasce com a proposta da gente trabalhar orgânico e começar a encontrar ponto de venda. Daí vem o programa que o Lula lançou, o PAA. Nós entramos no PAA, deu umas 15 famílias inscritas, tocamos o primeiro ano e deu certo e assim foi indo. Teve um momento que a associação já estava com 100 sócios, dentro do assentamento já passava de 60 sócios, alguns já estavam certificados e outros estavam em transição. Daí abrimos a discussão de trabalhar com o povo de fora. Tinha três grupos de famílias de produtores dentro da Lapa, eles vieram se associar com nós. Também conversamos e associamos os quilombolas, hoje nós temos dois ou três grupos de quilombolas que cooperam aqui com a gente, eles vieram através da associação. Em 2010, o próprio pessoal da CONAB falou: olha o estatuto da associação de vocês não dá direito de comercializar. Nós ficamos um ano fazendo o debate da cooperativa, **o pessoal tinha muito medo de nós fazer uma cooperativa, falaram assim: porque de onde nós viemos cooperativa já deu zebra.** Foi muito debate, sabe, nós abrimos o debate pra dentro do assentamento, nós contamos nos dedos e pensamos: olha vai chegar a 40 no máximo, no final deu 74 sócios de cara. Daí então, criamos a cooperativa Terra Livre. Por que Terra Livre? Porque é livre de veneno. **Sofremos uma crítica muito forte também por decidir trabalhar só com orgânicos, tinha gente que falava que isso nunca ia dar comércio.** Foi muita luta pra chegar até aqui (Dirceu Callegari [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Contestado, dez. 2023, grifo nosso).

Seu relato evidencia o que já pontuamos no que se refere as desconfianças e rejeição de parcela dos assentados em relação a cooperação, em virtude de experiências vivenciadas no passada e que deram errado. Ao mesmo tempo, indica que a cooperação envolve todo um processo de aprendizagem, permeado por erros e acertos, que exige constante debate no interior dos territórios. Além disso, o depoimento ainda demonstra que embora haja toda uma discussão promovida e a agroecologia seja na atualidade a principal referência na proposta do MST de desenvolvimento dos assentamentos (ROOS, 2015), ainda existe uma certa resistência de parte dos assentados, baseada em diversos fatores, dentre eles, a preocupação com questões referentes as possibilidades de mercado, tendo em vista que a comercialização é um ponto bastante relevante para a (re)produção camponesa.

Apesar das contradições e conflitualidades que envolvem a cooperação/associação, podemos dizer que a Terra Livre tem apresentado resultados muito positivos do ponto de vista do incentivo às práticas agroecológicas, da organização e fortalecimento político, econômico e social da agricultura camponesa. De acordo com o senhor Dirceu, semanalmente passam pela cooperativa cerca de 25 toneladas de alimentos (frutas, legumes, hortaliças, tubérculos

etc.), os quais são comercializados através de feiras, lojas do Armazém do Campo e mercados institucionais, que se configuram em um dos principais nichos de comercialização desta e das outras cooperativas e associações camponesas, sendo muitas vezes também o elemento motivador de suas constituições.

No caso da Terra Livre, o acesso aos mercados institucionais se dá, sobretudo, por meio do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto a nível estadual quanto municipal. Conforme discutimos no segundo capítulo, o PNAE na atualidade consiste em uma política de caráter emancipador, conquistada pelos camponeses a partir de revisões e reformulações. Segundo o camponês Dirceu, em 2023, a Terra Livre atendeu através do PNAE 110 escolas, somente dentro do município de Curitiba. Além disso, recentemente a cooperativa conseguiu a aprovação de um projeto para participar do PAA, que foi recriado em março de 2023 pelo governo Lula, após todo o processo de sucateamento realizado no governo Bolsonaro, assim como analisamos também no segundo capítulo dessa tese.

Considerando que a proposta da Terra Livre é trabalhar com a produção agroecológica, a cooperativa oferece auxílio aos produtores não só no que se refere a comercialização, mas também a produção. Assim, além de escritório, barracões e galpão de armazenamento e distribuição, a estrutura da cooperativa conta com um viveiro para produção de cerca de 2000 mudas mensais e com uma sala onde são preparados diversos tipos de caldas repelentes para controle das principais pragas que costumam atacar os cultivos. No Painel Fotográfico 7, mostramos alguns registros das estruturas da cooperativa.

**Painel Fotográfico 7 – Infraestruturas da cooperativa Terra Livre, assentamento Contestado, Lapa**



**Foto 1:** vista externa do galpão de armazenamento e distribuição de alimentos. **Foto 2:** vista interna do galpão de armazenamento e distribuição de alimentos. **Foto 03:** produção de caldas agroecológicas para o controle de pragas. **Foto 4:** viveiro de produção de mudas.

**Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

Paralelo a Terra a Livre, a cooperativa COPCRAF, localizada em Cascavel, também tem buscado desenvolver a transição agroecológica. As perspectivas futuras é de que essa seja outra cooperativa direcionada exclusivamente para a produção agroecológica. Segundo a camponesa Jandira Carvalho, do assentamento Valmir Mota de Oliveira, atualmente, dos 150 sócios da COPCRAF, 25 possuem certificação, sendo que a cooperativa tem trabalhado no sentido incentivar os camponeses para que esse número aumente.

Junto as cooperativas com foco na organização da produção e comercialização, identificamos na pesquisa a Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná (CREHNOR), criada em 1996, com sede localizada em Laranjeiras do Sul e Pontos de Atendimento Cooperativo (PAC) nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu (FOTO 15).

**Foto 15** – PAC da cooperativa de crédito Crehnor, localizado em Quedas do Iguaçu



**Fonte:** JORGE, 2022.

A criação e a gestão de uma cooperativa de crédito pelos camponeses, segundo os princípios do Movimento, também é um elemento muito relevante para o aumento da emancipação, considerando a possibilidade de evitar juros abusivos, bem como, a apropriação da renda da terra camponesa pelos setores do capital financeiro. Além disso, para os camponeses, o acesso à crédito sempre foi uma questão marcada por dificuldades de diversas ordens, exigindo muitas vezes a adequação dos sujeitos aos padrões produtivos do agronegócio. Sobre a importância da cooperativa para os camponeses, o senhor Fernando Costa, que é membro da diretoria da Crehnor e coordenador do PAC de Quedas do Iguaçu, afirma:

Temos duas situações, hoje aqui temos um grupo, principalmente, do Celso Furtado, que é um assentamento consolidado, que se enquadra nas linhas

de crédito do PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. É um grupo que acaba se beneficiando de outras instituições de crédito, com taxas de juro de 6%, 8% anual, que é aquele crédito que cai como uma luva, digamos assim, para o agricultor familiar. Mas esse é um grupo reduzido ainda. Fora disso todas as instituições de crédito tem outras linhas de crédito que são com recursos próprios, com juros bem mais altos, se tornando inviável. **Nós enquanto cooperativa, durante um bom período a gente teve as melhores opções em taxa de juros. Nos últimos anos, em função da taxa Selic a gente teve que dar uma aumentadinha, então hoje o crédito que a gente tem aqui com a menor taxa de juros é 2,8% [...] a gente não pode hoje trabalhar com uma taxa menor, porque se não pode sofrer uma advertência do Banco Central [...] qual é a vantagem para os nossos associados de modo geral? Hoje quem tá ali no Celso Furtado, por exemplo, que tem o CCU [Contrato de Concessão de Uso], tá enquadrado no PRONAF tem várias opções, a cooperativa é uma delas. Agora, nós temos um grande público, que são as pessoas que estão nos pré-assentamentos, eles só têm essa opção, e a gente atende esse público, eles são parte da base social do nosso movimento, pra gente eles não terem uma carta de concessão de uso não é limitante. Hoje nós temos aqui nos dois pré-assentamentos do município, que é o Vilmar Bordin e o Dom Tomas Balduino, tem um número muito bom de sócios, de pessoas que estão se viabilizando na produção graças não só a cooperativa, porque tem a parte dela que é cuidar dos animais, levantar cedo e ir pra luta, mas assim são pessoas que chegaram lá com duas vacas de leite, que levariam sete, oito anos para as vacas criarem e ele ter uma novilha, pro ano seguinte ter mais uma matriz e assim por diante, então o que acontece com o crédito da cooperativa é possível acelerar esse processo [...] nessa lógica a gente foi construindo uma relação com muitas famílias (Fernando Costa [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022, grifo nosso).**

A partir de seu depoimento podemos apreender algumas questões. Primeiramente, assim como as cooperativas voltadas à produção e a comercialização, a Crehnor se inscreve no contexto da luta e resistência, tendo em vista as desigualdades na distribuição de políticas públicas e recursos entre agricultura camponesa e agronegócio, assim como, as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos no acesso à crédito e serviços financeiros ofertados pelos bancos públicos e privados (FREITAS; ZENERATTI, 2020). Ela ainda representa e criação de uma alternativa para e pelos camponeses, se configurando em uma estratégia significativa para os assentados e para as famílias acampadas ou pré-assentadas que possuem ainda mais dificuldades de acessar programas, políticas públicas e crédito por não possuírem ainda oficialmente o direito de uso da terra e, assim, não corresponderem aos requisitos burocráticos.

Nesse sentido, conforme pontua o senhor Fernando, a Crehnor “é uma baita ferramenta, hoje a gente não consegue criar uma instituição de crédito, o Banco Central limitou. Então, uma instituição de crédito do Movimento é uma coisa que a gente tem carregar no colo, é um feito inédito” (Fernando Costa [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Celso Furtado, nov. 2022).

Por outro lado, de acordo com o relato, percebemos que a autonomia da cooperativa em relação a questões como a determinação da taxa de juros etc. é relativa, uma vez que existe um controle do Banco Central sobre ela. Nessa conjuntura, compreendemos que as cooperativas, sejam voltadas à produção, comercialização ou ao crédito, são ferramentas valiosas para os camponeses, principalmente, no que se refere a busca de soluções coletivas para superar dificuldades e fragilidades individuais (FREITAS; ZENERATTI, 2020).

Porém, apesar disso, elas não deixam de apresentar limitações, pois são ferramentas que não rompem, mas representam a construção de alternativas dentro do sistema, muitas vezes, refletindo na valorização da dimensão econômica, mesmo que indiretamente, em detrimento das outras. Para nós, esse é um ponto que evidencia as contradições e conflitualidades que permeiam a cooperação camponesa, mas que não tiram sua relevância enquanto territorialidade, resistência territorial, que tem os camponeses como protagonistas do processo e possibilita a conquista de maiores níveis de autonomia e emancipação.

### 5.3 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO CAMPONESA

A agroindustrialização camponesa é uma territorialidade que normalmente aparece nos assentamentos associada a cooperação/associação. Podemos verificar a compreensão da importância da agroindustrialização para o desenvolvimento e sustentabilidade econômica dos assentamentos nos cadernos elaborados pelo MST na década de 1990, em que articulado a discussão sobre a cooperação agrícola, se debatia a necessidade de iniciar o processo de agroindustrialização, por meio do beneficiamento e da fabricação de produtos derivados a partir das produções dos assentados (MST, 1993). O depoimento do camponês Dirceu Callegari também indica como que a agroindustrialização nos assentamentos sempre esteve associada as elaborações acerca da cooperação.

Individualmente a gente vai, mas não conquista grande coisa. Você fica parado no teu mundinho. Você trabalhar cooperação é a melhor coisa que existe. Só que o cooperativismo para o camponês, para o assentado, era visto como uma coisa que não podia ser nossa, só podia ser dos ricos. **Quando nós passa a discutir a cooperação no Movimento, a gente passa também a discutir que a agroindústria tinha que ser nossa**, que nós tinha que industrializar, que nós tinha que dar emprego para o nosso povo, que nós tinha que criar, nós tinha que ter pessoas nossa para administrar (Dirceu Callegari [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Contestado, dez. 2023, grifo nosso).

Nesse sentido, no âmbito do MST, a agroindustrialização foi concebida como uma das bases da estratégia econômica do modelo de cooperação agrícola, articulando produção, processamento e comercialização (SULZBACHER, 2014). Assim como elucida Fabrini



(2002), para os camponeses a agroindustrialização também se configura em uma estratégia de resistência. Nas palavras do autor:

É neste contexto que está inserida a proposta de agroindustrialização, ou seja, criar as condições para resistência e enfrentamento ao ordenamento social do capitalismo a partir do desenvolvimento das forças produtivas e eficiência na produção de mercadoria representada pelas cooperativas (FABRINI, 2002, p. 183).

A agroindustrialização camponesa é uma ferramenta que agrega valor as produções e possibilita aos assentados acessarem novos mercados para além dos institucionais. Outro ponto é que esse processo colabora para que os assentados evitem perdas, tendo em vista que alguns produtos (por exemplo o leite) possuem curta durabilidade quando estão *in natura*, no entanto, após a pasteurização ou a transformação em queijos, manteigas, doces, iogurtes etc. passa a ter uma durabilidade maior.

Ainda é importante considerar que agroindustrialização é uma alternativa para envolver os sujeitos que não participam diretamente dos cultivos realizados nos lotes, bem como, incorporar a força de trabalho excedente, possibilitando que os assentados se dediquem as atividades nas agroindústrias, em vez de ocupar postos de trabalho permanentes ou temporários nas cidades (ORIGUÉLA, 2019). Assim como as cooperativas, as agroindústrias permitem que os sujeitos desempenhem diferentes ofícios, de acordo com suas formações e aptidões individuais. A remuneração geralmente é realizada de acordo com as funções exercidas e o número de horas trabalhadas ao longo do mês.

Compreendemos a agroindustrialização camponesa como uma territorialidade emancipadora, pois ela consiste em uma ferramenta que permite aos assentados controlarem mais uma etapa do processo produtivo e, consecutivamente, “[...] o desenvolvimento da agricultura camponesa para além da unidade de produção” (ORIGUÉLA, 2019, p. 245). Conforme analisamos nesse trabalho, na lógica capitalista, o acesso dos camponeses à agroindustrialização só é possível a partir da integração subalterna junto às agroindústrias ligadas ao agronegócio, o que reflete na dominação dos processos de produção, circulação e comercialização; na apropriação da renda da terra camponesa; e interferência na organização dos territórios camponeses.

Já na perspectiva camponesa, a agroindustrialização se realiza a partir de relações sociais e produtivas mais horizontais, nas quais são os camponeses que coletivamente definem e participam de todas as etapas e atividades que envolvem o funcionamento das agroindústrias. Ademais, nesse formato de agroindustrialização, a renda da terra camponesa fica para os camponeses, sendo essa uma forma de evitar as ações das indústrias integradoras dentro dos assentamentos.

As políticas públicas são bastante estratégicas para o desenvolvimento da agroindustrialização nos assentamentos. De acordo com Sulzbacher (2014), dentre as políticas mais atuais relacionadas a essa temática, temos o programa Terra Sol, criado em 2004 (governo Lula), pelo INCRA, no âmbito do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O programa Terra Sol foi criado com a finalidade de fomentar a agroindustrialização e a comercialização nos assentamentos de reforma agrária, prevendo apoio financeiro para recuperação e implantação de equipamentos e edificações de agroindústrias; capacitação técnica dos assentados; divulgação e vendas dos produtos camponeses; incentivo a agroecologia; entre outros (INCRA, 2007).

Outra política importante, é o programa Terra Forte, criado em 2013 (governo Dilma), como complemento ao Terra Sol, cujo objetivo principal era investir 300 milhões de reais em projetos de agroindustrialização nos assentamentos até o final de 2017, beneficiando cerca de 200 cooperativas. Esses dois programas tinham como finalidade maior desenvolver e ampliar as potencialidades dos assentamentos para o atendimento das políticas de mercados institucionais, como o PAA e o PNAE (UNISOL BRASIL, 2013).

Entendemos que esses programas (Terra Sol e Terra Forte) consistem em políticas públicas de caráter emancipatório, conquistadas mediante a luta, as reivindicações e proposições dos movimentos, em um contexto político caracterizado pela maior abertura para diálogo entre governo e movimentos, organizações e instituições (FERNANDES, 2015; ROOS, 2015). Conforme já discutimos, a partir do golpe de 2016 e, especialmente, do governo Bolsonaro, as políticas emancipatórias para a agricultura camponesa passaram a ser descontinuadas, por meio de cortes orçamentários, entre outros, fazendo parte desse contexto os programas voltados a agroindustrialização, afetando diretamente os assentamentos de reforma agrária, o desenvolvimento e o funcionamento das agroindústrias camponesas (FERNANDES, et al., 2020).

No Paraná, a luta dos assentados em prol de políticas públicas emancipatórias e da sustentabilidade econômica dos assentamentos, resultou na conquista de diversas agroindústrias camponesas, ligadas as diferentes cooperativas em todas as regiões do estado. Essas agroindústrias são destinadas ao beneficiamento e processamento de alimentos como arroz, feijão, milho, erva-mate, cana-de-açúcar, mandioca, leite, entre outros. Na Figura 14 exibimos algumas das marcas e produtos oriundos das agroindústrias camponesas vinculadas ao MST no estado.



**Figura 13** - Produtos das agroindústrias camponesas vinculadas ao MST no estado do Paraná



**Fonte:** página de vendas pela *internet* do Armazém do Campo<sup>31</sup>. **Organização:** JORGE, 2024.

Na figura em questão é possível observar uma diversidade de produtos e marcas que juntos representam os resultados e potencialidades da agricultura camponesa, da organização social através da constituição de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, bem como, da política de reforma agrária, apesar de suas contradições e parcialidade, conforme abordamos no Capítulo 3 dessa tese. Para além de sua relevância no que se refere a dimensão econômica, esses produtos e marcas expressam o debate político do MST, as lutas e resistências construídas pelos camponeses nos diferentes tipos de territórios e em suas múltiplas escalas. Dessa forma, os produtos e marcas oriundos da agroindustrialização camponesa são permeados pela identidade e pela dimensão simbólica e ideológica do Movimento.

Em relação ao recorte espacial da pesquisa, nas incursões a campo identificamos cinco agroindústrias ativas, localizadas nos municípios de Querência do Norte, São Jerônimo da Serra, Londrina, Lapa e Cascavel, vinculadas as cooperativas COANA, COANOP, COPACON, Terra Livre e COPCRAF, conforme indicamos no Quadro 4.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://armazemdocampo.shop/collections/graos-cereais-e-farinhas>. Acesso em: 20 mai. 2024.

**Quadro 4 – Agroindústrias camponesas identificadas na pesquisa**

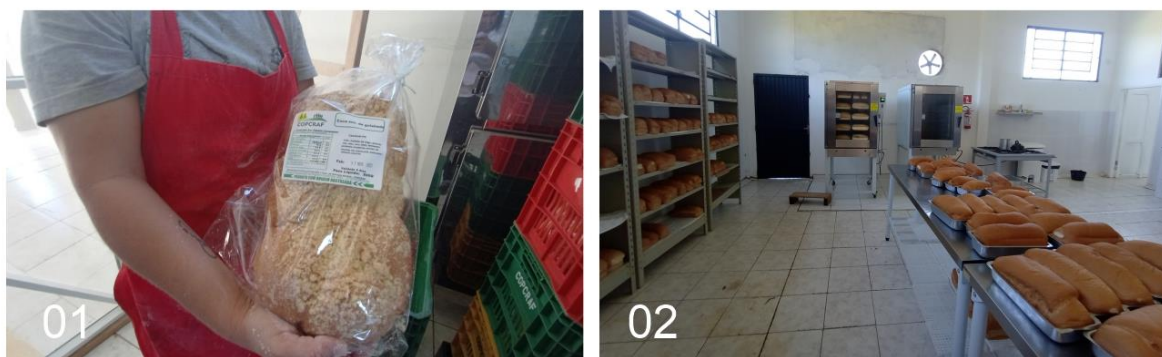
| Mesorregião               | Município             | Cooperativa | Agroindústria                                                                                |
|---------------------------|-----------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Noroeste                  | Querência do Norte    | COANA       | Beneficiamento de arroz e produção de derivados de leite                                     |
| Norte Pioneiro            | São Jerônimo da Serra | COANOP      | Beneficiamento de café                                                                       |
| Norte Central             | Londrina              | COPACON     | Beneficiamento e processamento de produtos à base de milho                                   |
| Metropolitana de Curitiba | Lapa                  | Terra Livre | Produção de doces, conservas, molho de tomate, suco de maçã, vegetais embalados à vácuo etc. |
| Oeste                     | Cascavel              | COPCRAF     | Panificação                                                                                  |

**Fonte:** Trabalhos de campo 2021; 2022; 2023. **Organização:** JORGE, 2024.

É importante evidenciar que essas agroindústrias são relevantes para o conjunto de camponeses (acampados e assentados) que nessas respectivas regiões participam de diferentes formas das cooperativas e, consecutivamente, são beneficiados pela agroindustrialização, tendo em vista que assim como pontuamos essa é uma forma de agregar valor à produção, que também permite a expansão do acesso ao mercado.

Em Cascavel, a agroindústria ligada a COPCRAF está localizada no Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste, da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundetec)<sup>32</sup>, próximo ao assentamento Valmir Mota de Oliveira. Na agroindústria são produzidas semanalmente uma média de 2000 unidades de pães,ucas etc., que são comercializados principalmente através dos programas de compra institucional, em especial, o PNAE. No Painel Fotográfico 8 mostramos registros da agroindústria e da produção.

**Painel Fotográfico 8 - Agroindústria camponesa de panificação – Cascavel**



**Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

<sup>32</sup> A Fundetec é uma fundação pública do município de Cascavel.

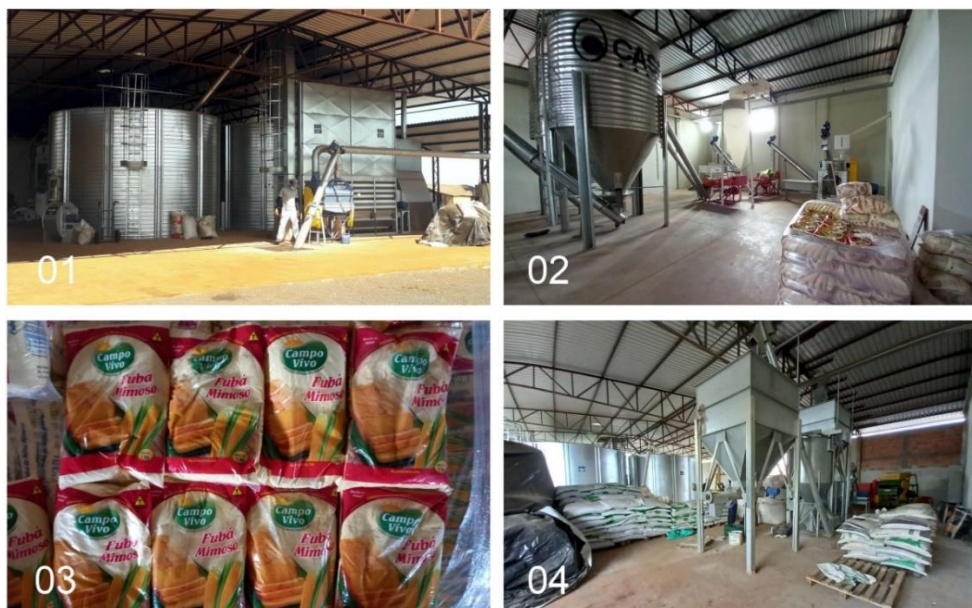
Nessa agroindústria trabalham majoritariamente mulheres. Esse é um elemento que revela questões de gênero e que consideramos bastante relevante por duas razões: primeiro, mostra que a agroindustrialização pode ser um mecanismo de absorção da força de trabalho das camponesas, que nem sempre são incluídas nas atividades produtivas desenvolvidas no lote, sobretudo, quando essas se tratam de lavouras mecanizadas; segundo, é preciso ponderar que a renda camponesa é uma renda familiar, sendo em muitos casos gerida pelo homem, dessa forma, o trabalho nas agroindústrias permite às mulheres acessar uma renda que elas mesmas controlam e que dependendo das circunstância pode ser um complemento a renda familiar, aliviando momentos de crise, entre outros. No que concerne a esse processo, é válido citarmos o depoimento da camponesa Valéria Souza, que vive no assentamento Valmir Mota de Oliveira e trabalha na agroindústria de pães da COPCRAF.

Olha, isso aqui pra gente é muito bom, não é uma renda mensal, fechada, porque é conforme a gente vem, conforme a gente trabalha, mas ajuda muito, não precisa estar cumprindo horário, batendo ponto, a gente tem mais liberdade, e é uma renda nossa, né, das mulheres (Valéria Souza [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Valmir Mota de Oliveira, nov. 2022).

Em Londrina, a agroindústria coordenada pela COPACON está localizada no assentamento Eli Vive. Na ocasião em que estivemos no assentamento, a agroindústria ainda não havia sido inaugurada, contudo, a estrutura já estava finalizada. Segundo o depoimento do camponês Cláudio Pires, a agroindústria é resultado de um longo processo de luta dos camponeses e foi viabilizada através de uma somatória de recursos oriundos do governo do estado e, principalmente, do FINAPOP, o qual conforme mencionamos, compreendemos como uma política pública produzida pelo Movimento, voltada ao financiamento popular da agricultura camponesa/familiar.

De acordo com o camponês Cláudio, a agroindústria da COPACON foi construída com capacidade para beneficiamento de 24 toneladas de alimento por dia. O foco principal da agroindústria é a produção de derivados de milho não transgênico, tais como fubá, farinha de milho, biju, canjica, xerém etc. Até mesmo os resíduos de milho são aproveitados, sendo utilizados para produção de ração para bovinos e suínos, que pode ser tanto comercializada, quanto utilizada no próprio assentamento pelos camponeses. O Painel Fotográfico 9 apresenta registros efetuados nas instalações da agroindústria localizada no assentamento Eli Vive.

**Painel Fotográfico 9** - Agroindústria para beneficiamento e processamento de milho localizada no assentamento Eli Vive, Londrina



Fonte: JORGE, 2022. Organização: JORGE, 2023.

Ainda como pontua o assentado Cláudio, a expectativa é que com a agroindustrialização da produção, os camponeses consigam acessar novos mercados para além dos institucionais, inclusive em outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, consideramos que a agroindustrialização também pode ser compreendida como uma estratégia para expandir as possibilidades de comercialização, o acesso ao mercado, diminuindo a dependência das políticas públicas de compra de alimentos da agricultura camponesa/familiar, que dependendo do contexto político, podem passar por disrupções, como foi característico do governo Bolsonaro, segundo as análises efetuadas. Nas palavras do assentado:

A gente se desafiou a não depender somente dos programas, até porque uma hora pode ter, outra hora pode não ter. A gente se desafiou a participar da livre concorrência, do mercado convencional, dos mercados de ponta a ponta como a gente chama, que são as redes e tal. Isso tudo vai se ampliar com a agroindústria, que vamos inaugurar. Com a agroindústria nós vamos ter mais condições de competitividade, porque o custo pra nós vai ser menor, a indústria vai ser nossa, não vamos ter que terceirizar nada (Cláudio Pires [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Eli Vive, mai. 2022).

Na Lapa, a agroindústria vinculada a cooperativa Terra Livre está localizada no assentamento Contestado (PAINEL FOTOGRÁFICO 10). Conforme explica o camponês Dirceu Callegari, a agroindústria trabalha com alimentos agroecológicos e produz doces e compotas diversas (banana, abóbora maçã, uva, pêssego, entre outros), conservas de legumes, molho de tomate, suco e vinagre de maçã, além de embalar feijão e vegetais a



vácuo, como mandioca e abóbora. Os produtos da agroindústria são destinados principalmente ao PNAE, mas também são comercializados através de outros mercados, podendo ser encontrados em outros estados, sobretudo, nas lojas do Armazém do Campo.

**Painel Fotográfico 10** - Agroindústria de produtos agroecológicos - assentamento Contestado, Lapa



**Fonte:** JORGE, 2023. **Organização:** JORGE, 2024

Compreendemos que a agroindustrialização é bastante relevante para os assentados do ponto de vista econômico, do controle do processo produtivo e enquanto estratégia de resistência a subalternização e apropriação da renda da terra camponesa pelos setores do capital. Contudo, é necessário sublinhar que a importância da agroindustrialização no contexto dos assentamentos extrapola a dimensão econômica e, também, possui um significado social e político. Quando os produtos dessas agroindústrias chegam à mercados (sejam os Armazém do Campo ou outros tipos de lojas), por vezes em estados distantes de onde foram produzidos, eles carregam em si a história dos assentamentos, das cooperativas, possibilitando que o debate acerca da reforma agrária e da agricultura camponesa enquanto modelo de desenvolvimento ultrapasse o campo e alcance, por exemplo, sujeitos que vivem nas cidades.

#### 5.4 EDUCAÇÃO CAMPONESA

Quando abordamos a educação camponesa, estamos nos referindo a educação do campo construída desde a práxis dos movimentos socioterritoriais e do Paradigma da Questão Agrária, mais especificamente a tendência campesinista desse paradigma. Com base em Camacho (2014) entendemos que nessa perspectiva, a educação do campo é mais

do que um projeto de educação, é “[...] um projeto de luta de classes. Da classe camponesa contra a classe dos empresários do agronegócio” (CAMACHO, 2014, p. 342).

Assim como explicam diversos autores, essa concepção de educação do campo é parte do contexto da intensificação das disputas territoriais no espaço agrário, sendo, ao mesmo tempo, produto e instrumento da luta dos movimentos camponeses. Portanto, a territorialização camponesa e a territorialização da educação do campo são processos interligados, sendo essa segunda diretamente resultado das necessidades que surgiram com a formação de acampamentos e conquista de assentamentos. Em relação a essa questão, o depoimento do camponês Emílio Moreira, do assentamento Pontal do Tigre, é elucidador.

Nós tínhamos muitas crianças, imagina, 700 famílias, então nós fizemos mutirão, todas as famílias, a gente desmanchou toda a estrutura da sede da fazenda, curral, mangueira, casa dos antigos empregados, desmanchamos tudo e construímos nossas escolas e nossas igrejas. Nossos professores eram pessoas do meio de nós, voluntários, não recebiam para dar aula, ensinavam o que sabiam, era uma didática muito espontânea. A gente discutia a questão da educação, a gente falava que um dia a gente ia ter que ter uma escola, uma boa escola, com professores capacitados. Na época, as crianças aqui não recebiam material escolar, as crianças escreviam com giz, com carvãozinho, pedaço de tabua. Um dia na reunião a gente conversando a gente chegou à conclusão que a gente tinha que pensar grande, lutar por uma escola de qualidade e daí nós montamos uma equipe pra lutar por educação, colocar a educação em primeiro lugar (Emílio Moreira [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021).

Em complemento ao depoimento do senhor Emílio, consideramos importante citar parte da entrevista da camponesa Sônia Paixão, que vive e atua como coordenadora pedagógica no assentamento Pontal do Tigre. O relato da camponesa demonstra que a luta pela educação e construção de escolas nos acampamentos (principalmente no período entre as décadas de 1980 e 1990) foi um processo que enfrentou bastante resistência, inclusive, por parte do poder público, que dentre as formas de violência praticadas contra as ocupações, efetuava a negação de direitos fundamentais, como o acesso à educação.

Quando nós chegamos aqui em Querência do Norte, foi na década de 1980, né, chegamos aqui em 1988 e os próprios acampados tiveram que se preocupar e lidar com o problema da educação, para nós essa era a solução, realmente a gente ter uma escola, garantir esse direito. **Só que para a prefeitura foi um problema, porque a prefeitura trabalhava com a negação das escolas e da educação no acampamento, então, foi um processo muito difícil [...]** cada grupo que chegava aqui no acampamento acordava em junto com o barraco de lona construído para moradia também fazer um barraco de lona que era a escola e, com o tempo, esse barraco de lona que era a escola. foi sendo aprimorado por alguns grupos [...] a escola que temos hoje aqui foi feita com muita luta, lembro que na década de 1990 os estudantes cobravam bastante, porque eles não tinham direito de ter bancos, não tinham cadernos. Os bancos e as mesas eram todas improvisadas pelos próprios acampados. Era tudo simples. Os alunos

começaram a questionar e os Sem Terrinha então começaram a fazer um levante no próprio acampamento, de que eles tinham direito a uma escola. E daí as lideranças e os pais, foi feita uma assembleia no mês de agosto, com todos os acampados da fazenda e foi gerada uma comissão. Essa comissão então foi para a SEED [Secretaria de Educação do Estado do Paraná] em Curitiba e, também, abriu a negociação no INCRA pelo direito escola na área (Sônia Paixão [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021, grifo nosso).

Com base no exposto, compreendemos que a educação do campo surgiu em um determinado contexto histórico de luta e resistência, não podendo ser interpretada fora dele. Nesse sentido, conforme assevera Caldart (2009), a educação do campo não pode ser compreendida em si mesma ou somente a partir do mundo da educação, ela é um movimento real e prático, que expressa uma concepção teórica e uma crítica à realidade educacional do povo que trabalha e vive no campo no Brasil. Essa crítica:

[...] nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país. **Ou seja, precisamos considerar na análise que há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do campo.** E tratou-se primeiro de uma crítica prática: lutas sociais pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça (CALDART, 2009, p. 39, grifo nosso).

É importante salientar que não se trata apenas de uma crítica de denúncia, mas de uma crítica projetiva de transformações, na qual os movimentos assumem o papel de propor contrapontos, alternativas de prática e de políticas educacionais. Com relação a essa questão, vale apontarmos os boletins elaborados pelo MST na década de 1990, com o objetivo de afirmar sua luta por escolas para os territórios camponeses, por uma concepção de campo e de educação, apresentando diretrizes para o trabalho dos professores nos acampamentos e assentamentos.

No Boletim de Educação nº 1, publicado no ano de 1992, o MST delineou os contornos de sua proposta de educação, sublinhando a necessidade de que os professores dos territórios camponeses sejam militantes, que se identifiquem com os objetivos, interesses e ideologia do Movimento, que tenha consciência política e de classe, bem como, a importância de que as escolas sejam dirigidas coletivamente, comprometidas com o desenvolvimento cultural dos sujeitos e com a capacitação para a cooperação. No trecho a seguir extraído do documento, podemos observar a totalidade e multidimensionalidade do papel das escolas, desde a compreensão do Movimento.

A escola deve ajudar a consolidar e a avançar este MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL que está nascendo através dos assentamentos e que visa dar condições aos camponeses para que permaneçam, produzam e tenham uma vida digna no campo. Mais corretamente ainda: a Escola deve ajudar no desafio de fazer o Assentamento dar certo. Nos aspectos econômicos, políticos, e de relacionamento social. E como a escola pode ajudar nisso: principalmente criando condições para que as crianças participem deste desafio e também queiram e possam permanecer no campo. A primeira condição é a própria continuidade da luta pela Reforma Agrária. Por isso a escola deve se preocupar com a formação de militantes. A condição é a capacitação técnica e científica para enfrentar as exigências de um modelo de produção mais empresarial e competitivo. Para isso os 3 pilares fundamentais da Escola dos Assentamentos devem ser: o TRABALHO AGROPECUÁRIO, o CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA REALIDADE e o AMOR PELA LUTA (MST, 1992, p. 3).

A luta do MST e de outros movimentos pela educação se inscreve no contexto da multidimensionalidade da luta pela reforma agrária, na qual somente a conquista da terra não é suficiente para alcançar as condições de sobrevivência, (re)produção e mudanças estruturais na sociedade. Assim, os movimentos compreendem a necessidade de reivindicar escolas, com base na consciência de que elas devem estar em todos os lugares, disponíveis para todos as pessoas, em todas as fases da vida. Portanto, é direito dos trabalhadores do campo ter escolas (escolas do campo) em seus espaços e territórios. Da mesma forma, esses sujeitos também têm direito de acessar um modelo de educação adequado a suas realidades e necessidades, no qual a relação entre educação e trabalho seja desenvolvida desde os processos produtivos e formas de trabalho próprias do campo e não das cidades. Segundo salienta Caldart (2009):

**A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade** que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p. 38, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o objeto da educação do campo é a formação humana a partir de uma pedagogia popular, marxista e de base socialista, que vise relações horizontais entre educandos e educadores, de acordo com as especificidades dos camponeses, tendo como um referencial significativo o trabalho de Paulo Freire (CAMACHO, 2014). A educação do campo possui seus métodos e metodologias próprios, incluindo nesse bojo a pedagogia da alternância, que podemos considerar como uma significativa metodologia, tendo em vista que consiste na criação de um calendário adequado ao modo de viver, saber e fazer dos camponeses em que existe a divisão entre tempo de escola (tempo de estudos) e tempo de



comunidade (tempo de trabalho junto a família), sendo ambos considerados partes complementares da formação (CALDART, 2009; CAMACHO, 2014; SOUZA, 2018).

Em consonância com Camacho (2014), entendemos que a educação do campo pode ser compreendida como um tipo de território imaterial. Enquanto território, ela é marcada pela constante conflitualidade, disputas decorrentes das relações de poder e das distintas propostas de modelo de desenvolvimento para o campo. Em razão da indissociabilidade, a educação do campo (na condição de território imaterial) influencia na conformação dos outros territórios (materiais e imateriais) nas diferentes escalas.

Ainda, segundo Camacho (2014), as disputas e conflitualidades fazem com que existam duas concepções divergentes de educação do campo. Uma construída desde a perspectiva dos movimentos e do PQA, configurando o que o autor define como Paradigma Originário da Educação do Campo; e outra construída desde a lógica do agronegócio e do PCA. Conforme afirma Camacho:

O Paradigma Originário da Educação do Campo que nasce da luta dos movimentos camponeses foi apropriado pelo Estado e pelas grandes empresas e seus institutos de responsabilidade social. **Muitas destas práticas intituladas de Educação do Campo são reacionárias e romperam com o caráter revolucionário que marca a essência de origem da Educação do Campo.** Estas experiências têm reforçado a alienação no que concerne aos interesses de classe (CAMACHO, 2014, p. 344-345, grifo nosso).

Compreendemos que enquanto a educação do campo na perspectiva do PQA tem como objetivo fortalecer os processos de autonomia e emancipação dos sujeitos, na perspectiva do PCA, a intencionalidade é fazer da educação uma ferramenta que viabilize a integração subalterna dos camponeses ao mercado e ao capital, visando o processo que Abramovay (1990) chamou de metamorfose, isto é, transformação dos camponeses em agricultores familiares, profissionalizados segundo a ideologia, o sistema produtivo e padrão tecnológico do agronegócio.

É em razão desse debate e disputa em relação a educação do campo que consideramos importante deixar esclarecido que quando nos referimos a educação camponesa estamos tratando da educação do campo desde seu paradigma originário, fundamentado no PQA e na luta e resistência dos movimentos. Além disso, mais do que essa abordagem de educação do campo, concebemos que a própria participação dos sujeitos nos movimentos constitui um processo educativo/formativo que também faz parte da educação camponesa.

Sendo assim, é na luta e na resistência que os camponeses se educam. Em outras palavras, assim como afirmamos, ao formar o MST, os camponeses se formam e se transformam, enquanto sujeitos sociais, materializando um modo de produção da formação

humana, no qual o Movimento se configura no sujeito e no princípio educativo (CALDART, 2001). A partir dessa consciência, nos anos 2000 o MST passa a entender que o Movimento tem historicamente produzido uma forma de pedagogia, no caso, a Pedagogia do Movimento Sem Terra.

**O MST tem uma pedagogia.** A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. **E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento.** É para esta pedagogia, para este movimento pedagógico que precisamos olhar para compreender e fazer avançar nossa experiência de educação e de escola (MST, 2001, p. 19, grifo nosso).

Por meio desse processo educativo e proposta de pedagogia, o MST constrói a identidade Sem Terra, inserindo os sujeitos no movimento da história e fazendo com que eles passem a se entender como seres com potencial de realizar a luta social nas múltiplas escalas e dimensões do território, em meio às conflitualidades e contradições. Como aponta Caldart (2001):

Neste processo o MST se constitui como principal sujeito do movimento pedagógico da formação dos Sem Terra. Os sem-terra se educam como Sem Terra (sujeito social, pessoa humana, nome próprio) sendo do MST, o que quer dizer, construindo o Movimento que produz e reproduz sua própria identidade ou conformação humana e histórica. É sujeito pedagógico porque há uma intencionalidade ou um projeto educativo em suas ações, ainda que não totalmente refletida e consciente (CALDART, 2001, p. 218).

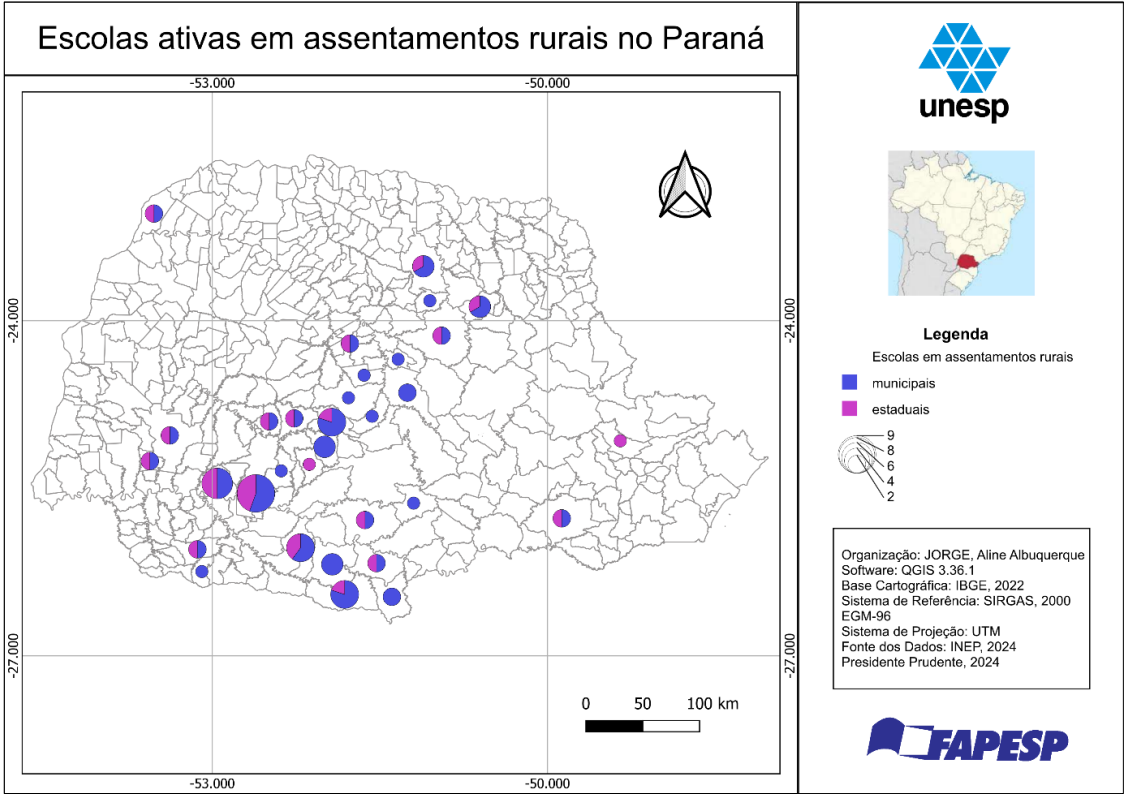
Baseado nessa perspectiva, compreendemos a educação camponesa como uma territorialidade emancipadora, pois o protagonismo é dos movimentos e dos camponeses e a centralidade é a construção de um processo educativo/formativo crítico, popular, autônomo, contra hegemônico, antagônico à lógica produtivista do conhecimento e aos valores mercantis. Desse modo, a prioridade da educação camponesa são as lutas, os interesses coletivos e a socialização da produção material do trabalho humano. Esse modelo de educação tem o potencial de fazer com que os camponeses se reconheçam como sujeitos de direito, que possuem uma identidade e são capazes de ler e transformar a realidade (CAMACHO, 2014; SOUZA, 2018).

A educação camponesa é uma territorialidade muito relevante para os camponeses em todas as dimensões do território. Em resumo, podemos afirmar que em relação à dimensão política, a educação camponesa é fundamental para que os sujeitos compreendam criticamente a sociedade em que estão inseridos, as contradições e conflitualidades em seus territórios, elaborando cotidianamente, por meio dos processos de luta e resistências, estratégias de organização, articulação e ações de intervenção e transformação da realidade.

No que se refere as dimensões social e cultural, a educação camponesa corrobora para a construção e valorização da identidade Sem Terra e da identidade camponesa, dos símbolos da luta do MST e de outros movimentos, do modo de viver, saber e fazer desses sujeitos e das relações de solidariedade e sociabilidade construídas entre eles. Na dimensão econômica, a educação camponesa contribui para a construção de alternativas mais autônomas e emancipadoras de produção e comercialização. Na dimensão ambiental, consideramos que a educação camponesa propicia o desenvolvimento e fortalecimento de modelos produtivos e tecnologias mais adequadas a realidade e modo vida camponês, a diversidade e conservação do ambiente, como, por exemplo, a agroecologia.

A luta do MST pela educação repercutiu na conquista de cerca de duas mil escolas em todo o país (MST, 2019), as quais compreendemos como territórios da educação camponesa. Muitas delas estão localizadas em áreas de assentamentos e acampamentos. Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil existem mais de 4500 escolas rurais em assentamentos. Desse número, os dados do INEP apontam que 78 escolas estão localizadas em assentamentos no Paraná, sendo 52 delas municipais e 26 estaduais (MAPA 5). No Painel Fotográfico 11, apresentamos registros de algumas das escolas que identificamos nos assentamentos estudados na pesquisa.

**Mapa 5 - Escolas municipais e estaduais ativas em assentamentos rurais no Paraná**



Fonte: INEP, 2024. Organização: JORGE, 2024.

Apesar de nem todas essas escolas terem seus conteúdos, métodos e metodologias orientados conforme propõe a educação do campo, consideramos que elas são resultados das lutas do conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo, que têm repercutido na formação de milhares de pessoas em nível técnico, fundamental, médio, superior, especialização e pós-graduação.

Em relação a essa questão, vale destacar no Paraná, a conquista do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), localizado no assentamento Oito de Junho, em Laranjeiras do Sul; do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), instalado no assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, voltado a realização de cursos na área da agroecologia em diferentes níveis de ensino, incluindo especializações; e da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), situada no assentamento Contestado, na Lapa, oferecendo aos camponeses cursos de formação política e cursos superiores de licenciatura em educação do campo e tecnologia em agroecologia, desenvolvidos em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR).

**Painel Fotográfico 11 - Escolas do campo localizadas nos assentamentos da pesquisa**



**Foto 1:** Escola Municipal Irmão Cirilo e Colégio Estadual do Campo Paulo Freire no assentamento Missões. **Foto 2** Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida no assentamento Valmir Mota de Oliveira. **Foto 03:** Escola Municipal Zumbi dos Palmares no assentamento Valmir Mota de Oliveira. **Foto 4:** Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber no assentamento Eli Vive.

**Fonte:** JORGE, 2022. **Organização:** JORGE, 2023.

Apesar de estar localizada em um assentamento do MST, a ELAA não é uma conquista apenas desse movimento, mas sim, resultado das articulações, propositivas e reivindicações realizadas no âmbito da Via Campesina, com objetivo de construir um espaço formativo latino-americano voltado para a agroecologia que, posteriormente, desdobraria na

criação de novos centros de formação, no caso, institutos agroecológicos, em outros países da América Latina, a começar pela Venezuela (SOUZA, 2018).

Sendo assim, a ELAA é uma escola que forma camponeses, povos indígenas, quilombolas e militantes de diversas organizações e movimentos ligados a Via Campesina, do Brasil e de outros países latino-americanos. Segundo a camponesa Adriana Nóbrega, integrante da coordenação da ELAA, na escola já se formaram educandos do Paraguai, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, entre outros.

Na ocasião em que estivemos na ELAA, em dezembro de 2023, estava em andamento a sexta turma do curso de tecnólogo em agroecologia e a quinta turma de licenciatura em educação do campo. Além disso, conforme nos explicou a camponesa Adriana, havia encerrado recentemente o Curso de Realidade Brasileira (CRB). Esses cursos, em grande parte são viabilizados pelo PRONERA, o que demonstra a essencialidade dessa política pública para a educação camponesa, enquanto processo de educação/formação emancipador.

A ELAA segue a metodologia da pedagogia da alternância, dividindo o calendário em tempo de escola (no qual os educandos residem na escola, que é equipada com alojamentos e refeitório, entre outras estruturas) e tempo de comunidade, em que eles retornam para seus territórios e realizam experimentos, observações e registros para compartilhar posteriormente como o restante da turma. O Painel Fotográfico 12 é composto por registros da escola.

**Painel Fotográfico 12** - Instalações da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento Contestado

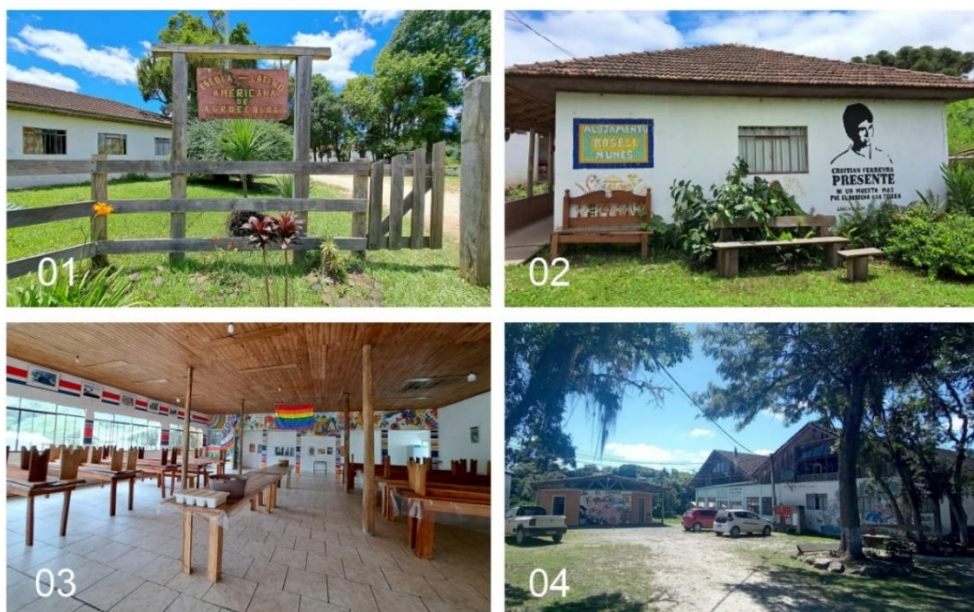


**Foto 1:** Entrada da ELAA. **Foto 2:** Alojamento destinado aos educandos e demais visitantes. **Foto 03:** Refeitório da escola. **Foto 4:** Visão geral das infraestruturas da escola.

**Fonte:** JORGE, 2023. **Organização:** JORGE, 2024.

Na ELAA, todas as atividades são realizadas de modo coletivo. Portanto, além do período em sala de aula, os educandos contribuem em tarefas administrativas, de limpeza dos espaços comuns, preparo de refeições e produção de alimentos agroecológicos, utilizados na própria alimentação escolar, sendo que no assentamento há uma área destinada para essa finalidade (FOTO 16). De acordo com a camponesa Adriana, a inserção dos educandos nessas atividades tem uma finalidade pedagógica e faz como parte do processo educativo/formativo dos sujeitos. Com base no diálogo com Adriana, entendemos que a concepção de formação da ELAA (e por extensão em outras escolas dos movimentos) vai além de conhecimentos teóricos e curriculares próprios de cada disciplina ou curso, compreende desde o saber plantar ao saber preparar o alimento, incorporando todas as dimensões (política, social, cultural, ambiental e econômica) que envolvem esses processos.

Ao questionarmos sobre a importância da educação do campo e da ELAA para a autonomia e emancipação dos camponeses, Adriana declara:

A educação do campo é necessária, é uma forma de conhecimento que também é prático, não é só ler, escrever, é sair em campo é mostrar como funciona, é um conhecimento mais humano [...] **a escola é um prédio que se mantém de pé há 18 anos, é uma estrutura que foi construída pelo povo para o povo [...] já passou muita gente por aqui [...] tem gente que vem aqui para colaborar com a escola, para concertar um telhado, arrumar as mesas, se a gente não manter a escola quem vai? Se a gente precisa, a gente fala: olha a escola latina tá precisando de uma doação de alimentos, e vem, os assentamentos mandam, se não mandar a alimentação mandam recurso para manter alimentação. Aqui é um espaço que forma nosso povo [...] a escola latina é uma referência, é a sede do assentamento [...] muitas pessoas que passam por aqui e colaboram com a escola dizem que em suas comunidades eles têm que sair pra fora para estudar e ainda é uma educação que não fala sobre as nossas questões, o que a gente precisa, o que a gente já conseguiu, lá fora não se fala disso, mas a gente estando aqui na nossa casa, na nossa escola, a gente ainda consegue manter a nossa memória viva, as coisas que a gente aprendeu com nossas mães, avós, os conhecimentos populares [...] a educação do campo é pra isso, ela é do povo e vem pra não deixar a gente esquecer, pra formar pessoas que conheçam suas origens. Educação do campo é liberdade, é libertação na educação** (Adriana Nóbrega [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Contestado, dez., 2023, grifo nosso).

Tem alguns elementos na fala da camponesa que requerem maior análise. Primeiramente, a consciência de que a ELAA é uma referência no campo da agroecologia, da educação popular e dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, que pertence aos povos (camponeses, indígenas, quilombolas) que a construíram e a mantêm.



**Foto 16** - Espaço para produção agroecológica de alimentos destinados à ELAA - assentamento Contestado



**Fonte:** JORGE, 2023.

Apesar de todos os fatores positivos e da relevância da escola para os sujeitos, movimentos e territórios, é preciso considerar que nela também existem contradições e conflitualidade. Parte dessas contradições e conflitualidades são de ordem interna, sendo que conforme relata a camponesa Adriana, no próprio assentamento Contestado houve resistência de parte dos assentados à construção da escola, principalmente, por se tratar de uma escola que não é só do MST, mas dos movimentos que compõem a Via Campesina. Nas palavras de Adriana:

Aqui no assentamento, tem várias pessoas que é contra a escola, por motivos políticos, por achar que não faz sentido nós receber pessoas de outros movimentos, por exemplo. Então tem essas questões também, não teve um racha, mas teve resistência, teve gente que achou que não ia dar certo, mas tem 18 anos que tá dando certo (Adriana Nóbrega [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Contestado, dez., 2023).

Paralelo a esse processo, conforma Souza (2018) identificou em sua pesquisa, existe também conflitualidades nas relações entre os movimentos que formam a escola. Além da ELAA estar inserida em um assentamento do MST, o Movimento constitui majoritariamente a coordenação e setor pedagógico da escola, bem como, define o processo organizativo da mesma segundo seus princípios e práticas, o que faz com que, muitas vezes, os sujeitos vinculados às demais organizações e movimentos não se sintam devidamente representados e, de certa forma, desvia da proposta original formulada pela Via Campesina, que é a construção de um espaço de formação para os povos e movimentos latino-americanos.

Essas questões revelam contradições e desafios a serem superados na articulação e constituição de espaços que não sejam apenas construídos, mas também geridos de forma coletiva e igualitária por um conjunto de organizações e movimentos que, embora sejam diversos e tenham suas particularidades, se unificam em torno de uma bandeira comum: a luta pelo/no território. Reconhecemos que a superação desses desafios é um processo complexo, permeado por uma série de elementos como as condições dos sujeitos de se afastarem de seus territórios para participarem das atividades de gestão da escola, as possibilidades de deslocamento e de acesso a recursos financeiros, as questões organizativas de cada movimento, dentre outros.

Outro ponto que consideramos importante no relato da camponesa Adriana, é o reconhecimento da educação do campo como uma educação libertadora, no sentido de que se caracteriza como um modelo de educação adequado a realidade e as necessidades dos camponeses, valorizando os conhecimentos populares, as origens dos sujeitos, a trajetória de luta e as conquistas dos movimentos. Todos esses elementos vão ao encontro de nossas análises e demonstram que a educação do campo na perspectiva dos movimentos é emancipadora, diferentemente da educação do campo na perspectiva do agronegócio.

A luta do MST pela educação e a conquista de espaços formativos, possibilita ao Movimento formar seus próprios profissionais tais como agrônomos, veterinários, advogados, professores etc., permitindo que os sujeitos apliquem os conhecimentos adquiridos e contribuam diretamente com seus territórios, conforme evidencia o depoimento do assentado Emílio Moreira: “muitos professores da escola [Colégio Estadual do Campo Centrão] são filhos e filhas de assentados que conseguiram se formar, inclusive, em cursos de pedagogia do Movimento. Tem ainda professores da cidade, que possuem uma identificação com o Movimento (Emílio Moreira [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021). Com base em sua experiência, a camponesa Sônia Paixão também aborda essa questão, reconhecendo a importância da participação no MST, na luta coletiva camponesa, para sua formação. Segundo suas palavras:

Eu cheguei aqui [área correspondente ao assentamento Pontal do Tigre] eu tinha 17 anos, hoje eu tenho 50. Eu era leiga, não tinha formação, a formação eu fui buscar diante da possibilidade de eu ser acampada, se eu não tivesse acampado, conquistado a terra, o conhecimento pra mim era algo impossível. **Eu sou de família de boia-fria, eu consegui me tornar assentada e ter a minha formação diante da luta coletiva, se não fosse à luta coletiva eu não teria feito essa caminhada** (Sônia Paixão [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021, grifo nosso).



Em seu depoimento, a camponesa, que na atualidade é coordenadora pedagógica do Colégio Estadual do Campo Centrão<sup>33</sup> (FOTO 17), enfatiza que nas primeiras escolas criadas nos acampamentos, os educadores em grande maioria eram pessoas do Movimento (acampados e assentados), que não possuíam formação acadêmica para licenciatura. A partir das vivências construídas coletivamente na luta pela terra, nos acampamentos, essas pessoas foram construindo suas próprias metodologias, currículos e, consecutivamente a pedagogia do Movimento, baseada na concepção de pedagogia popular. De acordo com seu relato:

Nós éramos leigas, né. A gente não tinha o conhecimento acadêmico, não tinha uma didática pedagógica como nós deveríamos ter. Então nós passamos por todo tipo de humilhação nas avaliações da escola, porque a gente trabalhava muito esse processo de ensino aprendizagem, mas no sistema geradores e a forma de trabalho era de acordo com as vivências dentro do acampamento. Nós tínhamos um currículo criado pelo próprio Movimento. Nós tínhamos uma metodologia de trabalho e a nossa metodologia de trabalho era muito voltada aos temas geradores, a gente se espelhou muito no Paulo Freire. Então assim a gente tinha muito forte e ainda tem essa metodologia de Paulo Freire nos assentamentos. A gente trabalhava A de assentamento, de acampamento, B de barraco, C de comida, D de dinheiro. A gente sempre fazia o contraponto, né. B de barraco, por que a gente mora no barraco? Por outro lado, a gente trabalhava muito a autoestima dos educandos (Sônia Paixão [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021).

**Foto 17** - Colégio Estadual do Campo Centrão - assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte



**Fonte:** JORGE, 2021.

<sup>33</sup> Além desse colégio, o assentamento também possui uma escola municipal, no caso, a escola Chico Mendes.

Esse modelo de educação camponesa próprio do Movimento, produzido nas escolas dos acampamentos e assentamentos, enfrentou e muitas vezes ainda enfrenta objeção a nível de município e de Estado. Assim como explica a camponesa Sônia, à medida que o poder público reconheceu as escolas do campo ligadas ao MST, passou a tentar enquadrá-las no mesmo modelo de ensino das escolas das cidades. De acordo com suas palavras: “quando acolheram essas escolas, eles começaram a vigiar essas escolas. Eles começaram a reprimir essas escolas e os professores” (Sônia Paixão [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, ago., 2021).

Na atualidade, os ataques a educação camponesa por parte do Estado e dos municípios têm ocorrido principalmente através do fechamento de escolas do campo. Segundo a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, das Águas e das Florestas (APEC), somente em 2024, no governo de Ratinho Júnior, cerca de 14 escolas do campo estão sob ameaça de fechamento no estado (CALDAS, 2023). Longe de ser uma exclusividade do Paraná, esse processo vem ocorrendo em todo o país, sendo que entre 2010 e 2019, houve o encerramento de mais de 24 mil escolas rurais no Brasil, 426 delas no estado do Paraná, isso mesmo sem haver uma clara correspondência entre a diminuição da demanda e o fechamento dessas escolas (SANTOS; COCA, 2022). Conforme explicam Santos e Coca (2022), o encerramento das atividades nas escolas rurais é uma questão de caráter político, cujos argumentos são baseados em um discurso neoliberal, de economia de gastos públicos, otimização da educação e, de certa forma, no preconceito em relação às escolas do campo, a partir do entendimento de que essas são qualitativamente inferiores às escolas das cidades.

Esse processo desdobra na realocação dos alunos em outras escolas, fora de suas comunidades, muitas vezes, nas cidades. Por sua vez, essas escolas partem de outras lógicas e metodologias de ensino, destoantes da proposta da educação camponesa, que tem como centralidade a autonomia, o protagonismo dos sujeitos e dos movimentos. O fechamento das escolas do campo significa a destruição de territórios, um processo de desterritorialização, que representa uma grande perda para toda comunidade e implica diretamente na evasão escolar, na negação de um direito fundamental à essa parcela da população.

Partindo desses elementos, entendemos que as escolas do campo são resistências territoriais nos assentamentos, essenciais para a educação e emancipação camponesa. Essas escolas são permeadas por conflitualidades de diversas ordens, que se manifestam nas disputas paradigmáticas em torno de qual modelo de educação do campo adotar, assim como, nas relações com o poder público, com a comunidade do próprio assentamento (como no caso da ELAA) e, também, com os educadores. Isso porque, assim como relatam os entrevistados, juntos aos educadores que são integrantes do Movimento (assentados e acampados), as escolas (sobretudo as estaduais) recebem professores de fora, que não

fazem parte do MST e não possuem a mesma formação, linguagem e metodologias de ensino, o que, em diversas situações, gera conflitos no processo de organização e gestão escolar.

Nesse sentido, compreendemos que a luta pela educação camponesa, enquanto territorialidade emancipadora, é permanente, se realiza nas distintas escalas e dimensões do território (política, social, econômica, cultural e ambiental) e se transforma constantemente conforme o contexto político, entre outros elementos. Dessa forma, não basta lutar pela conquista de escolas para os assentamentos, é preciso manter essas escolas nos territórios, resistir as investidas contra a educação do campo protagonizadas pelo Estado e grupos hegemônicos, lutar por políticas públicas emancipatórias voltadas à educação na perspectiva dos movimentos e sujeitos do campo. É nesse processo que o MST, assim como outros movimentos, tem construído continuamente sua própria pedagogia, ainda que existam conflitualidades e contradições.

Em nossa análise, a educação camponesa é uma territorialidade emancipadora que permeia todas as outras, pois é a partir dos processos educativos/formativos construídos histórico e coletivamente, que os movimentos e os camponeses desenvolvem, por exemplo, as iniciativas de cooperação/associação, as experiências de agroindustrialização e de mercados camponeses, bem como, as práticas agroecológicas, que consistem em uma forma de uso do território que interpretamos como altamente emancipadora, conforme discutiremos adiante.

## 5.5 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Na atualidade, a agroecologia é a principal referência adotada pelo MST<sup>34</sup> no que se refere as formas de resistência territorial e enfrentamento ao agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento hegemônico, passando a ser uma diretriz orientadora até mesmo de outras formas de uso emancipador do território, por exemplo, a cooperação/associação camponesa (ROOS, 2015; ORIGUÉLA, 2019; BUSCIOLI, 2024).

Para Altieri (2010), a agroecologia é uma ciência que se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao manejo de agroecossistemas, tendo em vista a melhoria da qualidade do solo; a debilitação de pragas e doenças; a produção diversificada de plantas saudáveis; a conservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais, como a água, a terra, entre outros. Conforme aponta o autor, a agroecologia está em conformidade com a

---

<sup>34</sup> Principalmente, a partir dos anos 2000, quando o movimento passa a produzir e a divulgar cadernos de estudo e outros materiais formativos voltados à temática da agroecologia, como forma de dialogar com a sociedade, com os camponeses e incentivar a transição nos acampamentos e assentamentos. Muitos desses materiais podem ser consultados na página do Movimento na internet, na seção Biblioteca da Questão Agrária.

racionalidade ecológica da agricultura tradicional de pequena escala (camponesa, indígena etc.) e consiste em um modelo de produção mais resistente às intempéries e mudanças climáticas, no qual as variedades locais e os modos de saber e fazer dos povos são reconhecidos e valorizados.

Assim como explicam Wezel et al. (2009), existem diversas abordagens em relação a agroecologia, sendo que podemos compreendê-la enquanto ciência, movimento e prática, que expressa uma nova forma de olhar para a agricultura e sua relação com a sociedade. Segundo o autor, a agroecologia como ciência emergiu no início do século XX, desde a associação entre os campos da ecologia, agronomia, botânica e zoologia, resultando, de modo geral, na aplicação da ecologia à agricultura. A partir da década de 1990, a agroecologia passou paulatinamente também a ser compreendida como movimento e prática, sobretudo, na América Latina, onde foi relacionada aos movimentos ambientalistas, camponeses etc. e as técnicas voltadas à sustentabilidade na agricultura.

No Brasil, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se encarregam de construir e incentivar a transição da agricultura convencional para a agroecológica, com destaque para a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, como espaço de convergência entre organizações e instituições vinculados a essa temática (WEZEL, et al., 2009). Os movimentos, dentre eles o MST, defendem a agroecologia como um projeto político de vida, objetivando a produção de relações sociais e produtivas mais horizontais, bem como, a construção de práticas de agricultura mais autônomas e emancipadoras; congruentes com os modos de vida dos sujeitos; a manutenção das famílias no campo; a conservação do ambiente e da biodiversidade; as relações de solidariedade e a preservação dos conhecimentos tradicionais e da herança cultural dos povos do campo.

Para esses movimentos, a agroecologia ocupa uma posição central nas disputas realizadas nos distintos níveis de território material e imaterial (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012). Eles trabalham a agroecologia de forma interligada à soberania alimentar (WEZEL, et al., 2009), que conforme abordamos, é um conceito que para além da garantia de acesso à alimentos, incorpora os povos e os territórios envolvendo questões como o uso racional dos recursos naturais, a produção local de alimentos saudáveis a partir de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis. Sendo assim, a agroecologia é uma alternativa que possibilita aos camponeses estabelecerem uma relação de coevolução com a natureza (ORIGUÉLA, 2019).

São diversas as iniciativas dos movimentos para promover a transição agroecológica, incluindo desde práticas formativas, articulações políticas em diferentes escalas e organização de atividades como eventos, jornadas, feiras etc. Dentre essas ações, cabe destacar as jornadas de agroecologia, realizadas anualmente desde 2001, resultado da

coalizão entre movimentos, organizações e instituições interessadas na agroecologia, incluindo o MST, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), entre outros (FIGURA 15).

**Figura 14** - Material de divulgação da 20ª Jornada de Agroecologia no Paraná



**Fonte:** Página do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, 2023.

Entendemos que a agroecologia, enquanto ciência, movimento e prática, é multidimensional. Portanto, para além dos aspectos relacionados a produção, ela propõe um debate político, social, econômico, cultural e ambiental, permitindo olhar para o sistema alimentar como um todo, conectando produtores e consumidores. Na agroecologia a geração e propagação de saberes, técnicas e tecnologias costumam ser realizadas através de metodologias participativas, nas quais os camponeses, desde seus territórios, compartilham problemas, reflexões, experiências e soluções, refletindo na produção de conhecimento e contribuindo diretamente para a educação camponesa (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012; ROSSET, 2017). Além disso, um dos princípios fundamentais da agroecologia é a sobreposição dos valores de uso sobre os valores de troca e, consecutivamente, a consolidação de economias solidárias, cooperativas, constituídas para satisfazer as necessidades de (re)produção dos sujeitos (GIRALDO; ROSSET, 2021).

Consideramos que a agroecologia é um dos pilares estruturantes do modelo de desenvolvimento camponês (ORIGUÉLA, 2019; BUSCIOLI, 2024) e está em flagrante oposição ao agronegócio, que assim como já discutido, se baseia na agricultura para o mercado, em larga escala, associada a produção de desigualdades, poluição e contaminação do ambiente, organismos geneticamente modificados, entre outros (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012; ROSSET, 2017).

Nas práticas agroecológicas, a transferência da renda da terra camponesa para o capital é bastante reduzida, uma vez que não existe a dependência de agroquímicos, sementes geneticamente modificadas e diversos tipos de maquinários que fazem parte da produção no sistema produtivo do agronegócio. Ao contrário disso, a agroecologia se fundamenta em técnicas e tecnologias consoantes com a agricultura camponesa e dos povos tradicionais, sendo embasada no trabalho familiar; na produção de caldas repelentes e adubos orgânicos, na preservação e uso de sementes crioulas etc., tendo em vista o aproveitamento máximo e racional dos recursos disponíveis no território, caminhando em direção a autossuficiência.

A partir desse contexto, analisamos que as práticas agroecológicas desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária possibilitam aos camponeses atingirem maiores níveis de autonomia em relações a suas produções e seus territórios, se configurando como uma territorialidade emancipadora. Compreendemos que a associação das práticas agroecológicas com outras formas de uso do território emancipadoras, como por exemplo, a cooperação/associação, a agroindustrialização e os mercados camponeses, possibilita aos sujeitos atingirem um elevado grau de emancipação.

Entendemos que as práticas agroecológicas constituem um tipo de territorialidade emancipadora não apenas desde a dimensão econômica, por se caracterizar como uma alternativa que reduz nível de dependência e de apropriação da renda da terra camponesa pelo capital, mas também considerando as outras dimensões. No que se refere a dimensão política, as práticas agroecológicas propõem um debate em torno dos modelos de desenvolvimento para o campo e a agricultura, da reforma agrária e da alimentação, produzindo questionamentos e reflexões em relação a proposta de sociedade que queremos construir.

Na dimensão ambiental, todas as questões mencionadas corroboram para a análise de que as práticas agroecológicas estão associadas a ideia de sustentabilidade, a recuperação de áreas degradadas, a saúde das pessoas e dos ambientais. Na dimensão cultural, elas promovem a valorização das identidades, dos saberes e especificidades de cada território, comunidade e povo, portanto, diferentemente do agronegócio que busca a homogeneização, a agroecologia tem como princípio a diversidade em múltiplos aspectos. Por fim, na dimensão social, as práticas agroecológicas são realizadas a partir de relações produtivas mais igualitárias e comunitárias, baseadas na cooperação e na solidariedade entre os sujeitos, além de possibilitar a construção de novos tipos de relação entre produtores de alimentos e consumidores, camponeses e sociedade.

A agroecologia tem consistido em um elemento central no projeto político do MST, permeando a estrutura organizativa do Movimento e, consecutivamente, as diretrizes que

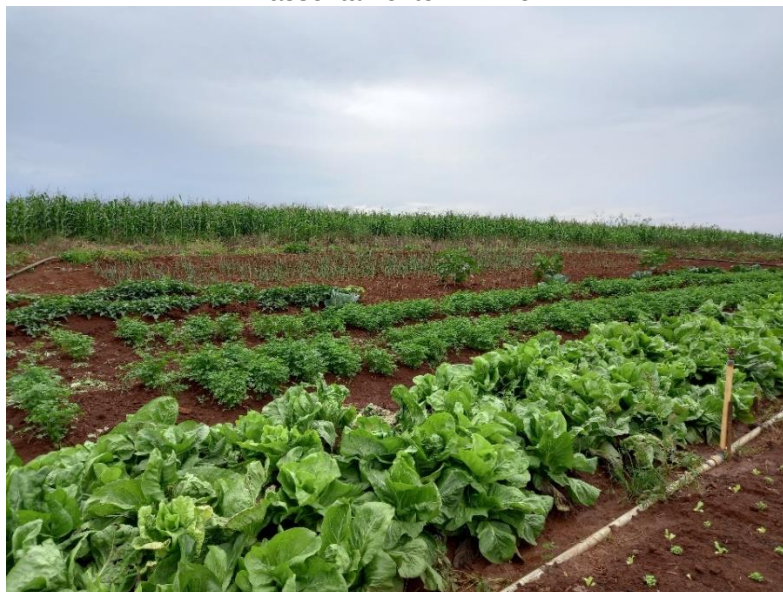
orientam as ações dos setores de educação, produção, saúde, gênero, entre outros. No que se refere as questões de gênero, assim como ressalta a assentada Ceres Hadich, nos acampamentos e assentamentos são as mulheres que, historicamente, assumem as tarefas de (re)produção da vida. Isto é, de cuidados com a família, de conservação da biodiversidade, de construção da soberania alimentar, por meio, das produções para autoconsumo, do trabalho nos pomares, nas hortas, na criação de pequenos animais etc. Nesse sentido, também são as mulheres, em sua determinação em defesa da vida, que, normalmente, encabeçam a construção da agroecologia como ferramenta contra hegemônica, de enfrentamento ao agronegócio, trazendo para dentro do debate agroecológico, o debate sobre feminismo e autoafirmação do papel das mulheres em seus territórios, nos processos de autonomia e emancipação (HADICH, 2021).

O protagonismo das mulheres na agroecologia pôde ser constatado em várias realidades e territórios com os quais tivemos contato através das incursões a campo. No assentamento Eli Vive, por exemplo, cerca de 15 mulheres constituem um coletivo de produção agroecológica na atualidade. De acordo com a camponesa Sônia Fernandes (nome fictício), o coletivo foi formado em 2016, a partir de um projeto de inclusão produtiva da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contudo, mesmo com o fim do projeto, as mulheres seguiram no coletivo, realizando a produção de feijão, mandioca, batata-doce e diversos tipos de hortaliças, como beterraba, berinjela, alface, brócolis, couve-flor, tomate, quiabo etc.

A produção é realizada individualmente no lote de cada camponesa. No entanto, a comercialização é efetuada coletivamente, sobretudo, por meio de entregas de sacolas agroecológicas no município de Londrina e, também, da participação, a cada quinze dias, em uma feira, organizada pela UEL. Assim como destaca a camponesa, a iniciativa do grupo é de suma relevância para a geração de renda para as mulheres do assentamento, promoção da agroecologia e alcance de maiores níveis de autonomia, consecutivamente, de emancipação. Na Foto 18, apresentamos a horta agroecológica cultivada por uma das camponesas que constituem o coletivo.



**Foto 18** - Horta agroecológica cultivada pela camponesa Sônia que integra o coletivo de mulheres do assentamento Eli Vive



Fonte: JORGE, 2022.

Em relação ao debate em torno da saúde, na agroecologia os camponeses partem do entendimento de que “o primeiro remédio é a comida, e a comida sem agrotóxicos, sem produtos químicos”, como nos explica a camponesa Aurélia Soares (nome fictício), que vive no assentamento Contestado e faz parte do setor de saúde do MST no Paraná. Além da consciência sobre a importância de uma alimentação diversa e de qualidade para a saúde humana, a agroecologia incentiva a valorização e regaste dos conhecimentos ancestrais, passados de geração para geração, como uso de ervas para chás, de práticas de benzimento, óleos essenciais e terapias alternativas como a auriculoterapia, massoterapia, ventosaterapia etc., evitando o uso de remédios alopáticos produzidos pelas industriais farmacêuticas.

Ao falar sobre sua trajetória no setor de saúde, os conhecimentos ancestrais e a relação entre as práticas de saúde popular e a agroecologia, a camponesa Aurélia assevera:

Meu conhecimento vem da minha avó. Minha avó do lado do meu pai era benzedeira, era parteira, fazia massagem. Então é uma sequência, né, meu pai e minha mãe sempre usaram chás, eu herdei isso deles [...] quando eu cheguei aqui no assentamento, já tinha um grupo que cuidava dessa área, eu me somei a eles pra contribuir, então estou aqui, desde 2002, contribuindo na saúde popular [...] a mata é uma farmácia viva, é preciso conhecer, respeitar e saber a hora de colher. **A agroecologia é isso também, então saúde popular e agroecologia andam juntas, agroecologia e saúde popular é um projeto de vida** (Aurélia Soares [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Contestado, dez. 2023, grifo nosso).

Como ressalta Aurélia, a saúde ancestral, popular faz parte do modo de vida camponês, sendo muito comum que nos quintais próximos as casas ou nas hortas voltadas



às práticas agroecológicas sejam cultivadas plantas medicinais para diferentes finalidades, sendo essa, também, uma tarefa normalmente protagonizada pelas mulheres. No assentamento Contestado, os camponeses conquistaram uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que atende os assentados e pessoas de comunidades vizinhas. Nessa UBS, os camponeses montaram uma sala específica para as terapias alternativas e próximo a esse espaço, eles separaram uma área para uma horta agroecológica de plantas medicinais, voltada à produção de chás, xaropes, pomadas, entre outros, para uso da comunidade. No Painel Fotográfico 13, mostramos registros desse espaço produtivo e da sala destinada as práticas de saúde popular no assentamento.

**Painel Fotográfico 13 – Saúde popular aliada à agroecologia no assentamento Contestado**



**Fonte:** JORGE, 2023.

Com base nesses elementos, é importante esclarecer que quando abordamos as práticas agroecológicas como uma territorialidade emancipadora, estamos nos referindo as práticas construídas pelos camponeses no âmbito dos movimentos, o que é bastante diferente das práticas de agricultura orgânica construídas a partir de relações verticais entre empresas e camponeses, principalmente, a partir do sistema de integração, como é o caso da Biorgânica, que discutimos no Capítulo 4. Conforme abordamos, essas práticas representam tentativas de cooptação da agroecologia pelo agronegócio (ANDRADE; LOCATEL, 2019; GIRALDO; ROSSET, 2021), nas quais novos sistemas de dependência são desenvolvidos, refletindo na colonização de processos autônomos, no esvaziamento do sentido político e social da agroecologia, bem como, no controle dos territórios pelas corporações que viabilizam o acesso a assistência técnica, crédito, insumos alternativos etc.

Esse processo de cooptação da agroecologia desdobra no que Giraldo e Rosset (2021) definem como agroecologia neoliberal, que na realidade, se traduz em uma falsa ideia de agroecologia, pois não responde as concepções da classe camponesa, a filosofia de vida

agroecológica e, muitas vezes, nem mesmo aos princípios ecológicos. Para as práticas agroecológicas serem emancipadoras é essencial que elas busquem superar o sistema produtivo e modelo de desenvolvimento hegemônico do agronegócio. Também, é imprescindível que os camponeses, organizados coletivamente, sejam protagonistas do processo, tendo como horizonte a reforma agrária e a busca por níveis elevados de autossuficiência. Ao tratar sobre a agroecologia na perspectiva emancipadora e não-emancipadora, Giraldo e Rosset (2021) afirmam:

Uma agroecologia não-autônoma e não-emancipadora deixa intactos muitos dos graves problemas criados pela Revolução Verde e pela agricultura industrial, pois a matriz tecnológica é somente uma das coisas que devem ser mudadas. Devemos reconhecer que a agroecologia e os movimentos sociais não trouxeram apenas uma visão ecológica para a agricultura, mas também processos sociais que resolvem muitos outros problemas além dos técnicos (GIRALDO; ROSSET, 2021, p. 712, tradução nossa<sup>35</sup>).

Nesse sentido, compreendemos que existem conflitualidades e disputas em torno da agroecologia. De um lado, os camponeses e movimentos reivindicam e trabalham a agroecologia como uma forma de resistência territorial, uma possibilidade frente a agricultura capitalista, que visa transformar a realidade no campo e na agricultura em múltiplas dimensões. Por outro lado, o agronegócio, em seu processo de expansão, busca incorporar/cooptar a agroecologia como parte de seu sistema produtivo, seu modelo de desenvolvimento (BUSCIOLI, 2024). Entretanto, o agronegócio não deseja transformar a realidade no campo e na agricultura, pois a conjuntura estabelecida muito o favorece. Sendo assim, na perspectiva desse setor, a agroecologia restringe-se a modificações no padrão tecnológico, reduzindo-se ao que entendemos como agricultura orgânica e, consecutivamente, consistindo, assim como apontamos a partir de Giraldo e Rosset (2021), em uma falsa ideia de agroecologia, que contribui para a subalternização.

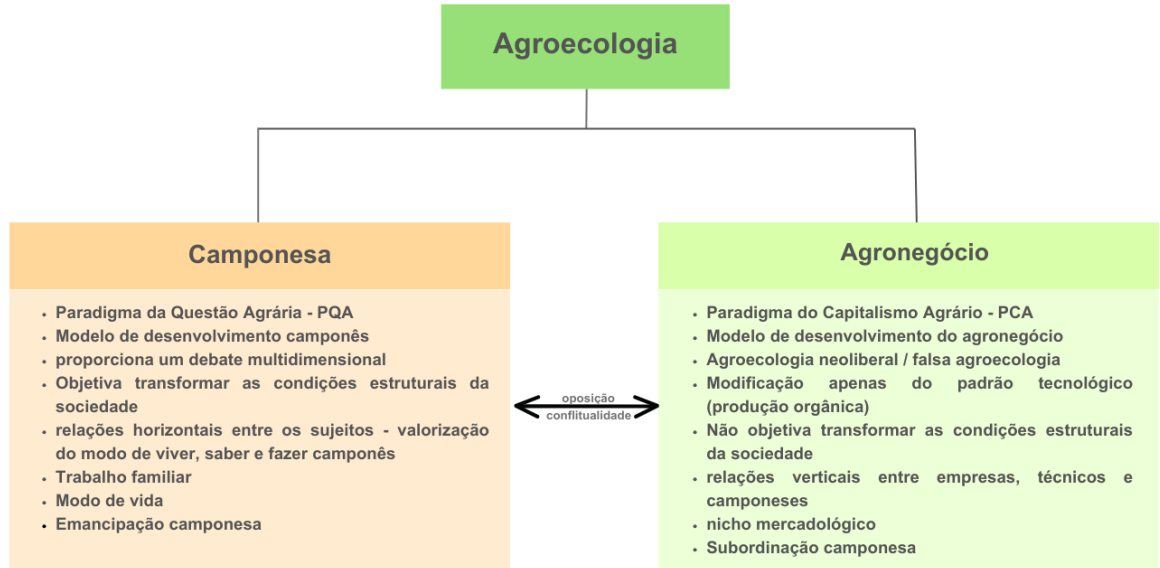
Essas conflitualidades e disputas se realizam no campo material e imaterial da agroecologia, sendo permeadas pelo debate paradigmático. Desse modo, em conformidade com Buscioli (2024), compreendemos que a agroecologia na perspectiva do agronegócio se fundamenta no Paradigma do Capitalismo Agrário. Em contrapartida, na perspectiva camponesa e dos movimentos, a agroecologia tem como embasamento o Paradigma da

---

<sup>35</sup> No original: una agroecología no-autónoma y noemancipadora, deja intactos muchos de los graves problemas creados por la Revolución Verde y la agricultura industrial, pues la matriz tecnológica es sólo una de las cosas que deben cambiarse. Debemos reconocer que la agroecología de los movimientos sociales no solo ha aportado una visión ecológica para la agricultura, sino también procesos sociales que resuelven muchos otros problemas más allá de los técnicos.

Questão Agrária<sup>36</sup>. Na Figura 16, apresentamos uma síntese dos elementos centrais e as divergências nas concepções de agroecologia desde as perspectivas camponesa e do agronegócio.

**Figura 15 – As concepções de agroecologia nas perspectivas camponesa e do agronegócio**



**Organização:** JORGE, 2024.

As práticas agroecológicas construídas desde a perspectiva camponesa e dos movimentos é uma territorialidade emancipadora presente na maioria dos assentamentos investigados na pesquisa (com exceção dos assentamentos Monte Alto e Missões). No Painel Fotográfico 14 mostramos alguns registros de práticas agroecológicas nos territórios investigados.

Assim como identificou Origuéla (2019), analisamos que existem diversos motivos que levam os camponeses a aderirem as práticas agroecológicas. Dentre esses motivos, identificamos camponeses que iniciaram a transição a partir da consciência política de resistência e enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio e, consecutivamente, à subalternização, compreendendo a agroecologia como o modelo produtivo mais compatível com a lógica de vida e produção camponesa.

<sup>36</sup> Conforme aponta Buscioli, no campo da geografia agrária existe um debate de que a partir do PQA e das experiências dos sujeitos e movimentos, tem emergido um novo paradigma, no caso, o Paradigma Agroecológico. Para os leitores que se interessarem na temática sugerimos a tese de Buscioli (2024).



**Painel Fotográfico 14 - Práticas agroecológicas nos assentamentos investigados**

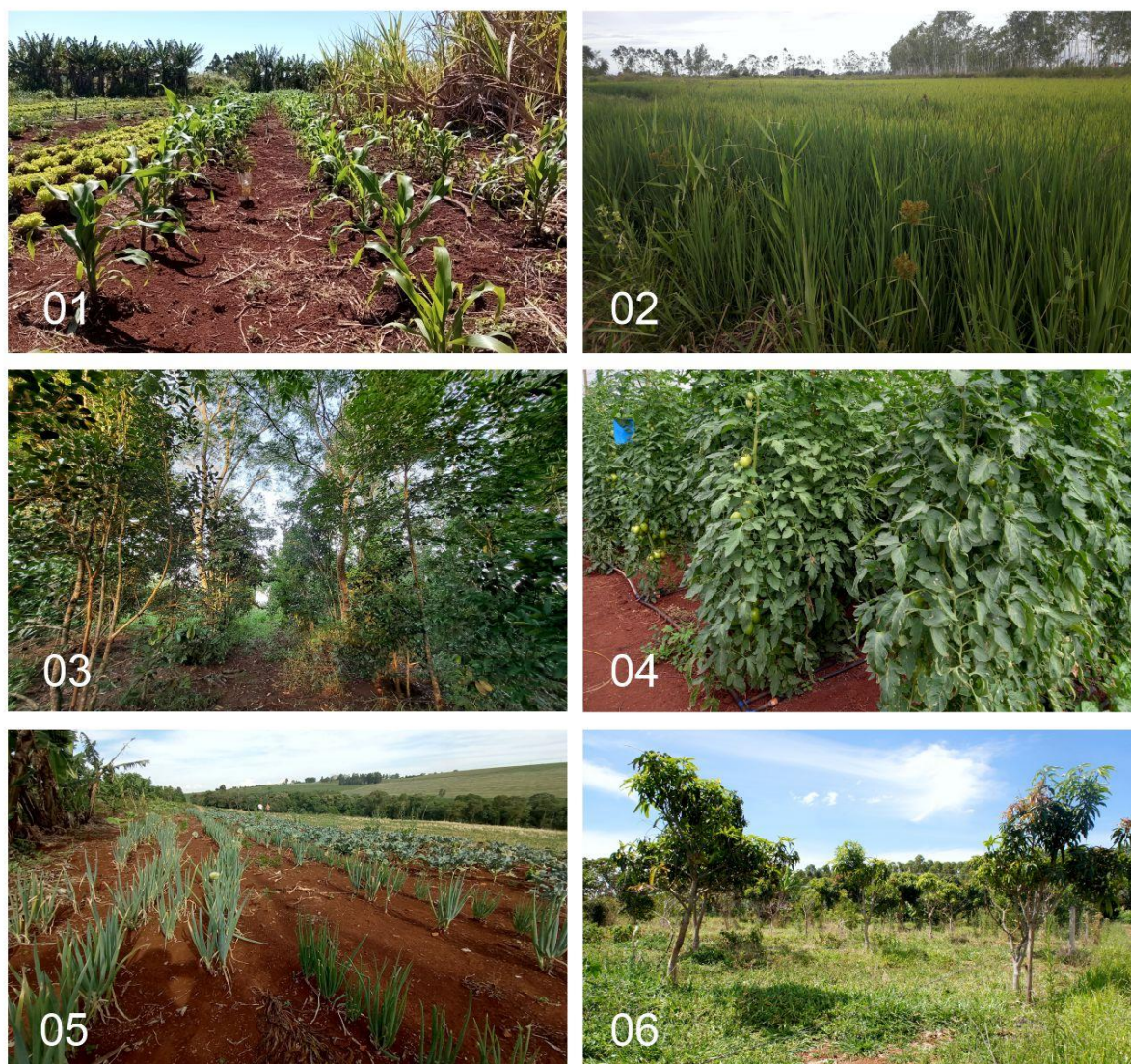


**Foto 1:** Horta agroecológica no assentamento Valmir Mota de Oliveira. **Foto 2:** Arroz agroecológico no assentamento Pontal do Tigre. **Foto 03:** Sistema Agroflorestal no assentamento Contestado. **Foto 4:** Cultivo de tomate agroecológico no assentamento Eli Vive. **Foto 05:** Horta agroecológica no assentamento Celso Furtado. **Foto 6:** Sistema Agroflorestal em formação no assentamento Paulo Freire.

**Fonte:** JORGE, 2021; 2022; 2023. **Organização:** Jorge: 2024.

Essa perspectiva política e ideológica pode ser percebida no depoimento da camponesa Marta Costa, que está em fase de transição e que ao discorrer sobre a importância das práticas agroecológica para o Movimento e os assentamentos de reforma agrária, assevera:

**Com essa proposta, da produção agroecológica, nós vamos conseguir voltar ao camponês,** porque se não for na agroecologia, eu na minha opinião, vai sumir o campesinato, porque o produtor dentro do agronegócio não é um camponês, ele produz só pro comércio, e na agroecologia você produz pra você viver da terra, você comercializa, você ganha economicamente, mas você também vai ter uma relação diferente com a

terra, então, sua vida fica melhor, seu modo de vida fica saudável e economicamente melhor, porque você produz tudo pra você comer. **O agronegócio não é pra gente, a gente tem que sair do agronegócio, e a agroecologia é o caminho pra isso, é um desafio, mas é o caminho de enfrentamento.** Nós, o MST, temos que avançar na agroecologia, já que nos nossos assentamentos a soja alavancou uma alta produção. Acontece que sem diversidade, o camponês vai deixando de ser camponês e vai virando um produtor, nessa lógica, a gente prefere o camponês. **É um desafio, porque você tá batendo de frente, o campesinato é diversidade, é pequeno, é pouco espaço, desestruturado, então você tá batendo de frente com o agronegócio que é muito forte, é estruturado e é o discurso hegemônico em toda parte no sistema capitalismo** (Marta Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021, grifo nosso).

Ainda, observamos nas falas dos camponeses, que muitos deles aderiram as práticas agroecológicas a partir dos processos formativos, realizados no âmbito do Movimento, como por exemplo, as jornadas de agroecologia, e, também, a partir de casos de adoecimento e compreensão acerca dos danos da agricultura convencional, baseada no padrão tecnológico do agronegócio, para o ambiente e para a saúde humana, principalmente, no que se refere ao uso de agrotóxicos. Um exemplo, é o camponês Eli Borges, que vive no assentamento Pontal do Tigre, produz diversas variedades de arroz agroecológico em consórcio com a criação de marrecos, e que ao ser questionado sobre quais razões o motivaram a iniciar a transição agroecológica, afirma que:

A partir de 2001 eu comecei a praticar a agroecologia no plantio de arroz. Eu comecei a participar das jornadas de agroecologia no Paraná e lá a gente aprendeu as práticas, aprendeu a fazer adubo orgânico, semente crioula, na verdade a gente passou a retomar, a resgatar o que o pessoal fazia antes da Revolução Verde, né. Através da agroecologia a gente retoma a preocupação com as sementes, com a natureza, com a água, toda essa discussão pertinente. A partir desse contato, eu achei melhor não só participar, mas começar a fazer e daí comecei pelo arroz. Na minha avaliação, o plantio convencional pode até dar mais dinheiro, tem um monte de produto, tudo pronto na prateleira, você faz lavoura grande, não tem problema com mato, com nada [...], mas eu não avalio só do ponto de vista econômico, o que fez nós aqui, a família, trabalhar com a produção orgânica/agroecológica é a saúde né, você não se expõe ao veneno, você tem um produto limpo para consumir e pra pôr no mercado (Eli Borges [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, dez. 2021).

Por último, em alguns casos a adesão às práticas agroecológicas também está relacionada a fatores de ordem econômica. Muitas vezes, são situações de endividamento ou falta de recursos para se manter na agricultura convencional, no sistema produtivo do agronegócio, que estimulam os camponeses a iniciarem a transição. Além disso, conforme explica a camponesa Jandira Carvalho, do assentamento Valmir Mota de Oliveira, a constituição de cooperativas que têm como foco principal a produção agroecológica e o preço

diferenciado dos produtos (em média 30% maior) são fatores que estimulam os camponeses a realizarem a transição agroecológica. De acordo com as palavras de Jandira:

A gente sempre teve consciência de adotar práticas mais naturais, em razão da questão de saúde né, até porque a gente teve um caso sério de saúde com meu filho, que foi câncer, e a gente sabe que câncer está relacionado nas pesquisas com agrotóxico, né. **Mas, a questão da certificação<sup>37</sup>, da transição, foi no sentido de colaborar com a cooperativa. Hoje a nossa cooperativa [COPCRAF], seu objetivo maior é famílias certificadas, e claro, além de colabar com a cooperativa, o econômico também foi um atrativo pra gente, no PNAE mesmo, é 30% maior o valor pago se a produção for orgânica/agroecológica** (Jandira Carvalho [nome fictício] em mensagem de áudio enviada a Aline Albuquerque Jorge, jun. 2023, grifo nosso).

O relato da entrevistada também destaca a importância das cooperativas e das políticas públicas de mercados institucionais para o fortalecimento das práticas agroecológicas, como territorialidades emancipadoras que contribuem para a construção do modelo de desenvolvimento camponês. Embora as práticas agroecológicas sejam territorialidades presentes em quase todos os assentamentos estudados, é preciso reconhecer que ainda existem contradições e certo grau de resistência por parte dos assentados no que se refere a suas adesões.

Na pesquisa, não identificamos nenhum assentamento em que as práticas agroecológicas sejam uma totalidade ou a forma de uso do território predominante. Na realidade, identificamos casos em que esse tipo de territorialidade está em expansão e casos em que houve retrações. Como exemplo, podemos citar o assentamento Contestado, que apesar de ser um território em que a proposta de agroecologia foi discutida desde o período de acampamento, onde está localizada a ELAA e a cooperativa Terra Livre, tem hoje o total de 21 famílias inseridas nas práticas agroecológicas, que estão certificadas, sendo que no passado, assim como relatam os camponeses, esse total já chegou a 86 famílias, número correspondente a cerca de 70% das famílias assentadas.

É evidente que existe uma série de questões que influenciam na adesão dos assentados às práticas agroecológicas. Consideramos que em sua maioria, essas questões estão relacionadas aos elementos internos e externos aos territórios camponeses, conforme discutimos no Capítulo 2. Nesse sentido, a disponibilidade de força de trabalho familiar, as condições de saúde e idade dos assentados, bem como, a dimensão territorial do lote são elementos que podem propiciar ou não a adesão dos camponeses às práticas agroecológicas.

---

<sup>37</sup> A camponesa se refere a certificação da Rede Ecovida, que consiste em uma alternativa social, uma forma de certificação participativa, na qual os camponeses se organizam e constituem um grupo que passa a participar de todas as etapas do processo de certificação, constituindo uma ação com propósito educativo, que valoriza a produção e os produtores.

Diferentemente do sistema produtivo do agronegócio, da agricultura convencional, a agroecologia - por ser um modelo produtivo que tem como fundamento os processos de coevolução com a natureza, a busca pela autossuficiência e os tratamentos preventivos, por meio das caldas, biofertilizantes etc. - acaba tendo uma necessidade de força de trabalho muito maior, tornando-se um fator desmotivador nos casos em que a mão de obra familiar é reduzida, sobretudo, frente a dimensão territorial do lote, ou ainda, nos casos em que os camponeses assentados já possuem idades avançadas, problemas de saúde que os impedem de realizar o trabalho agrícola, entre outros.

A localização geográfica dos assentamentos também é um elemento que pode propiciar ou não a adesão às práticas agroecológicas. Como mencionamos, alguns assentamentos estão inseridos em regiões de grande domínio e interesse do agronegócio, em razão das condições naturais, o que resulta em um maior assédio por parte dos médios e grandes produtores sobre as terras dos assentamentos e, consecutivamente, dificulta e desestimula as práticas agroecológicas.

Em relação aos elementos externos, as ideologias, os contextos agrário e político e as políticas públicas também influenciam diretamente nesse processo. Quando questionamos os camponeses entrevistados sobre quais são os desafios da agroecologia e o que eles acreditam ser necessário para que mais assentados iniciem a transição agroecológica, a resposta é praticamente unânime. Os entrevistados apontam a falta de programas de investimento, crédito e assistência técnica voltados à agroecologia, o que em um sentido amplo, compreendemos como a falta de um projeto de desenvolvimento camponês por parte do Estado, de estímulos que possam ir além da perspectiva da integração subalterna, incorporando e incentivando outros modelos de produção e de desenvolvimento alternativos ao agronegócio. O depoimento do assentado Celso Antunes, que vive no assentamento Contestado, é ilustrador em relação aos desafios da agroecologia na perspectiva dos camponeses.

Tem muita deficiência nesse aspecto, falta incentivo por parte do governo, política pública. Tem até a propaganda no sentido de comprar a merenda escolar fruto da produção orgânica/agroecológica, mas ainda é muito pouco. Falta também assistência técnica, o que a gente teve até hoje de assistência técnica é uma coisa muito improvisada. É feito licitação, daí vem o técnico, quando dá dois anos, que o técnico já pegou um conhecimento mínimo com o agricultor, vem esse convênio e troca ou acaba (Celso Antunes [nome fictício], em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Contestado, dez. 2023).

Ao explicar sobre a dificuldade de fazer o debate e avançar com a agroecologia nos assentamentos, a camponesa Margarida Torres também evidencia a necessidade de políticas

públicas capazes de ampliar e massificar as experiências agroecológicas, transmitindo segurança para os camponeses. De acordo com suas palavras:

É difícil, é muito difícil hoje. Isso é uma coisa que teria que ter primeiro recurso e assistência, não é uma coisa tão simples. **Tem que ter uma assistência técnica própria, capacitada, e recursos que facilite fazer experiências, nosso povo é muito desconfiado, já levou muita lambada e a gente depende disso pra viver, não tem outra coisa que segure as pontas.** Ainda, tem famílias que têm aposentadoria, mas nós, por exemplo, vivemos só do lote, então a gente tem que ter garantia, já tem a seca que judia de nós. Aquilo que a gente planta tem que ter garantia de que produza, se não a gente vai viver do que? **Essa questão da agroecologia eu vejo então por esse lado, tem que ter suporte, assistência, comercialização, tudo vinculado. Tem que ter um projeto que seja mais massivo, porque hoje tem muitas experiências, mas são experiências pequenas, que atingem poucas famílias. Pra ser massivo tem que ser um programa, se não, não evolui.** A agroecologia exige toda uma reformulação de sistema, as vezes a gente olha é um negócio simples, porque antigamente nossos pais produziam assim, mas era todo um sistema diferenciado (Margarida Torres [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Monte Alto, out. 2021, grifo nosso).

Somado a esses elementos, em diversas situações, os camponeses relatam dificuldades de comercializar a produção agroecológica e, muitas vezes acabam vendendo no mesmo preço dos alimentos convencionais, o que é outro fator desestimulador, uma vez que as práticas agroecológicas requerem um dispêndio maior de trabalho e, consecutivamente, de pessoas envolvidas na produção.

Além disso, alguns camponeses também relatam dificuldades com a questão da certificação, mesmo no caso da Rede Ecovida, que trabalha com a certificação em grupo, participativa, se configurando como uma forma mais acessível, em que os valores pagos são bastante reduzidos, comparado, por exemplo, a certificação do Instituto Biodinâmico, que abordamos no quarto capítulo, ao tratarmos do sistema de integração e da empresa Biorgânica.

Em relação a certificação da Rede Ecovida, os principais desafios relatados estão relacionados as dificuldades de trabalhar em grupo, sobretudo, em função de conflitos internos. Ademais, a proposta da Rede é de que a certificação inicie em uma determinada porção do lote e avance progressivamente de modo a incorporar todo o território. No entanto, muitos camponeses, em função das condições materiais de suas vidas e do equilíbrio entre os diversos elementos internos e externos, afirmam ter problemas para atingir esse objetivo e, por isso, muitas vezes, acabam desistindo da certificação e das práticas agroecológicas. Esse é o caso, por exemplo, da assentada Sueli Dias, que vive no assentamento Guanabara e que em entrevista nos relatou:



E a questão da certificação também dificulta, olha o tamanho da área, no caso ia chegar uma época que nós ia ter que certificar tudo, né, e como manter 10 alqueire certificado? É uma área muito grande. No início eles estavam aceitando certificar pouquinho, que nem nós tinha 2 hectares, na verdade, era 2,5 hectares [...], mas pra eles lá no decorrer do tempo tinha que certificar tudo e não tem condição (Sueli Dias [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021).

Com base nessa discussão, analisamos que as práticas agroecológicas consistem em um tipo de territorialidade alinhada ao modo de viver, saber e fazer camponês, que faz frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio e tende a proporcionar um elevado nível de emancipação aos sujeitos, sobretudo, quando associada a outras territorialidades emancipadoras, como as que discutimos nesse trabalho. Contudo, apesar de todos os elementos das práticas agroecológicas que consideramos positivos em uma perspectiva multidimensional, ainda existem diversas contradições e desafios a serem superados, envolvendo diversas questões que perpassam tanto as condições concretas de vida dos sujeitos, como as disputas em outras escalas e tipos de territórios, assim como, as disputas paradigmáticas, políticas, entre outras.

As práticas agroecológicas normalmente estão bastante associadas a criação de mercados camponeses, o que pode ser compreendido como uma estratégia que possibilita a construção de alternativas de enfrentamento a algumas dificuldades, como por exemplo, a comercialização dos produtos agroecológicos à preço mais justo, a partir de relações sociais entre produtores e consumidores mais horizontais e solidárias. Nesse sentido, conforme analisaremos a seguir, os mercados camponeses constituem um tipo de territorialidade emancipadora, muito relevante para a promoção da agroecologia e de outras formas de uso emancipador do território.

## 5.6 MERCADOS CAMPONESES

Entendemos por mercados camponeses as feiras, os projetos de entrega de cestas/sacolas agroecológicas, as lojas da reforma agrária como o Armazém do Campo e os mercados institucionais. Os mercados camponeses são mercados construídos pelos camponeses e movimentos, desde seus processos de luta e resistência. Eles se caracterizam como mercados populares, que possibilitam formas de comercialização mais autônomas e emancipadoras, que eliminam as ações de atravessadores, redes de varejo, entre outros, evitando a apropriação da renda da terra camponesa pelas camadas capitalistas no momento da comercialização (ORIGUÉLA, 2019).

Os mercados camponeses partem de uma lógica diferente da dos mercados capitalistas, que ultrapassa a dimensão econômica. Portanto, as produções não são vistas

como “[...] mera mercadoria, mas fazem parte de um conjunto de resistências que têm valor cultural e político” (BUSCIOLI, 2024, p. 73). Esses mercados potencializam a agroecologia nos assentamentos, pois os alimentos comercializados, sobretudo nas cestas/sacolas e feiras, costumam ser de procedência agroecológica (BUSCIOLI, 2024). Também, consistem na criação de espaços de socialização, de diálogo e de debate político com a sociedade, principalmente, com os consumidores, a população urbana, permitindo demonstrar a produtividade dos assentamentos, os resultados da luta pela terra e discutir a reforma agrária enquanto política de interesse social, construindo um novo tipo de relação entre campo e cidade.

Conforme afirmamos, a comercialização é um ponto bastante relevante para a (re)produção camponesa, ao mesmo tempo, está entre as principais dificuldades enfrentadas pelos sujeitos. Muitas vezes, como pontua Origuéla (2019), os camponeses produzem, mas não conseguem acessar os mercados capitalistas para comercializar os resultados de suas produções. Quando acessam, é de modo subalterno, repercutindo na apropriação da renda da terra, assim como vimos nos casos da integração à agroindústria, dos laticínios, das cerealistas, lojas agropecuárias e cooperativas ligadas ao agronegócio. Em diversas situações, mesmo se tratando de um acesso subalterno ao mercado, os camponeses acabam aderindo, pois é a alternativa disponível que garante a comercialização.

É nesse contexto que surge a necessidade de construir mercados populares camponeses. Diversas alternativas têm sido produzidas, a começar pelos próprios mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Consideramos esses programas como mercados camponeses, pois, segundo analisamos, são políticas públicas emancipadoras, construídas a partir das reivindicações e propositivas dos camponeses organizados coletivamente em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, estando altamente vinculadas à criação de cooperativas e associações camponesas. Sobre a importância dos mercados institucionais para os sujeitos, assentamentos e reforma agrária, a assentada Bibiana Camargo afirma:

A CONAB estava desestruturada e aí ela foi reativada, **a reativação da CONAB trouxe esses programas o PAA e o PNAE, e isso para a agricultura familiar foi muito bom, foi positivo, né, porque você conseguia garantir um preço, você conseguia organizar a sua produção,** pra quem estava organizado em cooperativa como aqui foi um salto (Bibiana Camargo [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Pontal do Tigre, dez. 2021, grifo nosso).

A Foto 19 consiste em um registro realizado no assentamento Guanabara, em Imbaú, da separação de produtos pelos camponeses para comercialização no PNAE, através da cooperativa COPACON.

**Foto 19** - Alimentos separados para comercialização via cooperativa COPACON, assentamento Guanabara



**Fonte:** JORGE, 2021

Os mercados institucionais, uma vez que incentivaram e propiciaram a ampliação e organização da produção camponesa, geraram condições para a estruturação de cooperativas, agroindústrias e outros tipos de mercados. Dentre eles, a rede de lojas Armazém do Campo, criada pelo MST, que na atualidade, conta com mais de 20 unidades espalhadas por todas as regiões do Brasil. Nessas unidades são comercializados produtos do Movimento, de suas cooperativas e agroindústrias, bem como, de parceiros da agricultura camponesa/familiar, povos quilombolas e indígenas. As lojas e os produtos disponíveis carregam a identidade do MST, os símbolos da luta pela terra, pela reforma agrária (MACHADO, 2024).

Segundo Machado (2024), as lojas Armazém do Campo foram criadas a partir de 2016, ano do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, dando início a segunda fase neoliberal e, consecutivamente, aos processos de sucateamento das políticas públicas de sustentabilidade da agricultura camponesa, que foram aprofundados no período seguinte, marcado pelo governo Bolsonaro.

Dessa forma, entendemos que a rede Armazém do Campo surgiu em um contexto político desfavorável, mas como resultado de toda uma conjuntura anterior que propiciou a sua construção (MACHADO, 2024). A rede cumpre um papel muito importante, no sentido de fortalecer os camponeses e ajudá-los a enfrentar as dificuldades decorrentes da disrupção dos mercados institucionais, sobretudo, no governo Bolsonaro, como indica o depoimento da camponesa Marta Costa.

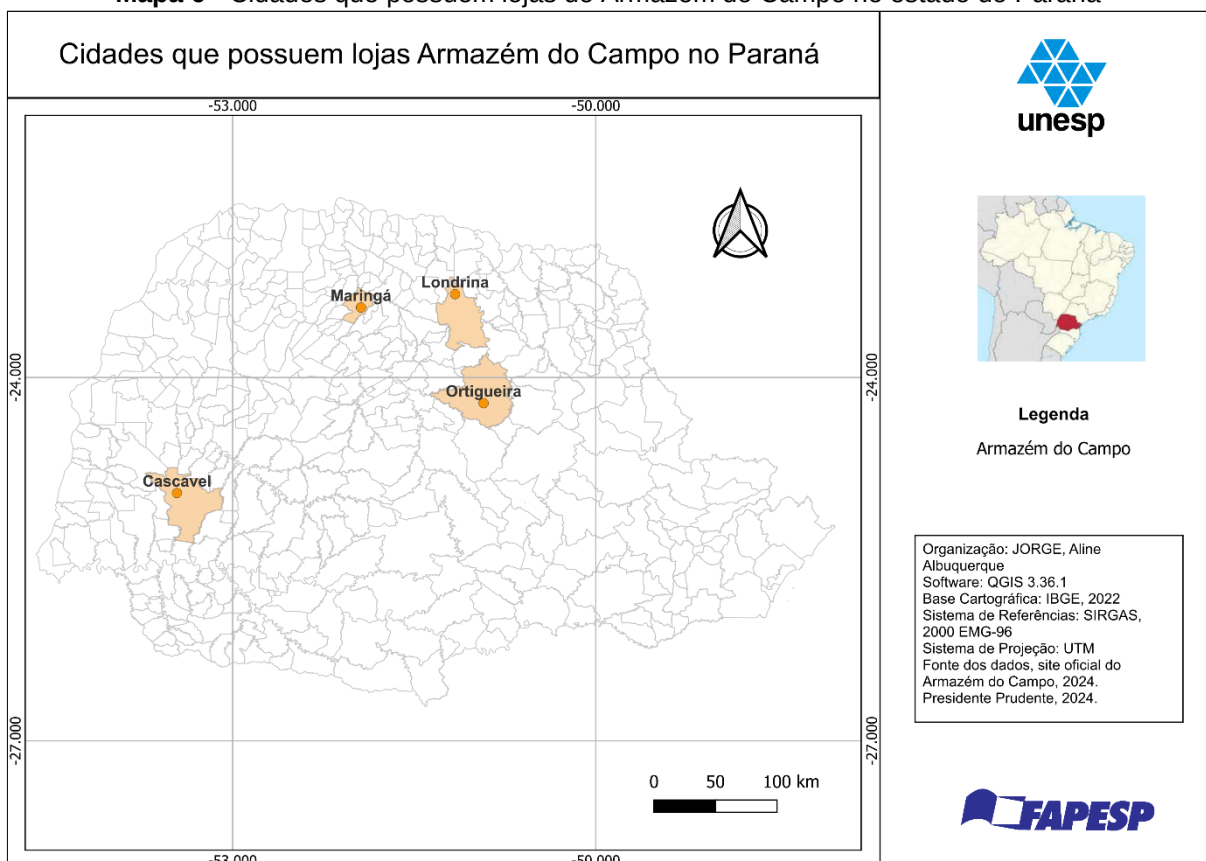
Não temos nenhuma expectativa em relação ao governo [governo Bolsonaro], **se continuar esse governo nós vamos ter que ir criando novas formas, que é o que estamos fazendo**, você sabe que a gente tem o consumidor direto, que é o que nos ajuda nesses momentos a comercializar, temos as feirinhas que estamos alavancando, **os Armazéns do Campo, que foi nossa estratégia agora pra nós por nossos produtos, porque produção nós temos, nós ganhamos a terra pra isso, pra produzir alimento**. Isso é um desafio pra nós [a criação de mercados camponeses], **mas não deixa de ser uma ferramenta pra luta, porque nós vamos dialogar com a sociedade também, vai avançar mais o nosso diálogo, e talvez aí nós podemos oferecer um grande risco pro governo, porque nós queremos mudança, não é só nos acampamentos que nós vamos dialogar, através da nossa luta. Agora nós estamos dentro do mercado, estamos lá dentro da cidade, vendendo nosso produto**, isso muda nosso diálogo também, né (Marta Costa [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, assentamento Guanabara, ago. 2021, grifo nosso).

A declaração da camponesa Marta, vai ao encontro do trabalho de Machado (2024), que explica que as lojas Armazém do Campo são produtos das relações sociais entre Movimento, consumidores parceiros etc., paralelamente, também são espaços produtores de relações sociais, nos quais para além da comercialização de produtos da reforma agrária, se realizam debates e atividades culturais, políticas, entre outras, consistindo em um espaço de formação e diálogo com a sociedade. Os Armazém do Campo representam uma forma de inserção camponesa no mercado e, também, a territorialização do MST no espaço urbano. Em outras palavras, são territórios do Movimento nas cidades. De acordo com Machado (2024):

Se antes o Movimento estava na cidade em momentos esporádicos, como em manifestações, marchas e ocupações, com o Armazém do Campo o MST tem a presença permanente na cidade, formando não apenas um espaço de comercialização, mas sobretudo um espaço de debate político com a sociedade e de alianças entre campo e cidade pela Reforma Agrária Popular (MACHADO, 2024, p. 219).

Segundo informações da página do Armazém do Campo na *internet*, no Paraná, as lojas da rede estão localizadas em Maringá, Londrina, Ortigueira e Cascavel, conforme representamos no Mapa 6.

**Mapa 6 - Cidades que possuem lojas do Armazém do Campo no estado do Paraná**



**Fonte:** Página do Armazém do Campo<sup>38</sup>. **Organização:** JORGE, 2024.

Somado ao Armazém do Campo, as feiras também são importantes mercados camponeses em termos de autonomia e emancipação. Elas podem ser semanais, mensais ou anuais, bem como, realizadas em diferentes escalas (local, estadual, nacional). As feiras consistem em um mercado tradicionalmente utilizado e produzido pelos camponeses, que mais do que espaços de comercialização, são também espaços de socialização, de diálogo e de reafirmação da reforma agrária, assim como assevera Origuéla (2019).

As feiras são espaços de comercialização de alimentos, mas também de reafirmação da reforma agrária. São espaços de socialização política, de diálogo com a sociedade sobre a importância de se consumir alimentos produzidos em consonância com a natureza e livres de agrotóxicos. Espaços que enfatizam o papel do campesinato e da reforma agrária na preservação da natureza e na saúde humano, tanto de quem produz alimentos como de quem os consome. **Aquele que compra os alimentos conhece aquele que os produz e vice-versa. É uma relação social que foge à lógica do capital.** Uma forma de comercialização mais justa e solidária, em que a remuneração seja adequada aos camponeses e os preços acessíveis àqueles que consomem (ORIGUÉLA, 2019, p. 81, grifo nosso).

<sup>38</sup> Disponível em: <https://armazemdocampo.com.br/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Em consonância com Buscioli (2024), as feiras são canais importantes de promoção da agroecologia e representam estratégias de desenvolvimento, principalmente, nos contextos marcados pela contração das políticas públicas, como por exemplo, as de mercados institucionais. Os vínculos construídos nas feiras vão além do financeiro. Nelas, produtores e consumidores constroem relações de solidariedade, confiança e amizade.

Muitas vezes, as feiras são organizadas em parcerias com universidades, municípios etc. A Foto 20 registra a participação dos camponeses do assentamento Guanabara na Feira do Produtor organizada semanalmente pelo município, em Imbaú.

**Foto 20** - Camponeses do assentamento Guanabara na Feira do Produtor de Imbaú

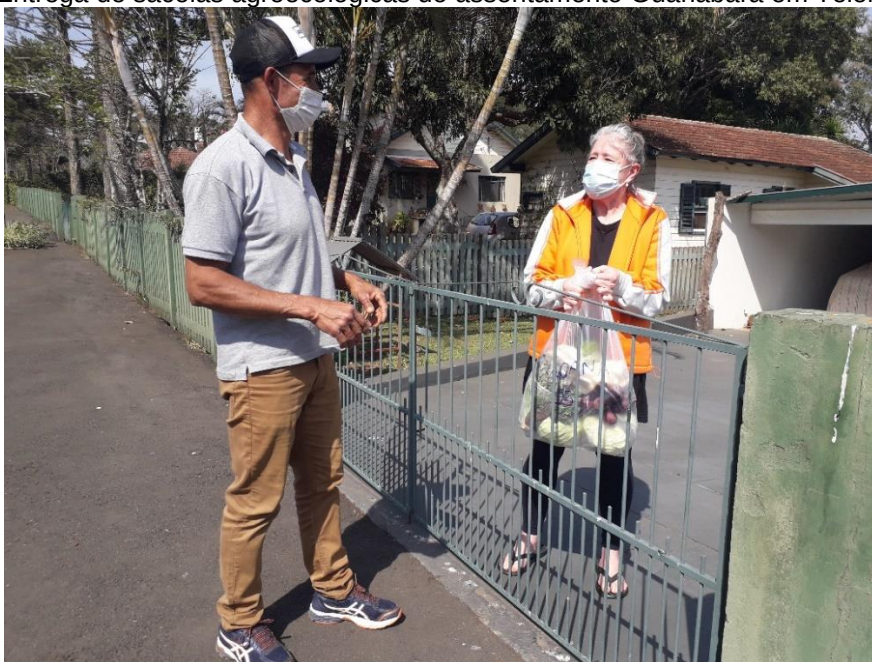


**Fonte:** JORGE, 2021.

Paralelo a feira, os camponeses do assentamento Guanabara também desenvolvem um projeto de entrega semanais em domicílio de sacolas agroecológicas, no município de Telêmaco Borba, que fica próximo a Imbaú. Esse projeto foi muito importante para os camponeses, especialmente durante a pandemia, em razão das medidas de isolamento social, da restrição de aglomerações e, consecutivamente, de atividades como as feiras. Quando estivemos no assentamento, a assentada Maria Aparecida afirmou que na ocasião, as sacolas agroecológicas atingiam um público de aproximadamente 60 pessoas, sendo que semanalmente os camponeses anunciavam em um grupo de *WhatsApp* a relação de produtos disponíveis para comercialização e, a partir dessa relação, os consumidores realizam suas encomendas. Na Foto 21 apresentamos um registro da oportunidade que tivemos de acompanhar as entregas.



**Foto 21** - Entrega de sacolas agroecológicas do assentamento Guanabara em Telêmaco Borba



**Fonte:** JORGE, 2021.

Assim como os outros mercados abordados, as sacolas agroecológicas, além de proporcionarem o consumo de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos para a população urbana, também consistem em oportunidades de construir espaços de socialização, diálogo e debate, assim como, relações de solidariedade, confiança e amizade. Esse processo fortalece o vínculo entre campo e cidade, como podemos verificar no depoimento da senhora Josefina Castanho, moradora de Telêmaco Borba, que participa do projeto desenvolvido pelos camponeses do assentamento Guanabara.

Eu acho que no mundo em que estamos vivendo, eu procuro valorizar, porque na verdade, no dele, no agrícola, não é só a mercadoria que chega aqui, tem toda a questão da agricultura familiar, o incentivo, o sustento, então eu acho que hoje o que a gente puder contribuir e comprar, desde um produto artesanal, porque é muito difícil competir com a indústria, né, em todos os ramos não têm como, em relação a valores. **Então o valor tem que estar em outras coisas. O valor para mim está em ter uma alimentação mais saudável, então tem coisas que eu acho que foge do valor econômico, porque tem outro valor.** Eu acho que é entender o contexto de tudo isso e valorizar tudo isso e claro que a gente tira o benefício disso, tira o benefício de ter uma alimentação mais saudável e em contrapartida estar ajudando mais pessoas a manter seus trabalhos (Josefina Castanho [nome fictício] em entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Telêmaco Borba, ago. 2021, grifo nosso).

No relato da entrevistada Josefina é possível perceber que existe o reconhecimento por parte dos consumidores da importância do trabalho dos camponeses, e que o valor dos produtos vai além da dimensão econômica, incorporando os aspectos sociais, políticos e

culturais que fazem dos territórios, das relações de produção, da identidade e do modo de vida camponês.

Compreendemos que, de certa forma, todos os tipos de territorialidades emancipadoras que analisamos nessa tese estão vinculados. Os mercados camponeses, por exemplo, estão amplamente interligados às práticas agroecológicas, à cooperação/associação e à agroindustrialização. Por conseguinte, as práticas agroecológicas também estão interligadas à educação camponesa, à cooperação/associação, à agroindustrialização e aos mercados camponeses, assim por diante.

Todos esses tipos de territorialidade são fundamentais para o controle camponês dos processos que envolvem a produção, circulação e comercialização de alimentos. Também são fundamentais para a construção do modelo de desenvolvimento camponês, que assim como abordamos, é um modelo contra-hegemônico, respaldado na Reforma Agrária Popular, no protagonismo dos camponeses e dos movimentos, no Paradigma da Questão Agrária, no trabalho familiar, na produção diversificada de alimentos, na agroecologia, entre outros elementos.

Quanto mais somadas essas territorialidades estiverem, maior o nível de emancipação camponesa. Contudo, é válido ressaltar que no capitalismo, a emancipação nunca é uma totalidade, mas sempre relativa. É bastante comum essas territorialidades emancipadoras também se somaram as territorialidades subalternas, consistindo em um mecanismo que possibilita aliviar a subalternização, desdobrando em diversas formas de territorialidades híbridas.

Nesse sentido, a (re)produção camponesa se realiza tanto na emancipação quanto na subalternização, em um constante movimento, a partir de um conjunto de relações e processos conflituosos e contraditórios, que se combinam e interagem de diferentes maneiras. Contudo, nesse movimento, é importante lembrar que os camponeses detêm o território caracterizado como trunfo, que permite, de acordo com a conjuntura, transformar suas realidades, suas condições e níveis de subalternização e emancipação.

Diversas das territorialidades emancipadoras analisadas nesse capítulo também podem ser identificadas em outros territórios e escalas, como no caso dos territórios de *crofting* investigados na Escócia. Nesse sentido, com base no referencial teórico-conceitual e nas discussões realizadas até esse momento, adentraremos no último capítulo da tese, destinado a apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida em nosso estágio no exterior. Nessa parte, apontamos conexões entre Brasil e Escócia, MST e SCF, camponeses e *crofters*, bem como, apresentamos uma análise comparativa em relação aos tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas nos assentamentos de reforma agrária no Paraná e nos territórios de *crofting* na ilha de Skye.



# Capítulo 6

## 6. CONEXÕES ENTRE BRASIL E ESCÓCIA EM RELAÇÃO A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS E EMANCIPADORAS

Nesta seção, apresentamos as análises e reflexões produzidas a partir da realização de um estágio de pesquisa, na Universidade de Cardiff, no Reino Unido, entre fevereiro e agosto de 2022. Assim como explicamos na parte introdutória da tese, esse estágio teve como finalidade a produção de um estudo comparativo relacionado a nossa pesquisa de doutorado no Brasil, no qual investigamos as territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas pelos *crofters*, ligados ao *Scottish Crofting Federation (SCF)*, tendo como recorte espacial a ilha de Skye, na costa Oeste da Escócia.

Como podemos de antemão inferir, a Escócia e o Brasil são países muito diferentes em termos de dimensão territorial, história, tradições culturais, política, legislação, ecossistemas, questões sociais e papéis desempenhados em relação à produção agrícola e aos sistemas alimentares. Apesar de tantas diferenças, existem também diversas similaridades entre os dois países, no que se refere, por exemplo, à concentração fundiária, aos processos históricos de desterritorialização de povos camponeses e tradicionais, às disputas territoriais entre comunidades de pequenos produtores e corporações, grandes proprietários de terra (*landlords*), entre outros.

Diante da oportunidade de realizar o estágio, decidimos trabalhar com os *crofters*, pois através de aproximações com o contexto agrário do Reino Unido<sup>39</sup>, sobretudo por meio da participação no projeto “*Socioterritorial Movements in Comparative Perspective*” e construção do banco de dados DATALUTA UK, entendemos que esses sujeitos se assemelhavam mais aos camponeses estudados no Brasil.

Os *crofters* são camponeses escoceses, pequenos produtores de alimentos, geralmente, arrendatários de terra, que constituem uma identidade, um modo de vida específico. Dessa forma, o *crofting* é um sistema de posse de terra particular das Terras Altas (*Highlands*) e das ilhas escocesas, introduzido no país entre os séculos XVIII e XIX, como uma atividade parcial, em um contexto marcado por processos de conflitualidade e desterritorialização, promovida principalmente pelos *landlords*. Como resultado de um longo processo de luta, os *crofters* conquistaram diversos direitos expressos hoje na legislação, dentre eles, a segurança de posse da terra, desde que cumpridas uma série de deveres, como o pagamento do arrendamento ao proprietário da terra.

Conforme pontuamos, a dimensão territorial de um *croft* (equivalente a lote, no caso dos assentamentos) é muito pequena e, na maioria dos casos, insuficiente para a manutenção da unidade familiar, sendo bastante comum os *crofters* desenvolverem atividades não

---

<sup>39</sup> É válido informar que o Reino Unido é constituído pela Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

agrícolas complementares ou trabalhos acessórios em determinados períodos, como forma de viabilizar a sua (re)produção e manutenção no território. Além disso, é preciso considerar que as condições naturais da Escócia normalmente não propiciam a produção agrícola em todas as estações do ano.

Essas questões, somadas ao fato dos *crofters*, na maior parte dos casos, terem que transferir parte da renda terra para os proprietários na forma de arrendamento, são elementos que, para nós, demonstram diferenças entre esses sujeitos e os camponeses assentados, conferindo a eles uma tendência maior à (re)produção subalterna. No entanto, assim como os camponeses, os *crofters*, mesmo em condições de subalternização, buscam conquistar maiores níveis de autonomia, reivindicando subsídios, leis para garantia e promoção de direitos, ou ainda, tentando se desvincular dos proprietários, através da compra do *croft*.

A busca por autonomia também se materializa no território, por meio da produção de territorialidades emancipadoras, os quais são semelhantes as desenvolvidas pelos camponeses estudados no Paraná, com destaque especial para a produção para o autoconsumo. Em meio a essas contradições e conflitualidades são produzidas diferentes formas e níveis de subalternização e emancipação nos territórios de *crofting*, refletindo, tal como nos assentamentos de reforma agrária, em uma predominância de territorialidades híbridas.

Como já mencionamos, as estratégias e instrumentos de luta dos *crofters* são diferentes das dos camponeses estudados no Brasil. O *Scottish Crofting Federation* (SCF) é a principal instituição de representação e defesa dos direitos dos *crofters* na Escócia, atuando principalmente na dimensão política e no plano das disputas que se realizam no primeiro território (espaço de governança). Nesta seção, desenvolvemos uma leitura do SCF enquanto movimento socioterritorial, a partir da leitura de que a existência deste movimento está intimamente ligada a existência do território *crofting*, sendo essa, portanto, sua razão de ser. É importante esclarecer de antemão que essa é uma leitura nossa, consoante com o referencial teórico que adotamos em nossa pesquisa, mas que não representa a forma como a instituição se define, tal como discutiremos mais à frente.

Na mesma linha, no espírito de uma análise comparativa, interpretamos a agricultura *crofting* como um tipo de agricultura camponesa, embora esse não seja um entendimento comum entre os sujeitos, sobretudo, considerando o conceito de camponês/campesinato no Reino Unido não tem a mesma projeção que no Brasil.

Além da análise dos tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas pelos *crofters*, apresentamos neste capítulo, alguns elementos sobre a questão agrária, sobre o *crofting*, os *crofters* e o SCF, que nos permitem identificar semelhanças e diferenças entre Brasil e Escócia. Cabe salientar que as discussões e reflexões presentes no

texto são apontamentos iniciais, sobretudo, considerando, o curto período de realização da pesquisa no exterior. Nesse sentido, consideramos que existem muitas questões que podem ser aprofundadas em oportunidades futuras, tanto por nós quanto outros pesquisadores(as). Mesmo assim, pensamos ser importante trazer essas discussões para a tese, levando em conta que consistiu em uma oportunidade de gerar novos conhecimentos, de aplicar o estudo das territorialidades em uma realidade distinta da que normalmente trabalhamos e entender quais as diferenças e semelhanças nos processos de subalternização e nas resistências territoriais construídas.

## 6.1 QUESTÃO AGRÁRIA NA ESCÓCIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS EM COMPARAÇÃO AO BRASIL

Tanto o Brasil quanto a Escócia são países marcados pelo processo de colonialismo/colonização. Entre as diferenças, no Brasil, como é bem conhecido, a colonização foi externa. Enquanto na Escócia, em consonância com Mackinnon (2017), esse processo foi interno, realizado como política e prática pelo Império Britânico (Coroas Escocesas e Britânicas). Como o autor enfatiza, a diferença entre colonização e colonialismo é que este último é o arcabouço ideológico e teórico que sustenta a prática material do primeiro, que é um processo de dominação e deslocamento dos povos originários.

Quando o autor fala de um processo interno de colonização na Escócia, ele está se referindo a uma série de projetos e políticas desenvolvidos durante os séculos XVI, XVII e XVIII relacionados à redistribuição territorial e ao estabelecimento de colônias de povoamento e exploração na região das Terras Altas (*Highlands*) e Ilhas com o apoio do Estado Imperial Britânico. Analisando o século XVIII, Mackinnon (2017) afirma que as colônias foram criadas com objetivos militares, para recrutar pessoas para defesa imperial e para pacificar a população local. Elas também foram criadas segundo finalidades políticas e econômica, de acordo com a justificativa de incentivar a modernização da agricultura. Nas palavras do autor:

É claro que a linguagem da colonização foi amplamente expressa por funcionários do governo e melhoradores agrícolas ao descrever seus planos e projetos na Gàidhealtachd<sup>40</sup>. Essas palavras e ações demonstram que o desenvolvimento industrial e a mudança na posse da terra na área estavam sendo amplamente concebidos e implementados como um projeto de colonização (MACKINNON, 2017, p. 33, tradução nossa<sup>41</sup>).

---

<sup>40</sup> Gàidhealtachd é o nome escocês gaélico para Highlands (Terras Altas)

<sup>41</sup> No original: It is clear that the language of colonization was widely expressed by Government officials and agricultural improvers in the course of describing their plans and projects in the Gàidhealtachd. These words and actions demonstrate that industrial development and land tenure change in the area was being widely conceived and implemented as a project of colonization.

Assim como em outros países, por exemplo o Brasil, o colonialismo na Escócia foi sustentado por um discurso discriminatório contra a população indígena e tradicional (povo gaélico), considerando-os como inferiores, selvagens que, portanto, deveriam ser integrados a sociedade, colonizados. Esse processo foi baseado em mudanças econômicas e culturais "[...] através da introdução de um grupo de pessoas com um conjunto de pressupostos culturais, afiliações e hábitos para exercer poder sobre e mudar o modo de vida de outro grupo de pessoas que pensavam e agiam de maneira diferente" (MACKINNON, 2017, p. 34, tradução nossa<sup>42</sup>). Dessa forma, as ideologias racistas em relação os povos tradicionais das Terras Altas e Ilhas foram bastante proeminentes (MACKINNON, 2017).

Essas ideologias, especialmente nos séculos XVIII e XIX, promoveram a desterritorialização desses povos. Com base em Mackinnon (2017), entendemos que as políticas e projetos de colonização marginalizaram e expulsaram toda uma população de "[...] terras que constituíam seu lar e grande parte do significado de suas vidas" (MACKINNON, 2017, p. 39, tradução nossa <sup>43</sup>), não consistindo em um "[...] processo de integração, mas sim em uma grande contribuição para um processo histórico de desintegração social e cultural" (MACKINNON, 2017, p. 40, tradução nossa <sup>44</sup>).

A desterritorialização e expropriação promovida nesse período é mais conhecido como "*clearances*", um termo que passou a ser usado após meados do século XIX para definir o aprofundamento das relações capitalistas de produção no campo escocês e, conseqüentemente, as transformações socioeconômicas radicais causadas pelos métodos dos proprietários de terras (*landlords*) das Terras Altas de deslocar grandes comunidades de seus territórios, cercando terras aráveis e formando fazendas de ovelhas muito grandes, sob o pretexto de modernizar, melhorar a agricultura (RICHARDS, 2007). De acordo com Mackinnon (2016):

Acredito que o que agora conhecemos como *clearances* foram parte desse processo maior de colonização no qual não se tratava apenas de melhoria econômica, como eles viam, mas de mudar os hábitos das próprias pessoas. E se isso significava que eles tinham que ser deslocados para o exterior, ou deslocados para a cidade, ou deslocados para terrenos ruins perto do mar para que pudessem se tornar pescadores ou o que quer que fosse, então isso fazia parte de como eles adquiririam hábitos de indústria e se tornariam

---

<sup>42</sup> No original: [...] through the introductions of a group of people with one set of cultural assumptions, affiliations and habits to exercise power over and change the way of living of another group of people who thought and acted differently.

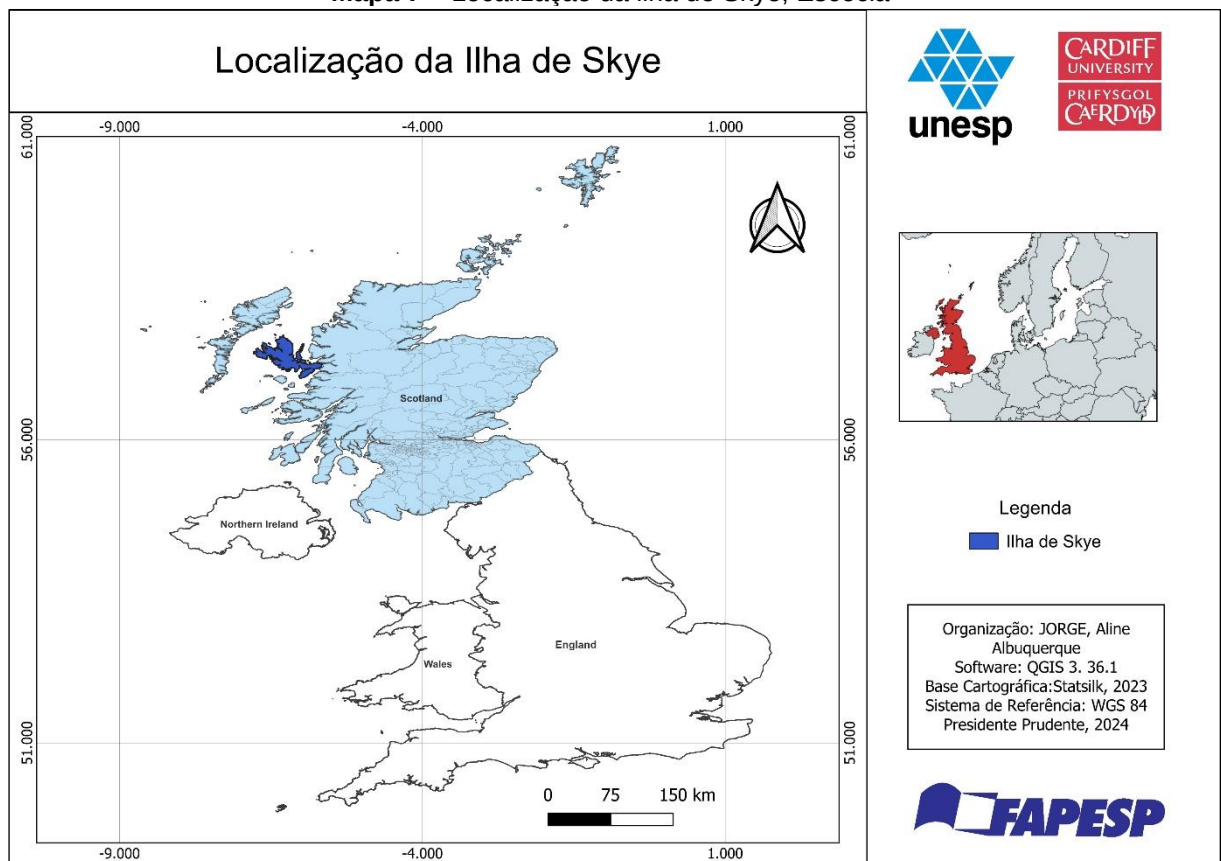
<sup>43</sup> No original: [...] marginalised and expelled an indigenous people from lands which constituted their home and a great part of the meaning of their lives.

<sup>44</sup> No original: [...] process of integration, but instead a major contribution to a historical process of social and cultural disintegration.

modernos, fazendo parte dessa Revolução Industrial (MACKINNON em entrevista a PAGET-CLARKE, 2016, tradução nossa<sup>45</sup>).

Embora existam diferenças e uma longa distância temporal, podemos considerar que as *clearances* tiveram objetivos semelhantes e consequências tão devastadoras para os povos tradicionais da Escócia, quanto o processo de modernização da agricultura para os camponeses no Brasil. Contudo, assim como no caso da modernização no Brasil, as *clearances* não ocorreram sem resistência dos povos expropriados e desterritorializados, sendo que mesmo diante das dificuldades de articulação causadas pelas grandes distâncias territoriais, ocorreram uma série de conflitos territoriais entre os *landlords* e os povos desterritorializados, muitas vezes, guiados por um senso de identidade, enquanto povo gaélico (CAMERON, 2020). A ilha de Skye (MAPA 7) foi um dos principais centros desses conflitos na época.

**Mapa 7 – Localização da ilha de Skye, Escócia**



**Organização: JORGE, 2024**

<sup>45</sup> No original: I think that what we now know of as the Clearances were part of that larger process of colonization in which it was not just about economic improvement, as they saw it, but about changing the habits of the people themselves. And if that meant that they had to be shifted away overseas, or shifted away to the city, or shifted to poor ground next to the sea so that they could become fisherman or whatever, then that was part of how they would acquire habits of industry and become modern, become part of that Industrial Revolution.

De acordo com Richards (2007).

No período principal dos despejos, a impressão mais marcante é de erupções esporádicas, mas repetidas, de resistência à autoridade estabelecida, geralmente dirigida contra os criadores de ovelhas que desocupavam terras e os proprietários. Ao longo deste período, houve pelo menos cinquenta episódios em que as forças da lei e da ordem foram desafiadas pela vontade do povo (RICHARDS, 2007, p. 67, tradução nossa<sup>46</sup>).

Os processos de colonização e desterritorialização ainda repercutem na questão agrária atual na Escócia, fazendo com que o país, assim como o Brasil, seja marcado por uma elevada concentração fundiária, assim como mencionamos anteriormente. Segundo Cameron (2020), questões de posse, acesso e distribuição de terras na Escócia são mais proeminentes do que em outras partes do Reino Unido. Nessa mesma linha, Wilson (2022) afirma que a Escócia tem a distribuição mais desigual de posse de terras da Europa. Muitas partes do país experimentam problemas socioeconômicos e declínio populacional, que são consequências da concentração de terras. Há uma falta de informações sobre a concentração fundiária e quem são os proprietários de terras na Escócia, considerando que os dados não são atualizados há bastante tempo, todavia, o padrão de grandes propriedades privadas tende a ser mantido (GLENN et al., 2019).

Conforme os dados publicados em 2014 no documento "A terra da Escócia e o bem comum: relatório do grupo de Revisão da Reforma Agrária", o total de 432 proprietários possuíam 50% de toda a terra privada da Escócia rural, o que significa que metade de um recurso fundamental para o país (terra) estava sobre controle de 0,008% da população naquele período (SCOTTISH GOVERNMENT, 2014). Em relação a esse elemento, é importante destacar que, assim como no Brasil, a propriedade de terra na Escócia está relacionada a *status*, influência e poder político, e tem ao longo da história conformado a base tradicional da estrutura de classes no campo na Grã-Bretanha (MUNTON, 2009).

Uma estimativa de Hindle et al. (2014) mostra que existem 1.125 propriedades em todo o país, representando 4,1 milhões de hectares de terra (10,1 milhões de acres) ou ainda 57% da terra rural da Escócia. Deste total, 371 propriedades são consideradas pequenas (100 - 1.000 ha) e cobrem aproximadamente 232.000 hectares, 667 são médias (1.000 - 10.000 ha) e cobrem mais de 2 milhões de hectares, e 87 são grandes (mais de 10.000 ha) e cobrem mais de 1,5 milhão de hectares.

---

<sup>46</sup> No original: In the main period of evictions the most striking impression is one of sporadic but repeated eruptions of resistance to established authority, usually directed against the clearing sheepfarmers and the landlords. Across this period there were at least fifty episodes during which the forces of law and order were challenged by the will of the people.

Novamente, de acordo com o trabalho de Hindle et al. (2014), a região das Terras Altas é onde se concentram o maior número de propriedades, consecutivamente, mais da metade das propriedades de até 10.000 ha e cerca de 73% das propriedades com mais de 10.000 ha. Para nós, a quantidade de grandes propriedades, especialmente, nas Terras Altas, é uma das questões que mostra a importância do *crofting*, dado que o *crofting* é um tipo de agricultura próprio dessa região, é um sistema de produção de alimentos em pequena escala, que tem como objetivo manter as famílias no campo.

Quanto aos tipos de proprietários de terras na Escócia, Glenn et al. (2019) apontam uma variedade de situações que incluem comunidades, órgãos públicos, organizações e predominantemente proprietários privados, como podemos verificar no Quadro 5. Os autores também afirmam que nos últimos anos o perfil dos proprietários tem mudado, com cada vez mais uma variedade de investidores institucionais não ligados a atividades agrícolas, que adquirem terras no país, em algumas situações, sem muita transparência (GLENN et al., 2019, p. 6). Muitas vezes, esses investidores usam a terras somente para fins especulativos, mantendo-a improdutiva, ou ainda, utilizam para reflorestamento, visando a política de carbono zero e a formação de mercados de crédito de carbono, que estão cada vez mais em alta em função do debate em torno das mudanças climáticas.

De modo geral, esse processo é muito prejudicial para o país como um todo, em termos sociais, econômicos etc., tendo como uma das principais consequências o aumento o do preço da terra, sendo que em 2021, o preço da terra agrícola na Escócia subiu 31,2% (BBC NEWS, 2022). Consecutivamente, esse processo dificulta o acesso à terra por parte das comunidades e pequenos produtores.

**Quadro 5 - Tipos de proprietários e área ocupada na Escócia**

| <b>Tipos de proprietários</b> | <b>Área ocupada</b> | <b>Porcentagem da área rural total ocupada</b> |
|-------------------------------|---------------------|------------------------------------------------|
| Proprietários privados        | 4.140.460           | 57,1%                                          |
| Órgãos públicos               | 914.000             | 12,6%                                          |
| Comunidades                   | 227.526             | 3,1%                                           |
| Organizações ambientais       | 182.438             | 2,5%                                           |

**Fonte:** GLENN et al, 2019 **Organização:** JORGE, 2023

Diante desse contexto, a reforma agrária na Escócia é uma questão tão importante quanto no Brasil. No entanto, existem diferenças na forma como essa política vem sendo conduzida nesses dois países. Assim como afirmado, entendemos a reforma agrária como um território imaterial, uma política de desenvolvimento territorial relacionada à conquista de direitos sociais e correção das desigualdades, que no Brasil, em todos os governos, foi realizada apenas parcialmente, como resposta as ações dos movimentos socioterritoriais, que



reivindicam uma reforma agrária, ampla, multidimensional e radical, desde o Paradigma da Questão Agrária.

Na Escócia, a reforma agrária está na agenda há muito tempo, em grande parte também como consequência do surgimento de organizações e movimentos, em razão da insatisfação com as formas de uso da terra praticadas pelos *landlords* e dos problemas gerados pela concentração fundiária, como a pobreza e o declínio populacional no campo (BRAUNHOLTZ-SPEIGHT, 2011). Esse contexto levou a uma série de estudos e propostas de reforma agrária formuladas principalmente a partir do século XIX, revelando reivindicações, relações de poder, ideologias e disputas entre diferentes setores da sociedade.

A luta pela reforma agrária na Escócia foi desenvolvida em diferentes tipos e escalas do território, sobretudo, no que entendemos como primeiro território (espaço de governança). Como consequência desse processo foram criadas muitas leis relacionadas, por exemplo, ao arrendamento rural e aos direitos comunitários, bem como, ao uso e a propriedade da terra. Essas legislações as vezes são mais progressistas e outras mais conservadoras, variando segundo as relações de poder e o contexto político.

Segundo Braunholtz-Speight (2011) e Combe (2016; 2020) a década de 1990 foi caracterizada pelo avanço do movimento de reforma agrária, com o estabelecimento pelo governo escocês do *Land Reform Policy Group*<sup>47</sup> com o objetivo de analisar propostas para a reforma agrária no país. Nesta década, como resultado das mobilizações e elaborações em torno da questão fundiária, foi criado o *Act Transfer of Crofting Estates (Scotland) Act 1997*, caracterizado como a primeira legislação que possibilitou que terras pertencentes ao Estado fossem transferidas para comunidades de *crofters* nas Terras Altas e nas ilhas, fazendo com parcela desses sujeitos conseguissem mudar da condição de arrendatário para proprietário de terra (BRAUNHOLTZ-SPEIGHT, 2011; COMBE, 2016; 2020).

Não é nossa intenção abordar todas as leis produzidas em relação a questão agrária e fundiária da Escócia. No entanto, entre todas as mudanças na política e na legislação, duas são consideradas muito relevantes. A primeira delas, é a Lei de Reforma Agrária de 2003 (*The Land Reform (Scotland) Act 2003*), que, segundo Braunholtz-Speight (2011), representa uma das grandes conquistas do parlamento escocês. Dentre seus principais elementos, essa lei criou duas ferramentas legais, com a finalidade de diversificar o quadro de proprietários e facilitar o acesso à terra por parte das comunidades e dos *crofters*, entretanto, ambas ferramentas se baseiam na compra de terra por parte das comunidades, sendo elas: o Direito de Compra da Comunidade (*Community Right to Buy*) e o Direito de Compra da Comunidade Crofting (*Crofting Community Right to Buy*).

---

<sup>47</sup> Tradução: Grupo de Política de Reforma Agrária.

Em resumo, o Direito de Compra da Comunidade "[...] é uma medida de reforma agrária de 'vendedor disposto'. Em outras palavras, dá às comunidades o direito de preferência quando uma parcela de terra está à venda; mas não pode forçar um proprietário a vender a terra" (BRAUNHOLTZ-SPEIGHT, 2011, p. 6, tradução nossa<sup>48</sup>). Ainda, conforme explica o autor:

O processo funciona em duas etapas, 'registro' e 'ativação'. Primeiro, uma comunidade solicita ao governo escocês para registrar um interesse em uma parcela de terra. Se o governo julgar que a aplicação atendeu às várias condições (apoio da comunidade, estrutura da organização comunitária etc.), o interesse da comunidade é registrado no Registro de Interesses Comunitários em Terra. Então, se a terra estiver à venda, a comunidade pode solicitar a ativação do registro e a compra da terra. Novamente, existem múltiplas etapas a serem seguidas [...] e a comunidade deve levantar o dinheiro dentro de um limite de tempo, antes de poder comprar a terra. **Se a terra não estiver à venda, essencialmente nada acontece.** As comunidades devem registrar seu interesse a cada cinco anos, em um processo que envolve novamente demonstrar apoio da comunidade e outros requisitos (BRAUNHOLTZ-SPEIGHT, 2011, p. 6, tradução nossa, grifo nosso<sup>49</sup>).

É importante notar que, apesar de ser um passo importante para os escoceses, cujo objetivo central é possibilitar a propriedade coletiva da terra, o poder das comunidades ainda é muito insuficiente, considerando que a palavra final vem do proprietário. Os proprietários não podem ser obrigados a vender a terra e podem até desistir do negócio em qualquer ponto da transação (COMBE, 2016; 2020). O processo para manifestar interesse e solicitar a compra de uma parcela de terra é muito burocrático e compreende muitas etapas preparatórias (COMBE, 2020).

Após as novas disposições adicionadas à Lei de 2003, existem algumas situações em que a venda da terra pode ser forçada. Por exemplo, em caso em que a área foi abandonada ou negligenciada. Também, quando as formas de uso da terra causam danos, direta ou indiretamente, a uma comunidade ou ao ambiente (COMBE, 2016; 2020). Apesar do avanço dessa mudança, as análises dos critérios que tornam uma terra elegível para venda

---

<sup>48</sup> No original: [...] is a 'willing seller' land reform measure. In other words, it gives communities the right of first refusal when a piece of land comes up for sale; but it cannot force a landowner to sell any land.

<sup>49</sup> No original: the process works in two stages, 'registration' and 'activation'. Firstly, a community applies to the Scottish Government to register an interest in a piece of land. If the Government judges that the application has met the various conditions (community support, structure of community organisation, etc.), the community's interest is entered on the Register of Community Interests in Land. Then, if the land comes up for sale, the community can apply to activate the registration and purchase the land. Again, there are multiple stages to go through [...] and the community must raise the money within a time limit, before being able to purchase the land. If the land does not come up for sale, essentially nothing happens. Communities must re-register their interest every five years, in a process again involving demonstrating community support and other requirements.

forçada são muito complexas e subjetivas, dependendo das interpretações dos ministros escoceses.

Além disso, o processo ainda é muito burocrático e coloca muita responsabilidade sobre a comunidade, considerando, especialmente, que nos casos em que a aquisição de terras está relacionada a danos ambientais cabe a comunidade desenvolver um programa capaz de resolver o problema, assim como, comunicar os órgãos competentes para que medidas adequadas sejam tomadas (COMBE, 2020). Nesse sentido, podemos analisar que o uso desse quadro legal é complexo e, por isso, não tem sido tão eficiente, conforme pontuam Brauholtz-Speight (2011) e Combe (2020).

Por outro lado, segundo Combe (2016; 2020), o Direito de Compra da Comunidade *Crofting* produziu impactos mais perceptíveis, pois independentemente da situação, esse mecanismo permite que as comunidades de *crofters* forcem uma venda, o que teoricamente dá às comunidades mais autonomia, pois não exige que o proprietário esteja disposto a vender a área (COMBE, 2016; 2020). Entretanto, esse processo também é bastante burocrático, e as principais barreiras para a adesão são a complexidade e o alto custo dos requisitos administrativos envolvidos na realização de uma solicitação, o que em muitos casos vai além das possibilidades e recursos das comunidades. Como Brauholtz-Speight (2011) observa, a documentação exigida nesse processo pode chegar a custar em algumas situações mais do que o preço da terra.

As discussões acerca da reforma agrária persistiram mesmo após a promulgação da Lei de 2003 e foi influenciada por uma mistura de fatores, como por exemplo, o crescente debate acerca da necessidade de promover práticas agrícolas sustentáveis. Esse contexto se refletiu na criação da Lei de Reforma Agrária de 2016 (*Land Reform (Scotland) Act 2016*), composta por 12 seções e 2 anexos. Em resumo, essa nova legislação introduziu um novo órgão estatutário, a Comissão de Terras da Escócia (*Scottish Land Commission*), responsável por revisar o impacto e a eficácia de qualquer lei ou política voltada a temática, recomendando mudanças necessárias (COMBE, 2016).

Ainda, a Lei de 2016 determinou que os ministros escoceses divulgassem uma declaração detalhando as responsabilidades e princípios para os direitos fundiários na Escócia, incorporando questões como o respeito e observância dos direitos humanos, promoção do empoderamento das comunidades, aumento da diversidade da propriedade da terra, práticas agrícolas responsáveis e sustentáveis, entre outros.

Em vista da falta de transparência sobre a propriedade da terra, a lei estipulou a introdução de regulamentos e a exigência de informações sobre os proprietários, arrendatários, entre outros. Da mesma forma, também incorporou diretrizes para o

envolvimento das comunidades em decisões relacionadas ao uso da terra, que têm potencial para afetá-las (COMBE, 2016; 2020).

Em nossa análise, este último ponto é muito importante, pois é uma forma de dar maior autonomia e incluir as comunidades nas tomadas de decisões. Em relação ao Direito de Compra da Comunidade, a grande inovação da Lei de Reforma Agrária de 2016 foi a Parte 5, que incluiu o direito de forçar uma venda, em algumas situações, como quando as formas de uso da terra praticadas pela comunidade são consideradas melhores do que as formas de uso correntes, em termos de desenvolvimento sustentável e interesse público, incluindo preocupações sociais, econômicas e ambientais.

A Lei de 2016 não representou uma resposta final à questão agrária. Isso significa que a reforma agrária na Escócia é um processo longo e complexo que ainda está em desenvolvimento. É importante salientar que existe uma extensa legislação referente a questão fundiária e a reforma agrária no país. Portanto, o que apresentamos aqui é apenas uma síntese, tendo em vista que não é nosso objetivo realizar uma análise aprofundada do conjunto de leis relacionadas à temática.

Os pontos discutidos demonstram que a legislação escocesa é bem diferente da legislação brasileira, em que, segundo estabelecido na Constituição Federal, a reforma agrária tem como fundamento a desapropriação de propriedades por parte do Estado, mediante a constatação do não cumprimento da função social da terra, sendo que as indenizações cabíveis aos proprietários, previstas em lei, são realizadas também pelo Estado (BRASIL, 1988).

Mesmo com todo esse processo de regulamentação, a concentração fundiária na Escócia permanece alta. Entendemos que a dificuldade em resolver esse problema reside no fato de que os mecanismos de desconcentração criados ainda são muito burocráticos e permeados pela correlação de forças, diferentes intencionalidades e disputas entre distintas instituições e grupos sociais. Além disso, eles são um tanto quanto contraditórios, pois colocam muita responsabilidade sobre as comunidades, que normalmente consistem na parte mais vulnerável no que se refere a relação com os *landlords*. Outro ponto, é a necessidade de possuir recursos financeiros suficientes para comprar a terra, considerando que os mecanismos previstos na legislação se restringem ao direito de compra.

Em nossa leitura, a reforma agrária na Escócia também se baseia, assim como no Brasil, em uma proposta parcial e conservadora, ainda que para o contexto do Reino Unido represente um avanço, sobretudo, considerando que Escócia corresponde ao país do Reino Unido em que o debate em relação a reforma agrária mais avançou (MUNTON, 2009). Apesar disso, as políticas e leis de reforma agrária escocesa não buscam uma transformação radical

da ordem estabelecida, não ultrapassam os limites do capitalismo e, consecutivamente, do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Quando perguntamos por que as leis criadas até agora são insuficientes para responder à questão agrária na Escócia, um de nossos entrevistados, que se define como um acadêmico ativista, filho de *crofters*, criado na ilha de Skye, responde que:

Por causa da colonização das mentes. **Acho que a legislação só pode ir até onde as pessoas querem ir.** O governo, mesmo que queira nacionalizar toda a terra, por um lado, ou trazer toda a terra para a propriedade comunitária, a menos que você tenha comunidades que não apenas sejam a favor disso, mas equipadas para assumir isso, isso será um desastre, então isso vai destruir a possibilidade de acontecer com sucesso, provavelmente para sempre, então não pode acontecer muito rapidamente. **É um equilíbrio muito difícil de encontrar, porque precisa acontecer rapidamente, mas ao mesmo tempo, todos os blocos de construção precisam estar no lugar para que isso aconteça com sucesso [...] as pessoas precisam ser parte da resposta** (Alex Harris [nome fictício], em uma entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, online, jul. 2023, tradução nossa<sup>50</sup>, grifo nosso).

De acordo com o entrevistado Alex Harris, as formas legais de aquisição de terras comunitárias que abordamos não foram amplamente utilizadas, principalmente quando olhamos para a realidade da Ilha de Skye. Isso significa que há muito mais a ser feito para alcançar uma reforma agrária eficaz no país. Contudo, esse processo pode ser afetado pelo que alguns autores, como Munton (2009), consideram como a incorporação cada vez maior de requisitos essencialmente urbanos em sua origem ao espaço rural. Em outras palavras, formas de uso dos territórios voltadas a atividades recreativas, manutenção de paisagens naturais e conservação ambiental, com destaque na atualidade para as empresas florestais e mercados de crédito de carbono.

Essas são questões que impactam na viabilidade das comunidades rurais e, por conseguinte, na soberania alimentar (VIA CAMPESINA, 2003; STÉDILE; CARVALHO, 2017) da Escócia e do Reino Unido em geral, considerando que as dificuldades de acesso à terra e a diminuição da área destinada a agricultura, reflete na redução da produção de alimentos pelos camponeses, pequenos produtores e, consecutivamente, no aumento da necessidade de importações. Conforme relatório do Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (*Department for Environment, Food & Rural Affairs – DEFRA, 2021*), em

---

<sup>50</sup> Nas palavras originais do entrevistado: because of colonisation of the mind. I think that the legislation can only go as far as people want to go. The government, even if the government wants to do the nationalisation all land, on the one hand, or brings all land into community ownership, unless you have communities that are not only in favour of that, but equipped to take that on, that will be a disaster, then it will destroyed the possibility of happening successfully, probably forever, so it can't happen too quickly. It's a very difficult balance to find, because it needs to happen quickly, but at the same time, all the building blocks need to be in place for it to happen successfully [...] people need to be part of the answer.

2020, quase 50% dos alimentos, ração e bebidas consumidos no Reino Unido foram importados, correspondendo ao valor de £48 bilhões (aproximadamente 333 bilhões de reais). Em contrapartida, o país exportou £21,4 bilhões (146 bilhões de reais) em alimentos, ração e bebidas.

É importante considerar que este é um processo conflituoso e contraditório. Portanto, assim como no Brasil, paralelamente às grandes corporações, existem várias instituições, movimentos e grupos sociais que lutam pelo território para pequenos produtores, por espaço nas políticas públicas e por um sistema alimentar local, mais justo e sustentável. As reivindicações e propostas dessas instituições, movimentos e grupos impulsionaram/impulsionam mudanças nas políticas e leis relacionadas, por exemplo, à reforma agrária.

Entre esses grupos e instituições estão os *crofters* e o *Scottish Crofting Federation* (SCF). Em seguida, aprofundaremos o debate sobre a agricultura *crofting* e a SCF, o considerando, principalmente, como um movimento socioterritorial.

## 6.2 AGRICULTURA CROFTING E O SCOTTISH CROFTING FEDERATION (SCF)

De acordo com as definições da *Crofting Commission*<sup>51</sup> (Comissão de Crofting) e do SCF, o *crofting* é um sistema de posse de terra de pequenos produtores de alimentos, típico das Terras Altas e Ilhas da Escócia. Hoje em dia, este sistema é altamente regulamentado e a legislação proporciona aos sujeitos segurança na posse da terra, desde que paguem o arrendamento, vivam no ou perto da seu *croft* e trabalhem a terra. Estima-se que haja cerca de 20.000 *crofts* no país, que ocupam mais de 750.000 hectares de terra e estão divididos em várias *townships*<sup>52</sup>(SCF, c2023; CROFTING COMMISSION, c2023).

Segundo Chambers (2017, p. 4, tradução nossa<sup>53</sup>), "um *croft* é um pedaço de terra - geralmente bastante pequeno, não mais do que cinco a dez acres ou, com frequência, consideravelmente menor". Assim como afirmamos, o *croft* é a parcela de terra equivalente ao que conhecemos como lote, no caso dos assentamentos no Brasil. Entendemos o *croft* como um tipo de território destinado a agricultura em pequena escala, no caso, o território dos *crofters*. É importante destacar que essa é uma análise nossa, a partir do referencial teórico e da leitura de território que utilizamos, a qual, assim como pontuamos no Capítulo 1, é diferente da abordagem predominante no Reino Unido, em que o conceito de território ainda

---

<sup>51</sup> O *Crofting Commission* é o órgão público que regulamenta e promove a agricultura *crofting* na Escócia.

<sup>52</sup> Não encontramos uma tradução exata para *township*, mas entendemos que seria algo como um povoado, um vilarejo rural. As grandes propriedades são divididas em *townships* e cada *township* é composta por diversos lotes.

<sup>53</sup> No original: a *croft* is a piece of land - usually quite small, often no more than five to ten acres or frequently considerably less.

está bastante associado ao espaço de governança, enquanto o conceito de lugar é o que possui um sentido mais multidimensional (DEL BIAGGIO, 2016; HALVORSEN, 2018).

Na maioria dos casos, os *crofters* são arrendatários, mas há situações em que o *crofter* se torna proprietário de sua *croft*. Nas nossas incursões a campo tivemos a oportunidade de conhecer tanto *crofters* arrendatários quanto *crofters* proprietários, segundo as palavras de um deles: "então, nós somos donos desta *croft*. Acho que somos os únicos proprietários-ocupantes [*owner-occupiers*] em Roag<sup>54</sup>. **A maioria das *crofts* são arrendados, então o *landlord* é dono de toda a terra e todos têm apenas o direito de usar a terra**" (William Snow [nome fictício], em entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>55</sup>, grifo nosso). Conforme relatado pelos entrevistados, muitos *crofters* não estão interessados em tornar-se proprietários (*owner-occupiers*), porque acham que, como arrendatários, eles têm mais proteção pela legislação.

Nos casos em que a terra é arrendada, a manutenção e construção de infraestruturas, bem como as casas, são da responsabilidade dos *crofters*. Isso significa que os proprietários somente recebem o aluguel da terra, como tributo pago pelo uso do território (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2001), ficando livres do compromisso de realizar reparos e melhorias na propriedade. No entanto, se por algum motivo o *crofter* tiver que se mudar e deixar o *croft*, ele tem o direito legal de reivindicar compensação financeira pelas melhorias permanentes realizadas no *croft*. Sobre esse ponto, o senhor Michael Clark, *crofter* que vive em Skye, diz:

**Na verdade, não há retorno para esse aluguel. Sabe, todas as melhorias que fizemos foram feitas por nós mesmos. O *landlord* apenas recolhe o dinheiro.** Mas eles dizem que isso lhes custa quase o mesmo. A administração da cobrança dos aluguéis custa quase tanto quanto a renda que recebem (Michael Clark [nome fictício], em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>56</sup>, grifo nosso).

O *crofting* é um sistema híbrido. Assim, além das parcelas individuais (*crofts*), normalmente, cada *crofter* pode colocar um número pré-estabelecido de animais, geralmente ovelhas e/ou gado, em um espaço coletivo, denominado como pastagem comum (*common grazing*) (FOTO 22). Conforme explica Iain Mackinnon em uma entrevista para a revista *In Motion*, "o tamanho dessa terra comum determinará quantos animais o vilarejo [*township*]

---

<sup>54</sup> Roag é uma township localizada na costa oeste da Ilha de Skye.

<sup>55</sup> Nas palavras originais do entrevistado: so, we own this croft. I think we are the only owner-occupiers in Roag. Most of the crofts are all tenanted, so the big man in the house owns all the land and everyone has just got the right to use the land.

<sup>56</sup> Nas palavras originais do entrevistado: there is nothing back for that rent really. You know, all the improvements we've made have been made by ourselves. The landlord just collects the money. But they do say that it costs them almost as much. The administration of collecting the rents costs almost as much as the rent rental income they get back.

como um todo pode ter, sendo o total dividido pelo número de *crofts*" (Mackinnon em entrevista a Paget-Clarke, 2016).

Em relação a essa questão, a *crofter* entrevistada Mary Bell afirma: "[...] geralmente uma comunidade de *crofting* terá direitos de uso da terra comum [*common grazing*] e muitas vezes há muita reciprocidade entre diferentes famílias ou *crofts* ajudando-se mutuamente com o trabalho em suas terras" (Mary Bell [nome fictício], em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>57</sup>).

**Foto 22** - Registro de uma pastagem comum (*common grazing*) em Dunvegan, Ilha de Skye



**Fonte:** JORGE, 2023

Esse sistema de posse de terras foi introduzido na Escócia na transição entre os séculos XVIII e XIX, em substituição ao antigo sistema de posse comunal de terras e no contexto das *clearances*. Os primeiros registros relacionados a esse sistema foram encontrados no condado de Argyll e na Ilha de Lewis (MACLEOD, s.d.). De acordo com Mackinnon (2015), o *crofting* não é original das Terras Altas e ilhas escocesas, sendo inicialmente parte do sistema de posse senhorial da Inglaterra, ainda no século XIII. No entanto, no período medieval, o termo *crofting* já era utilizado nas Terras Baixas<sup>58</sup> da Escócia. A introdução desse sistema no país é parte do processo de colonialismo/colonização e foi iniciado:

---

<sup>57</sup> Nas palavras originais da entrevistada: [...] usually a crofting community will have rights to use Common Land and there's often a lot of reciprocity between different families or crofts helping each other with the labour on their land.

<sup>58</sup> Terras Baixas ou *Lowland* é o termo utilizado para designar toda a porção territorial que não compreende as Highlands e as ilhas, onde fica por exemplo a capital Edimburgo.



[...] com a chegada de agrimensores monoglotos de língua inglesa, contratados para aplicar a ideologia de 'melhoria' às terras da área no final do século XVIII e início do século XIX. Além disso, a transição para um sistema de *crofting* na região foi contestada por aqueles a quem o sistema estava sendo imposto (MACKINNON, 2015, p.3, tradução nossa<sup>59</sup>).

Segundo Chambers (2017), as condições naturais dos *crofts*, tais como a fertilidade do solo, são deliberadamente ruins. Isso porque, normalmente, eles correspondem as partes menos lucrativas das propriedades e que, portanto, não são tão interessantes para os *landlords* (MACKINNON, 2015). A partir das leituras e dos trabalhos de campo, compreendemos que o *crofting* não foi introduzido para ser um sistema agrícola emancipador para os pequenos produtores/camponeses, com condições adequadas para que as famílias conseguissem obter as condições de manutenção e (re)produção trabalhando apenas no *croft*.

Ao contrário disso, o *crofting* foi introduzido para ser uma atividade de meio período e uma fonte de renda parcial. Juntamente com o trabalho no *croft*, os *crofters* desenvolviam e ainda desenvolvem outras atividades, muitas vezes controladas pelos *landlords* (CHAMBERS, 2017). Assim, entendemos que esse sistema foi criado com o objetivo de permitir que os *landlords* mantivessem essa população sob seu controle (MACLEOD, s.d.), de forma subordinada, movendo-a e usando sua força de trabalho quando conveniente, inclusive para desocupar e preparar áreas de terra para a formação de fazendas comerciais, entre outros.

Consideramos que esse processo indica a separação entre os sujeitos e a terra (meio de produção), e é bastante semelhante as trajetórias dos trabalhadores rurais, dos camponeses Sem Terra no Brasil, que são historicamente marcadas pelos deslocamentos em busca pela terra de trabalho, pela condição de renteiro, meeiro, entre outros, nas quais o pagamento pelo uso da terra, muitas vezes, se realizava na forma de trabalho, permitindo aos proprietários utilizar a mão de obra camponesa segundo suas demandas, geralmente, para limpar áreas e iniciar cultivos, dispensando-a quando não mais necessária (OLIVEIRA, 2001).

Contraditoriamente, como explica Mackinnon (2015), o *crofting* surgiu como resultado e resistência a uma longa situação colonial, o que, consecutivamente, significa resistência às *clearances*, à desterritorialização e aos processos de marginalização e exploração dos povos tradicionais. As formas de luta e resistência desenvolvidas levou o governo a criar uma Comissão Real para investigar as condições nas Terras Altas e ilhas. O relatório da Comissão levou à criação da Lei de Posse dos *Crofters* de 1886 (*Crofters Holding (Scotland) Act 1886*),

---

<sup>59</sup> No original: [...] with the arrival of English language monoglot surveyors who were hired to apply the ideology of 'improvement' to the area's lands in the late 18th and early 19th centuries. Moreover, the transition to a crofting system in the area was one that was generally opposed by those on whom it was being imposed.

que foi a primeira legislação a reconhecer o *crofting* enquanto sistema híbrido único de posse (MACKINNON, 2015; MACLEOD, s.d.).

Antes da Lei, os *crofters* basicamente não tinham direitos. Os *landlords* podiam encerrar os arrendamentos no final de qualquer ano e retomar a posse das terras. Além disso, todos as construções e melhorias permanentes realizadas pelos sujeitos eram considerados propriedade do *landlord*, e as famílias não tinham direito a receber qualquer indenização (MACLEOD, s.d.). Como resultado dessa situação de desigualdade, marginalização e abusos, o povo gaélico participou de ações como “[...] greves de aluguel, destruição de propriedades dos *landlords* e confrontos violentos com uma variedade de agentes da lei” (MACKINNON, 2015, p. 11, tradução nossa<sup>60</sup>).

O principal aspecto da Lei de 1986 foi garantir a segurança de posse para todos os *crofters* que eram arrendatários na época, o que em outras palavras, significou o direito de uso (mas não de propriedade) de sua parcela de terra, sua *croft*. Entre outros pontos, a lei garantiu valores mais justos de arrendamento e o direito de passar o *croft* para um sucessor dentro da família, por exemplo, um filho; de receber compensação financeira por melhorias realizadas nos casos em que as famílias deixassem as terras e de utilizar coletivamente as terras de pastagem comum.

Apesar dos avanços, a legislação se aplicava apenas àqueles que já estavam territorializados em *crofts* na época e, também, não disponibilizava mais terras para a expansão da territorialização de famílias, o que incluiria muitas das que foram desterritorializadas de suas terras como resultado das *clearances* (MACKINNON, 2015; MACLEOD, s.d.; CAMERON, 2020).

Após a lei de 1886, muitas outras legislações foram criadas sobre o *crofting*. Entre elas, podemos mencionar as leis de 1911, 1955 e 1976, além das questões previstas nas leis de Reforma Agrária anteriormente discutidas. Resumidamente, a lei de 1911 tinha o objetivo de adquirir terras para a construção de novos reassentamentos de *crofters*, o que foi grandemente prejudicado pelo início da Primeira Guerra Mundial. A Lei de 1955 estabeleceu a Comissão de *Crofters* (*Crofter Comission*), encarregada de reorganizar, desenvolver e regulamentar o *crofting*, além de controlar a transferência de *crofts*, com poderes para desapropriar *crofters* ausentes, que não estivessem em conformidade com a legislação. A Lei de 1976, também conhecida como Reforma *Crofter* (*Crofter Reform*), trouxe como uma das principais mudanças a possibilidade dos *crofters* comprarem seus *crofts*, tornando-se o que eles denominam proprietários-ocupantes (*owner–occupier*).

---

<sup>60</sup> No original: [...] rent strikes, destruction of landlord property and violent confrontations with a range of law officers.

Esses exemplos mostram que o *crofting* é um sistema altamente regulamentado. É importante observar que esse conjunto de leis é resultado das reivindicações, luta e resistência dos sujeitos contra a desterritorialização, a marginalização e as diferentes formas de opressão praticadas pelos *landlords*. Em consonância com Mackinnon (2016), entendemos que apesar de ainda haver limitações e desafios a serem superados, esses direitos conquistados permitem que *crofters* tenham a segurança do direito de uso, da posse da terra, corroborando para a preservação de uma identidade que é tradicional da Escócia.

Ainda, com base em Mackinnon, compreendemos que as relações de poder fazem com que o *crofting* e sua legislação estejam sempre em disputa, em grande parte porque os aspectos originários/tradicionais, que estão na base desse sistema e fazem parte da identidade dos sujeitos, não são considerados pelos legisladores. Sendo assim:

Toda vez que a lei do *crofting* é reformada, é um desafio porque as ideias que estão chegando geralmente vêm de fora e geralmente são baseadas nas normas predominantes de propriedade e na lei escocesa, em vez de vir das crenças ou entendimentos da população indígena (Mackinnon em uma entrevista para Paget-Clarke, 2016, s.p., tradução nossa<sup>61</sup>).

Embora a distância e as diferenças históricas, sociais e culturais, avaliamos que é possível comparar os *crofters* com os camponeses brasileiros. No espírito dessa análise comparativa, acreditamos que o *crofting* pode ser interpretado como um tipo de agricultura camponesa. Ambos os conceitos (*crofter* e camponês) estão historicamente ligados à luta social, à resistência e à existência de uma identidade, assim, para nós, ambos são termos que têm um significado político e expressam um sentido de contestação contra a ordem hegemônica imposta.

Conforme abordamos, o campesinato no Brasil consiste em uma classe insubmissa, um modo de vida, uma organização social específica que apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e de afastamento da sociedade capitalista. Os camponeses podem ser dominados em certos momentos pelo mercado, mas nunca são organizados por ele. O campesinato brasileiro foi politicamente e ideologicamente excluído, às vezes sendo uma classe percebida como secundária e marginalizada (MARTINS, 1981; MARQUES, 2008). Analisando os *crofters*, não temos certeza se eles podem ser considerados uma classe, mas certamente representam um modo de vida, uma organização social específica, com sua própria relação com a natureza, seus próprios saberes, tradições e aspectos culturais.

---

<sup>61</sup> No original: every time crofting law comes to be reformed, it's a challenge because the ideas that are coming in are generally coming in from without and are generally based on the prevailing norms of property and Scots' law, rather than coming from the beliefs or the understandings of the indigenous population.

Assim como o campesinato, a lógica do *crofting* é a lógica de sustentabilidade da vida. Eles também estão em uma relação de subordinação em relação aos *landlords*, as grandes corporações, vinculadas ao agronegócio. Além disso, a história do *crofting* está completamente relacionada ao processo de exclusão e marginalização, como mostramos ao tratar do processo das *clearances*.

Outro ponto de conexão é que semelhante ao campesinato, para o *crofting* o trabalho familiar também é um elemento-chave, considerando que este é um sistema agrícola em pequena escala e geralmente os *crofters* não têm recursos financeiros para a contratação permanente de trabalhadores. Em alguns casos, as famílias recebem trabalhadores voluntários, que geralmente são pessoas interessadas em aprender sobre o trabalho agrícola, a produção de alimentos, assim como explica o Entrevistado William Snow:

[Às vezes é necessário contratar alguém para ajudar no trabalho?] Tem sido só nos dois o tempo todo e agora temos um WWOOFER. Você sabe o que é um WWOOFER? É um voluntário que fica na caravana onde morávamos quando chegamos aqui, antes de construirmos a casa. Então, desde outubro do ano passado, tivemos uma ou duas pessoas na maior parte do tempo. [Mas é voluntariado?] É voluntariado, sim. [E quanto tempo essas pessoas ficam aqui com vocês?] Por um mês ou dois meses. Essa mulher está aqui há dois meses agora. Mas só começamos a fazer isso no ano passado, para provar que podemos fazer isso sozinhos. [E essas pessoas vêm aqui para visitar a ilha e ao mesmo tempo trabalhar?] Sim, com um interesse real em horticultura. E daí elas ficam na caravana a gente fornece a comida e elas fazem algum trabalho e, sim, exploram a ilha (William Snow [nome fictício], em entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>62</sup>)

O trabalho acessório é outro elemento muito presente entre os *crofters*, assim como entre os camponeses, permitindo que eles se tornem trabalhadores assalariados para aumentar a renda familiar em alguns momentos. O entrevistado William Snow, como a maioria dos *crofters*, realiza trabalho acessório, como podemos ver em seu depoimento:

Trabalho para alguém um dia por semana, e a gente cuida de uma casa, o que muita gente em Skye faz. Todo mundo conhece esse esquema de "changeover". A gente costumava fazer quatro "changeovers" e nós dois trabalhávamos. Nos primeiros três anos, eu trabalhava meio período e a Anna também trabalhava meio período, até começarmos a ter filhos, e aí ela não voltou mais depois da licença maternidade. ((William Snow [nome fictício], em

---

<sup>62</sup> Nas palavras originais do entrevistado: [Is it sometimes necessary to contract with someone to help with work?] It has just been us for the whole time and now we have one WWOOFER. Do you know what a WWOOFER is? It's a volunteer who stays in the caravan that we used to live in when we first came up here. Before we built the house. So, since October last year, we had one or two people most of the time. [But is it volunteering?] It's volunteering, yeah. [And how much time do these people stay here with you?] For a month or two. This woman has been for two months now. But we only started doing this last year, so we can prove that we can do this on our own. [And these people come here to visit the island and at the same time to work?] Yeah, with a real interest in horticulture and in the garden. And then they stay in the caravan, and we provide their food and then they do some work and then yeah, they explore.

entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>63</sup>).

Enquanto um sistema de pequenas propriedades de terras, que consiste em uma identidade, em um modo de vida, com suas próprias tradições, conhecimentos etc., o *crofting* fixa as pessoas no campo e se configura em uma agricultura voltada a produção local de alimentos, colaborando para a soberania alimentar das comunidades, dos territórios e do país, de modo geral. Analisamos que esse ponto é especialmente relevante no caso do Reino Unido, tendo em vista que, conforme discutimos, cada vez mais um número maior de atividades não necessariamente relacionadas à produção de alimentos tem tomado conta do campo, isso em um país que já depende consideravelmente da importação de alimentos.

Nesse sentido, compreendemos que o *crofting* é um sistema importante em múltiplas dimensões, tal como a agricultura camponesa no Brasil. No entanto, de acordo com a entrevistada Margareth McLean, que além de ser *crofter* trabalha diretamente com o SCF, na maioria das vezes os *crofters* não têm consciência de sua potencialidade, o que para nós está relacionado ao poder político e ideológico da agricultura capitalista, das grandes corporações, que faz com que esses sujeitos se sintam pequenos demais e impotentes diante de diversas situações. Nas palavras da entrevistada:

A importância do *crofting*. Eu diria que sim. Dentro do *crofting*, é realmente importante. A questão é com os *crofters*, é que muitos de nós não têm confiança no que está fazendo. Se você somar tudo, verá a importância. Os *crofters* têm uma pequena quantidade. [...] Eles não são um dos grandes, como o NFU [National Farmers Union]. [...] **Quando você tem apenas cinco vacas ou mesmo 10 vacas e cinco ovelhas, você não se vê como importante. Não importa que você não use muito fertilizante químico, você não está revirando o solo com máquinas enormes no meio ambiente. Muitos de nós fazem coisas como deixar um campo de lado porque queremos que as aves estejam lá. A gente não vai passar pelo campo e dizer: bem, eu preciso plantar minhas colheitas de qualquer jeito, alguns de nós vão dizer: bem, tem um pássaro fazendo ninho nesse campo, então eu vou manter as vacas fora dele. A gente se vê como bem pequenos. Nosso croft é bastante grande, sendo de 35 acres [cerca de 14 hectares], mas ainda nos vemos como bem pequenos em comparação com os grandes produtores. Você não pensa que seu impacto vai ser muito grande. Não é muito importante para a segurança alimentar. Então você tem que pensar em quantas pessoas podem comer do produto local que vendo [...]. Mas se um *crofter* está apenas enviando, digamos, duas ovelhas, mesmo que estejam dividindo aquela ovelha entre família e amigos. Acho que a maioria deles não consideraria isso importante para o meio ambiente. Não importa que eles obviamente cuidaram daquela ovelha, eles têm lá que podem então usar (talvez fiar à mão ou fazer coisas com ela). Não importa que tenham alimentado cerca de 20**

---

<sup>63</sup> Nas palavras originais do entrevistado: I work for someone one day a week, and then we do one house that we look after, which lots of people on Skye do. Everybody knows about doing changeovers. We used to do four changeovers and we both worked. For the first three years, I was working part-time, and Anna was working part-time until we started having children and then she never went back after maternity leave.

**famílias com algumas ovelhas e não destruíram todo o ambiente no processo.** Eu diria que os ***crofters* têm basicamente síndrome do impostor.** Você frequentemente sente que é apenas uma coisinha, uma pequena gota no oceano, mas é sobre tentar fazer os *crofters* perceberem que, na verdade, **se você somar todos os *crofters*, eles têm um enorme impacto na produção de alimentos** (Margareth McLean [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, online, mai. 2023, tradução nossa, grifo nosso<sup>64</sup>).

Consideramos o depoimento da entrevistada Margareth McLean muito importante, pois revela uma série de elementos que conectam os *crofters* aos camponeses. Dentre eles, está a relação de coevolução com a natureza (ORIGUÉLA, 2019) e o aproveitamento máximo dos recursos (da carne à lã da ovelha), sendo que, no geral, o sistema e práticas produtivas dos *crofters* tendem a ser mais diversificadas e consoantes com a preservação do ambiente.

Outra questão relevante no depoimento da senhora Margareth é a consciência da importância do *crofting* para a produção de alimentos no país, embora, segundo suas palavras, uma grande parte dos sujeitos não se sintam suficientemente empoderados e não reconheçam a relevância de seu trabalho.

Na atualidade, qualquer pessoa pode ser um *crofter*, de acordo com a disponibilidade de *crofts* (tanto para arrendatários quanto para ocupantes proprietários). As mudanças nos arrendamentos sempre devem ser aprovadas pela *Crofting Commission*. Hoje em dia, é comum encontrar *crofters* antigos e experientes com pessoas que estão trabalhando na terra pela primeira vez, sendo esse o caso, por exemplo, da senhora Margareth.

Da mesma forma que os camponeses estudados, grande parte dos *crofters* estão organizados coletivamente, formando instituições para defender seus interesses, o que possibilita a produção de espaços de socialização, de formação e luta política em diferentes

---

<sup>64</sup> Nas palavras originais da entrevistada: the importance of crofting. I would say it is. Within crofting, it is really important. The thing is, [...] with crofters, is that a lot of crofters do not have confidence [...] in what they are doing. If you add it all up, you would see the importance. Crofters have a small amount. [...] They are not one of the big boys, like the NFU - the National Farmers Union. [...] When you have only five cows or even ten cows and five sheep, you do not see yourself as important. Never mind that you do not really use very much chemical fertilisers, you are not going over the soil with massive machines in the environment. A lot of us will do things such as leaving a field because we want the wader birds to be there. We are not going to go through it and go well, I need to get my crops down regardless, a few of us will say: well, there's a nesting bird in that field so I am just keeping the cows out of it. We just see ourselves as quite small. Our croft is quite large, being 35 acres, but you still see yourself as being quite small compared to big producers. You don't think your impact is going to be very much. It is not very important for food security. Then you have to look at going so how many people can eat from the local produce that I sell [...]. But if a crofter is just sending off, say, two sheep, even if they're divvying that sheep up between family and friends. I think most of them wouldn't think of that as being important for the environment. Never mind that they've obviously looked after that sheep, they've got wool that they can then use (maybe hand spin with it, or they can make things with it). Never mind that they've fed about 20 families with some sheep, and did not dismantle the whole environment in the process. I'd say crofters pretty much have imposter syndrome. You often feel like you're just this + thing, a little drop in the ocean, but it's trying to get crofters to realise, actually, if you add all the crofters up, they do have a huge amount of impact on food production.

territórios. Dentre essas instituições, o SCF está entre as principais organizações destinadas à pequenos produtores de alimentos na Escócia (SCOTTISH CROFTING FEDERATION, c2023).

Como declaramos, em uma análise comparativa com o MST, consideramos que é possível entender o SCF como um movimento socioterritorial, pois sem os territórios de *crofting* a organização não existiria. Além disso, a luta pelo território está no DNA do *crofting*. Embora o SCF não organize ocupações de terra, a instituição, criada na década de 1980, se envolve em disputas territoriais entre *crofters* e *landlords*, como podemos verificar no relato de nossa entrevistada Catherine Graham, que é *crofter* em Skye e também trabalha para a organização: "podemos ajudar as pessoas a lutar contra o *landlord*, porque os *landlords* ainda às vezes usam seu poder de forma errada e tentam explorar o *crofting*" (Catherine Graham [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>65</sup>)

Embora consideremos o SCF e o MST movimentos socioterritoriais, compreendemos que existem diferenças consideráveis entre eles, principalmente, em relação a escala de atuação e articulação, as estratégias de luta e os projetos políticos. Diferentemente do MST, o SCF não é integrante da Via Campesina. Ademais o MST é um movimento que tem como alicerce o Paradigma da Questão Agrária e, nesse sentido, entende que as desigualdades e problemas do campo são oriundos do capitalismo e que a solução passa pela superação desse sistema. Já o SCF, em nossa análise, não parte dessa perspectiva de superação, mas sim de disputa e luta por melhores condições dentro do sistema, estando, em nossa percepção, mais alinhado ao Paradigma do Capitalismo Agrário. Contudo, é importante destacar que apesar das diferenças, esses movimentos possuem pautas comum, como a defesa da produção de alimentos em pequena escala.

A luta do SCF é, sobretudo, para promover e proteger os direitos políticos e territoriais dos *crofters*, bem como a manutenção e expansão do *crofting* com a entrada de novos *crofters* nos territórios (SCOTTISH CROFTING FEDERATION, c2023). É importante esclarecer que o SCF não se vê como um movimento social, muito menos como um movimento socioterritorial. Segundo a senhora Margareth McLean, a instituição costuma ser definida de diferentes formas, dentre elas, como um sindicato de *crofters*. Sobre essa mesma questão, a entrevistada Catherine Graham afirma:

Sim, somos uma organização de membros e, como mencionei, costumávamos ser chamados de sindicato de Crofters. E sempre operamos meio que como um sindicato de trabalhadores, sabe, advogando por melhores direitos para os *crofters*, esse era o propósito da organização. Mas

---

<sup>65</sup> Nas palavras originais da entrevistada: we can help people fight with the landlord, because the landlords still sometimes use their power, in the wrong way, and try to exploit crofting.

nos aconselharam que seria melhor financeiramente obter o status de organização de caridade, porque, então, poderíamos solicitar financiamento de várias outras instituições de caridade e somos bastante dependentes de financiamento para projetos e coisas assim. Então, mudamos um pouco a maneira como trabalhamos e a descrição da organização para obter o status de organização de caridade e [...] para isso você precisa ter objetivos que sejam de caridade. Então, os nossos são cuidar dos interesses dos *crofters* e pessoas com recursos limitados e desenvolver, lidar com desenvolvimento, basicamente, e educação e coisas assim, apenas os objetivos típicos de caridade. Eu sou uma das diretoras da organização e os diretores são o conselho de curadores de caridade da organização. (Catherine Graham [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>66</sup>).

Portanto, ressaltamos que quando afirmamos que entendemos o SCF como um movimento socioterritorial, na verdade, estamos apresentando uma leitura alternativa, baseada nas características da organização que consideramos estruturantes, no referencial teórico que adotamos e nas análises efetuadas no âmbito do projeto DATALUTA UK, do qual fazemos parte e, conforme mencionamos, tem como objetivo produzir um banco de dados referente as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do espaço agrário no Reino Unido.

Nesse sentido, dependendo da perspectiva, o SCF pode ser considerado um movimento, uma organização, um sindicato e até mesmo uma instituição de caridade. Contudo, em nossa análise, interpretar o SCF como um movimento socioterritorial possibilita realizar uma leitura mais ampla, que permite compreender que para além da sua existência e objetivos de luta estarem diretamente ligados à existência dos territórios de *crofting*, a organização está permanentemente disputando território com outras instituições, especialmente, o território enquanto espaço de governança, gerando desdobramentos que refletem na multidimensionalidade e multiescalaridade dos diferentes tipos de território. Ao explicar sobre os desafios enfrentados pelo SCF, a senhora Catherine afirma que:

O que fazemos é pressionar o governo para um melhor apoio aos *crofters*, melhor reconhecimento da diferença entre *crofting* e o [*farming*<sup>67</sup>] e melhor treinamento, e tudo o que for apropriado para o *crofting*, que não é necessariamente apropriado para a agricultura, porque a agricultura, você

---

<sup>66</sup> Nas palavras originais da entrevistada: yes, we are a membership organisation and as I mentioned we used to be called the Crofters Union. And we've always operated kind of like a trade, trades union, you know, advocating for better rights for crofters, that was the purpose of the organisation. But we were advised that it was going to be better financially to get charitable status, because then you could apply for funding from various other charities, and we are quite reliant on funding for projects and things. So, we changed the way we worked slightly and the description of the organisation to obtain charitable status and [...] for it you have to have objectives that are charitable. So, ours are to look after the interests of crofters and people of limited means and to develop, to do with development, basically, and education and things like that, just the typical charitable aims. I am one of the directors of the organisation and the directors are the board of charitable trustees of the organisation.

<sup>67</sup> Nesse contexto *farming* pode ser compreendido como uma agricultura de maior escala comparado ao *crofting*, incluindo médios e grandes produtores.



sabe, a escala da agricultura é bastante diferente. **Mas o governo é muito influenciado pelo National Farmers Union (NFU) [Sindicato Nacional dos Agricultores] e isso é a mesma coisa na Inglaterra. Eles conduzem as políticas.** Eles têm um diretor de políticas e têm uma equipe de, eu não sei, perto de 100 pessoas provavelmente, sabe. **Então somos muito pequenos em comparação a eles. É uma batalha constante tentar influenciar o governo, para fazê-lo entender que o que o National Farmers Union está dizendo não é bom para o *crofting*,** porque o NFU responde muito mais aos seus grandes agricultores (que querem políticas agrícolas generosas para eles como grandes agricultores) do que as pessoas que operam em uma pequena escala. **E eles têm *crofters* como membros. Há pessoas que são membros do NFU e que são *crofters*. Essa organização não pode pressionar por dois níveis completamente diferentes** de apoio agrícola. Então, é uma batalha constante para nós tentarmos desenvolver políticas que vão funcionar para o *crofting* (Catherine Graham [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>68</sup>, grifo nosso).

Esse relato demonstra as conflitualidades existentes entre o SCF e as organizações direcionadas para os grandes produtores e produções em larga escala (agronegócio), como o NFU, que além da Escócia está territorializado em outras partes do Reino Unido, como a Inglaterra e o País de Gales, exercendo grande poder político como declara a entrevistada Catherine. O relato também revela contradições, como o fato de parcela dos *crofters* estarem ligados a mais de um movimento (ou organização), às vezes antagônicos, como por exemplo o NFU, sendo essa uma diferença entre os *crofters* e os camponeses brasileiros estudados.

Certamente existem diversos elementos que podem explicar por que os *crofters*, em algumas situações, se vinculam a organizações que não necessariamente defendem seus interesses. Reconhecemos que não temos uma resposta pronta para essa questão e esse pode ser um ponto para aprofundar em futuras investigações. Todavia, uma possibilidade é que esse processo esteja relacionado ao poder político e ideológico dessas instituições que, assim como muitas vezes acontece com os camponeses, faz com que, apesar das diferenças e contradições, os sujeitos se entendam como parte do mesmo modelo de agricultura que os grandes produtores.

---

<sup>68</sup> Nas palavras originais da entrevistada; what we do is lobby government for better support for crofters, better recognition of the difference between crofting and farming and better training, and just everything that's appropriate for crofting, which is not necessarily appropriate for farming at all, because farming, you know, the scale of farming is quite different. But the government is very much influenced by the Farmers Union of Scotland, but this would be the same in England, and they drive the policies. They have a policy director, and they have staff of, I don't know, getting on for 100 probably, you know, so we're very small scale compared to them. So, it's a constant battle trying to influence the government to understand that what the National Farmers Union of Scotland (NFU Scotland) is telling them is not good for crofting because the NFU is much more answerable to its big farmer members who, you know, want generous agricultural policies for them as big farmers, whereas people who operate in a small scale and they do have crofters who are who are members, you know, there are people who are members of NFU who are crofters. That organisation can't lobby for two completely different levels of scale of agricultural support. So, it's a constant battle for us, to try and get policies developed that are going to work for crofting.

Apesar dessa questão, a importância do SCF é reconhecida pelos seus membros, em geral. Conforme as palavras de Catherine, o movimento (organização) representa para os *crofters* uma fonte de informação e lhes dá um senso de comunidade, criando espaços para socialização, troca de conhecimentos e formação.

Somos muito importantes. Somos tipo uma fonte única, um ponto de parada para informações e conselhos sobre uma variedade de coisas que as pessoas têm dificuldade [...] damos uma identidade ao *crofting* de uma forma homogênea e damos visibilidade política. Nós vamos ao Parlamento Escocês e conversamos com os membros do parlamento, nos encontramos regularmente com eles [...] então, essas são algumas das coisas que fazemos. Damos para as pessoas, acho, um senso de orgulho, um senso de envolvimento, um senso de comunidade. Além disso, há muitas oportunidades de *networking* porque juntamos os *crofters*, seja fisicamente uma vez por ano ou através de e-mail e redes sociais. Então existe uma troca de ideias e também uma troca de produtos, se quiser. As pessoas aprendem umas com as outras porque o *crofting* é diferente nas diversas partes das áreas de *crofting*, o terreno é diferente e, e assim por diante, o clima é diferente. Então, ajudamos as pessoas a se desenvolverem pessoalmente, como uma capacitação, porque encorajamos as pessoas a se envolverem e assumirem papéis. Isso ajuda as pessoas a se tornarem mais confiantes e informadas (Catherine Graham [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>69</sup>).

Uma declaração semelhante é dada pelo nosso entrevistado James Davidson, *crofter* de Skye e membro do SCF. Em suas palavras:

É muito, muito importante. O *Scottish Crofting Federation* é uma organização pequena, sim, e não temos tantos membros quanto deveríamos, porque muitos *crofters* têm os benefícios da associação sem realmente pagar por ela. **A única razão pela qual o governo escocês tem interesse no *crofting* é por causa da *Crofting Federation*** (James Davidson [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>70</sup>, grifo nosso).

---

<sup>69</sup> Nas palavras originais da entrevistada: we are very important. We are a sort of one source, one stop source for information and advice about a whole range of things that people have difficulty with [...] we give an identity to crofting in a sort of homogenous way, and we give it a political profile and we go to the Scottish Parliament and we speak with MSPs and we meet regularly with them [...] so, that's some of the things we do. And we give people, I think, a sense of pride and a sense of involvement and a sense of community. Also, there is a lot of networking opportunities because we bring crofters together either physically once a year or just through email and social media. We, you know, so there is an exchange of ideas and an exchange of commodities as well, if you like. People learn from each other because crofting is different in different parts of the crofting areas, because the terrain is different and, and so on, and the weather is different. So, we help people, I think, develop in a personal way, like capacity building because we encourage people to get involved and take on roles. It helps people become more confident and more knowledgeable.

<sup>70</sup> Nas palavras originais do entrevistado: It's very, very important. The Scottish Crofting Federation is a small organisation, yes, and we do not have nearly as many members as we should have, because a lot of crofters have the benefits of membership without actually paying for it. The only reason that the Scottish Government takes any interest in crofting is because of the Crofting Federation.

O depoimento do senhor James demonstra a importância da organização coletiva, da formação de movimentos e outros tipos de instituições para que os sujeitos consigam disputar o espaço de governança, reivindicar e conquistar direitos.

Com base nas análises e reflexões apresentadas até aqui, nos concentraremos no subcapítulo a seguir nos tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas nos territórios de *crofting*, realizando conexões com as territorialidades produzidas nos assentamentos de reforma agrária estudados no Brasil.

### 6.3 TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS E EMANCIPADORAS PRODUZIDAS NOS TERRITÓRIOS DE *CROFTING* EM ANÁLISE COMPARATIVA COM O BRASIL

Quando pensamos sobre territorialidades subalternas e emancipatórias no contexto dos territórios de *crofting*, há algumas diferenças que precisam ser consideradas em relação aos assentamentos de reforma agrária estudados no Paraná. Para começar, conforme declaramos, o tamanho de um *croft* é normalmente muito menor do que um lote camponês em um assentamento. Os lotes camponeses estudados têm em média cerca de 10 hectares (24 acres), enquanto um *croft* geralmente não é maior do que 5 a 10 acres (2 a 4 hectares) (CHAMBERS, 2017).

Ademais, as diferenças nas condições naturais (clima, relevo, qualidade do solo) também consistem em um elemento importante. Os assentamentos nem sempre estão localizados em áreas com boa qualidade de solo; na maioria dos casos, essas áreas são dominadas pelo agronegócio. No entanto, em todos os assentamentos estudados, é possível produzir culturas agrícolas o ano todo, ao contrário dos territórios de *crofting*, onde devido às condições naturais, não é possível produzir ao longo de todas as estações, nem mesmo para o autoconsumo, como vários de nossos entrevistados afirmam.

Além disso, as ações realizadas pelo MST são distintas das do SCF. Ambos são importantes instituições para a representação e organização e articulação dos sujeitos. No entanto, o MST é um dos principais movimentos socioterritoriais do Brasil, ativo em todo o país e reconhecido em toda a América Latina. Ao longo de sua história, o movimento contribuiu muito para a conquista e construção de políticas públicas, escolas, cooperativas, agroindústrias e mercados voltados para a população camponesa, conforme discutimos nessa tese.

Por outro lado, podemos considerar que as ações do SCF são mais restritas comparadas as do MST. O SCF luta em diferentes escalas de nível político para salvaguardar e promover direitos para a população de *crofters*, mas não faz parte do projeto da instituição

criar cooperativas, mercados, agroindústrias e escolas alinhadas com a identidade, modo de vida dos *crofters*.

Todos esses contrastes entre a agricultura *crofting* e a camponesa produzem diferenciações em relação aos usos do território. Como mencionamos antes, a subalternização e a emancipação não são absolutas e nem processos lineares. Nesse sentido, podemos considerar que há *crofters* altamente subalternos e altamente emancipados. Da mesma forma, *crofters* parcialmente subalternos ou parcialmente emancipados, sendo essa condição híbrida predominante.

Em relação aos usos subalternos dos territórios de *crofting*, compreendemos que existem diferenças importantes no que se refere aos assentamentos de reforma agrária no estado do Paraná. Consideramos que o fato do *crofting* estar amplamente associado ao arrendamento, de maneira que os sujeitos transferem aos *landlords* parte da renda da terra, na forma de dinheiro, como tributo pago pelo uso, é um elemento que conferem a eles um determinado nível de subalternização.

No que tange aos tipos de territorialidade subalterna, diferentemente dos assentamentos investigados, nos territórios de *crofting* não foram identificadas formas de integração à agroindústria e nem de arrendamento parcial/total do *croft* para indivíduos de dentro ou de fora da comunidade. Em nossa avaliação, esse ponto está relacionado, dentre outros fatores, com as próprias particularidades e diferenças desses territórios em relação aos assentamentos, como a dimensão territorial, as condições naturais etc.

Além disso, os *crofters* não efetuam cultivos de monoculturas, altamente mecanizadas e com base no uso intensivo de agroquímicos, como no caso dos camponeses assentados que produzem soja, segundo analisamos no Capítulo 4. Sendo assim, podemos dizer que eles não estão inseridos no sistema produtivo e tecnológico do agronegócio da mesma forma que os camponeses no Brasil. Os *crofters*, geralmente, não realizam grandes cultivos e não fazem uso intensivo de maquinários e agroquímicos, em razão de diversas questões, dentre elas, a inviabilidade econômica, tendo em vista as condições de seus territórios e escala de produção.

Todavia, entendemos que quando eles se dedicam exclusivamente à criação de ovelhas ou gado para fins comerciais, acabam se tornando mais dependentes de empresas, tanto no processo de aquisição dos produtos necessários para a atividade, quanto no processo de comercialização dos resultados de sua produção (por exemplo: lã e carne). Na Foto 23, mostramos um campo coletivo em Skye, utilizado para a pastagem de ovelhas.

Em consonância com a entrevistada Margareth McLean, o custo do abate é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos *crofters* na produção de animais para fins comerciais. Muitos deles não possuem a infraestrutura necessária para realizar o abate e

corte da carne, e é nesse ponto que uma parte considerável da renda da terra é transferida para os mercados, às vezes sobrando muito pouco para as famílias. De acordo com Margareth:

Outra questão que muitos de nós, como produtores de alimentos, enfrentamos é o custo do abate e do trabalho de açougue. Quando você calcula isso, pensa se realmente vale a pena receber a carne de volta, especialmente para Skye e Lewis. Se o animal não ganhar peso suficiente ou se perder as condições, eles levam para o mercado de Dingwall ou um dos mercados mais rurais para serem enviados para o sul para serem processados. Para nós, o custo do abate e açougue é de cerca de £750 por animal [cerca de 5 mil reais]. Isso inclui enviá-los [...] pouco antes de completarem 30 meses. Então, até esse período tivemos que manter os animais por dois invernos. [...] Tivemos que pagar alguém para enfardar o feno que nós cortamos. Então, eu acho que, calculei que poderia me pagar, apenas cinco horas por semana a cerca de, acho que era algo em torno de £1,50 a hora, é o que eu acho que seria meu salário. [...] Isso é, apenas se eu trabalhasse cinco horas por semana pelo dinheiro, e isso não cobriria coisas como até mesmo levar o animal para o matadouro ou buscá-lo do açougue (Margareth McLean [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, online, mai. 2023, tradução nossa<sup>71</sup>).

**Foto 23** - Campo de pastagem de ovelhas na ilha de Skye



**Fonte:** JORGE, 2023.

---

<sup>71</sup> Nas palavras originais da autora: one of the other issues that a lot of us, as food producers, have is the slaughter and butchery cost for it. By the time you put that in you think is this worth getting this meat back, from so quite a few particularly for Skye and Lewis if the animal isn't put on enough weight or if they've lost condition then they'll put them through to Dingwall market or one of the more rural ones to be sent off down south to do it [...] For us, the butchery cost and the slaughter charge is about £750 per beast. That includes sending them off [...] just short of 30 months. So, we have had to keep them through two winters. [...] [We have had to pay someone to bail out hayfields that we cut ourselves. So, I think, I worked out that I could pay myself, just five hours a week at about, I think it was something like £1.50 is what I reckon my pay would be. [...] [T]hat's only if I worked five hours a week for the money, and that didn't then cover things such as even getting the beast to the slaughterhouse or picking it up from the butcher.



Outro ponto importante relacionado à produção de territorialidades é que, como mencionamos antes, o *crofting* foi introduzido para ser uma atividade parcial, de meio período. Nesse sentido, é bastante comum que os *crofters* desenvolvam em determinados períodos trabalhos acessórios ou atividades complementares, de caráter não agrícola, como fonte de renda paralela. Considerando que Skye é um lugar bastante turístico, muitos *crofters* têm em seus territórios alojamentos para alugar para visitantes em determinadas épocas do ano. Um exemplo é a família da senhora Catherine Graham, que possui uma casa de campo em seu *croft* (FOTO 24) com esse propósito.

**Foto 24** – Casa de campo para locação localizada em um *croft* em Lower Breakish, Skye



**Fonte:** JORGE, 2023.

Entendemos que, quando o aluguel de acomodações para fins turísticos é uma fonte de renda e atividade complementar, essa pode ser considerada uma forma de uso do território que pode corroborar, por exemplo, com a superação de momentos de crise e, consecutivamente, trazer um certo nível de autonomia e emancipação para os agricultores. No entanto, se essa não for uma atividade complementar, mas a principal ou única atividade desenvolvida no *croft*, ela se torna uma forma de uso subalterno do território. Isso porque, além de se distanciar do objetivo real do *crofting*, que é a produção de alimentos em pequena escala, torna as famílias *crofters* totalmente dependentes do mercado, inclusive para sua própria alimentação. Sobre esse assunto, nossa entrevistada Sarah Paterson, *crofter* residente em Skye, diz:

Então, construímos esta casa e moramos aqui desde 1999, e naquela época a comunidade era predominantemente habitada. Mas agora, há muitas casas de férias. Então, houve uma grande mudança [...] hoje em dia, nesta área de 40 *crofts*, há cinco *crofters* com gado, e talvez 2 ou 3 mais que talvez tenham uma estufa ou cultivem algo. Mas também, o que é a prática da *crofting* agora? É ter duas cabanas de férias e gerenciá-las? Você sabe, está sempre mudando, não está? (Sarah Paterson [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>72</sup>).

A declaração da entrevistada Sarah deixa claro que o número de casas de férias aumentou nas comunidades, assim como o uso do território *crofting* apenas para fins turísticos, o que em muitos casos significa que esses sujeitos têm desistido da agricultura. Evidentemente, existem muitos fatores internos e externos relacionados à desmotivação dos *crofters* em relação à agricultura, especialmente a horticultura. Entre eles, assim como mencionamos no Capítulo 2, muitas das famílias de *crofters* que atualmente vivem em Skye são compostas por pessoas idosas, aposentadas, que muitas vezes não têm mais aptidão física para o trabalho agrícola, o qual geralmente requer muito esforço físico.

Outra questão importante que influencia nesse processo é a dificuldade que os *crofters* têm em lidar e competir com as redes de supermercados<sup>73</sup>, que estão em toda parte e, geralmente, vendem alimentos como vegetais, legumes e frutas a preços baixos, dado que negociam em larga quantidade, muitas vezes, importando grandes volumes de alimentos da União Europeia, África, Ásia, América do Sul e outros (DEFRA, 2021). A entrevistada Margareth McLean discorre sobre esse processo.

Eu diria potencialmente que a mudança ocorreu quando as pessoas tiveram acesso aos supermercados. Obviamente, Skye agora tem uma ponte que a conecta ao continente, Lewis e as Ilhas Ocidentais ainda têm acesso por balsa. Mas foi principalmente quando os supermercados começaram a dominar. As pessoas pensaram: sabe de uma coisa, até para nós, cultivar uma cenoura, se eu fosse cobrar das pessoas o custo do trabalho e a quantidade de esforço para fazer isso, ninguém compraria uma caixa de vegetais. Tivemos discussões com algumas pessoas sobre: como você precifica carne de ovelha e de boi? Bom, para vacas é muito mais fácil julgar o preço comparado a um supermercado. Você ainda tem que reduzir um pouco para igualar a um supermercado. **Vegetais são uma dor de cabeça porque eu posso comprar um saco de batatas no Aldi por 30 centavos, e elas já vêm lavadas.** Enquanto, se eu julgar pela quantidade de trabalho que eu fiz pelas minhas batatas...Voltando ao que eu sei sobre como a sociedade mudou, eu diria que foi a chegada dos supermercados em lugares como Skye e as Ilhas Ocidentais (Margareth McLean [nome fictício] em uma

---

<sup>72</sup> Nas palavras originais da entrevistada: so, we had this house built and we have been living here since 1999, and at that time the township was predominantly, people were living here. But now, there are a huge number of holiday houses. So, there's been a big change [...] nowadays, in this whole of 40 *crofts*, there are five *crofters* with livestock, and then there are maybe 2 or 3 more that maybe have a polytunnel or grow something. But also, what is *crofting* now? Is *crofting* having two holiday cabins and managing them? You know, it is changing all the time, is not it?"

<sup>73</sup> Alguns exemplos de redes de supermercados bastante conhecidas e territorializadas no Reino Unido são o Tesco, Sainsbury's, Lidl e Aldi.

entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, online, mai. 2023, tradução nossa, grifo nosso<sup>74</sup>, grifo nosso).

As diversas dificuldades enfrentadas pelos *crofters* em termos de produção, comercialização e (re)produção social levaram muitas famílias a abandonarem o *crofting*, refletindo a existência de um grande número de *crofts* inativos em Skye, como exemplificado na Foto 25. Os *crofts* inativos podem tanto ser aqueles em que a família *crofter* vive, mas não produz nada, bem como, aqueles que estão completamente vazios, revelando um processo de desterritorialização. Em relação a essa questão, é válido lembrar que, conforme abordarmos no decorrer do trabalho, compreendemos que a subalternização prolongada tende a gerar crises e em última instância pode levar a desterritorialização.

**Foto 25 – Croft inativo em Lower Breakish, Skye**



**Fonte:** JORGE, 2023.

A declaração da entrevistada Sarah Paterson é esclarecedora neste ponto. Ela diz que sua comunidade é composta por cerca de 40 *crofts*, dos quais aproximadamente 30 estão

---

<sup>74</sup> Nas palavras originais da entrevistada: I would potentially say the shift came about when people had access to supermarkets. Obviously, Skye now has a bridge that connects it to the mainland, Lewis and the Western Isles still have ferry access. But it was generally when supermarkets started taking over, then people go: 'you know what'? [...] Even for us to grow a carrot, if I was to charge people the cost it is for the work and the amount to do it, people would not buy a vegetable box. We have had discussions with a few people on: how do you price sheep and beef? Well for cows, are a lot easier to price judge compared to a supermarket. [...] You have still got to reduce it a bit to match a supermarket. Vegetables are a pain in the neck because I can buy a bag of potatoes from Aldi for 30p, and they are washed. Whereas if I judge by the amount of work I have done for my potatoes [...]. Going back to what I know about how society has changed; I would say it was the turn of the supermarket getting to places such as Skye and the Western.



inativos: segundo ela, "não há uma grande quantidade de atividade *crofting* aqui" (Sarah Paterson [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>75</sup>).

Contudo, é importante lembrar que esse não é um processo absoluto, linear, portanto, concomitante a esse contexto de subalternização e, em alguns casos, de desterritorialização, os *crofters* também criam alternativas que compreendemos como resistências territoriais, as quais visam a (re)produção de forma mais autônoma e emancipadora.

Desse modo, no que se refere as territorialidades emancipadoras, observamos que assim como os camponeses nos assentamentos, existem *crofters* que paralelo a criação de ovelhas e gado para o mercado, produzem uma variedade de frutas e verduras para o consumo familiar. Conforme analisamos, a produção de alimento para o autoconsumo é um tipo de territorialidade emancipadora muito importante, pois além de contribuir para a questão da soberania alimentar, permite reduzir a dependência em relação aos mercados, bem como, que os sujeitos se alimentem dos frutos do próprio trabalho, produzidos a partir de seu modo de viver, saber e fazer, respeitando suas culturas alimentares e identidades.

A senhora Sarah é um exemplo de *crofter* que produz uma diversidade de alimentos para autoconsumo. Seu *croft* é constituído por uma casa (onde Sarah reside com seu esposo), um galpão usado para guardar ferramentas, uma estufa e um espaço para horticultura, onde segundo seu relato, é cultivado "[...] cebola, alho, batata, repolho, cenoura, beterraba, acelga, aspargo, abobrinha, pimentão, milho doce, pimenta, erva-doce. Esse tipo de coisa" (Sarah Paterson [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>76</sup>). No Painel Fotográfico 15, apresentamos registro da produção da senhora Sarah em seu *croft*.

No geral, os *crofters* não usam (ou usam pequenas quantidades) de agroquímicos, isso por alguns motivos. Primeiro, a produção dos *crofters* é em uma escala bastante reduzida, assim como já apontamos, e os agroquímicos são caros, sendo que para a maioria deles não é economicamente viável fazer uso massivo deles. Em segundo lugar, em sua essência, a relação do *crofting* com a natureza é diferente da agricultura capitalista em larga escala, sendo que, semelhante ao caso na agricultura camponesa, as práticas mais sustentáveis fazem parte da lógica do *crofting*. Além disso, tal como os camponeses, vários *crofters* alegam estar cientes dos riscos, especialmente dos agrotóxicos, para a saúde humana e do ambiente.

---

<sup>75</sup> Nas palavras originais da entrevistada: there is not a huge amount of crofting activity here.

<sup>76</sup> Nas palavras originais da entrevistada: [...] onions, garlic, potatoes, cabbages, carrots, beetroot, chard, asparagus, courgettes, peppers, sweet corn, chillies, fennel, yeah! That sort of thing.

**Painel Fotográfico 15** – Produção diversa de alimentos para autoconsumo, Lower Breakish, Skye



**Fonte:** JORGE, 2023.

Da mesma forma como os camponeses estudados no Brasil, na produção para o autoconsumo, muitas vezes os *crofters* conseguem obter uma renda monetária, oriunda da comercialização do excedente da produção, contribuindo para as despesas cotidianas. Essa comercialização é predominante em escala local e é muito comum que os sujeitos criem formas alternativas, como o uso de caixas de madeira, colocadas nas entradas dos *crofts*, nas quais os sujeitos depositam os alimentos que possuem disponíveis para venda, gerando uma espécie de mercado local entre vizinhos. A Foto 26 mostra uma placa indicando quais produtos estão disponíveis para comercialização na caixa de madeira localizada em um dos *crofts* visitados, em Lower Breakish, Skye.

Embora os *crofters*, muitas vezes, não usem agroquímicos e, em certa medida, produzam de forma orgânica, a maioria deles não possui nenhum tipo de certificação, pois obter a certificação tem um custo anual considerado elevado. Assim, entre os entrevistados, apenas um *crofter* declarou possuir a certificação, no caso, o senhor William Snow. Conforme sua declaração, o certificado é emitido pela *Soil Association*, que, como explicado por ele, é uma das três grandes certificadoras do Reino Unido. De acordo com suas palavras, o preço pago pela certificação é em torno de 500 libras por ano, aproximadamente 3.500 reais.

Nesse sentido, no Reino Unido, não existe uma iniciativa de certificação em grupo, participativa, mais acessível aos pequenos produtores/camponeses, como no caso da Rede Ecovida no Brasil. Em entrevista, o senhor William explicou que consegue arcar com o custo da certificação através do subsídio que recebe do governo. Entretanto, as mudanças nos contextos agrário e político em função do *Brexit*, levam a discussão e elaboração de uma nova

Lei Agrícola para o Reino Unido e, conseqüentemente, para a Escócia, sendo que no período em que estivemos no país ainda não havia muitas definições sobre como seria essa nova lei e, por isso, o senhor William disse não saber se continuará sendo possível cobrir o custo da certificação com o subsídio.

O senhor William também afirmou que sem o subsídio não pretende manter a certificação, até mesmo porque, segundo suas palavras, é possível "[...] encontrar os clientes facilmente apenas dizendo que seguimos as práticas da agricultura orgânica" (William Snow [nome fictício], em entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>77</sup>). Considerando que os alimentos produzidos pelo entrevistado são comercializados localmente na ilha de Skye, este trecho demonstra as relações de confiança construídas entre vizinho, entre *crofters*, um elemento que também é comum entre os camponeses nos assentamentos estudados.

**Foto 26** - Produtos disponíveis para venda em um *croft* em Lower Breakish, Skye



**Fonte:** JORGE, 2023.

Entendemos que a produção orgânica dos *crofters*, apesar de seus limites, parte de alguns elementos em comum em relação as práticas agroecológicas realizadas pelos camponeses estudados. Isso porque além de não utilizarem insumos químicos, há uma preocupação com o ambiente, com a diversidade, assim como, uma consciência sobre a

---

<sup>77</sup> Nas palavras originais do entrevistado: [...] find the customers easily just by saying we follow the organic practices.



importância desse tipo de produção para a saúde e o cuidado com a natureza, o que fica claro quando o entrevistado William Snow assevera: "não acho que deveria haver veneno nos alimentos ou na terra. Parece realmente importante, e parece que não é sustentável produzir de outra maneira" (William Snow [nome fictício], em entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>78</sup>). No Painel Fotográfico 16, apresentamos registros do *croft* e da produção do senhor William Snow, sendo que na ocasião de nossa visita, os cultivos ainda estavam em estágio inicial, em razão do período de inverno.

**Painel Fotográfico 16** – Estágio inicial da produção de alimentos orgânicos – Roag, Skye



**Fonte:** JORGE, 2023.

Apesar desses elementos, não estamos certos de que seja possível equiparar a produção orgânica dos *crofters* com as práticas agroecológicas dos camponeses. Assim como discutimos nessa tese, a agroecologia vai além da matriz tecnológica, ela é multidimensional, pode ser compreendida enquanto ciência, movimento e prática, consiste em uma nova forma de olhar a relação entre agricultura e sociedade e possui um sentido político e social. Nesse sentido não temos certeza se é possível identificar todos esses elementos no caso dos *crofters*, sendo esse outro ponto que talvez seja interessante aprofundar em pesquisas futuras.

Embora haja diferenças em relação as práticas agroecológicas realizadas pelos camponeses no Brasil, consideramos que no contexto do *crofting*, a agricultura orgânica (com ou sem certificação) garante aos *crofters* um alto nível de emancipação. Isso porque além de consistir em uma produção mais diversificada, que possibilita comercializar o excedente e corrobora para a soberania alimentar dos sujeitos e suas comunidades, nessas práticas os

---

<sup>78</sup> Nas palavras originais do entrevistado: I don't think there should be poison on food or on the land. It just feels like it is really important. And it feels like it's not sustainable to produce any other way.

*crofters* dependem menos de insumos industriais (fertilizantes, agrotóxicos etc.), o que implica diretamente na redução da transferência da renda da terra para setores do capital no processo produtivo.

Como os *crofters*, normalmente, não usam insumos industriais de forma intensiva, eles, assim como os camponeses, tendem a produzir suas próprias técnicas e tecnologias produtivas, com base na valorização e na transmissão de conhecimentos tradicionais, que fazem parte da identidade desses sujeitos há séculos. Um exemplo do que entendemos como uma técnica produtiva, que faz parte da cultura *crofting* há muito tempo, é o uso de algas marinhas como fertilizante natural (FOTO 27). O senhor James Davidson explica sobre esse processo: "o principal agente fertilizante para nós é a alga marinha [...] a alga marinha é muito benéfica. Esse solo é rico em minerais. Nós o alimentamos principalmente com algas marinhas. O solo é um pouco pobre em matéria orgânica, mas você pode alimentá-lo facilmente" (James Davidson [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>79</sup>)

**Foto 27** - Solo fertilizado com algas marinhas, Dunvegan, Skye



**Fonte:** JORGE, 2023.

Assim como relembra o entrevistado, o uso hoje da alga marinha enquanto fertilizantes faz parte dos direitos conquistados pelos *crofters*. Isso porque, antes das da Lei de Posse dos *Crofters*, de 1886, os *landlords* cobravam pela extração das algas. De acordo com o senhor James: "os *crofters*, 150 anos atrás, antes deles terem a segurança da posse,

---

<sup>79</sup> Nas palavras originais do entrevistado: the main fertilising agent for us is the seaweed [...] the seaweed is very beneficial. This soil is mineral rich. We have fed it with mainly seaweed. The soil is a bit short in organic matter, but you can easily feed it.

os *landlords* tentavam cobrar dinheiro deles pela retirada de algas do litoral. Mas então, isso se tornou parte dos direitos dos *crofters*, uma vez que a legislação foi aprovada em 1886 [...]” (James Davidson [nome fictício] em uma entrevista concedida a Aline Albuquerque Jorge, Skye, jun. 2023, tradução nossa<sup>80</sup>).

Conforme mencionado, a lei de 1886 foi a que reconheceu o *crofting* como um sistema híbrido de posse de terra. A declaração do senhor James sobre a cobrança dos *landlords* pela extração de algas também é confirmada por Mackinnon, (2015), Macleod, s.d e outros autores.

Além das práticas orgânicas e da produção de alimentos para autoconsumo, entendemos que, assim como os camponeses, os *crofters* criam, conforme suas possibilidades, mercados próprios, que lhes dão mais autonomia, soberania e, consequentemente, emancipação, não apenas em termos de produção, mas também em termos de circulação e comercialização de produtos. Assim, além das caixas de madeira mencionadas (muito utilizadas pelos *crofters* em seus territórios), identificamos um projeto desenvolvido pelo senhor William Snow e sua família, que consiste na venda de caixas de legumes e hortaliças (*vegetable boxes*) para demais moradores da ilha. Sobre as caixas de legumes, o entrevistado diz: “nós cultivamos todos os vegetais. Nós preparamos cinquenta caixas toda semana e em cada caixa tem 8 tipos de vegetais variados, que mudam um pouco toda semana. Entre os tipos de vegetais, temos raízes, alguns tipos de abóbora etc. (William Snow [nome fictício], em entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>81</sup>).

Esse projeto de venda de caixas de vegetais é bastante semelhante as iniciativas de comercialização dos camponeses assentados, como por exemplo, as entregas em domicílio de sacolas, cestas agroecológicas. O senhor William e sua esposa reconhecem a importância desse projeto, tendo em vista que consiste em um mercado local, mais autônomo, que possibilita evitar as ações de atravessadores e de redes de varejo, construir relações de confiança e sociabilidade com os compradores e evitar a apropriação da renda da terra pelas corporações no processo de circulação e comercialização. Nas palavras do senhor William: “a gente pode vender nossos vegetais daqui direto numa caixa para as pessoas que vão comer. Então, todo o dinheiro e toda a cadeia ficam no *croft*. Diferente de só plantar batatas

---

<sup>80</sup> Nas palavras originais do entrevistado: the crofters, 150 years ago, before the crofters were given security, the landlords even tried to charge them money to take the seaweed off the shore. But then it became part of crofting rights, once the legislation was passed in 1886 [...].

<sup>81</sup> Nas palavras originais do entrevistado: we grow all vegetables. You know, we do fifty boxes every week and in each box is 8 types of vegetables that are slightly different every week”. Among the types of vegetables, there are roots, pumpkins, and others.

aqui e vender para um atacadista (William Snow [nome fictício], em entrevista concedida à Aline Albuquerque Jorge, Skye, abr. 2023, tradução nossa<sup>82</sup>).

Assim como para a agricultura camponesa, as políticas públicas e os subsídios são muito importantes para o *crofting*. Conforme pontuamos, com o Brexit, há no momento um cenário de mudança em relação a essas questões. Antes do Brexit, a política agrícola do Reino Unido correspondia à Política Agrícola Comum da União Europeia (CAP), e com o *Brexit*, oficializado em 2020, o país agora deve elaborar sua própria política agrícola para substituir a Política Agrícola Comum da UE (HILL, 2022).

Neste momento, a mudança da política agrícola está em processo de discussão e elaboração e, por enquanto, os programas de subsídios da Política Agrícola Comum estão sendo mantidos. Conforme os relatos dos entrevistados uma grande parte dos *crofters* não foram favoráveis ao Brexit e para eles, há muitas incertezas com relação a direções tomadas na nova política agrícola e nos programas de subsídio.

Entendemos que ainda existem muitas indefinições e questões a serem respondidas em relação aos impactos do Brexit na agricultura, especialmente, na agricultura de pequena escala, no *crofting*, porém acreditamos ainda ser necessário aguardar para ver como essas questões se desenvolverão e quais impactos serão gerados para os territórios e territorialidades, por conseguinte, para os níveis de subalternização e emancipação dos sujeitos.

A partir do exposto, consideramos que embora haja ressalvas, tendo em vista as especificidades da Escócia e do Brasil, bem como, dos camponeses e dos *crofters*, existem várias similaridades nos processos de subalternização e nas lutas por autonomia e emancipação desses sujeitos. Isso porque, ambos estão inseridos em um quadro maior que é o da expansão capitalista sobre a agricultura no mundo, que tem (re)produzido, em seu desenvolvimento, processos semelhantes em escalas e tempos diferentes.

Entendemos que as discussões realizadas nessa seção em relação ao *crofting* ainda são incipientes, principalmente, levando em conta que elas resultados de um estágio desenvolvido no exterior em um período relativamente curto (seis meses). Dessa forma, pensamos que a partir desse estudo inicial, outras pesquisas poderão ser desenvolvidas, a fim de aprofundar questões aqui trabalhadas.

Embora existam muitas questões a serem aprofundadas, acreditamos que apresentamos análises e reflexões a partir de uma perspectiva teórica diferente da que costuma ser trabalhada no Reino Unido e que contribui para uma nova possibilidade de leitura sobre o *crofting* e o SCF, centrada nas formas de luta e resistência, no protagonismo dos

---

<sup>82</sup> Nas palavras originais do entrevistado: we can sell our vegetables from here, into a box to the people who eat it. So, all the money and the whole chain stays on the croft. Unlike, if we just made potatoes here and then sold them to a wholesaler.

sujeitos, nas conflitualidades e contradições e nos processos de subalternização e emancipação.

Consideramos importante trazer para a tese os resultados do estudo realizado na Escócia, pois entendemos que consistiu em uma oportunidade de aplicar a estudo das territorialidades em outra realidade e escala, observando as diferenças e similaridades no que tange a (re)produção da agricultura de pequena escala, dos camponeses, em dois países, cujos papéis desempenhados e contexto são bastante distintos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar nessa tese, a conflitualidade é qualidade inerente do território, independente da escala. Na construção/expansão dos territórios pressupõe-se que a conflitualidade se expressa no embate para desterritorializar uma lógica antagônica aos ideais que estão sendo materializados. No processo de manutenção dos territórios, a conflitualidade pode ser lida através das disputas pelo controle das formas de uso, isto é, das territorialidades.

Partimos da análise de que as territorialidades podem ser subalternas ou emancipadoras, contudo, não as entendemos como processos lineares, como um ou outro. Isso porque, consideramos que na realidade, o que predomina são inúmeras combinações entre esses dois extremos, que geram uma ampla gama de níveis de subalternização e emancipação, sendo eles difícil de mensurar.

Como abordado, especialmente no segundo capítulo, os níveis de subalternização e emancipação são conformados de acordo com o equilíbrio entre diversos elementos internos e externos aos territórios camponeses, tais como a disponibilidade de força de trabalho familiar, a localização geográfica dos assentamentos, as políticas públicas, entre outros. As mudanças em um ou mais desses elementos repercutem diretamente no balanço entre subalternização e emancipação. É importante esclarecer que, além dos elementos que discutimos neste texto, outros podem ser considerados, conforme os contextos. Nesse bojo, concebemos que, daqui em diante, as mudanças climáticas constituem um elemento com potencial de influenciar amplamente nos tipos de territorialidades produzidas e nos níveis de subalternização e emancipação camponesa, devendo ser objeto de consideração em futuros trabalhos.

Compreendemos que o estudo das territorialidades subalternas e emancipadoras é um objeto bastante desafiador, complexo, multidimensional e multiescalar, que precisa ser analisado pensando nas contradições, conflitualidades e relações de poder materializadas nos diferentes tipos de território materiais e imateriais, incluindo, as disputas paradigmáticas entre o PCA e o PQA. Para isso, buscamos trabalhar com um referencial teórico crítico e com procedimentos metodológicos que nos permitissem apreender o movimento da realidade, bem como, construir a tese com base no constante diálogo entre teoria e prática. Nesse sentido, os trabalhos de campo foram fundamentais e seus resultados permeiam todos os capítulos, compondo o trabalho em sua integralidade.

Como a linha entre subalternização e emancipação é muito tênue, este é um objeto de estudo que carece de constante revisão. Sendo assim, pensamos que além das tipologias de territorialidades subalternas e emancipadoras analisadas nessa tese, outras poderão ser identificadas em estudos futuros, conforme as conjunturas e movimentos da realidade. Dessa

forma, avaliamos que não cabe aqui efetuar uma espécie de conclusão definitiva que apresente uma análise engessada sobre a viabilidade dos assentamentos rurais e da política de reforma agrária no Paraná. Ao contrário disso, nosso objetivo foi contribuir para a construção de uma forma de leitura que consideramos original, ajudar a romper com preconceitos em relação aos camponeses e apresentar considerações que possam gerar novas perguntas e possibilidades de debate, pois este é um objeto de estudo tão amplo e complexo que consideramos impossível abordar todos os elementos e variáveis em uma única tese.

Quando escolhemos trabalhar com esta temática tínhamos em mente realizar um estudo que colaborasse com o entendimento das lutas e resistências construídas pelos camponeses após a conquista dos assentamentos, em meio as disputas e relações de poder que marcam esses territórios. De certa forma, esse trabalho seria uma espécie de continuidade do estudo que desenvolvemos em nosso mestrado, interessado na luta pela terra, pela conquista do território.

As análises que apresentamos contemplam assentamentos do Paraná de distintas proporções e localizações, que foram conquistados em diferentes períodos a partir de processos ora mais, ora menos conflituosos. Juntos, eles permitem uma leitura bastante avançada sobre a questão agrária paranaense e conflitos passados que reverberam na atualidade. Também, permitem entender a complexidade e diversidades dos assentamentos rurais tanto no que se refere à produção, como no que concerne as relações sociais, as resistências territoriais, as lutas por autonomia, os conflitos de classe e as ideologias.

O pressuposto inicial da investigação era de que no período correspondente ao governo de Jair Messias Bolsonaro, a tendência seria de que as territorialidades subalternas se ampliassem nos assentamentos rurais, sobretudo, tendo em vista que esse foi um governo neoliberal, de extrema direita, contrário a reforma agrária e aos movimentos socioterritoriais. Contudo, ao longo do trabalho, nos foi revelado que a hipótese inicial estaria parcialmente certa. De fato, o contexto político e ideológico, o reforço da hegemonia do agronegócio e do PCA dentro desse governo, alinhou-se diretamente com a lógica da subalternização. Todavia isso é uma parte e não a totalidade das relações, pois assim como afirmamos na tese, a subalternização gera resistência.

Compreendemos que as territorialidades subalternas, contraditoriamente, também fazem parte das estratégias de resistência camponesa, pois em determinados momentos elas são a alternativa para permanecer no campo e para alcançar as condições de (re)produção social. As territorialidades subalternas revelam tentativas do capital de controlar e organizar os territórios camponeses. Elas se baseiam na hegemonia do modelo de desenvolvimento do

agronegócio, na apropriação da renda da terra camponesa e têm como fundamento o Paradigma do Capitalismo Agrário.

Mas, assim como procuramos evidenciar, os camponeses são sujeitos criativos, resilientes, que se reinventam e sempre buscam construir estratégias de resistência e alternativas à subalternização, às amarras geradas pela agricultura capitalista. Para isso, eles produzem alimentos para o autoconsumo, criam cooperativas, associações e agroindustriais, constroem práticas produtivas desde a agroecologia, lutam por escolas e por uma política educacional consoante com suas necessidades, bem como, criam mercados próprios para comercialização em diferentes escalas. Todas essas resistências territoriais, que na tese entendemos como territorialidades emancipadoras, são construídas de forma alinhada a identidade, ao modo de viver, saber e fazer camponês e têm como embasamento o Paradigma da Questão Agrária. Além disso, elas são partes fundamentais para construção do modelo de desenvolvimento camponês, oposto ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

As territorialidades são multidimensionais e multiescalares. Assim como demonstramos ao longo do texto, por mais que os tipos de territorialidades subalternas e emancipadoras que analisamos nesse trabalho estejam de alguma forma relacionadas à produção, elas sempre produzem efeitos nas múltiplas dimensões do território (econômica, política, social, cultural e ambiental), principalmente, em razão da indissociabilidade.

É nesse terreno sinuoso, dialético, conflituoso e contraditório que se processa a (re)produção camponesa, tanto através da subalternização quanto da emancipação. Nesse sentido, é necessário sempre reforçar que não entendemos a emancipação como sinônimo de autarquia ou isolamento diante do capital ou do Estado e que por mais que o nível de emancipação seja elevado, no capitalismo ela nunca é absoluta.

Diante do exposto, consideramos que há duas perguntas finais a serem respondidas: O que é necessário para que os camponeses escapem da subalternização? O que fazer para estimular as territorialidades emancipadoras nos assentamentos de reforma agrária? Entendemos que as respostas para essas perguntas estão interligadas e, em grande medida, passam pelas ações dos governos, do Estado, pelas disputas entre classes e grupos sociais que se realizam nos distintos tipos e escalas do território, uma vez que tanto a superação da condição de subalternização, quanto a promoção da emancipação, envolvem múltiplos elementos. A começar pela necessidade de uma política de reforma agrária não apenas parcial, mas sim, ampla, irrestrita, multidimensional e popular, como defendido pelos movimentos socioterritoriais.

Também, envolvem o fortalecimento das experiências de cooperação e associação; de mercados camponeses; da agroecologia enquanto modelo produtivo, ciência, movimento e prática; e dos processos de formação que tenham como horizonte uma educação autônoma

e emancipadora. Esses elementos demonstram a essencialidade de políticas públicas emancipadoras, nas quais os camponeses sejam protagonistas. Ainda, demonstra a necessidade de construção de um projeto de desenvolvimento camponês, o que, consecutivamente, reafirma o papel dos governos e Estado nesse processo.

Em relação aos movimentos, compreendemos que a superação da subalternização e ampliação da emancipação está relacionado a continuidade e ampliação de muito do que já vem sendo feito, isto é, a resistência e luta pela multidimensionalidade e na multiescalaridade do território. O que em nossa análise, passa pela proposição da reforma agrária de caráter popular, pelos processos formativos, pela criação de espaços de socialização, diálogo e debate com a sociedade, pelas ações de solidariedade e pela criação de articulações, projetos e políticas públicas.

Nesse sentido, no que se refere as expectativas relacionadas ao desenvolvimento da agricultura e do campo no estado do Paraná, consideramos que, assim como no restante do Brasil, a tendência é que a (re)produção camponesa continue se realizando em meio a contradições, por meio da subalternização e da emancipação. Nos governos de extrema direita e neoliberais, como se caracterizou o governo Bolsonaro, a propensão é de que ocorra a interrupção de políticas públicas emancipatórias conquistadas pelos sujeitos e movimentos, refletindo diretamente em uma predisposição maior ao aumento no nível de subalternização. Todavia, nos governos progressistas, entendemos que a perspectiva é de reconstrução dessas políticas, como podemos observar na atualidade, no governo Lula, através da reconstrução do Programa de Aquisição de Alimentos e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As movimentações na conjuntura política e nos governos produzem efeitos diretamente sobre as ações dos movimentos, na construção de estratégias de resistência e alternativas para a produção de usos mais emancipadores do território. O desenvolvimento da agricultura e do campo também não podem ser pensados sem levar em conta o poder econômico, ideológico e político da agricultura capitalista, do agronegócio, setor que hoje constitui uma das bancadas mais poderosas do Congresso Nacional.

Partimos da leitura de que a tendência é que o desenvolvimento da agricultura e do campo continue se realizando a partir de disputas e conflitualidades, fazendo com que a subalternização e a emancipação não possam ser compreendidas fora das complexidades que as permeiam, muito mesmo, enquanto totalidades, processos lineares, mas sim, na condição de processos complexos que estão em permanente tensão e transformação.

Na tese, também buscamos demonstrar que a produção de territorialidades subalternas e emancipadoras é uma possibilidade de leitura da realidade que pode ser aplicada em diferentes contextos e escalas. Nesse sentido, trazemos no último capítulo os

resultados da pesquisa realizada durante nosso estágio no exterior, em que temos como objetivo a análise as territorialidades subalternas e emancipadoras produzidas pelos *crofters*, ligados ao *Scottish Crofting Federation*, na ilha de Skye, Escócia.

Para isso, procuramos realizar algumas aproximações referentes a questão agrária brasileira e escocesa, apresentando uma leitura sobre o SCF e os *crofters* diferente das que normalmente são disseminadas no Reino Unido. Essa leitura é alinhada ao nosso embasamento teórico-conceitual e nos permite efetuar uma análise comparada em relação ao MST e aos camponeses no Brasil e, ao mesmo tempo, apresentar uma perspectiva que tem como finalidade entender os processos e relações que envolvem esses sujeitos desde as contradições, lutas, resistências, subalternização e emancipação.

A partir das análises e reflexões desenvolvidas, entendemos que apesar da distância e das diferenças sociais, históricas e culturais, existem diversos pontos de conexão entre Brasil e Escócia, bem como, entre *crofters* e camponeses, o que para nós, indica que no desenvolvimento e consolidação do capitalismo, diversos processos, como a desterritorialização e marginalização dos povos tradicionais e camponeses, tendem a ser reproduzidos, em tempos e espaços diferentes.

No que se refere as territorialidades, vale ressaltar que as diferenças entre a agricultura camponesa e o *crofting* se manifestam principalmente nas territorialidades subalternas, em razão de uma série de questões, como as especificidades do *crofting* em relação a agricultura camponesa. No que tange as territorialidades emancipadoras, percebemos que existe várias semelhanças nas formas dos camponeses/pequenos agricultores se organizarem e construírem resistências territoriais ao redor do mundo, perpassando por elementos que são estruturantes para esses sujeitos, como a produção para o autoconsumo, a adoção de modelos produtivos alinhados à suas lógicas de vida, entre outros.

Assim como destacamos no trabalho, essa seção trata-se de apontamentos iniciais, especialmente, considerando o curto período que tivemos para desenvolver o estudo na Escócia. Apesar de serem apontamentos iniciais, compreendemos que se configuram em uma oportunidade de reflexão, bem como, de aplicar o estudo das territorialidades a outra realidade e escala.

Esperamos que as análises e discussões realizadas nesse capítulo e na tese como um todo possam estimular outras pesquisa, aprofundando o debate e dando continuidade ao processo de produção do conhecimento científico no âmbito da geografia agrária.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 13, n. 16, jan.-jun. 2010, p. 22-32.
- ALTINO, Lucas. Após recorde com Bolsonaro, autorização de agrotóxicos segue mesmo ritmo no governo Lula. **O Globo**. 11 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/11/apos-recorde-com-bolsonaro-autorizacao-de-agrotoxicos-segue-mesmo-ritmo-no-governo-lula.ghtml>. Acesso em 5 jan. 2024.
- ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 23, n. 3, dez. 2019, p. 551-563.
- ALVES, Antônio (nome fictício). [dez. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. São Jerônimo da Serra, 2021.1 arquivo mp3 (1h13min).
- ALVES, Ivani (nome fictício). [dez. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. São Jerônimo da Serra, 2021.1 arquivo mp3 (1h 20min).
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da Anpege**, São Paulo, v. 16, n. 29, 2020, p. 353-393.
- ANDRADE, Vanessa de Cássia Tavares; LOCATEL, Celso Donizete. A Apropriação do Discurso Agroecológico pela Agricultura Orgânica Ressignificada. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 3, dez. 2019, p. 209-228.
- ANDRADE, Severo (nome fictício). [mai. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Londrina, 2022.1 arquivo mp3 (40 min).
- APARECIDA, Maria (nome fictício). [mai. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021. 1 arquivo mp3 (43 min).
- ANTUNES, Celso (nome fictício). [dez. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Lapa, 2023.1 arquivo mp3 (50 min)
- BBC NEWS. Tree-planting driving up rural land prices. **BBC News**. 12 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-61068730>. Acesso em: 23 out. 2023.
- BELL, Mary (nome fictício). [jun. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Ilha de Skye, 2023.1 arquivo mp3 (55 min).
- BEM, Anderson. ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. A reprodução camponesa na contramão da formalidade do capital. **Campo Território: Revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, fev. 2011, p. 113-130.
- BEZERRA, Luiz (nome fictício). [dez. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. São Jerônimo da Serra, 2021.1 arquivo mp3 (20 min).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. **Plano agrícola e pecuário 2020/2021**. Brasília: MAPA, 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA. **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) janeiro de 2024**. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 24 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços – MDIC. **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro – Dados Consolidados**. 2024b. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes/dados-consolidados/pg.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRAUNHOLTZ-SPEIGHT, Tim. Community ownership through land reform? A review of the Land Reform (Scotland) Act 2003. **Oxfam Discussion Papers**. June 2011, p. 1 - 15.

BOITO, Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. **Observatório Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2020, p. 8-30.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BORGES, Eli (nome fictício). [ago. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Querência do Norte, 2021.1 arquivo mp3 (22 min).

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos**. Presidente Prudente, 2024. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

CAETANO, Juarez (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Cascavel, 2022.1 arquivo mp3 (45 min).

CALDAS, Ana Carolina. No Paraná, assentamentos e acampamentos do MST são exemplos de produção de alimentos. **Brasil de Fato**. 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2021/04/23/no-parana-assentamentos-e-acampamentos-do-mst-sao-exemplos-de-producao-de-alimentos#:~:text=Atualmente%2C%20no%20Paran%C3%A1%2C%20s%C3%A3o%20320,venda%20direta%2C%20autossustento%20e%20doa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 28 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Com o fechamento das escolas do campo, professores temem pelo aumento da evasão escolar. **Brasil de Fato**. 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2023/12/14/com-o-fechamento-das-escolas-do-campo-professores-temem-pelo-aumento-da-evasao-escolar>. Acesso em 17 jun. 2024.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001, p. 207-224.

\_\_\_\_\_. Educação do campo: notas para uma análise do percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2009, p. 36-64.

CALLEGARI, Dirceu (nome fictício). [dez. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Lapa, 2023.1 arquivo mp3 (1h 10 min).

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Presidente Prudente, 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

CAMARGO, Bibiana (nome fictício). [ago. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Querência do Norte, 2021.1 arquivo mp3 (1 h).

CAMERON, Ewen. A. Still on the Agenda? The Strange Survival of the Scottish Land Question, 1880–1999. *In*: Malcolm Combe; Jayne Glass; Annie Tindley (Editors). **Land Reform in Scotland: History, Law, and Policy**. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2020, p. 94 - 109.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 16, n. 23, jul.-dez. 2013, p. 27-42.

CARVALHO, Jandira (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Cascavel, 2022.1 arquivo mp3 (55 min).

CASTANHO, Josefina (nome fictício). [mai. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Telêmaco Borba, 2021.1 arquivo mp3 (25 min).

CHAMBERS, Bob. **Over the sea to Skye**: North Talisker and other Skye crofting schemes. Hexham: Random Feature, 2017.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CLARK, Michael (nome fictício). [abr. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Ilha de Skye, 2023.1 arquivo mp3 (1 h).

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998, p. 143 – 159.

COMBE, Malcom. The Land Reform (Scotland) Act 2016: another answer to the Scottish land question. **Juridical Review**, v. 2016, p. 291-313, 2016.

\_\_\_\_\_. Legislating for Community Land Rights. *In*: Malcolm Combe; Jayne Glass; Annie Tindley (Editors). **Land Reform in Scotland: History, Law and Policy**. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2020, p. 154 - 176.

COSTA, Fernando (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Quedas do Iguaçu, 2022.1 arquivo mp3 (45 min).

CROFTING COMMISSION. **Crofting development**, c2023. Homepage. Available in: <https://www.crofting.scotland.gov.uk/crofting-development>. Access in: 5 August 2023.



COELHO, Carlos. Paraná tem 20 das cem maiores empresas do agronegócio do país, segundo a Forbes. **Gazeta do Povo**. 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/parana-sa/parana-tem-20-das-cem-maiores-empresas-do-agronegocio-do-pais-segundo-a-forbes/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Preços Agrícolas da Sociobio e da Pesca**. 2023. Disponível em: <https://sisdep.conab.gov.br/precosiagroweb/>. Acesso em: 15 mai 2023.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: ações da Conab em 2003. Brasília, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2003Z1%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2003Z1%20(2).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – CONAB exercício 2004**. Brasília, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2004\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2004_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos**: ações da Conab em 2005. Brasília, 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2005Z1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2005Z1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos**: resultados das ações da Conab em 2006. Brasília, 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2006\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2006_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos**: resultados das ações da Conab em 2007. Brasília, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2007\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2007_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resultados das ações da Conab em 2008**: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Brasília, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2008\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2008_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **PAA**: resultados das ações da Conab em 2009. Brasília, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2009\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2009_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **PAA**: resultados da Conab em 2010. Brasília, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2010\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2010_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: resultados das ações da Conab em 2011. Brasília, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2011\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2011_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: resultados das ações da Conab em 2012. Brasília, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2012\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2012_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: resultados das ações da Conab em 2013. Brasília, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2013\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2013_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: resultados das ações da Conab em

2014. Brasília, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2014\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2014_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos:** resultados das ações da Conab em 2015. Brasília, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_-\\_Execucao\\_do\\_PAA\\_-\\_2015\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Sumario_Executivo_-_Execucao_do_PAA_-_2015_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:** resultados das ações da Conab em 2016. Brasília, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Compendio\\_de\\_Estudos\\_da\\_Conab\\_V.9\\_-\\_Resultados\\_do\\_PAA\\_-\\_2016\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Compendio_de_Estudos_da_Conab_V.9_-_Resultados_do_PAA_-_2016_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:** resultados das ações da Conab em 2017. Brasília, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/CompendioZdeZEstudosZdaZConabZ-ZV13Z-ZResultadosZdoZPAAZemZ2017\\_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/CompendioZdeZEstudosZdaZConabZ-ZV13Z-ZResultadosZdoZPAAZemZ2017_1%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:** resultados das ações da Conab em 2018. Brasília, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/CompndioZ-ZPAAZ2018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/CompndioZ-ZPAAZ2018%20(1).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:** resultados das ações da Conab em 2019. Brasília, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/Compendio-V27-PAAZ2020\\_2%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/Compendio-V27-PAAZ2020_2%20(4).pdf). Acesso em 8 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:** resultados das ações da Conab em 2020. Brasília, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/albug/Downloads/Compendio-V30-PAA-2020%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/albug/Downloads/Compendio-V30-PAA-2020%20(3).pdf). Acesso em 10 mar. 2022.

COSTA, Marta (nome fictício). [mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021.1 arquivo mp3 (38 min).

COSTA, Alcides (nome fictício). [jun. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Bituruna, 2022.1 arquivo mp3 (1h).

COSTA, Egídio (nome fictício). [dez. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. São Jerônimo da Serra, 2021.1 arquivo mp3 (38 min).

DATALUTA. Relatório Dataluta Brasil. Presidente Prudente: Nera, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWl8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 30 abr. 2022.

DAVI, Luiz (nome fictício). [mai. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Londrina, 2022. 1 arquivo mp3 (31 min).

DAVIDSON, James (nome fictício). [jun. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Ilha de Skye, 2023.1 arquivo mp3 (50 min).

DIAS, Sueli (nome fictício). [mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021.1 arquivo mp3 (23 min).

DIAS, Emílio (nome fictício). [jul. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Francisco Beltrão, 2022. 1 arquivo mp3 (1 h).

DEL BIAGGIO, Cristina. Territory beyond the anglophone tradition. In: John A. Agnew, Virginie Mamadouh, Anna Secor, Joanne Sharp. **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. Wiley-Blackwell, 2016.

DEPARTMENT FOR ENVIRONMENT, FOOD & RURAL AFFAIRS (DEFRA). **United Kingdom Food Security Report 2021**: Theme 2: UK Food Supply Sources. 2021. Available on: <https://www.gov.uk/government/statistics/united-kingdom-food-security-report-2021/united-kingdom-food-security-report-2021-theme-2-uk-food-supply-sources>. Accessed on: 23rd September 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO – DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos** – Banco de Dados. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>. Acesso em 21 mai. 2024.

ELDEN, Stuart. **The Birth of Territory**. London: University of Chicago Press, 2013

ESPINDOLA, Douglas Correa; TEIXEIRA, Gibran da Silva. Cultivo de fumo, agrotóxicos e indústria tabagista: possíveis efeitos sobre a saúde física e mental dos trabalhadores diretamente envolvidos na atividade. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, 2020, p. 82210-82236.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. (Tese) (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2002.

FABRINI, João Edmilson. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos (orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FAGUNDES, Geraldo (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Quedas do Iguaçu, 2022.1 arquivo mp3 (49 min).

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. (Tese) (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Sônia (nome fictício). [mai. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Londrina, 2022. 1 arquivo mp3 (40 min).

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da reforma agrária. **Geousp**, v. 1, n. 1, 1997, p. 35-39.

\_\_\_\_\_. A territorialidade do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, 1998, p. 2-44.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e reforma agrária. In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. **Anais...** Gramado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-5.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 8 n. 6, jan.-jun. 2005, p. 24-34.

\_\_\_\_\_. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatório Social de América Latina**, v. 24, out. 2008a, p. 73-85.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Bernardo Mançano Fernandes. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-70.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

\_\_\_\_\_. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013a. (Tese de livre docência) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013a.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013b, p. 191-205.

\_\_\_\_\_. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: Francisco Hidalgo F.; François Houtart; Pilar Lizárraga A. (coord.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. 1ed. Quito: Editorial IAEN, 2014, v. 01, p. 19-34.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: Catia Grisa; Sergio Schneider. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 381-400.

\_\_\_\_\_. Development models for the Brazilian countryside: paradigmatic and territorial disputes. **Latin American Perspectives**, v. 43, n. 02, mar. 2016, p. 48-59.

\_\_\_\_\_. et al. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 145, p. 2-13, jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Socioterritorial Movements**. In: David A. Snow, Donatella della Porta, Doug McAdam, and Bert Klandermans. (Org.). **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**. 1 ed. Londres: The Wiley Blackwell, 2023, v. 2, p. 2011-2032.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, Allan de Campos. O desenvolvimento predatório do agronegócio. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2 mai. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-desenvolvimento-predatorio-do-agronegocio/>. Acesso em: 04 mai. 2023.

FERREIRA, Janelson. PRONERA começa a ser reestruturado pelo Governo Federal. **MST**. 17 out. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/10/17/pronera-comeca-a-ser-reestruturado-pelo-governo-federal/>. Acesso em 10 mai. 2024.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Tradução: Georg Otte, Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONSECA, Silas Rafael. **Latifúndio (im)produtivo e impasses à recreação camponesa no sudeste paranaense**. Londrina, 2019, Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, UEL.

FONTES, Paulo (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Quedas do Iguaçu, 2022.1 arquivo mp3 (50 min).

FRAGA, Nilson Cesar; GONÇALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus Galvão. Contestado: o sagrado e o profano de uma guerra secular. **Geografia**, Londrina, v. 26, n. 1, jan.-jun. 2017, p. 143-157.

FREITAS, Altemar Mendes; ZENERATTI, Fábio. Luiz. Dinâmicas do cooperativismo de crédito rural e os desafios da Cereja Laranjeiras. In: Ana Cristina Hammel; Gabriela Furlan Carcaioli; Graziela Del Monaco; Roberto Antônio Finatto. (Org.). **Estudos Sobre a Realidade Brasileira: práticas e movimentos contra-hegemônicos**. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 2, p. 149-176.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Aquisições da agricultura familiar 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em 10 mai. 2024.

FURTADO, Laís. FINAPOP consolida horizontes de investimentos para a agricultura familiar camponesa. **MST**. 28 OUT. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/28/finapop-consolida-horizontes-de-investimentos-para-a-agricultura-familiar-camponesa/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

GHISI, Ednubia. “É tempo de fazer vigília permanente”, diz coordenador do MST sobre despejos no PR. **Brasil de Fato**. 6 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/06/e-tempo-de-fazer-vigilia-permanente-diz-coordenador-do-mst-sobre-despejos-no-pr>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, 2008, p. 73-98.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter Michel. Principios sociales de las agroecologías emancipadoras. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 58, 2021, p. 708-732.

GLENN, S., MACKESSACK-LEITCH, J., POLLARD, K., GLASS, J., AND MCMORRAN, R., (2019), **Investigation into the Issues Associated with Large scale and Concentrated Landownership in Scotland**. Scottish Land Commission, 2019. Available in: [https://www.landcommission.gov.scot/downloads/5dd7d6fd9128e\\_Investigation-Issues-Large-Scale-and-Concentrated-Landownership-20190320.pdf](https://www.landcommission.gov.scot/downloads/5dd7d6fd9128e_Investigation-Issues-Large-Scale-and-Concentrated-Landownership-20190320.pdf). Access on 10 July 2023

GONÇALO, Celso (nome fictício). [jun. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Bituruna, 2022.1 arquivo mp3 (20 min).

GRAHAM, Catherine (nome fictício). [jun. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Ilha de Skye, 2023.1 arquivo mp3 (1 h).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.



HADICH, Ceres. As Mulheres e a Agroecologia. **MST**. 8 out. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/08/as-mulheres-e-a-agroecologia/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 2007, p. 19-46.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HALVORSEN, Sam. Decolonising territory: Dialogues with Latin American knowledges and grassroots strategies. **Progress in Human Geography**, v. 43, i. 5, 2018, n.p

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 05, p. 1454-1470, 2019.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **O processo de transformação do território no Noroeste do Paraná e a construção de novas territorialidades camponesas**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP).

HARRIS, Alex (nome fictício). [jul. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Entrevista online, 2023.1 arquivo mp3 (50 min).

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, 2012, p. 8-39.

HILL, Berkeley. Studies of the impact of Brexit on UK agriculture. In: Irene Antonopoulos, Matt Bell, Aleksandra Cavoski and Ludivine Petetin (Org.). **The Governance of Agriculture in Post-Brexit UK**. Abingdon, Routledge, 2022, p. 1-27.

HINDLE, Robert, THOMSON, Steven, SKERRATT, Sarah, MCMORRAN, Rob, and ONEA, Paula. **Economic Contribution of Estates in Scotland**: An Economic Assessment for Scottish Land & Estates. 2014. Available on: <https://www.scottishlandandestates.co.uk/sites/default/files/library/Economic%20Contribution%20of%20Estates%20in%20Scotland.pdf>. Accessed: 15th August 2022.

HOCSMAN, Luis Daniel. Horizonte para la producción campesina y agricultura familiar en el modelo agroalimentario hegemónico mundial. Visión desde el Cono Sur. In: Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**: 20 propuestas y desafíos. 1ed. Quito: Editorial IAEN, 2014, v. 01, p. 35-53.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, p. 45-65. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773\\_cap2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773_cap2.pdf). Acesso em: 20 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2017 Tabela Sidra 6957. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6957#resultado>. Acesso em 15 mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Norma de Execução INCRA/DD nº58**. 9 de abril de 2007. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/ne\\_58\\_2007.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/ne_58_2007.pdf). Acesso em: 20 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Painel dos Assentamentos**, INCRA, 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 20 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **Relação de projetos de assentamentos criados e reconhecidos pelo INCRA**, INCRA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão exercício 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/incra2019.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão exercício 2020**. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/RG\\_Incra\\_2020.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/RG_Incra_2020.pdf). Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão exercício 2021**. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/rq\\_2021\\_versao-final\\_cd.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/rq_2021_versao-final_cd.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão exercício 2022**. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio\\_gestao\\_incra\\_2022.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio_gestao_incra_2022.pdf). Acesso em: 5 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Catálogo de Escolas**. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 10 mai. 2024.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Encroachment and entrenchment of agroneoliberalism in the Centre-West of Brazil. *Journal of Rural Studies*, v. 51, 2017, p. 15-27.

JORGE, Aline Albuquerque. Território, paradigmas e as políticas públicas para o campo no governo Bolsonaro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 25, n. 64, set-dez. 2022, p. 128-153.

JORGE, Aline Albuquerque; MACHADO, Angela dos Santos. Os movimentos socioterritoriais e a luta contra a fome durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 32, n. 2, 2023, p. 438-456.

JORGE, Lázaro (nome fictício). [dez. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. São Jerônimo da Serra, 2021.1 arquivo mp3 (37 min).

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, 2006, p. 93-104.

KLABIN. Klabin, c2013. **Sobre a Klabin**. Disponível em: <https://klabin.com.br/nossa-essencia/sobre-a-klabin>. Acesso em: 25 mai. 2023.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KUNH, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira, Nelson Boeira. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LACERDA, Nara. Leite pressiona gasto das famílias e preço deve continuar subindo. **MST**. 12 jul. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/12/leite-pressiona-gasto-das-familias-e-preco-deve-continuar-subindo/>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 21, n. 43, mai. -ago. 2018, p. 10-28.

MACLEOD, A. **Overview of the History of Crofting**. Angus Macleod Archive, no date. Available in: <https://angusmacleodarchive.org.uk/view/index.php?path=%2F1.+History+of+Lewis%2F2.+Land+Ownership+and+Crofting%2F7.+Overview+of+the+History+of+Crofting.pdf>. Access in: 4 October 2023.

MACHADO, Devair. (nome fictício). [dez. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. São Jerônimo da Serra, 2021.1 arquivo mp3 (38 min).

MACHADO, Angela dos Santos. **A formação dos mercados da reforma agrária popular pelo MST no Brasil (2003-2023)**. Presidente Prudente, 2024. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Unesp.

MCLEAN, Margareth (nome fictício). [mai. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Entrevista online, 2023.1 arquivo mp3 (1 h).

MACKINNON, Iain. 'The law of a different land': colonisation and crofting commons in the Highlands and Islands of Scotland. In: **Commons Amidst Complexity and Change, the Fifteenth Biennial Conference of the International Association for the Study of the Commons**. 15, 2015, Edmont, Alberta. Conference paper, 2015, p. 1-24.

MACKINNON, Iain. The cultural norms of crofting: the recovery of the story and voices of the economy, the understanding, and the life of a people. [Interviewee gives to Nic Paget-Clarke] In Motion Magazine, Edinburgh, 2016, available on: <https://www.inmotionmagazine.com/global/mackinnon-ian-intview1.html>.

MACKINNON, Iain. Colonialism and the Highland Clearances. **Northern Scotland**, v. 8, p. 22 - 48, 2017. DOI: 10.3366/nor.2017.0125.

MARCELINO, Joel (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Quedas do Iguaçu, 2022.1 arquivo mp3 (40 min).



MARIA, João (nome fictício). [mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021.1 arquivo mp3 (43 min).

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 11, n. 12, jan-jun. 2008, p. 57-67.

MARTIN, Jean-Yves; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais (PUC-SP)**, São Paulo, v. 12, 2004, p. 1-12.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MATOS, Laurindo (nome fictício). [jul. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Francisco Beltrão, 2022. 1 arquivo mp3 (30 min).

MEDEIROS, Fernanda (nome fictício). [jul. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Francisco Beltrão, 2022. 1 arquivo mp3 (30 min).

MENDES, Márcio (nome fictício). [mai. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021. 1 arquivo mp3 (30 min).

MENEGAZZI, Diangela. Conheça as três comunidades de Cascavel ameaçadas de despejo pelo governo Ratinho Júnior. **MST**. 10 jan. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/01/10/conheca-as-tres-comunidades-de-cascavel-ameacadas-de-despejo-pelo-governo-ratinho-junior/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

MÉSZÁROS, István. **The power of ideology**. Londres: Zed Books LTD, 2005.

MONTEIRO, Telma. Mineração em terras indígenas: o PL 191/2020. Uma análise. **Instituto Unisinos**. 12 fev. 2020. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/596299-mineracao-em-terras-indigenas-o-pl-191-2020>. Acesso em 7 mar. 2021.

MORAIS, Helena (nome fictício). [mai. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Londrina, 2022. 1 arquivo mp3 (37 min).

MOREIRA, Rosamaria (nome fictício). [jun. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Bituruna, 2022.1 arquivo mp3 (1h 11min).

MOREIRA, Emílio (nome fictício). [dez. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Querência do Norte, 2021.1 arquivo mp3 (50 min).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Boletim de Educação nº. 1**. São Paulo: Setor de Educação do MST, 1992.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Cooperação Agrícola nº. 1** – uma concepção de desenvolvimento rural. São Paulo: CONCRAB, 1993.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Cooperação Agrícola nº. 4** – perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. São Paulo: CONCRAB, 1995.

\_\_\_\_\_. **Boletim de Educação nº. 8** - pedagogia do Movimento Sem Terra acompanhamento as escolas. São Paulo: Setor de Educação do MST 2001.

\_\_\_\_\_. 35 coisas que você precisa saber sobre o MST. MST, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/01/18/35-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mst/>. Acesso em: 10 out. 2022.

\_\_\_\_\_. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? **MST**. 16 jul. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. O que produzem as áreas de monocultivo de eucalipto? **MST**. 2 mar. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/02/o-que-produzem-as-areas-de-monocultivo-de-eucalipto/>. Acesso em 25 mai. 2023.

MUNTON, Richard. Rural land ownership in the United Kingdom: Changing patterns and future possibilities for land use. **Journal of Rural Studies**. v. 26, p. 554-561, dec. 2009.

NASCIMENTO, Marcos (nome fictício). [jun. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Bituruna, 2022.1 arquivo mp3 (20 min).

NASCIMENTO, Aldir (nome fictício). [jun. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Bituruna, 2022.1 arquivo mp3 (55 min).

NEVES, Maelison Silva; PIGNATI, Wanderlei Antônio. Agribusiness and Capital-imperialism: expropriations, disposal and the challenges to knowledge production in collective health. In: PIGNATI, Wanderlei Antônio et al. (Orgs.). **Socio-sanitary environmental disasters of agribusiness and agroecological resistances in Brazil**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2023, p. 15-30.

NÓBREGA, Adriana. (nome fictício). [dez. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Lapa, 2023.1 arquivo mp3 (40 min).

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. **Atlas da Questão Agrária no Paraná: diálogos em construção**. Naviraí – MS: Ipuvaíva, 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nunca mais outra vez – 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**. 2023. Disponível em: [https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF\\_reduzido\\_20220323\\_individuais\\_nunca-mais-outra-vez-1.pdf](https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido_20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf). Acesso em 10 abr. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Vagner (nome fictício). [mai. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021. 1 arquivo mp3 (36 min).

OLIVEIRA, Jurandir (nome fictício). [mai. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021. 1 arquivo mp3 (30 min).

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Territórios e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. Presidente Prudente, 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

OXFAM BRASIL. Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira, **OXFAM Brasil**. 27 ago. 2019 Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em 5 jul. 2023.

PAIXÃO, Sônia (nome fictício). [ago. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Querência do Norte, 2021.1 arquivo mp3 (45 min).

PAULINO, Eliane Tomiasi **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Presidente Prudente, 2003. (Tese) (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

\_\_\_\_\_. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, MS, ano 1, v.1, n. 1, 2004, p. 5-20.

\_\_\_\_\_. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 9, n. 8, jan.-jun. 2006, p. 52-73.

PATERSON, Sarah (nome fictício). [jun. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Ilha de Skye, 2023.1 arquivo mp3 (55 min).

PAZ, Walmaro. Com decreto de Bolsonaro, Ministério da Agricultura assume atribuições do INCRA. **Brasil de Fato**. 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-decreto-de-bolsonaro-ministerio-da-agricultura-assume-atribuicoes-do-incra>. Acesso em 10 jan. 2021.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Presidente Prudente, 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

PIRES, Cláudio (nome fictício). [mai. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Londrina, 2022. 1 arquivo mp3 (26 min).

PLOEG, Jan Douwe Van der. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der; SCHNEIDER, Sergio. Autonomy as a politico-economic concept: Peasant practices and nested markets. **Journal of Agrarian Change**, v. 22, n 3, 2022, p. 529-546.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

PRADO, Ademir (nome fictício). [ago. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Querência do Norte, 2021.1 arquivo mp3 (30 min).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Vanderlei (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Quedas do Iguaçu, 2022.1 arquivo mp3 (55 min).

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. As ações dos movimentos socioterritoriais e a reforma agrária no Brasil. In: **XV Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2015, La Habana. Por uma América Latina Unida y Sustentable. La Habana: Universidad de La Habana, 2015. v. 1. p. 1-30.

RICHARDS, Eric. **Debating the Highland Clearances**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

ROCHA, Heleno (nome fictício). [jun. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Bituruna, 2022.1 arquivo mp3 (30 min).

RODRIGUES, Junior Chave. **Expansão do capitalismo na agricultura e arrendamentos de terras**: os desafios da reforma agrária na mesorregião Oeste paranaense. Laranjeiras do Sul, 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS).

ROOS, Djoni. As lutas camponesas no estado do Paraná e os modelos da “reforma agrária” brasileira. **GeoGraphos**, Alicante, n. 31, v. 4, 2013, p. 1-18.

\_\_\_\_\_. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Presidente Prudente, 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

ROSA, Edir (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Cascavel, 2022.1 arquivo mp3 (1h 3min).

ROSSET, Peter. A territorialização da agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo *In*: RIBEIRO, Dionária Soares. et al. (Orgs.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 83-92.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and Society**, n 3, v, 17, 2012, n.p.

ROSSI, Geraldo (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Cascavel, 2022.1 arquivo mp3 (45 min).

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 2018. Reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2002. Reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020b.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. A educação do campo no contexto da ofensiva bolsonarista à educação brasileira. **Revista da Anpege**, São Paulo, v. 16, n. 29, 2020, p. 393-425.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Territórios Camponeses e o Fechamento das Escolas do Campo: uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio – MG. **Geografia**, Londrina, v. 31, n. 1, 2022, p.297-317.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio. Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, São Paulo, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 31, v. 1, 2009, p. 3-16.

SCOTTISH CROFTING FEDERATION. **About SCF**, c2023. Homepage. Available in: <https://www.crofting.org/about-scf/>. Access in: 5 August 2023.

SCOTTISH GOVERNMENT. **The Land of Scotland and the Common Good**: Report of the Land Reform Review Group. Scottish Government, May 2014. Available in: <https://www.gov.scot/binaries/content/documents/govscot/publications/progress-report/2014/05/land-reform-review-group-final-report-land-scotland-common-good/documents/00451087-pdf/00451087-pdf/govscot%3Adocument/00451087.pdf>. Access on 20 June 2023.

SHANIN, Teodor, A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, 2005, p. 1-21.

SILVA, Juventino (nome fictício). [mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Imbaú, 2021.1 arquivo mp3 (60 min).

SNOW, William (nome fictício). [abr. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Ilha de Skye, 2023.1 arquivo mp3 (1 h).

SOARES, Aurélia (nome fictício). [dez. 2023]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Lapa, 2023.1 arquivo mp3 (42 min).

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Presidente Prudente, 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp.

SOUZA, Alessandra Silva de. **Educação do campo e agroecologia**: emancipação e resistência camponesa a partir da formação popular – o caso da Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA. São Paulo, 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo (FFLCH – USP).

SOUZA, Aparecido (nome fictício). [abr. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Peabiru, 2022. 1 arquivo mp3 (29 min).

SOUZA, Valéria (nome fictício). [nov. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Cascavel, 2022. 1 arquivo mp3 (35 min).

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; GURGEL, Aline do Monte; FERNANDES, Gabriel Bianconi; MELGAREJO, Leonardo; BITTENCOURT, Naiara Andreoli; FRIEDRICH, Karen. Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos socioambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, São Paulo, v.16, n.29, p.319-352, 2020.

SULZBACHER, Aline Weber. Agroindustrialização em assentamentos rurais: concepções e experiências a partir do MST e da execução do programa Terra Sol no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 41, 2014, p. 67-93.

SUTHERLAND, Lee-Ann; HOPKINS, Jonathan; TOMA, Luiza; BARNES, Andrew; MATTHEWS, Keith. Adaptation, Resilience and CAP Reform: A Comparison of Crofts and Livestock Farms in Scotland. **Scottish Geographical Journal**. v.133, issue 3-4, 2017, p. 199-213. doi: 10.1080/14702541.2017.1353703.

TERRA DE DIREITOS. No atual ritmo, Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra. **Terra de Direitos**. 12 mai. 2023. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-2188-anos-para-titular-todos-os-territorios-quilombolas-com-processos-no-incra/23871>. Acesso em 15 jan. 2024.

TEODORO, Plínio. Bolsonaro: "Sempre considerei o MST um grupo terrorista, sim"; veja vídeo. **Fórum**. 16 jun. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/governo-bolsonaro/2021/6/16/bolsonaro-sempre-considerei-mst-um-grupo-terrorista-sim-veja-video-98921.html>. Acesso em 25 ago. 2021.

TRAVERSO, Enzo. **The new faces of fascism: populism and the far right**. London: Verso, 2019.

TORRES, Margarida (nome fictício). [abr. 2022]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Peabiru, 2022. 1 arquivo mp3 (59 min).

TRICHES, Rosane Maria; GRISA, Catia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 18, n. 26, 2015, p. 10-27.

TURTELLI, Camila. Com escalada da fome no Brasil, governo destrói programa alimentar. **Uol**. 6 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destrui-programa-alimentar.htm>. Acesso em: 8 ago. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Common Agricultural Policy**. Disponível em: [https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy\\_en](https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy_en). Acesso em: 15 jun. 2024.

UNISOL BRASIL. Terra Forte: a nova cara da reforma agrária no país. **Unisol Brasil**. 9 abr. 2013. Disponível em: <https://unisolbrasil.org.br/terra-forte-a-nova-cara-da-reforma-agraria-no-pais/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

UTIDA, Mauro. Bolsonaro veta reajuste no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **MST**. 11 ago. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/11/bolsonaro-veta-reajuste-no-programa-nacional-de-alimentacao-escolar/>. Acesso em: 5 set. 2023.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Entre a segurança e a soberania alimentar: por uma abordagem crítica da produção e distribuição de alimentos. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, 2019, p. 32-49.

VIA CAMPESINA. Food Sovereignty. **Via Campesina**. 13 jan. 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/food-sovereignty/#>. Acesso em 14 mai. 2023.

VICINI, Jennifer Paola. **A territorialização da produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná**: sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato. Marechal Cândido Rondon, 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

WEZEL, A., S. BELLON, T. DORÉ, C. FRANCIS, D. VALLOD, and C. DAVID. 2009. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy and Sustainable Development**, n. 4, v. 29, 2009, p.503-515.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião norte central paranaense. Londrina, 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina (UEL).

# Anexos



## ANEXOS

### ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS CAMPONESES NO PARANÁ

- 1) Quantos anos tem o assentamento? Quantas famílias vivem aqui? Como é a organização do assentamento?
- 2) Conte um pouco sobre a história de ocupação e conquista da terra.
- 3) Qual é o tamanho de seu lote e quantas pessoas trabalham nele?
- 4) Como é a rotina de trabalho no lote? (Quantas horas de trabalho por dia? Como é a divisão do trabalho? A carga de trabalho muda conforme o período do ano?)
- 5) A mão de obra da família é o suficiente para o trabalho desenvolvido no lote ou é necessário a contratação de outros trabalhadores seja de dentro ou fora do assentamento? Se sim, como funciona essa relação de trabalho? É em períodos específicos ou permanente? O pagamento é em dinheiro?
- 6) O trabalho no lote é o suficiente para manter a família ou é necessário que alguns membros trabalhem fora do lote e/ou do assentamento?
- 7) Você arrenda terras de outros assentados?
- 8) Você arrenda para outros assentados ou pessoas de fora do assentamento parte do lote que possui?
- 9) O que você produz em sua terra?
- 10) Você está vinculado a alguma cooperativa, associação rede ou grupo de produtores? Na sua compreensão de que forma a cooperação entre os assentados ajuda?
- 11) A produção é convencional, orgânica/agroecológica ou mista?

**Para os casos de produção agroecológica:** **a)** Quais motivos te fazem optar pela produção orgânica/agroecológica? Quais são os desafios? **b)** Como você avalia o modelo produtivo orgânico/agroecológico? Quais as vantagens e desvantagens? **c)** Na sua avaliação, a produção orgânica/agroecológica possibilita uma obtenção maior de renda comparada a produção convencional? **d)** Na sua avaliação, trabalhar com a produção agroecológica possibilita maior qualidade de vida, considerando questões relacionadas a saúde e a relação com o ambiente? **e)** Quantas pessoas trabalham com agroecologia aqui no assentamento? Como vocês se organizam?

**Para os casos de produção convencional:** **a)** Quais motivos te fazem optar pela produção convencional? Quais são os desafios? **b)** Como você avalia o modelo

produtivo convencional? Quais as vantagens e desvantagens? **c)** Na sua avaliação, a produção convencional possibilita uma obtenção maior de renda comparada a produção orgânica/agroecológica? **d)** Você ou algum membro da família tem ou já teve algum problema de saúde relacionado a forma como exerce a atividade agrícola, por exemplo, o uso de agrotóxicos? **e)** O que você acha que estimula o interesse dos assentados para o plantio de soja? **f)** Tem ofertas de pessoas de fora do assentamento para arrendar as terras aqui dentro?

- 12)** Você possui contrato de produção/comercialização com alguma empresa? (Para verificar se há sistema integrado de produção)
- 13)** De que forma e onde você adquire os produtos necessários para a produção, por exemplo, sementes, adubos, agrotóxicos, maquinários etc.?
- 14)** Onde/para quem você vende sua produção? Vende para mercados institucionais, por exemplo PAA, PNAE?
- 15)** Com relação ao acesso ao mercado, principalmente os institucionais, quais mudanças você tem notado nos últimos anos e de que forma essas mudanças tem impactado a sua realidade?
- 16)** Você acredita que o governo Bolsonaro tem impactado os territórios camponeses nos assentamentos de reforma agrária? De que forma?
- 17)** Com relação ao governo estadual, de qual forma você avalia as ações dele para a reforma agrária e para os assentamentos?
- 18)** Na sua avaliação, qual é o seu grau de autonomia sobre a sua produção e o seu território?
- 19)** No seu entendimento, fazer parte de um movimento como o MST ajuda a conquistar autonomia? De que forma?

ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS *CROFTERS* NO ESCÓCIA

- 1) Do you have an estimation of how many crofter families in Skye are linked to SCF?
- 2) What are the most common kinds of crops that the crofters from Skye usually grow in their crofts?
- 3) Are organic/agroecological agriculture experiences being developed in crofters' communities? If yes, why?
- 4) What are the most common: organic or conventional agriculture experiences?
- 5) Is the production of crofters sufficient for the families' self-consumption?
- 6) Does the SCF promote any kind of formation, training and experiences exchanges between crofter's families?
- 7) Does the SCF promote any kind of technical assistance for the crofter's families?
- 8) How do crofter's families usually market their productions?
- 9) In your opinion, what is the importance of crofting activity for food security, environment and sustainability?
- 10) In your opinion, what is the importance of SCF in the process of organizations of crofter's communities and participation in political spaces?
- 11) There has been crofting legislation since the nineteenth century, in your opinion, is this legislation enough to guarantee the rights and conditions to produce to crofters' communities?
- 12) What right crofters' legislations guarantee to crofters' communities?
- 13) Based on your experience, do you think that more people are interested recently in working in rural space, becoming crofters?
- 14) Is there any discussion in SCF about requiring more land for crofters' communities, and how is it possible?
- 15) Usually, do most crofters still pay rent to landlords? How does it affect the crofters' life?
- 16) Do you have an estimation of how much crofters usually pay for the landlord?
- 17) In your opinion, how does Brexit affect food produce and crofters' communities?